Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Mauricio Caetano Matias Soares

Serviço Social no século XXI: nas entrelinhas da prática profissional

Rio de Janeiro
2023

Mauricio Caetano Matias Soares

Serviço Social no Século XXI: nas entrelinhas da prática profissional

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.ª Dra. Ana Maria de Vasconcelos

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

S676 Soares, Mauricio Caetano Matias.
Serviço Social no século XXI: nas entrelinhas da prática profissional / Maurício Caetano Matias Soares. – 2023.
335 f.

Orientador: Ana Maria de Vasconcelos.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Serviço social – Teses. 2. Assistência social – Teses. 3. Formação profissional – Teses. I. Vasconcelos, Ana Maria de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36

_____ _____

Assinatura Data

Mauricio Caetano Matias Soares

Serviço Social no século XXI: nas entrelinhas da prática profissional

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 23 de junho de 2023.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Dra. Ana Maria de Vasconcelos (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social – UERJ

_____

Profª. Dra. Maria Inês Souza Bravo

Faculdade de Serviço Social – UERJ

_____

Prof. Dr. Maurílio Castro de Matos

Faculdade de Serviço Social – UERJ

_____

Profª Dra. Janete Luzia Leite

Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Profª Dra. Yolanda Aparecida Demetrio Guerra

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico essa obra a todos/as/es assistentes sociais do Brasil, que em tempos de controvérsias lutam incessantemente em defesa de valores que parecem não mais ter valor nessa sociedade.

Aos meus pais, pois estar aqui também é uma conquista deles.

A Maria Cecília Ulhoa Cintra de Mendonça, minha professora, colega de trabalho, amiga e irmã para sempre. (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Eu acredito em uma força maior que atua no âmbito da espiritualidade, que eu a denomino como Deus. O grande Eu Sou. Nunca me abandonou. Sempre presente guiou e orientou pessoas para me auxiliarem na conclusão de mais essa etapa da vida, que outrora não imaginava chegar.

Portanto, o ato de agradecimento é nomear aqueles que contribuíram para a construção desse estudo. Eu não tenho como enumerar. Temo ser injusto! Foram tantas pessoas que de maneira direta ou indireta fizeram parte constituinte desse processo de construção de conhecimento, que nos desmonta e remonta a todo instante, que posso me perder entre os seus nomes.

Pessoas que aqui estavam e se foram. Pessoas que nunca estiveram e de repente se fizeram tão presente e essenciais. Pessoas com quem contávamos que sumiram. Pessoas que queriam estar, mas não conseguiam. Pessoas que abriram mão do seu tempo em prol do meu. Pessoas que apenas oraram e intercederam. Pessoas.... Ah, se não fossem elas! Eu não teria chegado até aqui.

Todavia, um grupo que muito me auxiliou, portanto, não posso deixar de nomeá-lo em meus agradecimentos, são os discentes de graduação e pós-graduação, que compõem o Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social (NEEPSS/FSS/UERJ). A paciência, o carinho, o trabalho em conjunto, a força nos momentos de fraqueza. Sem dúvida chegar aqui é uma conquista de cada membro desse núcleo.

Também devo nomear a minha querida orientadora Prof.ª Dra. Ana Maria de Vasconcelos, uma pessoa que chegou e sem palavras deu o suporte devido a minha evolução nesse processo, que foi constituído de um distanciamento social, uma pandemia, de perdas valorosas, de dores que geram muitas lágrimas que regaram o caminho fértil, no qual posso hoje passar e colher os frutos de todos os nossos trabalhos.

Sem dúvidas foram muitos embaraços, problemas e limites. Caí e me levantei. Caí novamente e outros me levantaram. Sempre houve uma mão erguida para mim. Mesmo só, me sentia junto às pessoas que, ao longo desse ciclo, me sustentaram. Portanto, quero agradecer a Deus e a essas pessoas de todas as cores, raças, orientação sexual e identidade religiosa, por sempre estarem junto a mim.

Obrigado!

A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio.

Martin Luther King

RESUMO

SOARES, Mauricio Caetano Matias. **Serviço Social no século XXI:** nas entrelinhas da prática profissional. 2023. 335 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

No estudo sobre o Serviço Social no século XXI, utilizamos dados das entrevistas realizadas com assistentes sociais da Proteção Social Básica da Assistência Social lotadas nos CRAS da Cidade do Rio de Janeiro para analisar a realidade profissional, a fim de identificar manifestações do projeto ético-político da profissão no desenvolver da prática profissional. A nossa hipótese consistiu no entendimento de que as transformações societárias fundadas no fim do século XX fertilizaram o terreno do século XXI, no qual encontramos uma reestruturação do mundo, do capital e do trabalho reverberando na dinâmica da formação e do exercício profissional, em especial do Serviço Social, interferindo na manifestação consciente do projeto ético-político no cotidiano profissional. Tal afirmativa exigiu um resgate teórico sobre a organização do Brasil como país capitalista dependente; da trajetória do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que alcança a maturidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que solidifica uma direção de projeto de profissão que se contrapõe aos projetos societários não consonantes aos interesses e a luta da classe trabalhadora; e a sintonização dessa direção projetiva da profissão frente a realidade neoliberal, que se instala em tempos contemporâneos. As resultantes do estudo nos permitiram identificar limites, desafios e tendências, principalmente, no campo da formação e da prática profissional do Serviço Social, que expressam a importância da unidade teoria e prática para a sustentabilidade e a manifestação dos propósitos do projeto ético-político. Essas resultantes foram conflitadas com os dados da realidade extraída das entrevistas realizadas com os assistentes sociais da política de Assistência Social. A escolha dessa política se deu de forma proposital, devido a correlação do Serviço Social à referida política. Também porque, no século XXI, a política de Assistência Social passa por uma reestruturação com a construção do Sistema Único de Assistência Social, que traz consigo ranços e avanços nas propostas de enfrentamento da questão social. Características que ganham corpo na prática profissional do assistente social, que incorpora nomenclaturas e concepções que orientam a profissão para um retorno ao modelo de Serviço Social que, historicamente, intentou-se romper. Ademais, o confronto na análise dos dados possibilitou identificar, no campo da formação profissional, tendências mercadológicas espraiadas no modelo fragmentado e aligeirado com foco na racionalidade instrumental em detrimento da racionalidade ontológica e voltada para execução e gerenciamento de políticas sociais, recursos sociais e voluntariado. No campo da prática profissional, a análise possibilitou identificar a dificuldade na construção da unidade teoria e prática, de absorção e manutenção da ética como valor filosófico que direciona a finalidade da prática profissional, a distinção entre demandas para o Serviço Social e demandas para instituição, a diferença no entendimento de competências e atribuições profissionais e foco das ações nos fenômenos e não na questão social, além da tendência burocratizada e instrumental da prática profissional. Todas essas resultantes consagram uma manutenção de práticas antigas em contextos que exigem uma releitura do novo.

Palavras-chave: Serviço Social. Prática profissional. Formação profissional. Projeto ético-político. Assistência Social.

ABSTRACT

SOARES, Mauricio Caetano Matias. **Social Work in the 21st century:** between the lines of professional practice. 2023. 335 f. Tese (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The present study, which directs its attention to Social Work in the 21st century, considered data from interviews with social workers from the Basic Social Protection of Social Assistance located at CRAS in the city of Rio de Janeiro to analyze the professional reality, in order to identify indicators of ethical-political project of the field in the development of professional practice. Our hypothesis is rooted in the understanding that the societal transformations founded at the end of the 20th century fertilized the terrain of the 21st century, in which one can find a restructuring of the world of capital and work, reverberating in the dynamics of training and professional practice, in particular of the Social Service, interfering in the conscious manifestation of the ethical-political project in daily professional life. Such assertion required a theoretical review of the organization of Brazil as a dependent capitalist country; of the trajectory of Social Work as a profession inserted in the social and technical division of work, which reaches the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative maturity that solidifies a profession project direction that opposes the societal projects that are not in line with the interests and class warfare; and the attunement of this projective direction of the profession in the face of the neoliberal reality, which is installed in contemporary times. The results of the study allowed us to identify limits, challenges, and trends, mainly in the field of training and professional practice of Social Work, which express the importance of uniting theory and practice for the sustainability and manifestation of the purposes of the ethical-political project. These results were conflicted with data from reality extracted from interviews with social workers from the Social Assistance policy. The choice of this policy was purposely made, due to the correlation of Social Work and the refereed policy. In addition, in the 21st century, the Social Assistance policy undergoes a restructuring period along with the construction of the Unified Social Assistance System, which brings with it drawbacks and advances in proposals to face the social issue. Characteristics that take shape in the professional practice of the social worker, which incorporates nomenclatures and concepts that lead the profession towards a return to the Social Work model that, historically, some tried to discontinue. Moreover, the confrontation in the data analysis made it possible to identify, in the field of professional training, marketing trends spread in the fragmented and lightened model with a focus on instrumental rationality to the detriment of ontological rationality and focused on the execution and management of social policies, social resources and volunteering. In the context of professional practice, the analysis made it possible to identify the difficulty in bridging the gap between theory and practice, of absorbing and maintaining ethics as a philosophical value that directs the purpose of professional practice, the distinction between demands for Social Work and demands for the institution, the difference in the understanding of competences and professional attributions and the focus of actions on phenomena and not on social issues, in addition to the bureaucratized and instrumental tendency of professional practice. All of these results consecrate the maintenance of old practices in contexts that require a reinterpretation of the new.

Keywords: Social Service. Professional practice. Professional development. Ethical-political project. Social Assistance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Assistentes Sociais da Política de Assistência Social: CRAS/RJ. Atividades privativas e não privativas do assistente social..... 279

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
APAS	Associação de Profissionais Assistentes Sociais
BID	Banco Interamericano para o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Coordenadoria de Assistência Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEP	Código de Ética Profissional
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CELATS	Centro Latino-Americano de Trabalho Social
CEMASI	Centro Municipal de Atendimento Social Integrado
CFE	Conselho Federal de Educação
CGP/SIMAS	Coordenadoria Geral de Gestão de Pessoas do Sistema Municipal de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro.
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CRDS	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento Social
Creas	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
Covid-19	Corona Vírus Desease 2019
DC	Desenvolvimento de Comunidade
DE	Dedicação Exclusiva
EaD	Ensino a Distância
EC	Ementa Constitucional

ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAPS	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MBA	Master in Business Administration
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Medida Provisória
NEEPSS	Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social
NOB	Norma de Orientação Básica
NT	Norma Técnica
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleramento do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PEC	Projeto de Ementa Constitucional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
RPA	Recibo de Pagamento Autônomo
SIMAS	Sistema Municipal de Assistência Social
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SSC	Serviço Social de Casos
SSG	Serviço Social de Grupo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas pela Educação
URSS	União Russa Socialista Soviética

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 **SÉCULO XXI: UM ESPELHO DO PASSADO** 26

1.1 **Um Brasil para o capital** 28

1.1.1 O bem-estar social: falácias e contradições. 36

1.1.2 Liberdade para o capital, ditadura para o povo 41

1.1.3 O prólogo capitalista para o século XXI 46

1.2 **Século XXI: em ritmo de continuidade** 56

2 **SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS E PRÁTICA PROFISSIONAL** 70

2.1 **Os caminhos para se entender a gênese do Serviço Social no Brasil** 72

2.1.1 Os primeiros passos do Serviço Social no Brasil 75

2.1.2 O encontro com as políticas sociais 79

2.2 **O Serviço Social e o "metodologismo" de trabalho** 84

2.3 **"Um novo tempo apesar dos limites"** 95

2.3.1 Serviço Social rumo ao século XXI 107

3 **PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E AS BASES PARA O SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI** 116

3.1 **Os pilares do Projeto Ético-político do Serviço Social** 123

3.1.1 Nova ética, novo Código frente a velhos costumes 124

3.1.2 Nova legislação, grandes desafios 132

3.1.3 Diretrizes: as bases de uma formação crítica 140

3.2 **Projeto Ético-político do Serviço Social e o cotidiano profissional** 150

4 **ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: O ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS** 158

4.1 **Sintonizando a política de assistência social no Brasil e no Rio de Janeiro** 161

4.2 **Mundo do trabalho: desafios e realidades dos assistentes sociais** 180

4.2.1 O assistente social, relações trabalhistas e o SUAS: dados de uma realidade 181

4.2.2 Reflexões sobre as "novas" competências impostas aos assistentes sociais 186

5 **REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI** 195

5.1 **Serviço Social: entre formação e (des)formação profissional** 196

5.1.1 Um breve panorama da educação no Brasil: contexto do ensino superior. 198

5.1.2 Formação profissional e Serviço Social: aonde chegaremos? 207

5.1.3 Retomando os dados da pesquisa 223
5.2 **Serviço Social e prática profissional: o fazer e o executar** 234
5.2.1 Religião e práticas assistenciais 241
5.2.2 Família, valores, Assistência Social e Serviço Social 251
CONSIDERAÇÕES FINAIS 286
REFERÊNCIAS 291
ANEXO A – Formulário de entrevista 322
ANEXO B – Variáveis utilizadas na análise das entrevistas 333

INTRODUÇÃO

O propósito inicial desse estudo pautava na identificação específica do processo de "protocolização"[1] da prática profissional do Serviço Social na política de assistência social brasileira, tendo como campo de pesquisas os equipamentos[2] da política de assistência social dos municípios da região do Médio Paraíba/RJ, onde atuo como profissional. O objetivo traçado centrava na análise da prática, ou aquilo que os assistentes sociais denominam de prática profissional, que são as suas ações frente as demandas e requisições institucionais e da política social a eles direcionadas, e a articulação dessas com o compromisso ético-político da profissão. A ideia era debater o processo de determinação hierarquizada, ou seja, de outros setores para o Serviço Social e a submissão não autônoma do assistente social à execução de manuais, de práticas mecânicas, protocoladas, criadas e direcionadas por outros profissionais, desconsiderando a instrumentalidade e autonomia profissional, no que se refere ao planejamento e execução de suas ações.

Porém, no momento em que os estudos sobre a prática profissional[3] avançaram e o entendimento das suas dimensões ia sendo clarificado, os impactos da pandemia de Covid-19[4] e todos os elementos que compunham a questão resultaram na inviabilização do acesso aos profissionais para a realização de entrevistas e observação de campo, ao longo do doutorado; sendo assim, o propósito deste estudo foi ampliado. Mesmo em período "pós-pandêmico", na

---

[1] Trato como protocolização o processo de restrição da ação profissional a ações direcionadas por outros profissionais, que são executadas pelos assistentes sociais sem reflexão sobre o fazer e as resultantes desse fazer profissional.

[2] Denominação das instituições que executam os serviços socioassistenciais, tais como CRAS, CREAS, Abrigos, Centro Pop e demais.

[3] O nosso entendimento de prática como "uma atividade humana que se orienta conforme a fins, e esses só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana exige certa consciência de um fim, o qual se sujeita ao curso da própria atividade" (VÁZQUEZ, 2011, p. 223) sustenta a nossa ideia de prática profissional como ação humanizada atrelada a dois eixos: um relacionado à capacidade humano-genérica do animal homem de pensar, refletir e agir, que dá ao profissional consciência de sua prática, assim como sua capacidade de delimitar objetivos e finalidades para ela. E, o outro, interligado ao primeiro, se refere à base de formação intelectual que gera a direção política e ética, que direciona esse pensar, refletir e agir. Nesse sentido, identificamos na prática profissional uma práxis com determinada função social que não produz diretamente um produto ou meio para a subsistência, mas que interfere no processo de produção direta desse produto ou meio de subsistência. Essa prática profissional nas palavras de Vasconcelos (1997) é uma prática reflexiva

[4] A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Os primeiros casos foram identificados no final do ano de 2019, na China, e no início de 2020 já assumia proporções mundiais de contaminação, sendo responsável por milhões de mortes. (OPAS, 2021). No Brasil os primeiros casos foram identificados em fevereiro de 2020 e deflagrado o Lockdown em março do mesmo ano, chegando o ser o país recordista de morte no mundo.

reta final de nossos estudos, não havia mais condições e fôlego para retomar a primeira proposta. Portanto, optou-se pela construção de uma análise do Serviço Social, a partir do quadro tracejado pelo século XXI e, no corpo dessa análise, destacar a prática profissional em relação a manifestações conscientes do projeto ético-político no cotidiano das/dos assistentes sociais. Essa escolha se pautou no amadurecimento obtido sobre a temática, que trouxe o entendimento de que a protocolização poderia ser apenas uma parte situada no conjunto de conhecimentos sobre a prática profissional e que deve ser particularizada em estudos futuros.

A nova direção dada ao esse estudo em nenhuma hipótese se contrapôs ao seu objetivo primeiro. Ao contrário, no decorrer de sua construção, ela se mostrou muito significativa para aquilo que se queria como proposta inicial. Dimensionar o Serviço Social no século XXI se constituiu como o primeiro passo para o entendimento e para a correlação entre o que se projeta na profissão, aquilo que na realidade ela alcança e as tendências que iluminam ou obscurecem manifestações concretas do projeto ético-político na prática profissional.

Adicionados a essas contribuições estão os meus questionamentos sobre as "práticas profissionais" dos assistentes sociais identificadas ao longo dos anos de atuação na "ponta", ou seja, diretamente com a população usuária, e na docência, ao deparar com os discursos dos alunos e com a resultante dos processos de estágio supervisionado. Ambos os elementos me permitiram acessar um dado de realidade favorável à construção deste estudo. Isso porque a minha formação ocorreu na virada do século, e toda minha experiência profissional se deu no século vigente. Em outras palavras, vi e vivi muito do que nesse estudo é colocado como elementos de análise. Esse conjunto de materiais subjetivos e objetivos me habilitou nas dimensões prática e teórica a produção das reflexões aqui anotadas. Condição não tangível ao pesquisador sem tal experiência. O que me favoreceu uma construção articulada nas áreas do Serviço Social: a prática e a formação profissional.

A minha aproximação com a prática profissional se deu no campo da saúde, em que durante 18 anos pude atuar junto a outros assistentes sociais, em diferentes setores de instituições públicas das três esferas de governo e nos três níveis de complexidade, tanto na assistência como na gestão. Em concomitância a esse período, destaco a minha entrada no campo da docência e, mais recentemente, no campo sócio-ocupacional da política de assistência social. Elementos que julgo essenciais ao debate, que nas linhas seguintes me proponho a fazer.

Apesar dessa trajetória, discutir sobre a prática profissional é adentrar em um mar revolto, que exige um mergulho profundo, e cautelar nos fundamentos da profissão. Para tanto, os instrumentos escolhidos para esse mergulho vão contemplar o processo histórico de constituição do Serviço Social e destacar as conquistas e a manutenção da profissão em meio

aos turbilhões internos e tsunamis externos, que conduzem a profissão à sua versão atual. Uma versão pautada no compromisso com as lutas da classe trabalhadora, que em períodos de maremotos, especificados no desmonte dos direitos, historicamente conquistados por essa classe, se encontra como profissão de direcionamento ético-político, cuja concretização ocorre na prática profissional de alguns assistentes sociais atuantes na "ponta". Versão que parece ignorar a condição subalterna, fortalecida pela percepção endógena de evolução da caridade, que fundamenta uma imagem de profissão feminina[5], entrelaçada aos compromissos religiosos de cuidado e amor ao próximo, bem como a compreensão de público-alvo de suas práticas interventivas, os pobres miseráveis destituídos da solidariedade alheia. Outro elemento condutor dessa subalternidade centra nos enlaces dessa profissão com a ordem capitalista que não só impulsiona a institucionalização do Serviço Social como também o legitima como profissão, que atua sobre os conflitos sociais, amenizando-os para o capital, respondendo a sua necessidade de controle da grande massa e efetivando a sua face de "domesticação" do indivíduo, tecendo linhas que constituíram uma roupagem tipo camisa de força, que exige muito do Serviço Social para romper.

O falar em romper nos remete ao processo de tentativa de ruptura com as práticas conservadoras migrantes dessa subalternidade que, ao longo dos anos, colocou o Serviço Social funcional à ordem burguesa. Processo esse que afirmo ter sido "por cima", ou seja, se instrumentalizou de um debate teórico-metodológico que ainda tem muito caminho a percorrer se quer afetar de forma veemente o cotidiano do exercício da prática profissional. Isso pode ser uma falha da formação? Não me cabe aqui, neste momento, afirmativas quanto a isto, mas pôr questionamentos que provocarão reflexões e motivações aos estudos sobre o tema, favorecendo o entendimento de algumas indagações, tais como: podemos afirmar que existe uma materialização consciente do projeto ético-político do Serviço Social, na prática profissional? Quais são as projeções da profissão e como ela se apresenta na realidade e para quais tendências se envereda no século XXI? Na relação passado e presente, o que mudou e o que se mantém?

Ora, o Serviço Social adentra o novo milênio sob fortes determinantes internos e externos. Os internos pautados em uma formação mais crítica que fomenta uma prática profissional mais reflexiva e autônoma. Já os externos, pautados nas transformações societárias motivadas pela crise estrutural do capital, forçam uma formação profissional esvaziada e mercantilizada que amplia a condição subalterna da profissão e a sua funcionalidade aos

[5] Nesse apontamento se destaca a formação sócio-histórica brasileira embasada na versão liberal de sociedade de moral machista e de ordem patriarcal, que coloca a mulher como ser humano de menor valor, logo, a ela deve ser destinada a competência de ações subalternas de interesses privados dos mantenedores da ordem.

propósitos da acumulação capitalista. Isso gera uma prática profissional limitada a ações burocráticas e técnicas, dando ênfase mais à racionalidade instrumental do que à ontológica, tão valorizada na formação de base marxista. Essa colisão de direcionamentos para a profissão constitui o solo dos desafios do Serviço Social no século vigente. Nele, identificamos uma relativização dos valores éticos em nome de uma normatização de seus significados; uma percepção enviesada da tradição marxista; a reformulação de conceitos e práticas justificada pela condição de trabalho e uma focalização nos debates segmentários em detrimento do estudo dos fundamentos; entre outros rebatimentos.

Esses rebatimentos internos são influenciados por elementos externos como: o processo de globalização, que amplia a tecnologização e a automação do trabalho e da vida social; a formatação de uma nova sociedade com padrões pós-modernos, que flexibiliza o arcabouço da historicidade; as metamorfoses e as imposições do e no mundo do trabalho; a conjuntura socioeconômica e política de viés neoliberal, que direciona os direitos sociais e humanos rumo ao passado. Tais elementos externos comungam entre si e fortalecem o movimento de manutenção do capital como sistema dominante, interferem na dinâmica de organização e no funcionamento do Estado, impactando na condução das políticas sociais. Consequentemente, interferem nos direitos de cidadania, remodelando o mercado de trabalho a favor de uma dinâmica exploratória, refletindo nos trabalhadores, entre eles o assistente social que vivencia no cotidiano o flagelamento da população, o descaso do Estado, as alterações nas relações institucionais, de trabalho e nas relações sociais como um todo, entre outros fenômenos notadamente inerentes à ordem capitalista contemporânea.

Esse cenário desenha novas necessidades, desafios, projeções e tendências em pensar e fazer o Serviço Social, o que culmina em um tipo de prática profissional concatenada ou não a direção ético-política da profissão. Daí emerge o objeto de nosso estudo, a prática profissional do Serviço Social no século XXI. A partir dele, busco analisar os processos de ontem e de hoje que configuram o Serviço Social do novo milênio. Com essa base, produzo uma reflexão sobre a prática profissional dos assistentes sociais em suas relações e conexões com o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, tendo como objeto de estudo o espaço sócio-ocupacional da política de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro.

Para se chegar a esse objetivo, o nosso caminho se deu por duas vias. A primeira centra na reconstrução teórica do nosso objeto, o que exigiu contextualizar a formação da sociedade e do Estado brasileiro no capitalismo, frente ao cenário instituído no século XX, e a direção dada às políticas sociais e seus rebatimentos na dinâmica dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social no século XXI; resgatar a história do Serviço Social articulando-a com as

transformações societárias que incidem sobre a sociedade brasileira do século vigente e correlacionar a política de educação de Ensino Superior com a formação de Serviço Social, ressaltando seus possíveis rebatimentos na prática profissional; recuperar as bases e características do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro e as formas de sua materialização.

A segunda via na construção da análise exigiu identificar as referências ético-políticas e teórico-metodológicas dos assistentes sociais, bem como as principais demandas atendidas e suas respostas frente a elas; compreender a relação estabelecida, no fazer profissional, entre teoria e prática; correlacionar o perfil de formação dos profissionais com as estratégias de respostas às demandas; apontar os instrumentos utilizados pelos assistentes sociais nas respostas as requisições institucionais e demandas dos trabalhadores; e identificar projeções e tendências da prática profissional em sua contextualização com o projeto ético-político do Serviço Social.

Cabe ressaltar que a visão de profissão que sustenta esse estudo, a de totalidade, compreende o assistente social como profissional que decifra e atua sobre a questão social. Para tal, ele precisa captar o movimento dos diferentes determinantes da realidade social e atribuir transparência às iniciativas voltadas à reversão e/ou enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 2001). Situando o Serviço Social na reprodução das relações sociais contraditórias de classes na divisão social e técnica do trabalho, destacamos a sua participação na reprodução tanto da força de trabalho quanto da ideologia dominante (MONTAÑO, 2009), o que exige desse estudo a compreensão de dois elementos.

O primeiro se refere à sociedade capitalista que, forjada no processo de acumulação de capital, tem a exploração como base para o seu desenvolvimento, gerando um modo de reprodução da vida social no qual se destaca a dominação como regra das relações contraditórias e antagônicas que a fomenta. Como resultante, tem-se a desigualdade social, que se manifesta em situações traduzidas em forma de demandas para o Estado/Instituições socioassistenciais e, consequentemente, para os assistentes sociais no cotidiano de trabalho.

Demandas que são respondidas por meio de políticas sociais, que sofrem as esparrelas do processo de reestruturação do capital em suas versões historicamente determinadas, liberal/neoliberal/ultraliberal, destinadas pelo movimento de sustentabilidade da sociedade capitalista. Tal movimento impulsiona o mercado de trabalho, que exige do trabalhador, como sujeito que vende a sua força de trabalho, condições imediatas de adaptabilidade e flexibilidade às determinações produtivas de evolução capitalista. Aqui se destaca a importância de se fazer um resgate do movimento do capital nas esferas nacional e internacional ao longo do século

XX, para estabelecermos um parâmetro de como a questão social se estabelece e se reproduz no século seguinte.

O segundo elemento é o Serviço Social, profissão de nível superior inserida na divisão sociotécnica do trabalho, cujo profissional, o assistente social, é um trabalhador integrante de uma classe social aviltada pelo processo e exploração capitalista. Portanto, ele sofre os rebatimentos da reestruturação produtiva – que engendra novas modalidades de controle e gerenciamento da força de trabalho – e seus desdobramentos, que redefinem, reorganizam e ressignificam o trabalho. Estas modalidades operam em uma tendência a desprofissionalização do trabalho, seguindo a lógica de tecnificar, padronizar e unificar, "transformando os trabalhadores em tecnólogos e as profissões em tecnologia" (GUERRA, 2014, p. 60). Ou seja, novos vínculos e requisições de trabalho modificam as formas de gestão e consumo da força de trabalho, a proteção social dos trabalhadores, as perspectivas ideológicas e culturais, entre outros aspectos, afetando veementemente a prática profissional.

Envolto a esse elemento, cabe destacar a visão equivocada de Serviço Social como profissão vocacional ligada à prática da ajuda, que reduz o compromisso com os trabalhadores à boa vontade do profissional, produzindo posturas voluntaristas, fatalistas, messiânicas e psicologizantes, justificadas no "pluralismo", que em sua significância inexiste nesse palco favorecedor de um exercício profissional cada vez mais funcional ao projeto reformista-burguês (GUERRA, 2014). Tais transformações também impactam na formação profissional do Serviço Social, como a ampliação do Ensino a Distância (EaD) com a sua face mercantilista, utilitarista, de ensino por competência e aligeirado, que sustenta um mercado de graduação e pós-graduação. Nota-se um avanço descontrolado de pós-graduações *lato sensu* de curta durabilidade, focalizadas em especializações das especialidades, o que revela um "descaso" com a formação teórico-metodológica e ético-política, reduzida ao "treinamento e à transmissão de conhecimentos e ao adestramento que marcam o ensino pasteurizado, fragmentado e parcializado" (ABEPSS/CFESS/ENESSO apud IAMAMOTO, 2008, p. 437), dando aos debates científicos pequenas noções analíticas, desfavorecendo a constituição da capacidade reflexiva dos profissionais e colocando-os à mercê da alienação imediata da produção no mercado de trabalho.

Outro destaque centra na identificação de uma nova estruturação da prática profissional do Serviço Social, tornando o seu debate tão desafiador quanto o seu exercício no cotidiano. O esvaziamento da reflexão sobre o fazer profissional ou a sua extrema especialização e o direcionamento das ações profissionais aos fragmentos da questão social dão novos rumos ao Serviço Social, deslocando a centralidade de seu objeto da questão social em seu movimento

real, para fixação em fenômenos periféricos destituídos de análises crítico-dialéticas da ordem do capital. Essa tendência coloca o Serviço Social como um ramo das Ciências Sociais Aplicadas na produção de conhecimento, com grande arcabouço científico sobre a realidade social e pobre sobre si mesmo. Este é um fato notório nas produções dos cursos de mestrado e doutorado dos programas de pós-graduação de Serviço Social no Brasil[6].

No âmbito do cotidiano da prática profissional, isso se reflete na construção de um fazer, no qual estão ausentes a reflexão, o planejamento e a cultura de pesquisa inerente a ele, condenando o exercício profissional ao pragmatismo. Esse fazer favorece a reprodução de ideias e práticas conservadoras, ao se deter em ações imediatas, resultando em um movimento antagônico ao projeto ético-político da profissão.

Nesse circuito, o estudo desenvolvido nessas linhas pode se constituir como "solo privilegiado para o processamento de alterações profissionais" (NETTO, 1996, p. 118), porque analisar o Serviço Social no século XXI e os desdobramentos na prática profissional é considerar o quadro sócio-histórico da profissão e compará-lo com a direção dada à prática e como, na realidade, ela se manifesta, ao afetar as "condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais". (IAMAMOTO, 2001, p. 19). Logo, deixar de explorar esse solo é se colocar à margem da reconfiguração sofrida pela profissão em suas particularidades prático-sociais no curso dessas últimas décadas. Tais fatos influem e fluem no contexto operativo, ético e político das profissões no país. Traços que estão por concreto na formação do Serviço Social como profissão e que incidem e conformam o seu objeto de estudo e atuação, a questão social[7].

Na sociedade capitalista, as conjunturas do passado se manifestam no presente como "espelho" do antigo com molduras de modernidade, cuja direção persiste em conservar os interesses hegemônicos, reproduzindo ao longo da história um tipo de homem, que em sua "intervenção prática chega a produzir efeitos perniciosos, por falta de consciência exata da situação e dos fatores que nela operam", manifestando de forma similar e confusa o passado e

---

[6] Um estudo iniciado por integrantes do Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social (NEEPSS/FSS/UERJ), ainda em andamento, revela que nos 20 primeiros anos do século XXI, no universo das 8080 teses e dissertações produzidas pelos programas de Pós-graduação em Serviço Social ou ligado aos centros de formação em Serviço Social, apenas 880 se referem ao trabalho profissional, à prática profissional, à atuação do assistente social ou aos fundamentos da profissão.

[7] O termo *questão social* emerge no primeiro terço do século XIX, como sinônimo de um fenômeno que atingia a Europa Ocidental, resultante do intenso processo de industrialização: o pauperismo. As vítimas desse fenômeno não se conformaram e realizaram diversos protestos que configuraram uma ameaça concreta às instituições sociais existentes. Tais protestos eram em prol dos direitos relativos ao trabalho e do seu reconhecimento como classe pela burguesia e, principalmente, pelo Estado. Este movimento possibilitou a emergência da classe trabalhadora e seu ingresso no cenário político. (NETTO, 2001a).

o presente, esculpindo a sociedade brasileira. (FERNANDES, 2008, p. 23). Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais exibe os efeitos do passado e do presente na construção da consciência social e política no país. “Isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram.” (IAMAMOTO, 2001, p. 37).

A compreensão do presente a partir do movimento histórico dos fenômenos, assim como é pautado no pensamento crítico de Marx, que põe em questão o “status quo”, nos permite sintonizar na história os movimentos espraiados nas relações entre as forças produtivas e as relações de produção imbricadas no “sistema totalizante de contradições, que conferem à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 2001a, p. 19). Dessa forma, suscita um debate da sociedade capitalista a partir da indissociabilidade entre economia e política, tomando por base a existência de classes sociais antagônicas, nas conexões e relações necessárias na/para sustentação da sociedade do capital, identificando o Estado, não como um ente que responde a interesses universais, mas como instrumento da burguesia.

Nesse complexo, fica evidente um universo de significados inseparáveis da realidade a ser estudada e, no cerne dele, a prática profissional do assistente social, objeto dessa pesquisa, que sofre mutações ao longo da história da profissão, mas que em sua égide pouco se metamorfoseia. O que revela traços de ruptura e continuidade que merecem ser investigados para que se possa vislumbrar a significância do projeto profissional no cotidiano do exercício profissional. Para tanto, esse estudo precisa se dirigir por formas que se preocupem com um “nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1994, p. 21).

A pesquisa qualitativa, portanto, leva em consideração os processos sócio-históricos que envolvem os fenômenos sociais, contemplando as características básicas do objeto estudado. Ela considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada.” (GODOY, 1995, p. 21), possibilitando um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. “Isso implica considerar o sujeito do estudo: gente em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados” (MINAYO, 1996, p. 22).

Em outras palavras, identificamos o assistente social como sujeito que tanto sofre os rebatimentos das mudanças do mundo do trabalho e do movimento capitalista – devido a sua condição de trabalhador assalariado –, quanto sofre os rebatimentos dos movimentos internos da profissão – por ser parte integrante de uma categoria profissional que defende princípios e

valores que direcionam a finalidade da sua intervenção para o enfrentamento da questão social. Dessa forma, avalio ser possível sintetizar o desafio de decifrar os novos tempos no intuito de desmistificar o entendimento e a concretização do projeto profissional do Serviço Social na prática profissional.

Aqui seguiremos, portanto, o método de Marx, que é "o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto". (NETTO, 2011, p. 23). Para se chegar à essência, o pesquisador deve se posicionar em relação ao objeto de maneira a extrair dele múltiplas determinações, resgatando as mediações ontológicas que se estruturam em diferentes dimensões (singular, particular e universal), nas quais as contradições se manifestam, evidenciando as mudanças nas relações sociais e essas na sociedade e vice e versa.

O movimento dialético do micro para o macro e do macro para o micro permite identificar que as mediações nele existentes são contínuas e, portanto, extrapolam a relação causal. Trata-se de um movimento que busca a totalidade do fenômeno, a qual não se constitui como soma das partes, mas sim como uma integração intercessora e permanente de grandes complexos constituídos por pequenos complexos. Assim, é possível o *link* do movimento interno com o externo à profissão para identificar os determinantes que (re)constroem a sua natureza e, concomitantemente, o direcionamento da prática profissional do Serviço Social nos campos sócio-ocupacionais (PONTES, 2010).

No caso em tela, a aparência se manifesta nas novas práticas profissionais e a essência é o que busco, por isso me coloco na posição de pesquisador em relação ao objeto, no sentido de "extrair dele as suas múltiplas determinações" (NETTO, 2011, p. 53). Isso passa pela compreensão do porquê e de como essas novas práticas se manifestam e quais são os seus determinantes, desvelando as mediações que caracterizam a prática profissional do assistente social no século XXI. A essência e a aparência fenomênica compõem dialeticamente a mesma realidade, sendo que a segunda não explicita a historicidade processual que determina a primeira.

O método dialético contribui para a compreensão da prática profissional dos assistentes sociais não descolada de suas necessidades, escolhas e interesses, mas centrada na sua relação diária com as coisas e com os outros homens, portanto, perpassa pela apreensão que o profissional e/ou a categoria profissional têm dessa realidade. Daí a necessidade de se aprofundar estudos (na essência) para o alcance dos objetivos traçados para essa pesquisa, pois a resultante intelectual passa a ser uma atividade que repõe problemas ou até mesmo abre novos

problemas, tendo como base a construção de uma reflexão sobre o objeto, que, no contexto da análise dialética, sempre será uma análise crítica.

O pensamento crítico é inegavelmente incômodo. Ele é questionador e põe em questão o "status quo". "Marx é crítico em dois níveis (...); os seus trabalhos são uma reflexão crítica sobre o objeto e sobre as interpretações prevalecentes sobre o objeto" em três dimensões (IANNI, 2011, p. 401). A *dimensão histórica* permite captar a expressão de um determinado momento histórico da processualidade da humanidade, em específico da sociedade burguesa assentada no modo de produção capitalista. Nessa dimensão, se compreende as estratégias aplicadas ao longo da história pelo capital para a sua manutenção e hegemonia, produzindo rebatimentos irreparáveis no mundo do trabalho. A *dimensão crítica* auxilia a revelar, desvelar e trazer à superfície os fundamentos de um processo qualquer, isto é, trazê-los à consciência. Com isso, é possível desmistificar o entrelace do movimento do capital com as novas práticas profissionais impostas/aplicadas no cotidiano do exercício profissional. A *dimensão ontológica* se preocupa em definir a lógica do objeto de pesquisa.

Desta forma, o aporte teórico que fundamenta esta tese é a Teoria Crítica de Marx que, sem dúvida alguma, marcou o processo sócio-histórico da profissão. Nas duas últimas décadas do século passado, enquanto o mundo do trabalho reestruturava seus padrões de racionalização das práticas profissionais, internamente, o Serviço Social vivia, em parte, o ápice de um movimento de renovação. Um movimento que proporcionou o entendimento da existência de uma sociedade de classe e das contradições a ela inerentes e de um significado social da profissão, que no mesmo instante que intervém nas sequelas da questão social, favorece o seu aguçamento.

A Perspectiva Crítico-Dialética pautada no pensamento de Marx está determinada "a explicar as contradições no pensamento e as crises da vida socioeconômica em termos das relações essenciais, particulares e contraditórias que as geravam" (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 206). Portanto, seguir essa perspectiva significa percorrer caminhos históricos de forma dialética no estudo da sociedade burguesa e consiste "em situar a análise dos fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade" (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 38).

Nota-se, portanto, que o entendimento do dinamismo social "não é uma relação de causa e efeito simples. Assumir uma postura crítica, não vulgar, de posicionamento frente ao conhecimento posto consiste em trazer os "conhecimentos ao exame racional, tornando conscientes os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo

que faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais". Além de produzir o estudo do objeto de forma dinâmica e viva, não engessada, considerando os determinantes internos e externos que o compõe e o formata, sendo possível captar o movimento real do objeto indo para além da aparência do fenômeno (NETTO, 2011, p. 18).

Na esteira desse processo, busco confirmar a seguinte hipótese: as transformações societárias fundadas no fim do século XX fertilizam o terreno do século XXI, no qual encontramos uma reestruturação do mundo do capital e do trabalho reverberando na dinâmica da formação e do exercício profissional, em especial do Serviço Social, interferindo nas formas conscientemente do projeto ético-político do Serviço Social. Isso reflete na contradição entre as projeções da profissão e como elas se apresentam na realidade.

Diante da dimensão generalista da profissão, foi necessária a limitação de um determinado espaço sócio-ocupacional. O definido foi a política de Assistência Social, centralizada nos assistentes sociais que atuam nos CRAS da cidade do Rio de Janeiro. Os dados empíricos serão extraídos da pesquisa em andamento no Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEEPSS/FSS/UERJ-CNPq/FAPERJ), denominada "A Prática do Assistente Social. Cotidiano e práticas democráticas", coordenada pela Professora Dra. Ana Maria Vasconcelos.

A coleta de dados teve início, de forma sistematizada, nesta área de atuação profissional, em 2004, quando começou o moroso processo de aprovação da pesquisa na SMAS/RJ. Com o término da coleta de dados nas 72 unidades socioassistenciais da SMAS/RJ – CRAS, CREAS e Centros PoP –, temos Diários de Campo, entrevistas em profundidade com os assistentes sociais e o registro de reuniões realizadas pelos assistentes sociais com usuários. (VASCONCELOS, 2017)

Com esse arcabouço e as variantes que se almeja analisar, nesta tese, tomo como objeto 19 das 55 entrevistas em profundidade realizadas com os assistentes sociais dos CRAS, CREAS e CPOP da SMAS/RJ, ao longo da segunda década do século XXI. Essas entrevistas em profundidade tiveram como base um formulário (ANEXO nº 01) com 231 variáveis, sendo 157 abertas e 74 fechadas, divididas em 7 blocos que contemplam o perfil profissional dos entrevistados; a sua relação com a legislação, competências e atribuições profissionais; a prática profissional; a reflexão e o planejamento do trabalho profissional; a ação e execução do trabalho profissional; a sistematização e documentação produzida e usada pelos assistentes sociais; e a avaliação dos serviços prestados por parte da instituição, unidade e Serviço Social. Para subsidiar a nossa análise, escolho apenas as entrevistas realizadas com assistentes sociais lotadas nos CRAS, que são as únicas unidades de referência da Proteção Social Básica (PSB).

Isso devido a minha proximidade com o cotidiano de trabalho do CRAS, sendo ele um espaço onde atuo. Também por ser ele considerado como a "porta de entrada" da política de assistência social, servindo como centro de referência da população do território adstrito.

Do total de variáveis, foram escolhidas 52, que afunilam para os propósitos dessa pesquisa, as quais envolvem formação, prática profissional e vínculo empregatício, entendendo que a conexão dos assistentes sociais com o projeto profissional recebe influências de determinantes externos como a relação com o movimento do capital sobre as políticas sociais e o mercado de trabalho e formação profissional.

Nesse universo, a presente tese foi desenvolvida em cinco capítulos.

O primeiro retrata o processo histórico da formação social, política e econômica do Brasil no século XX, com o intuito de contextualizar a formação da sociedade e do Estado brasileiro no capitalismo frente aos cenários instituídos no século XX e a direção dada às políticas sociais e seus rebatimentos na dinâmica dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social no século XXI. Entender o movimento do Estado brasileiro é fundamental para compreender as demandas emergentes no âmbito das instituições e da população usuária.

No segundo capítulo utilizo do movimento externo de consolidação do Brasil como país capitalista; com isso, objetivo entrelaçar a relação da conjuntura do país com a trajetória do Serviço Social brasileiro ao longo do século passado e as projeções e desafios postos à profissão para o século vigente. Desse modo, realizo um resgate dos processos históricos que formatam o Serviço Social como profissão no Brasil, dando ênfase à proposta de ruptura que coloca a profissão na esteira do projeto ético-político.

No terceiro capítulo, trago o projeto ético-político do Serviço Social, desenvolvendo uma compreensão ilustrada por diferentes debates sobre os pilares de fundação desse projeto, além de colocar em voga o debate de sua manifestação consciente no cotidiano da profissão.

A partir do capítulo 4, a proposta é a de utilizar dos elementos debatidos nas seções anteriores para fundamentar e possibilitar a análise formulada no capítulos procedentes. Ainda como estrutura desse estudo, verifico a necessidade de sintonizar o leitor ao sentido de como a política de assistência social se encontra no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Com isso, é possível mapear os determinantes que transitam no cotidiano dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, com destaque para o assistente social. Ainda nesse capítulo, apresento a pesquisa de campo e os seus desdobramentos, expondo alguns dados locais articulados com outros nacionais.

O 5º capítulo inaugura um debate sobre a formação profissional, usando tanto de referenciais da construção teórica como de dados identificados na pesquisa de campo, dando

continuidade ao debate sobre o projeto ético-político, destacando, no processo histórico, as transformações no âmbito da formação e o reflexo na prática profissional. Assim, apresento alguns resultados analíticos das variáveis já destacadas, que expressam realidades da prática profissional dos assistentes sociais dos CRAS da SMAS/RJ. Assim busco trazer concreticidade a todos os debates realizados nos capítulos anteriores, os quais serviram como refletores para o debate aqui então desenvolvido.

Espero que, com o arcabouço de estudos apresentados aqui, seja possível contribuir para que os "assistentes sociais brasileiros [possam] inventar e tornar hegemônico, em todos os espaços profissionais, o modo (como) de fazer Serviço Social na direção do projeto profissional, o qual não tem nada a ver com o modo conservador de fazer Serviço Social". (VASCONCELOS, 2015, p. 33).

A unidade entre teoria e prática no exercício profissional se refere à captação do método e de sua aplicabilidade e vinculação com os direcionamentos ético e político da profissão que colocam em voga a luta da classe trabalhadora. Vinculação que poucos assistentes sociais entendem ou sabem fazer, ou seja, identificar no cotidiano como as pautas postas na luta da classe trabalhadora se manifestam nas limitações de acessos aos serviços públicos de proteção social, nas reivindicações de melhores condições de vida de moradores de uma determinada comunidade e na rejeição das ações discriminatórias e violentas do Estado no enfrentamento da questão social.

Nesses e em tantos outros fenômenos estão presentes a pauta das lutas da classe trabalhadora. O difícil é saber se a categoria tem conseguido apreender isso antes de propor ou seguir determinadas práticas interventivas. Por isso, pretendo com essa pesquisa corroborar para o entendimento e compreensão da categoria sobre a excelência da projeção de uma sociedade e de uma profissão fundada na emancipação humana. Portanto, lutar por isso vale muito a pena!

1. SÉCULO XXI: UM ESPELHO DO PASSADO

Os badalos do relógio anunciam a chegada de um novo ano e a recepção de um novo século. A "grande virada" acontece! O anseio das mentes e dos corações fertilizados pelas fantasias futurísticas do modo de vida dos Jetsons[8] e aterrorizados pelas previsões apocalípticas – o bug[9] da internet, a invasão extraterrestre, o aquecimento global e a Terra em chamas, o abandono do planeta em busca de outro lugar no universo para morar – palpitam forte e despertam um tempo de esperança e medo, os quais são muito bem explorados pelos eixos conservadores de dominação capitalista.

Apesar da expectativa pelo novo, na sociedade capitalista, as conjunturas do passado se manifestam no presente como "espelho" do antigo com molduras de modernidade, cuja direção persiste em conservar os interesses hegemônicos, reproduzindo ao longo da história um tipo de homem que em sua "intervenção prática chega a produzir efeitos perniciosos, por falta de consciência exata da situação e dos fatores que nela operam", manifestando de forma similar e confusa o passado e o presente, no esculpir da sociedade (FERNANDES, 2008, p. 23). Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais exibe os efeitos do passado e do presente na construção da consciência social e política no país. "Isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram." (IAMAMOTO, 2001, p. 37).

Nesse sentido, o novo século pode ser novo em temporalidade, mas os seus avanços são notórios reflexos do velho modo capitalista de ser, o qual, em seu passado recente, estabeleceu vieses de dominação e condicionou regras e normas às economias do mundo, gerando elo de dependência e forçando reverência aos interesses imperialistas, tipicamente representados pelos Estados Unidos (EUA). As propostas para o fortalecimento econômico de um Estado só são possíveis em detrimento da fragilização do outro, assim o mundo se divide em blocos. De um lado, os países desenvolvidos (ricos), e do outro, os em desenvolvimento (explorados), constituindo uma forma de mundialização da economia. Essa é viabilizada pelo avanço da

---

[8] "Os Jetsons" é uma série de animação criada pelos estúdios Hanna-Barbera na década de 1960 exibida no Brasil nos anos 1980, que retratava o cotidiano de uma família do futuro, onde havia carros voadores, robôs como empregados, automatização de algumas tarefas. As videoconferências, o teletrabalho, o fortalecimento da alienação e fetichização capitalistas, entre outras características, aos poucos, identificamos se constituírem como elementos integrantes dessa sociedade, porém, não tão simples e sem a barbárie como é retratada na animação para o público infantil.

[9] Também conhecido como falha lógica, quando o computador perde a finalidade de execução de um determinado processo. Acreditava-se que com a virada do século os computadores se reiniciariam para 00, nesse caso, 1900, deletando os arquivos de data posterior a esse ano.

tecnologia, engendrando ênfases na manutenção de um controle global viável da produção material e dos intercâmbios culturais da humanidade (MÉSZÁROS, 2012).

Assim, sem renunciar a sua tradição, o sistema capitalista funda nova percepção de vida, de coletividade e muda o sentido de elementos singulares, como de democracia e de liberdade; aprofunda o processo de acumulação; recrudesce as relações sociais; agudiza a desigualdade social e, consequentemente, atenua a questão social.

O que vemos no capitalismo é o movimento contínuo de intensificação das contradições e dos antagonismos associados a causas irremovíveis do capital, sendo o Estado um eximo colaborador. Tal colaboração se expressa quando o Estado efetiva o controle do antagonismo das classes, se manifestando como promotor da ordem no cenário de ausência do consenso social, tendencioso aos interesses capitalistas, legitimando o poder e a repressão para reforçar a reprodução da estrutura de classes. Dessa forma, opera o seu poder a favor do capital, oprimindo a classe trabalhadora, cujos interesses são totalmente ignorados e alienados a apoiar um Estado com propostas cinicamente mentirosas de solução do desemprego, assim como o advento do "canto da sereia do keynesianismo, visto como o sonhado remédio, apelando para o espírito do velho "consenso expansionista" a serviço do 'desenvolvimento'." (MÉSZÁROS, 2012, p. 95).

A ação do Estado reencaminha o trato da classe trabalhadora que, em sua nova morfologia, ganha conceito ampliado, incorporando "a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem a sua força de trabalho como mercadoria em troca de salários", defasado e incompatível com as necessidades de sobrevivência desse segmento. (ANTUNES, 2018, p. 31). Ainda não se pode olvidar as formas de inserção desses trabalhadores e trabalhadoras no mundo do trabalho, as quais ocorrem por meio de contratos terceirizados, temporários, flexíveis, de acordo com a produtividade, em formatos de uberização e/ou pejotização e pautados na informalidade. Constituindo bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados, que engrossam as filas de acesso às migalhas fornecidas pelos governos por meio das políticas sociais imediatistas e assistencialistas, que mais atuam para a manutenção do "desastre social" do que para o seu enfrentamento.

Tudo isso reflete na sociabilidade. "A imediaticidade da vida social planetariamente mercantilizada é proposta como a realidade" que se confunde com representações esfumaçadas do real pautadas em uma cultura, sendo por ela mesma considerada uma cultura de consumo, ou seja, "ela cria a 'sensibilidade consumidora' que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais" (NETTO, 2013, p. 17). Para além, o movimento pós-

moderno se consolida tanto no campo teórico como no ideológico, tido como possível resposta à crise de paradigmas, cuja funcionalidade favorece a pulverização da coletividade e a emersão de novas identidades culturais, que se movimentam em prol da construção de suas comunidades em nome da defesa do direito à diferença. A resultante é o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, fundando um tipo de "cultura global", que "se movimenta entre a produção/ divulgação/consumo mercantilizado de "artefatos globais" e a incorporação/consagração de expressões particularistas", rompendo os fios texturais sociais que ligavam os seres humanos. (NETTO, 2013, p. 19).

Nessa versão, o capitalismo contemporâneo nos impõe a necessidade de uma análise mais profunda e dialética da realidade, para compreendermos o movimento que instala o século XXI e define as suas projeções do presente. Presente esse estabelecido em um futuro indefinido, portanto, o passado deve ser evocado "na forma de um *deja vú* – como o domínio da presença eterna do sistema sob roupagens diferentes, de modo a remover as determinações históricas reais e as limitações temporais do presente." (MÉSZÁROS, 2012, p. 75).

Assim, as linhas a seguir se propõem ao resgate histórico do século XX entendendo-o como movimento e através do qual se engendram e renovam as relações sociais que peculiarizam a formação social capitalista no Brasil. Resgate que implica na compreensão da realidade para além do mero processo cronológico de acontecimentos isolados de seus determinantes, exigindo uma análise dialética, a única que nos permite captar, no movimento do real, as contradições e os antagonismos que dão base à questão social e à significação histórica da profissão.

1.1. Um Brasil para o capital

"O século XX foi o mais mortífero de toda a história" (HOBSBAWM, 2007, p. 21). Para o autor, é uma era que combina "catástrofes humanas de dimensões inéditas, conquistas materiais substanciais e um aumento sem precedentes de nossa capacidade de transformar e talvez destruir o planeta" (HOBSBAWM, 2007, p. 9). As guerras em busca de paz tinham um pano de fundo tecido por interesses capitalistas de expansão e ampliação do processo de acumulação de capital. O discurso pela paz ou proteção dos povos, no seu interior, efervescia a

proposta de centralização de poderes e de recursos que redesenhou o território mundial[10], alocando grandes potências econômica em diferentes nichos de riquezas naturais.

O estágio imperialista do capital definiu uma fase de grande concentração da produção e do capital caraterizada pela fusão do capital bancário com o industrial, pela formação de associações internacionais monopolistas e pela partilha territorial do mundo. Esse estágio teve início no fim do século XIX e ganhou forças alcançando o seu apogeu no século XX, período no qual pode se constatar inúmeros exemplos de ação concentradora econômica e antidemocrática conduzida pelas oligarquias financeiras (NETTO; BRAZ, 2007).

O Brasil, bem longe da realidade dos países centrais, nesse período vivenciava a Proclamação da República (1889), que evidenciou a necessidade de sua economia se conectar nas transformações capitalistas mundiais e seguir rumo à construção de um novo papel no mercado internacional. Porém, o passado recente de escravidão[11] não favorecia um padrão de força de trabalho a ser assumida pela indústria brasileira, que não possuía nenhum sinal de expansão. A economia agroexportadora do café construída por mão de obra escrava se vê na necessidade de contratação de trabalhadores assalariados, os quais não seriam, em geral, os negros[12] (ex-escravos), recrutando, portanto, os imigrantes. Estes atracaram nos portos brasileiros, oriundos de diferentes locais da Europa, em geral refugiados das grandes guerras ou motivados por um sonho de prosperidade.

Os imigrantes, diferentemente dos trabalhadores brasileiros, exibiam determinados conhecimentos sobre as relações capitalistas de produção. Logo, possuíam um perfil de trabalhador que não combinava ao dos negros escravos, sendo impossível adequá-los a uma rotina de trabalho de características escravocratas[13].

---

[10] "Essa partilha do mundo foi posta em questão em 1914: como já não existiam territórios "livres", qualquer nova expansão haveria de fazer-se mediante o confronto entre os Estados imperialistas – é assim que explode a Primeira Guerra Mundial, expressão dos conflitos Inter imperialistas, conflitos que também responderiam pela Segunda Guerra Mundial. De fato, a guerra, no estágio do capitalismo dos monopólios, constitui a forma externa de partilhas do mundo pelas potências imperialistas." (NETTO; BRAZ, 2007, p. 183).

[11] A escravidão, com destaque a da população negra, produziu e reproduz profundas marcas na formação da estrutura da sociedade brasileira. Essas marcas são notórias na relação casa grande-engenho, tão brilhantemente debatida por Gilberto Freyre em sua obra "Casa Grande & Senzala", na qual se identifica a demarcação de posições hierárquicas e o papel da nobreza no Brasil. Definido pelo que ela não fazia ou não precisava fazer como a dedicação ao trabalho braçal, que era destinado ao negro escravo.

[12] Cabe destacar que havia um ideal eugenista acoplado ao movimento de embranquecimento da mão de obra brasileira envolvido nessa dinâmica, que não nos cabe detalhar aqui por não ser o foco desse trabalho.

[13] O movimento abolicionista destaca-se nesse enredo mais como um compromisso capitalista liberal em busca da pacificação das relações sociais entre senhores e escravos, do que uma luta contra a violência e o preconceito de cor. Nesse caso, a liberdade configurava não "os fins primordiais do desenvolvimento, mas

Eles, portanto, protagonizaram movimentos em prol de sua organização como classe trabalhadora e expressavam traços profundos dos movimentos anarquistas e socialistas das lutas europeias. A culminância desses movimentos é o surgimento das organizações sindicais no país, já em 1903. A priori, elas representavam apenas os trabalhadores da indústria e da agricultura, seguidos dos demais trabalhadores em 1907, quando houve o reconhecimento do direito sindical. Isso estabeleceu uma correlação de forças cujo tom diferencia o trato com a classe trabalhadora brasileira que, em 1911, alcançou a redução da jornada de trabalho para 12 horas e, oito anos depois, conquista a regulamentação dos acidentes de trabalho.

Enquanto isso, a recém proclamada República instituía um modelo de presidencialismo no país sob influência do parlamentarismo europeu e sem o sufrágio universal. Isso exigia uma contínua construção de alianças partidárias, forçando os líderes do Poder Executivo (nas três esferas: Federal, Estatal e Municipal) a negociarem e distribuírem poderes, via clientelismo, definindo uma agenda de conquista de aliados em postos chaves do Congresso, Senado, Banco Central e Procuradoria Geral da República, entre outros de igual importância em cada esfera; isso reflete na proposição e implementação das políticas públicas, influenciando-as direta e indiretamente, o que ocorre até os dias atuais. (SIMÕES, 2010).

Daí se identificam cinco correntes político-ideológicas (CERQUEIRA FILHO, 1982): a dos monarquistas, a liberal, a dos militares, a positivista e a da classe operária. A primeira defendia o retorno da monarquia por meio de manifestações de crítica do regime republicano e do positivismo. Pouco ameaçava o Governo Provisório, mas teve de ser controlada pelo poder estatal.

A segunda corrente tem referência nos jacobinos, que seguem a vertente mais radical do liberalismo, que em suma não condiz com a realidade brasileira, pois a formação da burguesia brasileira "resultou praticamente a imagem fantasmagórica de uma burguesia liberal", pois nunca adotou "o liberalismo radical autêntico do século XIX ou mesmo do século XX".

A terceira, a dos militares, ocupa o poder de moderador da vida política brasileira. A efetiva participação dos militares na queda do Império e nos primeiros anos da República, sobretudo nos momentos de crise, lhe conferiu este lugar. Contudo, o envolvimento dos

---

também os meios" (SEN, 2010, p. 25). A Abolição foi um processo construído pelos representantes do capital, que reclamavam os prejuízos econômicos, sociais e políticos que a manutenção da escravidão gerava. Assim, o advento da Abolição da Escravatura, pela Lei Aurea em 1888, fortalece o movimento em prol do federalismo que culmina no ano seguinte, na Proclamação da República Federativa do Brasil. Os impactos desse acontecimento na economia resultam na necessidade de reajustamento das unidades primárias exportadoras regionais que à época eram suficientes apenas para a não desagregação da nação (SIMÕES, 2010). Portanto, a República se destaca como um importante período para a consolidação do capitalismo, pois institui efetivamente o trabalho assalariado como regime de trabalho no país.

militares com a política centrava-se na preocupação do pensamento militar de tornar o Exército uma instituição "capaz de planejar e executar uma política de defesa nacional". Embora os militares não influenciassem diretamente o pensamento dominante, os seus discursos estavam impregnados de Positivismo.

A corrente político-ideológica positivista "consubstancia o pensamento autoritário, que marcou o pensar, o agir e a prática afetiva não só das elites no Brasil, mas de toda a formação social",. em suas características conservadoras e elitistas, defende um governo ditatorial; a não participação política das classes populares; reclama a liderança das elites; naturaliza a questão social – conferindo aos conflitos sociais o *status* de desordem social, por defender a intolerância para o pensamento divergente –; preserva e defende a organização social a partir da estruturação hierárquica de poder; comunga com a instauração de uma religião positivista; "dirige-se particularmente às emoções e aos sentimentos quando postula o comportamento religioso típico". Essa corrente apresenta uma vinculação imediata com o início do Serviço Social no Brasil.

No contraponto das correntes acima, a da classe operária reconhece a questão social como elemento central da luta de classes. Ela expressa a realidade de uma sociedade de classes, porém a questão social não é legitimada pelo pensamento dominante, e o movimento da classe operária é pouco expressivo e pautado em modelos estrangeiros.

Todo esse cenário constitui no início do período republicano um espaço de grandes conflitos e busca de conformação de poderes e espaço social, econômico e político. O mundo capitalista central também vivia uma efervescência de disputas políticas e econômicas, marcadas por uma crise que culmina no fenômeno do pauperismo.

Nos anos 1920, o Brasil sustentado pela monocultura do café mantinha um *status* de colônia exportadora, cujo equilíbrio político era garantido por meio da distribuição de poderes entre governo federal e elites regionais, favorecendo a alternância histórica entre mineiros e paulistas na condução da política nacional. Havia um estado de sítio com forte repressão policial contra os trabalhadores urbanos, reduzindo a possibilidade de greves e o poder dos sindicatos.

A crise do capital de 1929-32[14] gerou instabilidade na economia mundial. A alta dos preços das mercadorias, o aumento do desemprego e a perda de valor de compra da moeda

[14] "Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Valores de Nova York. A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela, instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados (SANDRONI, 1992, p. 151), e se instaura, em paralelo à revolução

aprofundaram uma crise econômica e política, para a qual as medidas adotadas pelo governo de Washington Luís, no Brasil, eram pouco eficazes, desenhando uma tendência aos interesses industriais do capitalismo monopolista internacional como estratégia de manutenção da heteronomia brasileira.

Esses fatos repercutem nas eleições de 1930 e se constituem no palco de disputas internas entre a oligarquia cafeeira e o projeto reformista industrial. A revolta civil e militar que se instaurou em outubro de 1930 apenas concretizou os boatos já existentes de oposição ao governo de Washington Luiz, que exigiu a sua renúncia. Mas, diante de sua resistência, ele foi deposto pelas forças militares, que entregaram o poder da nação a Getúlio Vargas. Dessa forma, a Revolução de 1930, como ficou conhecido esse movimento, resultou em grandes mudanças na economia, na política, na sociedade e na cultura, principalmente, no que se refere ao marco das políticas sociais brasileiras.

A Revolução de 1930 pôs fim à denominada República Velha e às articulações das oligarquias regionais do Brasil, que sobrepunham os seus interesses particulares aos do Estado, impedindo a conexão mais aprofundada com a ordem monopólica internacional. Uma vez empossado, Getúlio Vargas direcionou, ainda no Governo Provisório, uma série de reformas administrativas, sociais e políticas, no intuito de institucionalizar uma nova ordem, que responderia às reconfigurações impostas pela ordem monopólica e ascenderia o Brasil ao comércio mundial. No comércio mundial, o Brasil se encaixaria na hierarquização do processo de mundialização capitalista, no qual os países menos desenvolvidos se submetem às relações de domínio e exploração dos países mais desenvolvidos, atando o Brasil aos elos do capitalismo dependente.

> A crise de 1929 evidenciou para os dirigentes mais lúcidos da burguesia dos países imperialistas a necessidade de formas de intervenção do Estado na economia capitalista. (...) [também] revelou que novas modalidades interventivas se tornavam necessárias: fazia-se imperativa uma intervenção que envolvesse as condições gerais da produção e da acumulação. Essa era uma exigência estritamente econômica; mas o contexto sociopolítico em que ela se opunha condicionou largamente a modalidade em que foi implementada. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 193).

A década de 1930 constituiu-se, assim, como um marco para o Estado e para a sociedade capitalista no Brasil. É nela que identificamos o ponto de partida das políticas sociais, a gênese do Serviço Social e a realocação da classe trabalhadora no cenário político e econômico

---

socialista de 1917, uma forte crise econômica, com desemprego em massa e de legitimidade política do capitalismo" (BERHING; BOSCHETTI, 2006, p.69).

brasileiro. Em meio à crise capitalista que impactou as economias centrais, o Brasil vivia um momento de tensões e contradições em prol de uma agenda modernizadora, que alçava a entrada do país na disputa por um espaço no mercado mundial, mas para tal precisava se sintonizar com as "regras" imperialistas[15] monopólicas, que ascendiam nos Estados Unidos (EUA).

Essa sintonização chega de forma antidemocrática. Getúlio Vargas toma posse e estabelece o Governo Provisório, produzindo mudanças medulares na democracia brasileira e constituindo uma linha ditatorial de governo, na qual todos os postos de poder no país estavam sendo ocupados por civis e militares não eleitos. O seu programa reformista radical foi implementado através de uma profusão de decretos: "anistia aos tenentes, remodelamento do Exército, criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública, reforma do ensino e da educação pública" (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p, 362).

O centro dos interesses getulistas era a política trabalhista, pois o governo precisava sincronizar a produção brasileira com o mercado internacional, portanto, criou as leis de proteção ao trabalhador e reprimiu qualquer esforço de organização dos trabalhadores fora do controle do Estado (liquidou o sindicalismo autônomo e enquadrou os sindicatos como órgãos de colaboração do Estado) e excluiu o acesso dos trabalhadores rurais aos benefícios e à legislação protetora do trabalho, forçando um avanço do processo de industrialização. Nessa linha, Getúlio instituiu um tipo de cidadania regulada[16], por meio da implantação de serviços públicos de proteção social, seguindo a proposta de intervenção do Estado na economia, assim como se alinhou às propostas de recuperação da acumulação capitalista nos países centrais.

A agenda para o progresso se alinhava ao processo de modernização conservadora: "além da perspectiva de dar um salto adiante do ponto de vista econômico, impulsionando as demais oligarquias agrárias e a indústria, estavam pendentes a regulamentação do trabalho e o enfrentamento da questão social" (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 106).

---

[15] "O imperialismo levou a cabo e consolidou a vinculação de nações e estados de todo o planeta, estabelecendo-se um fluxo de conexões que acabou por configurar uma economia em que todos são interdependentes (sem prejuízo das hierarquias e das relações de dominação e exploração). (...) O imperialismo é um estágio de desenvolvimento do capitalismo, por isso mesmo, as leis (tendências) que comandam a dinâmica desse modo de produção continuam operando nesse estágio. No entanto, fazem-no sob condições novas, que modificam a operação daquelas leis, decorrem processos e fenômenos antes inexistentes (ou que antes não tinham a relevância que, com o imperialismo, passam a ter)" (NETTO; BRAZ, 2007, p. 187/188).

[16] Com Santos (1979), temos a "cidadania regulada". O direito a ter direito social é então marcado pela inserção do indivíduo no sistema produtivo e não a partir de um código de valores políticos universais, o que, de fato, não cria condições para o indivíduo se reconhecer como cidadão. Esse tipo de proteção social é constituído por políticas sociais voltadas para grupos específicos da população, o que demonstra nossas dificuldades históricas de reconhecer que todos os membros de uma sociedade devem ter direito a uma vida digna e a usufruir a riqueza socialmente produzida.

Surge o Estado Novo, como uma "face social" de características coorporativas, introduzindo políticas sociais públicas voltadas apenas aos trabalhadores formais e aos seus dependentes, como exemplo, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs)[17]. Os demais trabalhadores ficavam à disposição do suporte da caridade dos nobres e da solidariedade católica ou, os que podiam financiavam as respostas às suas necessidades sociais. Logo, a grande massa populacional se via "obrigada" a submeter-se à nova ordem em virtude do progresso do país. Instituía-se no Brasil um modelo de seguridade social assistencial. Um modelo cujas "ações têm caráter emergencial, apresentando, ainda, uma perspectiva caritativa e reeducadora" (MONNERAT; SENNA, 2007 p. 113), que fomentava a base conservadora e autoritária, portanto, avesso às ideias igualitárias da social-democracia, à época em expansão nos países centrais capitalistas (PEREIRA, 2011, p. 41).

Mesmo assim, Getúlio Vargas foi ovacionado pelo povo que o considerava "Pai dos Pobres", pois, diferentemente dos governantes anteriores, expressou preocupação e agiu em prol dos trabalhadores e necessitados. No entanto, essa face humanitária do governo varguista não passava de uma falácia populista voltada a rebanhar o povo por meio de um controle ideológico e político.

Nesse cenário, as políticas sociais emergentes desempenhavam funções ideológicas de reintegração dos desviados sociais, pois, ao passo que incluíam os que criteriosamente se encaixavam nas modalidades de perfil etário e de capacidade laborativa, evidenciava os tidos anormais ou incapacitados no rol dos fracassados e não aptos para a sociedade em progresso. Ou seja, culpabilizando os sujeitos das mazelas produzidas pelo processo de desenvolvimento capitalista fomentado na desigualdade social – no aguçamento da questão social. (FALEIROS, 2008).

Em outra palavras, o Brasil engendrou-se nas vias da industrialização pautado na necessidade de combinar-se ao capitalismo monopolista internacional, caracterizado pela ação do Estado na resolução das dificuldades crescentes de valorização do capital – proporcionando oportunidades adicionais, numa escala sem precedentes, para investimentos "lucrativos" do capital na indústria de armamentos, na "indústria de proteção ao meio ambiente", na "ajuda" a países estrangeiros e obra de infraestrutura" e na função vital de "administração das crises". O Estado assumia a responsabilidade de promover condições gerais de produção, o que "inclui

[17] Os IAPs eram instituições onde eram oferecidos serviços de saúde aos trabalhadores e aos seus dependentes. Eles configuravam o modelo de política de saúde centrado nos trabalhadores, apoiado na medicina previdenciária, caracterizado pelo centralismo, clientelismo, populismo e pelo paternalismo. Logo, um sistema de saúde excludente, não universal e não integral.

todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar ou pelo menos adiar, tanto o quanto for possível, o retorno de quebras bruscas e catastróficas", no processo de acumulação de capital (MANDEL, 1982, p. 340).

Nessa guisa, as propostas interventivas do Estado, por meio das políticas sociais, com vistas ao controle da classe trabalhadora e manutenção da hegemonia burguesa, por outro lado, expressavam iniciativas de valorização e "reconhecimento" da classe trabalhadora que deveria ser disciplinada, mas também estimulada a superar as suas problemáticas individuais e alçar o desenvolvimento próprio, refletindo no desenvolvimento social de muitos.

Essa visão liberal formata as políticas sociais que atingem as sequelas da questão social, que são recortadas e entendidas como problemáticas particulares, portanto, instrumento para "salvar" os sujeitos de suas disfuncionalidades, a partir do acesso a "oportunidades iguais" que, para os adaptáveis, constituem o resgate do "desvio" da lógica social. Por isso, as políticas sociais eram voltadas aos trabalhadores como "privilégio" ao desenvolvimento pessoal daqueles que contribuíam para o desenvolvimento do país.

Seguindo esses ideais, a evolução industrial no Brasil foi amarrada ao processo estratégico de superação capitalista internacional, ratificando o seu *status* de economia dependente monitorada pelos organismos internacionais do capital. À época, os EUA introduziam a sua expansão mundial imperialista, dando outros ares ao processo de colonização, cujo foco é o escalonamento de economias subalternas e independentes em desenvolvimento.

Nesse cenário, institui-se um palco favorável à emergência de novas demandas, as quais exigem profissionais capacitados, que irão lidar com os processos de readequação e adaptação dos indivíduos na condição de seres capazes de superar as mazelas que os atingem. É aqui que o Serviço Social se assenta como parte do processo do desenvolvimento capitalista brasileiro, portanto, indissociável da ordem monopólica vigente. Assim, ele surge como profissão especializada, nesse contexto, destinado a dar respostas a população de situações produzidas pelo avanço do capital. Em outras palavras, a reorganização do Estado e do mercado de trabalho em consonância com a ordem monopólica implica na constituição de espaços onde se possam mover práticas profissionais como a dos assistentes sociais, uma vez que elas propiciam o reconhecimento social e jurídico do papel desempenhado pela profissão, por parte do Estado, laicizando e a colocando independente do confessionalismo que a precede (NETTO, 2001a).

1.1.1. O bem-estar social: falácias e contradições.

A partir de 1945, as marcas deixadas pela Segunda Guerra Mundial dão a largada para a institucionalização de novos rumos para as nações que buscam se reconstruir e promover alianças de maneira a evitar novos confrontos armamentistas, os quais podem implodir o planeta. Contudo, o pano de fundo para a construção de uma nova sociedade esboça uma nova guerra de cunhos ideológicos e econômicos, que risca uma linha imaginária dividindo o mundo em blocos capitalista e socialista. O primeiro tinha como grande representação os EUA, cuja economia saiu solidificada e fortalecida da guerra, devido ao seu mercado de artilharias e tecnologias em prol da "paz". Esse país estabelece uma hegemonia, via imperialismo, dando outras características para o processo de colonização das nações. O segundo bloco tem a União Russa Socialista Soviética (URSS) como o seu principal representante. Ela controlava parte do globo, ou sobre tal exercia predominante influência e não tentava ampliá-la com uso de força militar. Nesse momento entramos

> *na fase mais perigosa do imperialismo em toda a história*; pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, por continuar tolerando as ações independentes de alguns adversários, mas o controle de sua *totalidade* por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição. É essa a racionalidade última exigida pelo capital globalmente desenvolvido, na tentativa vã de assumir o controle de seus antagonismos inconciliáveis. (MÉSZÁROS, 2012, p. 53 – grifos do autor).

O Imperialismo americano[18], que se ergue com o intuito de proteger as nações "fragilizadas do terror comunista", engendra propostas de financiamento e subsídio econômicos destinados às nações assoladas pela guerra e àquelas em desenvolvimento, com destaque para a América Latina, onde os EUA implementou o processo de hegemonia estadunidense justificada na defesa da América para os americanos.

Cabe ressaltar que a capacidade de hegemonia estadunidense não se limitava à sua força militar de evitar o suicídio nuclear, pois adicionava ela

> à sua enorme riqueza e papel crucial que sua gigantesca economia desempenhou no mundo, especialmente nas décadas posteriores a 1945. Além disso, do ponto de vista político, ela se deveu a um consenso geral dos países ricos do Norte no sentido de que suas sociedades eram preferíveis às dos regimes comunistas. E onde esse consenso não existia, como na América Latina, resultou de uma aliança com as elites

[18] Sugiro a leitura de NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007. Biblioteca Básica do Serviço Social.

> governantes e os exércitos locais, que temiam a revolução social. (HOBSBAWN, 2007, p. 50).

Do lado econômico, o Acordo de Bretton Wood estabeleceu regras para as relações comerciais e financeiras entre os países capitalistas industrializados. Definiu "a obrigação de cada país adotar uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio de suas moedas dentro de um determinado valor indexado ao dólar – em torno de 1% – cujo valor, por sua vez, estaria ligado ao ouro[19]" (COGGIOLA, 2010, p. 05). No ensejo, foi criado o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BIRD), que mais tarde foi dividido entre o Banco Mundial (BM) e o "Banco para investimentos Internacionais" e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A dominação desses órgãos de intercâmbio econômico se constitui como condição fundamental para manutenção e sustentação do imperialismo global hegemônico[20]. (MÉSZÁROS, 2012).

O processo de hegemonia americana reverbera na América Latina como financiamento do progresso, que tinha como real objetivo a expansão e a manutenção capitalista. A América Latina foi considerada o celeiro de matéria-prima do mercado estadunidense. Como estratégia de dominação, os EUA instituíram por meio dos organismos internacionais certos mecanismos de ajuda, que exportaram para esses países metodologias de controle e expansão capitalista, que foram absorvidas, principalmente, pelo Serviço Social. Como exemplo, os programas de preparação de mão de obra dos países da América Latina, que objetivavam capacitar e aprimorar competência técnica, trazendo consigo formas interventivas e padronizadas com o formato da sociedade americana. Isso só foi possível no cerne do pensamento de que o desenvolvimentismo é um estágio do desenvolvimento[21], logo, o Brasil deveria seguir as tendências americanas para também tornar-se desenvolvido[22].

---

[19] A proporção estabelecida era de base fixa de 35 dólares por onça troy, unidade de peso equivalente a 31 gramas (estabelecendo taxas de câmbio fixas, com o objetivo da estabilidade cambial) e a provisão pelo FMI de financiamento para dificuldades temporárias de pagamento. As bases políticas do sistema foram dadas pela concentração de poder em um pequeno número de Estados capitalistas, e a presença de uma potência dominante capaz de assumir a hegemonia (os EUA). (COGGIOLA, 2010, p. 05).

[20] "Os Estados Unidos são a força dominante, prenunciado pela versão de Roosevelt da "Política de Porta Aberta", com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do sistema do capital – apesar de ter se consolidado pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial – que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um "governo global" presidido pelo país globalmente dominante." (MÉSZÁROS, 2012, p. 72).

[21] "O processo de desenvolvimento implica a incorporação do indivíduo aos planos governamentais existentes (...) os atores-sujeitos do desenvolvimento são personalizados no indivíduo e no Estado (...) O ator indivíduo é isolado de seu contexto de produção e de sua classe social, quer dizer, isolado da sociedade com totalidade e como estrutura" (FALEIROS, 1993, p. 12 – 13).

[22] CARDOSO, F. H; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

Os investimentos internacionais alavancaram o desenvolvimentismo no Brasil, o que garantiu a sua permanência na condição de economia dependente, que, aliada aos propósitos monopolistas, reordena o direcionamento do Estado no enfrentamento da questão social, via políticas sociais. Por sua natureza, as políticas sociais estabelecem um diferencial entre público e privado, sendo designado ao primeiro o papel de implantar medidas públicas para o enfrentamento das refrações da questão social e, ao segundo, assumir a permanência das sequelas da questão social como responsabilidade dos sujeitos individuais que as experimentam. (NETTO, 2001a).

Nessa guisa, o "Estado aparece como legítimo guia do desenvolvimento, dentro da ordem estabelecida", colocando como marco referencial, no âmbito privado, a legitimação de mudanças em consonância à ideologia dominante, pois somente ela é capaz de "transmutar as relações entre os sujeitos, em relações fundamentais, mascarando [as] relações de exploração e de dominação e as contradições fundamentais." (FALEIROS, 1993, p. 38); um contexto que torna necessária a introdução de formas de ampliação e manutenção do controle das massas a favor do desenvolvimentismo.

Para tal, as políticas sociais exerciam a tarefa de institucionalizar as formas de enfrentamento da questão social, evidenciando o indivíduo como o principal agente responsável pela mazela social, que o acometia, como também pelo seu enfrentamento. "O Estado utiliza, assim, as políticas sociais como forma de regular a questão social, procurando controlar setores populares e amortecer as tensões sociais que possam ameaçar o sistema de dominação". Elas exercem um poder de caráter político e ideológico, "que relegam a um plano secundário o atendimento às reais necessidades da população." (SILVA e SILVA, 2007, p. 12).

As políticas sociais nos países centrais compuseram o *Welfare State*, que tem o seu apogeu no período de 1945 a 1975, em meio aos anos dourados do capitalismo. Ele é organizado e administrado por um Estado capitalista regulador da economia e da sociedade, cujo interesse pelo bem-estar social ultrapassa a preocupação com a indigência e com a manutenção da ordem pública. Representa um consenso político entre classes e partidos, visando à constituição de uma economia mista e de um amplo sistema de bem-estar, ancorados na doutrina keynesiana e na beveredgiana[23]. No *Welfare State*, a proteção social é vista como parte integrante de um conjunto de direitos e deveres, promovendo a articulação do Estado com uma coletividade mais ampla de cidadãos (PEREIRA, 2000).

---

[23] "[...] William Beveridge recomendava a construção de um novo sistema de seguridade social, mais amplo que do alemão de Bismarck, o qual contemplaria, além do seguro social (de natureza contributiva), serviços sociais afins, de natureza distributiva." (PEREIRA, 2000, p. 124).

O *Welfare State* possuía características específicas em determinados países, conforme Tipologia de Esping-Andersen (1991). O **modelo liberal** foi adotado por países como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália, nos quais o mercado funciona como o espaço óbvio da distribuição, onde há a prevalência dos esquemas privados e ocupacionais de seguro social. Nesse modelo, o Estado só intervém quando o mercado impõe "demarcadas penas" a determinados segmentos sociais, ou seja, predomina a assistência aos comprovadamente pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de previdência social, cujos benefícios atingem, principalmente, uma clientela de baixa renda, em geral, a classe trabalhadora ou dependentes do Estado.

Países como a Espanha, a Áustria, a Itália e outros da Europa Ocidental adotaram o **modelo conservador**. Esse modelo é hierarquizante e segmentado; nele, o que predomina é a preservação das diferenças de *status;* os direitos, portanto, estavam ligados à classe. Esse corporativismo estava sob um edifício estatal inteiramente pronto para substituir o mercado, como provedor de benefícios sociais; por isso, a previdência privada e os benefícios ocupacionais extras desempenham, realmente, o papel secundário. De outra parte, a ênfase estatal na manutenção das diferenças de *status* significa que seu impacto, em termos de distribuição, é desprezível. Cabe ressaltar que os benefícios variavam, conforme a função do trabalho e a sua posição ocupacional.

Já, nos países nórdicos da Europa, como a Noruega e a Finlândia, o modelo adotado foi o **social-democrata.** Neste, o Estado é forte e produz ações de natureza redistributiva. O bem-estar é visto como parte integrante e importante da sociedade contemporânea. Os princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais estenderam-se às novas classes médias. Os social-democratas não toleram o dualismo entre Estado e mercado, entre a classe trabalhadora e a classe média. Eles buscaram um *Welfare State* que promovesse uma política pública igualitária, que atendesse ao menos o mínimo socialmente necessário à subsistência.

Enquanto os países centrais estabeleciam o seu *Welfare State,* o Brasil vivia um modelo desenvolvimentista associado ao capital externo, com a proposta de desenvolvimento de "50 anos em 5". Ele é implementado no governo de Juscelino Kubitschek (JK) e expressa um salto rumo ao futuro da economia capitalista brasileira, ao mesmo tempo em que acirra a luta de classes.

O desenvolvimentismo, por meio da substituição de importação proposta por JK, frutificou na herança da grande dívida externa do país e gerou um processo inflacionário altíssimo, pois se baseava na realização de investimentos diretos, quase sempre precedidos de intensa emissão monetária, estabelecendo um Estado de Mal-estar social no Brasil. Nesse

período, houve a construção de Brasília, a entrada da televisão, o avanço da indústria automobilística e a expansão do futebol, enquanto os movimentos populares (como o estudantil[24] e o das ligas camponesas[25]) se fortaleciam. No mundo, o homem pisava pela primeira vez na Lua, a Guerra Fria se acirrava, e adotava-se uma cultura capitalista de consumismo e anticomunismo.

Na década seguinte – 1960 –, o Estado cria uma política para retomar o desenvolvimento nacionalista, acatando as reivindicações populares. As camadas populares têm a possibilidade de influir nas questões políticas. A burguesia queria investir no processo de industrialização pesada, mas os movimentos populares discordavam desse objetivo e questionaram as atitudes da burguesia, promovendo uma crise em seu seio e enfraquecendo a sua hegemonia. Diante disso, para a burguesia, restavam apenas duas alternativas: buscar a sua hegemonia, no voto, através da democracia, o que dependia de um consenso sobre a viabilidade do seu projeto, supostamente superior ao das camadas populares; ou buscar um novo pacto monopolista internacional para industrializar o país, usando o poder de força do Estado, para embargar as camadas populares e criar um Estado que preservasse a exclusão e a heteronomia, garantindo, assim, o processo de acumulação da burguesia.

A segunda alternativa foi a escolhida, portanto, a burguesia apoiou o golpe militar de 1964, que instaurou uma ditadura e implantou um novo momento de modernização conservadora[26] no país, cujos reflexos impactaram as políticas sociais e aprofundaram os problemas sociais, devido à grande concentração de riquezas (NETTO, 2002). Mas não podemos esquecer do contexto internacional, que vivia uma contrarrevolução preventiva do capital, a qual repercutia, principalmente, nos países considerados do Terceiro Mundo. Segundo Netto (2002), essa contrarrevolução era tríplice, pois buscava: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por uma rotina acelerada e aprofundada de internacionalização do capital; imobilizar e golpear os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir à reinserção

[24] O destaque é para os universitários, na luta pela ampliação do ensino superior público.

[25] Nesse período, viviam-se grandes tensões no campo, devido a ausência de uma reforma agrária consistente e a concentração de terras.

[26] "As linhas-mestras deste "modelo" concretizam a "modernização conservadora" conduzida no interesse do monopólio: benesse ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis – consagradas inclusive em tentacular repertório operativo e normativo (fora de qualquer controle democrático ou parlamentar) acionado por conselhos e coletivos diretamente atrelados ao grande capital." (NETTO, 2002, p. 31).

subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar, em toda parte do mundo, as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo.

Com isso, em meados da década de 1960, quando a contrarrevolução preventiva triunfou com o golpe militar de 1964, foi implantado um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com grande dependência do sistema capitalista, além de articular uma estrutura garantidora da exclusão de protagonistas dos projetos populares e democráticos, numa "caça" aos comunistas. Em outras palavras, em nada se havia "bem-estar social" na condução política e econômica do Brasil, revelando a falácia capitalista das propostas democráticas de proteção social e fomentação da cidadania brasileira.

Nesse período, o Serviço Social brasileiro vivencia um movimento interno de questionamento dos "metodologismos" importados dos Estados Unidos, o qual não respondia diretamente as demandas da população brasileira, o que o levou a se conectar ao Movimento de Reconceituação Latino-americano, que gerou grandes ganhos no sentido da busca a superação da lógica conservadora capitalista vigente na profissão.

1.1.2. Liberdade para o capital, ditadura para o povo

Na conjuntura brasileira, a década de 1960 ilustra a estagnação promovida pela instabilidade política, que impedia a realização de um pacto nacional, apontando para a necessidade de se buscar novas tentativas de inserção no desenvolvimento mundial e de frear as lutas sociais engajadas no propósito contra hegemônico. A pactuação do capital nacional com o estrangeiro só alçaria voo com uso de medidas antidemocráticas e autoritárias. Assim,

> o movimento de abril de 1964 foi um episódio de um processo muito mais amplo: o processo de uma contrarrevolução preventiva implementada em escala mundial, com o objetivo explícito de travar e reverter as tendências democratizantes e progressistas, mais ou menos radicais, que se registravam nas periferias capitalistas. Fomentado pelos Estados Unidos, este processo marcadamente anticomunista teve episódios em todos os quadrantes do então Terceiro Mundo (NETTO, 2009, p. 652).

O regime militar instaurou um modelo burocrático-autoritário que, embora tenha significado uma afirmação de desenvolvimento econômico-social, na realidade, não extinguiu nossos problemas estruturais, mas os agravou. O Estado lançou mão do binômio repressão-assistência, dando, como resposta às manifestações populares, a ação da polícia, ao mesmo tempo em que implantava políticas sociais, com o intuito de aumentar o seu poder de regulação sobre a sociedade, diminuindo as tensões sociais e, consequentemente, legitimando-se. Com

isso, controlou as “ameaças” ao sistema, expressas na expansão dos movimentos sociais, que divulgavam ideias de ordem e oposição ao processo de dominação e deflagravam profundas lutas por direitos sociais e humanos. Estes movimentos foram cerceados pelas forças arbitrárias da ditadura militar apoiada pela autocracia burguesa que, aliada aos interesses do capital internacional, via nas lutas populares democráticas um motivo para a perda de sua condição de dominante.

O esvaziamento dos canais de expressão da sociedade se deu paulatinamente e alçou formato próprio. “Posto sob controle num dos primeiros atos do comando revolucionário, sindicatos e associações de classe ficaram à mercê de intervenção governamental.” A reforma partidária tira de cena aquelas agremiações que apoiavam os movimentos populares, substituindo-as “por dois partidos incolores e invertebrados”. Outro aspecto desse regime foi a “deturpação da ideia federativa, com a centralização decisória e a concentração de poder no âmbito do Executivo”, desvalorização do Legislativo e uma retração de recursos nas demais esferas governamentais. (WERNECK VIANNA, 2011, p. 143).

A ampliação das políticas sociais seguia a rota estadunidense de associação a expansão econômica com base no modelo fordista[27]. Esse, guiado pelo capital estrangeiro, reconectava o Brasil ao mercado internacional via introdução das indústrias de eletrodomésticos e de automóveis, garantidas por meio da repressão da classe trabalhadora e de sua superexploração. O ápice dessa associação resultou ao Brasil um momento de grande crescimento econômico, conhecido como “milagre econômico”[28].

Segundo Netto (2014, p. 147), o crescimento econômico não passava de uma das requisições do capital em seu pacto desenvolvimentista que, em hipótese alguma, colocava em jogo as necessidades da população. O objetivo real era apresentar um Estado forte de base militar, que se constituía para além do controle coercivo das grandes massas. Ele se instituía por meio de um “modelo” de “financiamento e de poupança interna eficientes e processos de

---

[27] Inaugurado por Henry Ford, o fordismo “introduziu o dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros”. Além de racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, Ford reconhecia “que a produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 2017, p. 121).

[28] “O período 1968-73 caracterizou-se pelas maiores taxas de crescimento do produto brasileiro na história recente, com relativa estabilidade de preços. A taxa média de crescimento do produto situou-se acima dos 10% a.a, com destaque para o produto industrial, enquanto a taxa de inflação permaneceu entre 15 e 20% a.a. no período. Esta performance foi decorrência das reformas institucionais e da recessão do período anterior, que geraram uma capacidade ociosa no setor industrial e as condições necessárias para a retomada da demanda. Além disso, o crescimento da economia mundial também permitiu a superação das taxas históricas de crescimento.” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 1996, p.192).

concentração de renda muito significativos", que proporcionava "a criação de um mercado interno dirigido fundamentalmente para os estratos sociais mais altos (a grande burguesia, seus executivos e quadros gerenciais, camadas urbanas altas e segmentos das camadas médias)."

Nota-se que o "milagre" não era para todos. A riqueza se concentrava nas mãos das elites, gerando um tipo de economia totalmente desigual, baseada na má distribuição de renda. "No caso de um país cuja população se aproximava dos 100 milhões de habitantes, um mercado interno que cobrisse em torno de 15-20% da população já era algo adequado aos limites desse "modelo." (NETTO, 2014, p.147). Ademais, havia a entrega das riquezas brasileiras aos monopólios estrangeiros e a clivagem das classes, gerando um processo de pauperização relativa, praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo, além de um aprofundamento brutal das desigualdades regionais.

Esse cenário se tornou palco de lutas internas de desacordo com a situação de vulnerabilidade econômica e social, com grande destaque ao protagonismo dos trabalhadores que operam "uma viragem no processo político: arrastando consigo e conferindo-lhe um sentido político antiditatorial, o caudal de demandas econômico-sociais reprimidas da massa urbana, desperta e mobiliza para a participação cívica amplos segmentos da população" (NETTO, 2009, p. 662).

Enquanto isso, no contexto capitalista mundial, uma crise estrutural do capital provocada pela pressão do cartel de petróleo se espraiava, exigindo novas reconfigurações das antigas propostas liberais, destacando os ideais neoliberais como solução estratégica para superação da crise. A adoção de um programa em que o Estado não interviesse na regulação do mercado, assegurando o livre movimento do capital, garantiria maior eficiência da economia, evitando as crises e recessões. Tais propostas traçam um novo perfil de Estado, de mercado de trabalho, de economia, de política e de cultura, cujo cenário de ditadura e revolução "democrática" não se constituíam como elementos de sua expansão.

O choque gerado pela crise estrutural resultou na reversão das condições de financiamento e na elevação das taxas de juros internacional, aguçando a dívida externa e gerando crise cambial no Brasil. Esses fatores somados aos outros condicionantes internos, como a deterioração da situação fiscal do Estado, a aceleração inflacionária e o excesso de demandas internas materializadas no déficit público, ameaçavam uma profunda queda da atividade econômica, o que levou a uma grande reação política.

A forma de o governo conduzir a economia e a aceitação do país a assumir o peso do ajustamento de juros dos fundos internacionais eram cada vez mais criticadas, fortalecendo as ideias de moratória da dívida externa, do ajustamento sem sacrificar o crescimento, entre outras,

pautadas na lógica neoliberal. Diante disso, a ditadura não consegue se manter, e a burguesia, como estratégia para manutenção do seu domínio, faz algumas concessões à classe trabalhadora e apoia o movimento de democratização.

Enquanto isso, no cenário mundial, a lógica da mundialização, sob o comando do grande capital financeiro alterava as regras do jogo e subvertia "profundamente as estruturas da economia mundial e das realidades nacionais, sobretudo das economias dependentes e subordinadas como a do Brasil" (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 8). As insígnias do neoliberalismo ganhavam espaço e atuavam no movimento de reestruturação capitalista na direção da recuperação da hegemonia do sistema, produzindo atenuantes transformações societárias e revelando ao mundo que o capitalismo "não é amador"!

Na década de 1980, o enfraquecimento do regime autoritário militar e o avanço dos movimentos populares encenam lutas e reivindicações, que mobilizaram o Brasil rumo a redefinição das regras do jogo e a retomada do Estado democrático de direito. As conclamações do movimento de "Diretas Já!", embora não atendidas, presenciam pela primeira vez a posse de um presidente civil, após 20 anos de ditadura militar, o que já retratava uma "libertação" do autoritarismo. Mas, Tancredo Neves, o presidente eleito, na véspera de sua posse, em janeiro de 1985, foi internado de urgência e, após ser submetido a algumas intervenções cirúrgicas, não resistiu e foi a óbito. Diante disso, José Sarney, vice de Tancredo, assumiu, definitivamente, a presidência da República. Ele tinha o desafio de negociar a maior dívida externa do mundo e uma grande recessão, a mais alta taxa de desemprego e a maior inflação da história do país, heranças do período "glorioso" de ditadura.

Em fevereiro de 1986, Sarney anuncia ao Brasil o Plano Cruzado[29], que promoveu um "choque econômico", ao substituir o cruzeiro (numa proporção 1000 por 1) – moeda vigente naquele momento no país. Os impactos imediatos desse Plano conquistaram o apoio popular do governo. O cruzado tornou-se a nova moeda no país, e o presidente convocou os cidadãos brasileiros para junto a ele combaterem a inflação, em um processo considerado policialesco, no cumprimento do congelamento de preços, depredando lojas e "prendendo" os que eram flagrados remarcando preços.

Com o congelamento dos preços, a impressão de poder adquirir bens, notadamente, nas classes populares, promoveu uma onda de consumismo, produzindo um excesso de demandas

[29] O Plano Cruzado introduziu uma nova moeda, substituindo o cruzeiro pelo cruzado, e definiu regras de conversão de preços e salários de modo a evitar efeitos redistributivos, ou seja, buscou promover um "choque neutro" que mantivesse sob o cruzado o mesmo padrão de distribuição de renda do cruzeiro." (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR.,1996, p. 219).

ao mercado. Porém, o Plano Cruzado começava a mostrar suas falhas. Entre elas, a resistência de grande parte do empresariado em aceitar aquele congelamento e a incapacidade do governo em administrar o Plano, evitando fazer os reajustes necessários para não perder a popularidade adquirida.

Todavia, os movimentos sociais com as bandeiras em defesa veemente da democracia ganhavam forças. Entre elas, a reafirmação da liberdade; a impugnação da desigualdade; a afirmação dos direitos sociais; a reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do FMI; os direitos trabalhistas e a reforma agrária.

Os últimos anos da década de 1980 vivenciou o nascimento de um marco para a democracia brasileira, a Constituição Federal de 1988. Um marco histórico, legal e político, sem dúvidas! Mas que em suas linhas envolveu movimentos contraditórios e conservou estruturas, que fizeram da nova Lei Maior "a melhor expressão de que o Brasil tinha um olho no passado e outro no futuro" (SCHWACRZ; STARLING, 2018, p. 489). Nas palavras de Netto (1999, p. 77), um pacto social preciso em que

> as forças sociopolíticas se comprometeram com uma convivência social paramentada pela prioridade de, mantendo as regras do jogo democrático, diminuir as fortíssimas assimetrias socioeconômicas geradas pelo padrão de desenvolvimento implementado pelo regime militar.

Em contrapartida, a elite capitalista já sustentava a expectativa de mudanças em outra direção: a construção da nova agenda neoliberal. Por isso, o processo de formação de uma nova Constituição Federal foi duro e serviu para a configuração definida de forças, pois,

> o texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de "Constituição Cidadã", de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil [...] a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias e na ordem econômica. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.140).

Contudo, a Carta Magna de 1988 consagrou profundas mudanças, que se refletiram em um grande avanço social resultante das intensivas lutas conduzidas, por duas décadas, pelos setores democráticos do país. Com uma característica singular, não feriu a ordem burguesa (no interior da qual é impensável eliminar a exploração dos trabalhadores e a reprodução da miséria). Nesse sentido,

> o essencial da Constituição de 1988 apontava para a construção – pela primeira vez assim posta na história brasileira – de uma espécie de Estado de bem-estar social: não é por acaso que no texto constitucional, de forma inédita em nossa lei máxima, consagraram-se explicitamente, como tais e para além de direitos civis e políticos, os direitos sociais (coroamento, como se sabe, da cidadania moderna). Com isto, colocava-se o arcabouço jurídico político para implantar, na sociedade brasileira, uma política social compatível com as exigências de justiça social, equidade e universalidade (NETTO, 1999, p. 77).

Curiosamente, enquanto no Brasil se promulgava uma Constituição dita cidadã, com mecanismos políticos democráticos de regulação da dinâmica capitalista, no mundo, tais mecanismos tendiam a ser substituídos pela lógica neoliberal, pela regulamentação, pela flexibilização e pela privatização, elementos relacionados ao processo de globalização comandado pelo grande capital.

No Serviço Social, apesar dos cerceamentos do regime ditatorial, os representantes da profissão protagonizaram seminários que conduziram uma reflexão sobre o Serviço Social brasileiro. Impulsionados pela onda de redemocratização no país, a profissão migra para uma intenção de ruptura com o modelo tradicional e sai em defesa das lutas sociais e da construção de uma nova ordem societária.

1.1.3. O prólogo capitalista para o século XXI

A proposta da chamada "Nova Direita" (neoliberal e neoconservadora), baseada nas teorias do austríaco Friedrich von Hayek, defendia a desregulação do mercado, o corte e a reorientação dos gastos públicos, a redução do Estado e a privatização das demais funções públicas, incluindo as políticas de proteção social. Suas estratégias alegavam que o poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário fundara a crise econômica, pois as suas reivindicações de investimento no social, pelo Estado, corroeram as bases da acumulação capitalista. Para os neoliberais, a limitação do mercado, pelo Estado, é uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. Ademais, defendiam a desigualdade, como um fator positivo para a vitalidade da concorrência e para a liberdade dos cidadãos.

> O remédio, então era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos [...] reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos [assim, reduzir impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas]. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas

> [...]. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos. (ANDERSON, 1995, p. 11).

Em outras palavras, essa proposta enunciava o desmonte do *Welfare State,* por meio do abandono do compromisso formal com o pleno emprego, por parte dos governos; da diminuição dos gastos sociais públicos; da transformação dos serviços sociais universais em serviços de atenção seletiva e focalizada; do favorecimento do seguro social contributivo; da retração relativa da participação do Estado no processo de provisão social e da ênfase na responsabilidade individual, em contraposição à responsabilidade coletiva (PEREIRA, 1998). Dessa forma, o *Welfare State* sairia de cena dando lugar a um novo tipo de Estado: o neoliberal.

Assim, a proposta neoliberal é encarada como uma estratégia para o capitalismo monopolista sair da crise instaurada nos meados da década de 1970, o que, indubitavelmente, marca as décadas seguintes. Essa crise se destaca como a primeira recessão do pós-Segunda Guerra e representa o fim do padrão fordista-keynesiano, sustentado no *Welfare State*. Portanto, mesmo que dolorosa, a adoção de uma complexa série de reajustes e reconversões responderá ao novo quadro de necessidades de flexibilização do capital, a qual proporciona a eclosão de autênticas transformações societárias (NETTO, 1996).

O neoliberalismo apoia uma sociedade polarizada entre os fortes e os fracos, uma espécie de "darwinismo social". Os fracos, nesse caso, os trabalhadores, devem ser sacrificados, por meio da redução de salários, do aumento dos preços dos produtos e serviços básicos e pela desorganização sindical, em prol dos fortes, ou seja, os grandes monopólios, os únicos capazes de frear a crise econômica. O neoliberalismo se opõe à universalidade, à igualdade e à gratuidade das políticas sociais, portanto, ao ter acesso aos serviços de programas públicos, o indivíduo tem de comprovar a condição de quase "indigência". Assim, o neoliberalismo retrocede a história, implementando um novo tipo de "cidadania regulada", agora, condicionada à miséria; ou seja, só têm direito aos programas públicos os "inadaptados" e (ou) os "desajustados", a ampliar o rol de excluídos sociais.

Nesse tipo de Estado, as políticas sociais têm um caráter emergencial, fragmentado, seletivo e excludente, que se presta a amenizar os pontos graves da crise, conter conflitos e simular uma face humanitária das classes dominantes diante da situação de miséria das classes subalternas. Dessa forma, as políticas sociais, no Estado burguês, deixam longe o critério de uniformização, universalização e unificação proposto pelo *Welfare State*.

Nesses moldes, o neoliberalismo, aos poucos, foi conseguindo seguidores. Em 1979, a Inglaterra assiste a uma adequação do discurso neoliberal à realidade política nacional, com Margaret Thatcher, assim como os EUA, em 1980, com Ronald Reagan; a Alemanha, em 1982,

com Helmut Kohl; a Dinamarca, em 1983, com o governo de Poul Schlüter, seguidos por quase todos os países do norte da Europa, caracterizando um crescente processo de difusão do ideário neoliberal pelo mundo (ANDERSON, 1995).

Na América Latina, as ideias neoliberais chegaram e foram aplicadas de forma diferente. A experiência da ditadura de Augusto Pinochet, no Chile, a partir de 1973, marca esse processo, sendo considerada a precursora das práticas neoliberais. Mas somente na década de 1980 é que os países latino-americanos começaram a adotar o receituário neoliberal, condicionados pela estratégia econômica e política de renegociação das respectivas dívidas externas, herança das ditaduras nesses países (UGÁ, 2004).

Cabe ressaltar que, nesse mesmo período, um grupo de economistas se reuniu, na cidade de Washington, nos EUA, para discutir estratégias voltadas às economias latino-americanas. Esse encontro resultou em um conjunto de propostas políticas e reformas requeridas para a "salvação" da América Latina, cuja prescrição foi realizada pelos organismos internacionais – FMI e BM – como condicionantes da negociação da dívida externa desses países. A esse conjunto foi dado o nome de Consenso de Washington (UGÁ, 2004).

Os novos traços assumidos pelo Estado lhe deram novas características, cuja consequência é o seu enfraquecimento. Para Hobsbawm (2007), esse novo tipo de Estado que emerge no século XXI difere muito daquele do século passado. As grandes mudanças proporcionadas pelo capitalismo ao longo do século XX apoiadas nas evoluções tecnológicas permitiram avanços incontáveis na indústria e na ciência, tais como: a globalização, que favoreceu a vasta ampliação da mobilidade das pessoas e viabilidade das informações em tempo real e com isso a eliminação em grandes escalas dos controles fronteiriços; as múltiplas guerras sem precedentes proporcionaram a erosão da lealdade de seus cidadãos na entrega pela defesa da pátria, no medo da destruição global pela ampliação de guerras civis e controle territoriais e na perda da premissa do monopólio da lei e da justiça estatal sobre outras leis. Isso levou o Estado a ajustar-se às novas regras capitalistas que o coloca apenas como motor do funcionamento do processo de acumulação de capital. Nessa guisa, o Brasil engendra-se no século XXI no esteio desse processo, sendo instrumento manipulado pelo império para a satisfação de seus interesses particulares em nome do bem-estar do capitalismo global.

Tais transformações repercutem, diretamente, na família, no mundo do trabalho e no modo de produção, definem novos papéis sociais e, no âmbito das garantias sociais do capitalismo tardio, geram uma

> miríade de segmentos desprotegidos. Tais segmentos compreendem universos heterogêneos desde aposentados com pensões miseráveis, crianças e adolescentes sem qualquer cobertura social, minorias e/ou migrantes, doentes estigmatizados, até trabalhadores expulsos do mercado de trabalho. O que singulariza tais segmentos não é o fato de encararem uma qualquer "nova pobreza" ou de marcarem a emergência de "subclasses", nem o de não serem identificados com o antigo *lúmpem*, o que peculiariza boa parcela desses segmentos é que situados nas bordas da "sociedade oficial", eles se vêm e são vistos como uma "não-sociedade" – e assim interatuam com a ordem. (HOBSBAWM, 2007, p. 96).

No mundo do trabalho, a "flexibilização" pretendida pelo grande capital supera o seu sistema rígido de acumulação e traz fortes mudanças para o mundo do trabalho, que passa a conviver com o intenso aumento do desemprego, que parece ser insuperável e é reforçado a cada crise e recessão da economia capitalista. Também, refere-se à verdadeira revolução tecnológica, que opera na substituição da eletromecânica pela eletrocomputação e uma crescente informatização do processo de automação, fato que tem implicações, diretamente, nas relações produtivas, isto é,

> a revolução tecnológica tem implicado numa extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital. Resultado direto: cresce exponencialmente a força de trabalho excedentária em face dos interesses do trabalho." [Assim a] acumulação flexível reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre incluído/excluído, seja introduzindo nova modalidade de contratação [...] seja criando nova estratificação e novas discriminações entre os que trabalham. (HOBSBAWN, 2007, p. 92).

Dito de outra forma, a introdução de novas tecnologias se associa às novas formas de organização de trabalho, acarretando o desaparecimento de algumas funções e o surgimento de outras, transformando o perfil da força de trabalho e causando desemprego, mediante a exclusão da força de trabalho excedente. A flexibilização das relações de trabalho gera a precarização do emprego, fortalece o processo crescente de descentralização, provocando a terceirização ou externalização de alguns setores das empresas (KAMEYAMA, 2000).

No modo de produção, o padrão fordista de produção fabril e a lógica taylorista de organização do trabalho deixam de ser os únicos modelos dominantes, no processo de trabalho, cedendo lugar a outro conjunto expressivo de processo produtivo, baseado na experiência japonesa, chamado toyotismo[30] (ANTUNES, 1996), assumido como estratégia de enfrentamento aos desafios da competitividade no mercado globalizado.

---

[30] "O chamado toyotismo [...] se origina no pós-guerra japonês, com a necessidade de destruir o sindicalismo de classe lá existente, por meio dos chamados "expurgos vermelhos" do pós-guerra instaurando um sistema produtivo que gradativamente se inseria numa produção em série, em larga escala, próprio do fordismo. Diferentemente, tem-se um sistema que responde imediata e diretamente às demandas que são colocadas e que

Trata-se da quebra da especialização extrema do trabalhador, propondo um trabalho polifuncional ou polivalente, o que significa que cada operário da fábrica deve ser capaz de realizar – e efetivamente deve realizar – diferentes tarefas no processo de produção. Nas palavras de Mota e Amaral (2000, p. 29), esse modo de produção realiza a "substituição do trabalho parcelado e da linha de montagem pelas ilhas de produção, grupos semiautônomos e malhas de produção", construindo mecanismos automáticos que implicam na redução do trabalho vivo.

Assim, esse regime produzira uma reestruturação radical do mercado de trabalho, alterando a relação incluído/excluídos, introduzindo novas modalidades de contratação, gerando uma estratificação do trabalho por gênero, cor, raça e etnia. Ademais, favorece a coexistência de superqualificações e/ou polivalência com desqualificação do trabalho e impõe uma capacidade de decisão requerida pelas tecnologias emergentes. Todo esse conjunto de transformações formata o processo de reestruturação produtiva, que acentua os padrões de exploração do trabalhador, que mina a classe operária "tradicional" e constitui uma oligarquia financeira global (NETTO, 1996).

Para Antunes (2009, p. 50), todo esse processo de reorganização busca "gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas de sociabilidade". A organização industrial exibe uma relação falaciosa entre capital e trabalho, expressando um tipo de "equilíbrio", no qual o capital é "amigo" do trabalhador, que passa a ser um colaborador, parceiro na linha de produção. Aquele que é posto no patamar de horizontalidade e, portanto, mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente ou, no conceito de Sabel e Piore (apud Antunes, 2009), aquele que possui uma especialização flexível, nas chamadas *características inovadoras*, uma versão de superação das contradições existentes no cerne das relações desiguais do capital.

Todo esse contexto corrobora para uma intensificação do trabalho e, com isso sua maior exploração, que converte até mesmo o trabalho improdutivo em produtivo para o capital. Podemos encontrar um exemplo nos funcionários públicos, que outrora eram recrutados para atenderem às necessidades da população e têm a sua lógica laboral redirecionada para padrões

---

possui a flexibilidade para alterar o processo produtivo de modo que não se opere com grandes estoques, mas com estoque mínimo; de modo que se tenha um sistema chamado de produção ou de acumulação flexível, que se adeque a essas alterações cotidianas do mercado. Enfim, um processo produtivo flexível que atenda esta ou aquela demanda com mais rapidez, sem aquela rigidez característica de produção em linha de montagem do tipo fordista. Essa flexibilização do aparato produtivo rompe a relação do fordismo, entre "um homem e uma máquina". Apenas a título de exemplo, no toyotismo a relação é em média de um homem com cinco máquinas." (ANTUNES, 1996, p. 79-80).

comportamentais e executores, que atendem especificamente as necessidades do desenvolvimento capitalista. O "privilégio" se transformou em competição por cargos e funções e as exigências em pactuar, ou seja, em vestir a camisa do gestor, que, embora seja um representante da sociedade, atua de forma a satisfazer os interesses privados do capital, coloca a condição que iguala os trabalhadores públicos aos privados (VALLE; LEITE, 2015).

Todavia, essas múltiplas e diferentes formas de manifestação da precarização das relações de trabalho não são exclusivas do serviço público, mas abarcam todo o mercado de trabalho. Para essa afirmativa, Antunes (2018) destaca a expressão de Juan J. Castilho de "liofilização organizativa", que sintetiza o processo de dessecação dos compromissos das empresas com os tributos de direitos aos trabalhadores, dividindo-os em trabalhos temporários, terceirizados, informalizados, deixando uma organização enxuta e compromissada com o mínimo necessário para a manutenção de sua existência.

Os referidos elementos compõem o conjunto de desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, que são eliminados cotidianamente, refletindo no aumento da fragmentação da classe trabalhadora, que sofre uma série de pressões de diversas esferas, as quais ela deve se submeter, pois mesmo a tradicional representação de seus interesses – o sindicato – encontra-se fragilizada (quando não inteiramente cooptada). Um tipo de sindicato dócil que não impulsiona a luta de classes a partir de uma consciência de classe, nos termos de Marx.

Toda essa ofensiva do capital sobre o modo de produção reorganiza o processo e a gestão do trabalho, incidindo duramente sobre os trabalhadores, que passam a estar submetidos a um conjunto de métodos de controle de fluxos de informações produtivas e modelos participativos de organização do trabalho (MOTA; AMARAL, 2000).

Tais mudanças corroboram para o processo de tecnificação e padronização do trabalho, expressando imensos desafios para a classe trabalhadora, cujos desdobramentos rebatem na reestruturação e ressignificação das profissões. Estas operam na tendência a desespecialização e desprofissionalização do trabalho, seguindo a lógica de tecnificar, padronizar e unificar, "transformando os trabalhadores em tecnólogos e as profissões em tecnologia" (GUERRA, 2014, p. 60). Tal movimento retira a produção do conhecimento científico a partir do exercício profissional refletido, afastando o trabalhador executor do pensador. Ademais, interfere na autonomia das práticas de diversas profissões, assim como no *ethos* profissional.

Esse cenário tanto é palco quanto favorece a ascensão das forças conservadoras adversas a classe trabalhadora, que põem em constante ameaça os direitos do trabalho historicamente conquistados, aprofundando o processo de exploração, naturalizando a desigualdade social e reproduzindo dogmas e preconceitos. Tudo em nome da defesa da família, da ordem, da moral,

dos bons costumes e da manutenção da dominação e da garantia do processo de acumulação capitalista.

Na subjetividade, o fenômeno da mundialização rebate diretamente sobre uma nova moral adotada nas relações Estado/capital/trabalho. Ele implementa formas mais fluídas de organização, logo, mais flexíveis impondo contínuos padrões, nos quais os indivíduos e o Estado têm de se adequar para que a prosperidade do capital ocorra. Esses padrões, em muito, interferem sobre os direitos sociais e sobre aquilo que se compreende como liberdade e democracia, a partir da leitura de Marx.

O movimento de reorganização do capital para superação da sua crise estrutural assenta na reestruturação das relações sociais no sentido de manipulá-las em direção aos interesses de expansão do capital financeiro em níveis mundial, dando fôlego a pensamentos como o pós-moderno. Esse coloca a centralidade das coisas no indivíduo. Somente o indivíduo é capaz de produzir e enfrentar as mazelas sociais.

Tudo simulado e moldado pelos meios tecnológicos, que proporcionam o fascínio do individualismo e o fetiche da construção própria da realidade desconsiderando o processo histórico. O mundo virtual refaz o mundo real à sua maneira, hiper-realiza o mundo, transformando-o num espetáculo de veneração ao individualismo. Ele revela que o bem-estar se centra na capacidade de consumo e os indivíduos passam a estabelecer novos valores societários, tão ao gosto do neoliberalismo. O pós-modernismo desenche, desfaz princípios, regras, valores, práticas, realidades. A desreferencialização do real e a des-substancialização do sujeito, motivadas pela saturação do cotidiano pelos signos. (SANTOS, 2004).

Essa linha de gestar as relações sociais destroça as lutas e a busca da construção coletiva de consciência, pois reproduz uma recusa a qualquer tipo de debate, que relativiza a vida ao máximo e que, dentro dessa super relativização, não consegue estabelecer críticas e nem formar regras para guiar a sociedade. Com isso, funda novas regras aos direitos humanos, que colidem com a perspectiva revolucionária de luta de classes, pois centra no reconhecimento e resistência renegociáveis a partir de interesses fragmentados e não da coletividade. Isso reverbera na desqualificação da essência, na suplantação da universalidade, na desmobilização coletiva, na submissão da sociedade a uma solidariedade redentora[31] e na solidificação da pós-modernidade.

[31] Por causa do seu super individualismo, o sujeito busca em ações pontuais assistencialistas e de caridade se redimir da potencialização do privado em detrimento do coletivo. Sentimento manipulado e usado tanto pelo Estado como pelo capital para a emersão e manutenção de práticas de voluntarismo da pessoa em favor de seu semelhante, que foi incapaz de alcançar o seu sucesso, por isso é digno de caridade em estímulo a superação de seus males impeditivos de superação das mazelas de sua realidade.

De certo, as referidas transformações são peças-chaves para o remodelamento da sociedade burguesa nos fins do século XX, dando ao próximo século o papel de espelho que reflete as mazelas, objetivos e finalidades do capital. Diante disso, podemos declarar que ao menos as primeiras décadas do novo século serão uma reprodução e intensificação desse modo de ser do capital.

No Brasil, o prólogo se materializa na necessidade de frear os movimentos democráticos e atualizar o país aos novos rumos do capital. O fim da Ditadura Militar e a reconfiguração republicana, expressa na primeira eleição direta para presidência, dá resposta tanto aos movimentos sociais, em busca da democratização, como aos capitalistas, na necessidade de conectar o país ao projeto neoliberal.

O resultado da eleição empossou o jovem Fernando Collor de Mello, ex-governador de Alagoas, como o primeiro presidente do Brasil eleito por pleito direto. O governo produziu ações contra o funcionalismo e a máquina pública. A sua "caça aos marajás" retratava o movimento de culpabilização dos servidores pela ineficiência do Estado, que em sua versão constitucional tornou-se responsável pela proteção social. Ao mesmo tempo, o Brasil deveria se alinhar às propostas internacionais e concatenar-se às determinações postas no receituário neoliberal do Consenso de Washington. Assim, o primeiro presidente a dar o pontapé em direção do Estado brasileiro rumo a efetivação das propostas neoliberais também foi o primeiro presidente eleito pelo sufrágio universal e o mesmo que, curiosamente, sofreu *impeachment*.

Após o seu *impeachment*, Collor foi substituído por Itamar Franco, que assume a presidência da República "no contexto do bonapartismo[32] político, em uma corrupção generalizada, de um neoliberalismo em andamento e de uma crise aguda em todas as esferas" (ABRAMIDES, 2019, p. 151). O governo de Itamar foi marcado por uma política de continuidade do neoliberalismo aliado aos interesses do capital privado. No seu corpo ministerial destacou a presença do Ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso (FHC), que apresentou estratégias de superação da inflação no Brasil e equiparação de uma nova moeda brasileira ao dólar americano. O sucesso da proposta de FHC garantiu-lhe lugar na presidência do país nas eleições de 1994. A sua vitória significou o triunfo da elite sobre a classe trabalhadora, "em um período de derrotas eleitorais de partidos de esquerda na América Latina;

[32] "O bonapartismo é uma ideologia e uma práxis política de origem francesa inspirada no governo de Luís Bonaparte. Trata-se de uma forma organizativa que a burguesia encontra para governar sem os trabalhadores e contra eles, em que que o poder legislativo perde força frente ao executivo, cujo governante age de forma despótica e autoritária, mas busca construir uma imagem carismática de um representante popular." (ABRAMIDES, 2019, p. 151 – nota de rodapé).

trata-se de um triunfo do neoliberalismo, por meio de forças conservadoras em todo o continente, com exceção da Venezuela." (ABRAMIDES, 2019, p. 153).

Apesar de seu discurso concentrar todo esforço e atenção nos serviços sociais prestados nas áreas da educação, saúde e previdência social, a meta do governo de FHC não era o social e sim a estabilidade da moeda. Portanto, as políticas sociais não fizeram senão sofrer sucessivos cortes. O governo optou por uma política neoliberal, pela integração submissa à economia globalizada, pela abertura econômica sem freios, que impactou no desmonte do Estado brasileiro. Também, selecionou um conjunto de ações e programas considerados relevantes no enfrentamento de pontos críticos, como a situação dos sem-terra; na aceleração do processo de reforma e reestruturação de serviços sociais, como a necessidade de melhoria do ensino fundamental; e na atenção às reivindicações de pequenos grupos que solicitavam intervenção imediata, como a redução da mortalidade infantil, a erradicação do trabalho infantil e a garantia de uma renda mínima para o idoso e o deficiente. Além de articular formas de parcerias entre o governo e a sociedade civil e suas diversas formas de organização no enfrentamento da questão social por meio do Programa Comunidade Solidária (TIEZZI, 2004). Este programa era voltado a parte da população mais empobrecida e legitimava práticas assistencialistas e clientelistas de cunho compensatório.

Com isso, a revalorização de uma modalidade de proteção social emergia, propondo um Estado dominante na provisão coletiva, articulado a três setores não governamentais: o voluntariado, o comercial e o informal[33]. O primeiro é representado pelas organizações voluntárias; o segundo, pelo setor mercantil, e o terceiro, pela família, pela vizinhança e pela comunidade. Entrelaçam-se, assim, o Estado, com o recurso do poder, o mercado, com o recurso do capital, e a sociedade, com o recurso da solidariedade (PEREIRA, 1998).

Em 1997, por meio de uma manobra política suspeita, FHC consegue, junto ao Congresso Nacional, o direito à reeleição. Um ano depois, nas eleições presidenciais, concorrendo novamente com Luiz Inácio Lula da Silva, FHC obtém expressiva vitória, tornando-se o primeiro presidente democraticamente eleito a exercer dois mandatos consecutivos.

Dessa forma, FHC garantiu a condução do seu mandato, inviabilizando a alternativa constitucional da construção de um Estado com responsabilidades sociais, garantidor de direitos

---

[33] Sugiro a leitura de MENEZES, D. L de; SOARES, M C M. Família e serviço social: no desafio do fortalecimento das redes primárias de proteção social. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/familia-e-servico-social-no-desafio-do-fortalecimento-das-redes-primarias-de-protecao-social. Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

sociais universais, mas viabilizando a implantação do projeto político burguês. Demarcou, assim, o giro operado pelo grande capital e seus associados, a partir da promulgação da Constituição de 1988 e do novo contexto mundial posto pela reestruturação do capital. Nesse contexto, a política social não é excluída do projeto liderado por FHC, mas ele a situa em uma lógica totalmente diversa da inscrita na Constituição, colocando-a subordinada à orientação macroeconômica que, por sua vez, é estabelecida segundo os ditames do grande capital (NETTO, 1999).

Visualizava-se, aqui, o cenário de concretização do processo de (contra)reforma do Estado, evidenciado na perda da soberania com aprofundamento da heteronomia externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha em perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição dos seus mecanismos de intervenção; e na parca vontade política dos governantes em realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática (BEHRING, 2008).

Com isso um novo perfil de Estado e de políticas sociais emerge, consequentemente, um novo ritmo para os serviços sociais, o qual expressa a dura dualidade entre vontade legal e vontade política. De um lado o Estado, constitucionalmente falando, deveria assumir o compromisso com a construção de um sistema de proteção social, que evidenciaria nas políticas sociais formas de concretização de direitos sociais. Enquanto do outro, esse mesmo Estado, capturado pelo capital, desenvolve atividades de restrição das políticas sociais e de descentralização das suas responsabilidades, chamando a população e o mercado para assumir aquilo que lhe deveria ser compromisso com a proteção social.

> Em relação aos direitos sociais, reduz-se a previdência pública e incentiva-se a previdência privada; a saúde e a educação são "publicizada" sob a intervenção e soberania do mercado, aliadas às privatizações operacionalizadas nas OSs (organizações Sociais); as políticas sociais se transformam em políticas compensatórias; os direitos dos trabalhadores são revistos (estabilidade no emprego, direito de greve).
> O projeto avassalador do neoliberalismo no governo de FHC dilapida o patrimônio público, privatiza, desregulamenta e desconstitucionaliza direitos sociais e trabalhistas, de abertura irrestrita ao capital internacional. Sob hegemonia da direita de aliança com o PFL, o governo de FHC tem a anuência de um congresso majoritariamente conservador, de direita e de corrupção, que aprova as medidas centrais da programática neoliberal. (ABRAMIDES, 2019, p. 155).

Assim, a década de 1990 vivencia a expressão das conquistas em relação aos direitos e as leis de regulamentação dos serviços públicos no mesmo instante em que o terreno fertilizado

pelas lutas vivencia o escoamento de suas conquistas pelas propostas neoliberais estabelecidas no Brasil, preparando o país para um novo século e uma nova era de escassez e de desmonte.

O Serviço Social frente a reestruturação do capital e com propostas de ruptura com a sua versão tradicional encontra, nos finais do século XX, um desafio na condução crítica da profissão frente aos novos ordenamentos do mercado de trabalho e das políticas sociais.

1.2. Século XXI: em ritmo de continuidade

A crise estrutural do capital demarcou o colapso do chamado Estado de Bem-estar Social e o início da reorganização capitalista, a partir da programática neoliberal. Tal programática ganha força na década de 1980 nos países centrais e logo se espraia para os demais países capitalistas. No Brasil, ela redesigna as funções do Estado e coloca em xeque as conquistas de 1988.

Conectado aos propósitos do Consenso de Washington, o Brasil não ficou de fora das contrarreformas[34], que exigiram do Estado a redução de sua intervenção por meio de austera política fiscal caracterizada pelo corte orçamentário no campo das políticas públicas, gerando impactos de inversão e inviabilização das propostas constitucionais. Além disso, o cenário que se apresentava trazia consigo duros indicadores como o aumento de desemprego, a precarização do trabalho e a minimização do Estado, principalmente no que se refere às políticas de proteção social, que se constituem como campo sócio-ocupacional expressivo dos assistentes sociais. E, havendo diminuição do investimento em políticas sociais, consequentemente há um aprofundamento da questão social.

Embora se identifique algumas conquistas econômicas, tais como, uma leve recuperação da desvalorização do Real, a estabilização do valor do dólar, algumas contas do setor público encerram o milênio com superávit primário, inclusive a Previdência Social. Na área social, identifica-se uma melhoria no setor educacional e um pequeno progresso na saúde, apesar da manutenção das suas condições precárias. Na política, observa-se uma queda na popularidade de FHC; as suas propostas para o próximo século não superavam as previsões pessimistas sobre a economia brasileira. O desafio histórico do subdesenvolvimento persiste no país, revelando números importantes referentes à disparidade entre os cidadãos educados e os dotados de condições de vida equivalente à dos países desenvolvidos e o grande montante populacional de cidadão brasileiros.

---

[34] Termo utilizado usado por Behring (2008) para designar as reformas neoliberais no Brasil.

Enfim, o Brasil adentra ao século XXI com uma enorme esperança e sede de mudanças, por isso a eleição de um candidato com histórico de luta contra o neoliberalismo e a globalização, em defesa dos direitos sociais. A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (metalúrgico do ABC paulista e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores – PT) na presidência da República em 1º de janeiro de 2003 abre, para os crédulos, a chance de um possível governo voltado para os interesses do povo. Tal conquista política representou uma relativa recusa ao projeto do capital na contemporaneidade: o projeto neoliberal (BRAZ, 2004).

Contudo, "o governo Lula apresentou, portanto, um conjunto de contrarreformas para realizar sua política econômica, a saber: previdenciária e tributária (2003), sindical e de ensino superior (2004 e 2005) e trabalhista que, a princípio, seria em 2006, mas foi a adiada." (ABRAMIDES, 2019, p. 174). Para Anderson (2011, p.24), o primeiro mandato de Lula foi "dominado pelo legado econômico de seu predecessor, [o que] reverteu praticamente toda a esperança sobre a qual o Partido dos Trabalhadores havia sido fundado." O Partido dos Trabalhadores passa a ser visto como partido governamental, dos banqueiros e dos exploradores.

Em seus planos de governo, Lula priorizou o combate à fome – como necessidade focal da população brasileira, remetendo-nos ao passado, quando a "questão social" era vista de forma isolada e enfocada no indivíduo e não em uma coletividade – por meio da Secretaria de Emergência Social, e o combate à inflação e à crise financeira que o país atravessava. O *slogan* de combate à pobreza, o Fome Zero, se converteu em reforma agrária zero, educação zero e fome ainda maior (PETRAS, 2005).

O Programa Fome Zero tinha como concepção de pobreza os parâmetros adotados pelo Banco Mundial. O seu ponto positivo centrava na priorização do

> tema da fome na agenda política do Brasil, com repercussões no cenário mundial, além de reforçar a participação e a mobilização da sociedade, bem como possibilitar a vinculação entre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional e a necessidade de repensar a ação do Estado. (FREITAS 2007, p.70)

Em 2006, a reeleição de Lula à presidência lhe garantiu a continuidade do seu legado de fortificação das políticas neoliberais. Diferente do primeiro, o segundo mandato de Lula foi muito mais confiante. "Agora, ele não era apenas o dono indiscutível da afeição popular, na condição de primeiro presidente a conseguir um modesto bem-estar para uma grande parcela de seu povo, mas controlava de modo completo a sua própria administração." (ANDERSON, 2011, p. 30).

Alguns pontos positivos começam a brilhar. As manobras de contenção econômica fizeram com que o Brasil recebesse impactos leves da crise de 2008, mantendo um equilíbrio da economia no país. O padrão de consumo foi resguardado e no ano seguinte o capital estrangeiro voltava a fluir com tranquilidade. Resultante de comportamento político de Lula, que, desde o início, "sem confrontar Washington, deu maior prioridade à integração regional, promovendo o Mercosul com os países vizinhos ao sul, e recusando a postura esnobe de Cuba e Venezuela com relação ao norte." (ANDERSON, 2011, p. 31).

Paulatinamente, Lula foi construindo alianças políticas e econômicas para além do centro capitalista euro-americano, lhe possibilitando novas alternativas e estratégias na regência da máquina pública estatal. Por outro lado, a direção política dos trabalhadores apresentava fragilidades, no tocante a autonomia e independência de classe, devido a capitulação de amplos setores hegemônico dos movimentos sociais em direção oposta a luta histórica dos trabalhadores, na qual o referido presidente protagonizou algumas ações nos anos 1980.

No ano de 2011, o governo anunciou uma série de cortes orçamentários. Começou com os gastos de custeios do funcionalismo público, despesas previdenciárias, seguro-desemprego e abono salarial, e ao longo do ano anunciou cortes na saúde e na segurança pública. Todos pautados na justificativa de que a política de cortes era uma medida para conter a contaminação da economia brasileira pela crise mundial e o caminho para se alcançar a meta do superávit primário conforme prescrições neoliberais. Nessa mesma direção seguiu com privatizações dos aeroportos e concessão das rodovias federais e hidrelétricas.

Em uma análise geral dessa trajetória histórica no Brasil, podemos perceber que todas as transformações nos campos político, social e econômico, pelas quais passamos, advindas do neoliberalismo, provocaram mudanças, em todas as esferas da sociedade, consequentemente rompem com os princípios de Estado de Bem-estar Social e, ainda, implantam uma individualização de direitos, distorcendo a perspectiva de coletividade expressa nas lutas sociais da década de 1980. Embora no Brasil não se tenha efetivado a proposta de Estado de Bem-estar Social, o compromisso social-democrata e a proteção social assumidos pelo Estado sofrem com o seu forte declínio em detrimento da efetivação das propostas neoliberais. Fato que incide na ampliação de estímulos e apelo à "solidariedade humana", focando no indivíduo a responsabilidade do enfrentamento e da culpa pelas mazelas sociais.

De fato, os governos Lula tiveram os seus louros em relação a algumas propostas mais progressistas. Contudo, podemos classificar o seu governo como aquele que por um lado efetivava as propostas neoliberais de desmonte do Estado e valorização do capital, por outro

promovia avanços das requisições das lutas sociais populares. Um verdadeiro “morde e assopra” que dividiu opiniões sobre a condição de governo de esquerda.

Uma das integrantes do governo Lula, que o acompanhou ao longo dos dois mandatos, foi Dilma Rousseff. Primeiro, ela assumiu a pasta de Minas e Energia e, três anos depois, assumiu a Casa Civil, em substituição a José Dirceu. Nessa função, Dilma organizou e coordenou uma gama de ações e políticas. Entre elas destaca-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que consistia no desenvolvimento de ações de investimento em áreas essenciais como infraestrutura, habitação e energia. O referido programa tinha objetivo garantir o desenvolvimento do país e a melhoria da infraestrutura e dos serviços voltados a população brasileira.

A importante participação de Dilma no governo de Lula preparou o seu caminho rumo a sua vitória nas urnas, em 2010, sendo a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil. Apesar do processo eleitoral difícil, Dilma conseguiu apoio da ampla colisão política, que se destina a ela expectativas de continuidade e de melhorias na capacidade de gestão do governo de seu antecessor.

Dilma toma posse em 2011 e os primeiros movimentos de seu governo vão na direção de cortes de gastos, no aumento das taxas básicas de juros e nas medidas macro prudenciais para controlar o crédito. Marcado pelo excesso de conservadorismo, os aspectos macroeconômicos apontaram para a redução nas taxas de juros básicas e o maior controle sobre a taxa de câmbio (neutralizando, em parte, as pressões pela apreciação), mas, no front fiscal, novos problemas surgiram.

> Incapaz ou pouco disposto a retomar a curva ascendente do investimento público, o governo optou pela promoção do investimento privado por meio de uma série de isenções fiscais descoordenadas para setores produtivos específicos. A falta de contrapartidas (em termos de investimentos, exportações etc.) parece importante para entender por que, apesar de prejudicarem as receitas públicas, tais medidas não foram suficientes para reacelerar a economia e a produção industrial como um todo (apesar de contribuírem para sustentar o emprego). Aparentemente, o efeito foi mais positivo sobre a rentabilidade das empresas beneficiadas do que sobre suas decisões de produzir e investir no país. (BIANCARELLI, 2014, p. 281).

Em relação ao campo do social, o governo Dilma manteve os aumentos regulares do salário-mínimo e a promoção de ações focalizadas de combate à pobreza extrema com aprimoramento de propostas de transferência de renda e resiliência do mercado de trabalho, gerando pontos positivos em seu primeiro governo. Todavia, outras áreas expressavam grandes problemas. Os evidentes sinais de regressão na estrutura produtiva, a deterioração das contas externas, a piora nas contas fiscais, a queda de receita e a lentidão no trato das questões de

infraestrutura de logística e energia constituíram alguns dos elementos que minaram as esperanças no governo da presidenta. (BIANCARELLI, 2014).

Além disso, a crise capitalista, evidenciada nos países centrais em 2008/2009, apresentou rebatimentos concretos no Brasil, a partir de 2013, quando ficam expostos "os limites da gestão petista do Estado brasileiro, com seus governos de coalisão e de conciliação de classe", gerando desgastes que impulsionaram a burguesia brasileira a entrar em um novo momento do neoliberalismo no país. (BEHRING, 2019, p. 58). Aliadas a isso, as dificuldades em cumprir uma agenda econômica favorável ao mercado promoveram uma insatisfação com o governo Dilma que, em parte, podemos exemplificar na reação de grupos conservadores contra políticas de inclusão dos governos petistas. Apesar desse contexto, a proposta de reeleição de Dilma é pautada e logra êxito no segundo turno, revelando o mais acirrado resultado das disputas presenciais até então.

O segundo mandato de Dilma não iria muito longe, o fracasso na gestão econômica se aprofunda, dificultando o enfrentamento da recessão dos anos 2015/16. As medidas de enfrentamento recaíram

> sobre os cortes nos programas sociais de saúde, educação, habitação, no reajuste de servidores federais, de subvenção agrícola, suspensão de concursos públicos, ampliação da idade para a aposentadoria, eliminação do abono de permanência para garantir a do superávit primário de 0,7% do PPIB em 2016, com ataque aos trabalhadores e sequer na taxação de juros bancários às grandes empresas. (ABRAMIDES, 2019, p. 182).

Com isso, o governo perde referências entre a população e força entre os seus parceiros, sofrendo evidentes oposições no Congresso e Senado. Em concomitância, a direção política da Operação Lava Jato[35] estremeceu as bases do governo de Dilma, que se encerra sob a acusação de realizar crime de responsabilidade fiscal, motivação de seu *impeachment*.

Nessa linha, o *impeachment* representou um golpe parlamentar para a acessão da extrema direita no governo, configurando a saída encontrada pela burguesia brasileira para entrar no terceiro momento do neoliberalismo no Brasil, em conexão com as propostas das agências financeiras internacionais, que expressam "semelhanças discursivas e de medidas concretas

[35] "Na guinada à direita da política econômica, Dilma perdeu sua base de apoio popular, que se sentiu traída. Ao não perceber a armadilha da politização da Lava Jato, ela conferiu legitimidade a uma operação que hoje todos percebem como parcial e tendo como fim principal a criminalização da esquerda e de seu principal líder. Até o episódio decisivo da "prisão" de Lula, muitas pessoas na esquerda acreditavam nos propósitos republicanos da Lava Jato. Isso tem a ver com a colonização da esquerda pelo discurso conservador que demoniza o Estado na noção de patrimonialismo. Como esse discurso capenga e superficial também a contaminou, a esquerda ficou indefesa e sem contradiscurso no momento mais necessário." (SOUZA, 2022, p. 121).

com o projeto contrarreformista de FHC." (BEHRING, 2019, p. 57). Em outras palavras, o *impeachment* configurou em um golpe

> jurídico-parlamentar, uma vez que foi orquestrado por um arranjo entre diferentes setores do poder burguês: o Legislativo, o Judiciário e a Polícia Federal, com o suporte ideológico da grande imprensa. A particularidade desse golpe reside na manutenção do regime democrático, isto é, o golpe foi articulado e processado no interior e por meio dos dispositivos da democracia liberal burguesa. (CASSIN, 2022, p. 20).

Ademais, uma visão mais ampla nos permite enxergar que, no pós-crise de 2008, fica notório o aprofundamento nas relações econômicas mundiais do fortalecimento das ideias conservadoras, que propõem formas de aperfeiçoamento do modelo de exploração e opressão da força de trabalho. Nelas o Estado se destaca, de forma mais intensiva, como avaliador e financiador das necessidades capitalistas de manutenção do sistema. O que abre margens para a ascensão de uma "nova era"[36] conservadora no mundo. Entre os propósitos conservadores incluem a superação de governos progressistas, principalmente, os estabelecidos nos países da América Latina, a destacar: a Venezuela, polo de energia e riqueza mineral (petróleo e ouro); e o Brasil, considerado quase que uma fonte inesgotável de recursos naturais e porta de entrada geopolítica para a dominação e a manutenção da subserviência dos recursos naturais da América Latina ao laboratório de superação de crises do capital.

Diante disso, conclui-se que o golpe de Estado em 2016, no Brasil, excede as forças protetoras brasileira contra a corrupção. Ele faz parte de uma arquitetação capitalista mundial para a sua conservação, logo, não se trata de tirar o corrupto, mas sim de eliminar possíveis forças opositoras aos ideais de sobrevivência do sistema capitalista.

No lugar de Dilma, entra o seu vice, Michel Temer, que funda um governo ilegítimo de "aceleração da concepção neoliberal nas políticas sociais e na condução do Estado, que nada mais é do que carrear recursos para o sistema financeiro-especulativo, com congelamento de recursos e inversão de prioridades" (BORGES; MATOS, 2020, p. 72). Nele havia um redirecionamento do trato da questão social por meio do incentivo da militarização e invasão das favelas em nome da guerra do tráfico e a favor da intervenção armada e da segurança militar.

Em relação à democracia,

> a ruptura com o pacto democrático presente na Constituição de 1988, a partir do golpe de 2016, forneceu às diversas frações burguesas a possibilidade de reunificação em torno do programa ultraliberal expresso no documento "Ponte para o futuro". Este

[36] Visível nos governos de Macri (2015), na Argentina, de Trump (2017), nos EUA, e Bolsonaro (2019), no Brasil.

> documento, publicado pelo partido do então vice-presidente Michel Temer, ainda em 2015, continha não somente as linhas gerais que fundamentavam a orientação golpista, mas também o programa econômico cuja aplicação se daria de forma mais ou menos acelerada pela equipe do ministro Paulo Guedes, no governo de Jair Bolsonaro. (MARINHO; MARA, 2021, p.20).

Nota-se a conversão da crise econômica em chantagem ideológica direcionada ao consenso do capitalismo financeiro em suas estratégias de superação da crise estrutural da primeira década do século XXI. Nessa linha ideológica, destaca-se os holofotes para a prisão[37] do ex-presidente Lula, que suscita um movimento antipetista, em nome de uma oposição aos governos corruptos e imorais, exigindo a personificação de um novo presidente aliado aos princípios morais cristãos, que resgataria o Brasil do pecado da corrupção, da luxúria[38] e da desordem, reestabelecendo a harmonia positivista no país.

Entre as medidas adotadas pelo novo governo de Temer, a "abre-alas"

> foi a Ementa Constitucional (EC) 95, aprovada sob forte repressão em Brasília, 2016. O discurso da EC 95 foi o de realizar sacrifícios para entregar um país saneado e que voltasse a crescer, responsabilizando os gastos públicos e a dívida. (BEHRING, 2019, p. 59).

As demais medidas representaram a "destruição brutal das conquistas trabalhistas, como a terceirização e a contrarreforma trabalhista que foram aprovadas; a da previdência permaneceu em tramitação de 55 projetos de leis contra os trabalhadores". (ABRAMIDES, 2019, p.187).

Ainda vale falar da PEC n. 241, conhecida como PEC da morte, sancionada em 15 de dezembro de 2016, que instituiu novo Regime Fiscal ou Teto dos Gastos Públicos, congelando por 20 anos o orçamento para área sociais como as das políticas de seguridade social e educação. Ainda assim, tais medidas não foram suficientes para alavancar a economia. E, frente a elas, os trabalhadores organizaram passeatas, paralisações, greves como movimento de repúdio e resistência às arbitrariedades do governo, o qual respondia a classe trabalhadora por meio de violentas ações policiais.

Apesar de ter consumado os interesses econômicos e políticos em jogo, o plano de fundo do governo Temer centrava na abertura e ascensão da extrema direita ao governo. Talvez o pior tipo de direita já conhecida na história do Brasil, que teve na prisão de Lula o trampolim

---

[37] Entendemos a prisão de Lula como golpe político orquestrado pela extrema direita com o judiciário brasileiro, a destacar o Juiz Sérgio Moro, com a finalidade de manipular o pleito de 2017.

[38] Lê-se aqui manifestações lgbtfóbicas.

necessário para a eleição de um de seus representantes à presidência do país. Assim, o "governo golpista de Temer, por seu caráter transitório e ilegítimo, cumpriu a sina de ser 'uma ponte para o futuro' de obscurantismo que reinaria no Brasil a partir de 2019 – uma espécie de antessala do neofascismo ultraneoliberal.[39]" (CASSIN, 2022, p.23).

A ascensão de Bolsonaro significou a "saída de emergência ao fracasso do governo Temer e dos partidos de direita para impor uma mudança governamental em seu favor, e expressa o avanço político e operacional das Forças Armadas." (BEHRING, 2021, p. 129). Também significou a posse de uma proposta de radicalização do neoliberalismo e de combate reacionário aos ideais democráticos, que configuram o espraiamento no cenário social do ultraneoliberalismo e do ultraneoconservadorismo. Portanto, o resultado não poderia ser diferente da instalação de

> um governo semibonapartista, apoiado pelo capital financeiro internacional, com uma componente fascista, dominada pelo alto mando militar, que visa destruir os direitos civis e sociais, pôr a educação sob o comando da reação evangélica e clerical, combater a oposição política com métodos extraparlamentares e destruir o movimento dos trabalhadores. (BEHRING *et al.*, 2021, p. 129).

Assim, a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2019 marcou uma reação da direita conservadora aos governos petistas, desde a virada do século. As *fakes news* e a ideologia de defesa da nação, da tortuosa herança de corrupção dos governos anteriores – que gerou o *impeachment* de um e a prisão de outro presidente – e a defesa de uma moral cristã apresentam um discurso de "salvação" da família, expressam ódio à diversidade humana, reproduzem misoginia, preconceitos e fragmentação do tecido social, além de ovacionarem o armamento como forma de enfrentamento da questão social.

De postura declaradamente conservadora e arbitrária, Bolsonaro em nenhum momento escondeu a sua devoção ao maior torturador da ditadura militar dos anos 1960 no Brasil; a sua defesa de fechamento do Congresso Nacional; a sua condição de homem, branco, cisgênero,

---

[39] "O chamado ultraneoliberalismo se trata de transformações qualitativas em relação ao liberalismo, entretanto, não no sentido de constituição de uma nova razão do mundo, mas sim para perpetuar a velha ordem e razão burguesa, solidificando-a em patamares ainda mais regressivos de expropriação e exploração da classe trabalhadora. Ou seja, ainda que se possa ver uma radicalização do liberalismo, (...) a agenda ultraliberal foi implementada pela burguesia através de ferramentas de formação de consenso, com destaque para a mídia corporativa e, não raro, através da coerção, por meio do terrorismo de Estado, criminalização das organizações da classe trabalhadora (partidos, sindicatos, movimentos sociais), xenofobia, racismo, dentre outros meios de dominação e coerção. Vale ressaltar, ainda, que a falência da contrarreforma ultraliberal abre o terreno para a saída fascista, que significa, em primazia, o aprofundamento e radicalização do que já é terrivelmente radical e violento para nós – os de baixo." (MIRANDA, 2020).

patriarcalista, cristão, lgbtfóbico e racista, que levou o Brasil a um tipo de polarização econômica, social, regional, étnica e até sexual.

Com o lema ‘Brasil acima de tudo. Deus acima de todos’, o então presidente sustenta um discurso de moralidade, que não poderia deixar de fora a falaciosa preocupação com o combate a corrupção. As suas estratégias de mídia para a expansão das chamadas *fake news* – base de toda a sua campanha – objetivava ganhar a devoção de muitos, em especial, àqueles ligados a determinados segmentos religiosos e conservadores, que o intitularam como o “Messias” libertador do país de práticas profanas. Isso exibe uma disputa de poder entre determinados partidos e segmentos da burguesia, cujas entrelinhas se delineiam uma ação antipetista conectada aos interesses do capital internacional.

> A eleição de Bolsonaro evidenciou este potencial de forças em presença na sociedade e de manifestações neofascistas, com articulação de milícias, assassinatos políticos, prisões arbitrárias, discursos de ódio, ações antidemocráticas, demonstração de autoritarismo na relação com o conhecimento, com a cultura e com as artes e, no plano econômico, a consolidação do ultraneoliberalismo. (BORGES; MATOS, 2020, p. 73).

Como vimos, o ultraneoliberalismo pode ser considerado uma nova fase da evolução do capitalismo em níveis mais predatórios. A crise capitalista estrutural global emergente a partir de 2008, já sentida nos anos anteriores, foi impulsionada pela combinação entre processo prolongado de acumulação de capital e progressão científica e tecnológica dos meios de produção, somada à explosão da informática, da robótica e da química, excluindo o trabalho humano e impactando no processo de compra e venda de força de trabalho. Segundo Borges; Matos (2020), algumas características são peculiares a essa fase do capitalismo, as quais são aguçadas pelo deslocamento, cada vez maior, da parcela do capital acumulado para a especulação financeira proporcionando a sua conversão em capital fictício,

> como o aumento do poder do capital sobre o trabalho, a reestruturação produtiva com expulsão de força de trabalho, com consequente aumento do desemprego e da exploração; do ponto de vista dos interesses do capital, as medidas de contenção da crise têm sido por redução e congelamento de salários, demissões, privatizações, elevação de impostos, flexibilização das regulações do mercado de trabalho, cortes de gastos sociais, aumento da idade para aposentadoria, reformas tributária, trabalhista, ou seja, tendências regressivas. (BORGES; MATOS, 2020, p. 74).

Para Castelo (2020), a afinidade do governo aos ideais era visível.

> Bolsonaro abandonou suas antigas crenças no maior controle estatal na economia e passou a louvar o livre mercado, com o objetivo de atrair grupos da alta burguesia para as suas bases eleitorais e sociais. O fiador do acordo bem-sucedido entre o novo

> convertido e as elites econômicas é Paulo Guedes, economista formatado no credo da Escola monetarista de Chicago. Fiel à cartilha neoliberal, Guedes mostra serviço desde os primeiros dias da sua nomeação com corte de gastos, anúncio de privatizações, parcerias público-privadas, ofensas ao funcionalismo público e etc. Assim, Bolsonaro e seu ministro da Economia reafirmam cotidianamente os compromissos firmados com o grande capital monopolista e recebem de volta apoios e aplausos – diga-se a verdade, cada vez mais tímidos e silenciosos, mas decisivos para a manutenção de ambos no Planalto Central. (CASTELO, 2020, p. 96).

Por outro lado, não se pode negar que o governo de Bolsonaro não poupa esforços para a continuidade e ampliação das ações destinadas à reforma da seguridade social, à flexibilização de contratos de trabalho, aos cortes orçamentários das políticas sociais e a promoção de ajuste econômico-social continuado, com regularidade e voracidade assustadoras. A pretensão do governo é a de acabar com os "privilégios" dos trabalhadores, em especial servidores públicos e a grande massa de operários brasileiros. Todavia, nela não se arrola os políticos, os parlamentares, os militares e o grande escalão do judiciário.

Os argumentos governamentais para os referidos ajustes ganham o consentimento dos trabalhadores que, alienados, assumem o compromisso do sacrifício necessário em nome do crescimento econômico que "beneficiaria a pátria". Mais uma vez, o "gado" é colocado na trincheira para o abate. Os trabalhadores são compilados a aumentar o seu desempenho, ou seja, aprofundar a aceitação de sua própria exploração por meio da flexibilização e polivalência da dinâmica de trabalho e da perda de direitos trabalhistas. O que resultou, ao longo de quatro anos, no nível de desemprego, a marca de 14%, com o índice de trabalho informal chegando a 13,2 milhões de pessoas, os maiores desde 2012. (SINDICATO DOS METALÚRGICOS, 2022).

Entre os trabalhadores, a política de Bolsonaro dividia opositores e devotos. Enquanto de um lado havia um grupo de trabalhadores fiéis às práticas de "boa fé" do presidente, do outro havia grandes manifestações e mobilizações que tomaram grande folego em 2021, quando as ruas de diferentes partes do Brasil foram tomadas por trabalhadores e seus representantes, estudantes e líderes políticos, no mês de maio, pedindo o *impeachment* do presidente. Nesse mesmo mês, registrou-se a maior greve dos metroviários de São Paulo. Em outubro do referido ano, identifica-se a eminência de uma paralisação dos caminhoneiros, devido à alta do diesel, rechaçada fortemente pelo governo.

Contudo, o ultraneoconservadorismo, uma face mais radical do neoconservadorismo, ganha forças e bipolariza as relações sociais, domina determinados segmentos da sociedade e

institui um neofascismo. O neofascismo[40], diferente do fascismo histórico, representa um profundo ataque às liberdades democráticas e às perspectivas emancipatórias.

> Entre os elementos que nos ajudam a caracterizar o projeto bolsonarista como neofascista, ressaltamos alguns, os quais desdobraremos na análise do Orçamento Geral da União: as distinções do tipo "Nós" e "Eles", que marcam as ideologias fascistas como bem descrito por Stanley (2020); a liberdade de expressar opiniões racistas, machistas e LGBTQI+- fóbicas, aparece também como apelo à "lei e ordem" e reforço da política de "Segurança Pública"; e o "combate ao crime e à corrupção" que, na verdade, endossa a feição do neofascismo como ideologia de combate que prega a aniquilação de seus oponentes. Outra importante característica é uma referência constante ao passado mítico, portador da ordem e harmonia, que deve ser restabelecida – no caso do bolsonarismo, esse passado refere-se ao período da Ditadura Empresarial Militar pós-1964 e no papel saneador exercido pelas forças armadas. (BEHRING *et al*., 2021, p. 129).

Nota-se a moralidade conservadora defendida e alimentada pelo governo que resulta em atos de violência civil e governamental sob diferentes segmentos sociais. Um tipo de busca voltada a "legitimar o ódio de classe, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero e etc., como formas de desvalores[41] sustentados por representantes do executivo e de parte da sociedade civil." (BORGES; MATOS, 2020, p. 72).

As pautas identitárias servem como polo de desvio da atenção populacional das atrocidades acometidas por seus ministros nas diversas áreas do aparato governamental do Brasil. Enquanto a sociedade se digladia e vê no outro os problemas da realidade social, as raízes de base ultraneoconservadora e ultraneoliberal são encobertas e disfarçadas, passando por cima dos sujeitos como trem desgovernado, de maneira a alienar a população, manter uma desarmonia social, fortalecer a culpabilização dos indivíduos e a naturalização das mazelas sociais, as quais passam ser consideradas problemas inteiramente da sociedade e não do Estado.

> A tal "cortina de fumaça" só evidencia a reprodução de preconceitos arraigados em nossa sociabilidade, a julgar pelos posicionamentos do governo quanto a atitudes que traduzem a LGBTIfobia, a fala da ministra que representa as mulheres, de que meninas vestem rosa e meninos azul, de que meninas indígenas são mais estupradas porque não usam calcinhas, a ênfase nas comunidades terapêuticas para tratamento da

---

[40] "o fascismo histórico pode ser entendido na combinação entre um movimento reacionário das camadas intermediárias da sociedade capitalista, direcionado à implementação de uma ditadura do grande capital. Compreendido enquanto tendência de recuperação da hegemonia das finanças e do imperialismo norte-americano, o ascenso do neofascismo está longe de ser uma singularidade do governo Bolsonaro. O prefixo "neo" denota existência de novas determinações próprias tanto do estágio atual do capitalismo financeirizado, de um lado, e das relações de força entre as classes ao nível internacional e no interior de cada formação social particular." (MARINHO; MARA, 2021, p. 21).

[41] "Pode-se considerar desvalor tudo o que direta ou indiretamente rebaixe ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de uma determinada componente essencial." (HELLER, 1992 apud BORGES; MATOS, 2020, p. 72).

> saúde mental, de que o governo não deve ser responsável por tratamento para quem se infectou por sua responsabilidade por alguma Infecção Sexualmente Transmissível -DST/AIDS, dentre outras barbaridades. Estes ditos não conformam uma questão acessória, têm no seu horizonte o redirecionamento de "gastos" do Estado para com certos "segmentos" da população, logo não são uma cortina e sim o fogo que alimenta o conservadorismo na sociedade brasileira e evocando o dito popular, "onde há fumaça, há fogo"! (BORGES; MATOS, 2020, p. 79).

Nos fins de 2019, a pandemia do Covid é deflagrada para o globo e, no cenário da economia mundial, as previsões em relação aos impactos de uma pandemia que isola os indivíduos são comparáveis à crise de 1929. O prenúncio de queda no PIB mundial e o aumento das taxas de desemprego provocam desequilíbrios e uma luta por recuperação econômica. As grandes economias, como os EUA de Trump, investiam em planos que destinavam a maior parte dos recursos para salvar as empresas,

> enquanto uma fração menor [ia] para desempregados e gastos com a saúde. Na Europa, medidas de alívio aos efeitos da crise partiram do governo inglês de Boris Johnson, parceiro de primeira hora de Trump, fazendo um aporte vultoso de £30 bilhões, quantia que não era aplicada desde a Segunda Guerra Mundial. Países-membros da União Europeia, como Alemanha, França, Espanha e Itália, anunciaram celeremente pacotes anticíclicos nacionais e negociam um pacote supranacional de proporções inéditas que pode alcançar €500 bilhões. E, no Japão, o governo federal, comandado por forças de extrema-direita, coloca em prática um pacote de intervenção econômica da ordem de €1 trilhão (CASTELO, 2020, p. 95).

As medidas aplicadas pelo governo, sob orientação de Paulo Guedes (Ministro da Economia do governo Bolsonaro), resultaram no aumento de muitos zeros às contas de instintos grupos capitalistas representantes do monopólio do mercado brasileiro. Contudo, esse cenário apenas aliviava a crise geral e não seria capaz de conter a tormenta que já prenunciava uma crise maior com bases na pandemia do Covid-19.

A pandemia é deflagrada no Brasil, em março de 2020, quando o país inicia o cumprimento de determinados protocolos de orientação mundial de prevenção e combate ao vírus, que já havia dizimado grupos populacionais inteiros no oriente e na Europa. Embora fosse tratada como uma "gripezinha" pelo Presidente Jair Bolsonaro, a pandemia rebateu profundamente nas estruturas sociais, políticas, econômicas, sanitárias e emocionais da população.

O medo do invisível, a aproximação com a morte, o aumento das necessidades e o confinamento, o aumento das dores e das perdas mudaram a rotina do brasileiro. As ruas vazias dos centros das grandes cidades brasileiras pareciam cenários dos ermos populacionais do velho oeste de filmes americanos. A ordem era se proteger, distanciar, evitar aglomerações, fazer o uso contínuo de máscaras, de álcool, água e sabão para higiene das mãos, do corpo, dos objetos

e dos alimentos. Os coletivos presenciais deveriam ser evitados, somente os serviços essenciais deveriam funcionar. Um possível prólogo da crise que levaria o fim do capitalismo, que necessita da mão de obra do homem para a extração da mais-valia e alçar valor?

Não. O capital sabe muito bem explorar as necessidades humanas e aguçá-las. O virtual entra em cena como o mundo das novas relações comerciais, de diversão, de integração familiar, de informações. O que estava distante se tornava perto, ali, pela telinha. Os bancos produziram diferentes formas de ampliação das negociações virtuais e o dinheiro em espécie hoje é pouco circulante. As indústrias de tecnologias de informática batem o seu recorde de venda e as provedoras de internet e telefonia, bem como de serviços de entretenimento como as tv por assinaturas e as plataformas de *streaming*, ascendem a números quase que planetário. Crise? Temos de entender para quem ela realmente acontece.

Aos poucos, o grande fluxo de trabalhadores é assediado a retornar aos seus postos de trabalhos, seja de forma presencial ou virtual. O teletrabalho que antes era uma proposta se torna emergencialmente uma realidade. Os "benefícios" empresariais como auxílio transporte e refeição são suspensos e trocados por incentivos a metas de produção. A casa e o trabalho se fundem, o privado e o público não têm mais uma linha tênue. Para as mulheres a sobrecarga da dupla jornada de trabalho parece se tornar incontrolável. Os pais/responsáveis assumem a incumbência de equilibrar o caos sem qualquer suporte de qualidade de vida.

Embora a pandemia refletisse impactos de várias ordens em todo o mundo, o governo brasileiro, no ano de 2020, ainda tratava a peste como algo muito distante das terras brasileiras. Parecia que, na cabeça do presidente, a pandemia era algo raso e sem necessidade de alerta ou, como muitas vezes pronunciou na mídia, "uma gripezinha".

> Abundavam, até o início de abril, teorias governamentais como aquela que mencionava o clima tropical do país como impeditivo do espalhamento do vírus e, ainda, duvidosos elogios a suposta resistência excepcional dos brasileiros – "Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada", como disse o presidente Bolsonaro em 26 de março. (STAMPA; RODRIGUES, 2020, p. 83).

Esse discurso entre outros mais estúpidos pronunciados pelo referido governante colocou em xeque a política nacional unificada de enfrentamento à pandemia da Covid-19, acirrando os inúmeros ataques à Carta Magna de 1988, vivenciados antes mesmo da virada para o novo século, em que resulta sequelas profundas nas políticas sociais e nos direitos consagrados na Constituição. A pandemia, apesar do horror sanitário, se torna palco de glória para o capital. No Brasil, ela serviu como justificativa para o fechamento de pacotes e ações emergenciais que só consideram a manutenção da ordem capitalista, que por sua vez prenuncia

um xeque-mate da política ultraneoliberal de Guedes apresentando índices inferiores aos do governo interventor anterior.

Contudo, a marcha do governo neofascista segue em direção à priorização do capital, de maneira que as intervenções sociais necessárias criadas pelo Estado, no período pandêmico, serviram de base para a construção de um plano voltado a captação do voto da população mais pobre do país. Além das *fake news* que marcaram o período de sua primeira campanha eleitoral em 2018, a construção de falsas ideologias sobre os seus opositores, a misoginia, a bandeira de defesa das tradições e dos princípios cristãos, a valorização de uma moral positivista e elitista e a promessa de manter a população dependente dos recursos sociais assistenciais imediatistas e excludentes formatam as suas propostas para o novo governo.

Como no processo eleitoral anterior, Bolsonaro, em 2022, não oculta em nenhum momento a sua oposição a universalização da cidadania e defende descaradamente sua posição a favor dos interesses capitalistas.

Tais especificidades, de um lado aliadas a tendências de retração da economia mundial, incidem no aprofundamento das dificuldades de recuperação da economia brasileira, aumentando as demandas por serviços sociais públicos. Esses sofrem as duras investidas do Estado sobre as políticas sociais, as estatais, os trabalhadores e os funcionários, mapeando um terreno arenoso para os direitos sociais no Brasil. Por outro lado, deixam duras marcas para a manutenção da democracia e da liberdade no país, consequentemente, grandes há desafios aos assistentes sociais na luta em defesa de seu projeto social de profissão e de sociedade emplacado desde o Movimento de Renovação do Serviço Social que, na década de 1990, consolida um novo direcionamento e compreende o significado social da profissão.

2. SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS E PRÁTICA PROFISSIONAL

A compreensão do nosso debate acerca do Serviço Social no século XXI exige alguns preâmbulos introdutórios. O primeiro, vimos no capítulo anterior um resgate do contexto histórico e político do Brasil do século passado, cujas resultantes construíram e desenvolvem aspectos profícuos de transformações societárias, que impactam todas as dimensões das relações sociais no decorrente centenário.

No Estado, identificamos um novo direcionamento organizacional, político e econômico pautado no neoliberalismo, conduzindo o Estado para a redução de despesas, principalmente, daquelas referentes ao financiamento de políticas sociais – padrões de proteção social resultantes dos desdobramentos das lutas de classe, portanto, compreendidos como "respostas e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho" (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 51).

Por conseguinte, o trato das expressões da questão social também foi modificado. O "retorno"[42] a concepções de culpabilização e responsabilização dos indivíduos pelas mazelas sociais – tanto as suas quanto as da sociedade – colocam sobre os esforços singulares o sucesso do enfrentamento da desigualdade social, constituindo um tipo de cidadania que é estimulada pelo Estado e pelo mercado. Nesse sentido, a política social assume uma condição mínima interventiva orientada por padrões estabelecidos, entre outros, o orçamentário do Estado, o qual redireciona a elaboração e a interpretação do fundo público a partir de parâmetros empresariais de custo-benefício, eficácia/inoperância, produtividade/rentabilidade. Tendo como resultante a subordinação da resposta às necessidades sociais a mecânica técnica e contábil do orçamento público, orientada por uma racionalidade instrumental (IAMAMOTO, 2008).

No mundo do trabalho, a reestruturação produtiva a partir do modelo toyotista agrega novas modalidades de controle e gerenciamento da força de trabalho, fortalecidas pelo avanço da robótica e da informática, implementa novas formas de contratação, que descaracterizam os direitos trabalhistas e minam a organização coletiva dos trabalhadores, gerando competição entre iguais. Também redesenha o processo de trabalho por meio da polivalência ou multitarefas

[42] No mundo, as referências dadas ao enfrentamento da questão social pelo modelo de Estado Social e, no Brasil, a direção das políticas sociais dada pelos parâmetros constitucionais modularam a intervenção a responsabilidade do Estado com a proteção social em resposta aos flagelos da questão social. Contudo, no Brasil não vivemos um Estado de Bem-Estar, e a Constituição Federal na sua proposta de moldar um Estado Social não avançou efetivamente, portanto, se no mundo há um "retorno" no Brasil, isso não ocorre porque o Estado Social não se concretizou no enfrentamento da questão social.

do trabalhador; reorganiza a hierarquia, estabelecendo uma horizontalidade, na qual o trabalhador é tido como peça fundamental e de excelência da empresa, sendo denominado como associado ou colaborador; promove novas formas de trabalho; amplia a terceirização; entre outras medidas.

Na cultura, a veneração ao individualismo revela que o bem-estar se centra na capacidade de consumo e os indivíduos passam a estabelecer novos valores societários, legitimando um tipo de darwinismo social, tão ao gosto do neoliberalismo.

Todas essas transformações são orquestradas por uma estratégia aplicada a partir da expansão do capitalismo financeiro[43], que passa a operar com o capital que rende juros, impulsionado pelos organismos multilaterais, os quais capturam os Estados Nacionais e o espaço mundial, atribuindo um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países e, com isso, o aprofundamento radical da desigualdade social da dependência entre as nações[44] no cenário internacional (IAMAMOTO, 2008).

Nesse contexto, o assistente social vivencia problemáticas envoltas na sua condição de trabalhador assalariado, que sofre todos os impactos do mundo do trabalho; a de trabalhador social, que se depara cotidianamente com a redução dos investimentos nas políticas sociais públicas, as quais se constituem um de seus principais instrumentos de intervenção sobre as expressões da questão social; e a de trabalhador ético, pois os valores que orientam o seu projeto societário colidem com a dinâmica posta no contexto contemporâneo de consolidação da cidadania.

Tais problemáticas refletem na exigência de construção do fazer profissional ausente da cultura de pesquisa e sistematização da prática, condenando o exercício profissional ao imediatismo e ao pragmatismo, limitando-se a ações superficiais, burocráticas e irrefletidas, postulando um antagonismo ao Projeto Ético-Político da Profissão. Projeto esse que marca a intrínseca relação do pensamento crítico com um projeto de sociedade, voltado à compreensão da complexidade das individualidades e a valorização da liberdade. Isso constitui um cenário de debate, que busca romper com o movimento endógeno da profissão, na perspectiva de

---

[43] "O capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e jogo das forças sociais" (IAMAMOTO, 2008, p. 107).

[44] Sugiro a leitura de Harvey (2005), em que o autor afirma que, entre outros determinantes, a contenção do comunismo resultou uma crise fiscal no interior da economia do Estado líder, gerando a necessidade da expansão da quantidade de capital "fictício" em circulação, provocando uma onda de falências, pressões inflacionárias incontáveis e o colapso das estruturas internacionais fixas que eram a base do superimperialismo norte-americano no pós Segunda Guerra Mundial, gerando dependência das demais economias às estratégias capitalistas norte americana.

estabelecer a estreita relação com sujeitos políticos coletivos comprometidos com as lutas por emancipação política, sem perder do horizonte teórico-político a necessidade histórica da emancipação humana.

Deste modo, entende-se que o século XXI desvela um avanço do capital gerador de múltiplos determinantes, que se constituem como solo para o avanço de um processo conservador de releitura da questão social e de reconfiguração/reatualização de práticas, procedimentos e instrumentos de matriz conservadora no cerne do exercício profissional do assistente social. O que nos leva ao segundo elemento, do qual se trata este capítulo.

Apreender o Serviço Social como uma profissão inserida no processo social significa contextualizar o surgimento e a trajetória da profissão ao longo dos anos. Destacando os princípios, valores e metodologias que envolvem a progressão profissional ao patamar de amadurecimento científico, permitindo aos assistentes sociais identificarem a sua importância e protagonismo na luta em direção e defesa de um outro modelo de sociedade, no qual a exploração não seja a sua lei fundamental.

Para tal é preciso buscar nos fundamentos histórico e metodológico da profissão a compreensão das vias traçadas e caminhadas pelo Serviço Social desde o seu surgimento no Brasil. Esse resgate nos permite alcançar o conhecimento das múltiplas determinações que estão postas nos níveis da universalidade, singularidade e da particularidade, cuja relação dialética nos leva a captar as riquezas do real (concreto) que define o nosso objeto de estudo. Com isso, o debate proposto nas linhas a seguir nos possibilita identificar o movimento da profissão atrelado ao da história e os seus desdobramentos tanto na formação como na prática profissional e no entendimento de seu significado e direção social.

2.1. Os caminhos para se entender a gênese do Serviço Social no Brasil

Há dois caminhos para se entender a gêneses da profissão no Brasil. Um restrito aos processos internos da profissão, que confere ao Serviço Social uma autonomia histórica, desconsiderando o movimento da sociedade, as lutas sociais e a existência das classes sociais. Trata-se de uma visão particularista de motivação pessoal dos filantropos e voluntários em organizar e profissionalizar as suas ações tendo apoio da igreja ou do Estado. Não se percebe nessa visão a existência de atores coletivos nem o condicionamento das relações sociais pelo contexto sócio-histórico que o circunda (MONTAÑO, 2009). Nas palavras de Netto (2001a):

> a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na "organização" da filantropia e cuja culminação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já "organizadas", de parâmetros teóricos-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das protoformas do Serviço Social a este enquanto profissão, o envolver como que desenharia um continuum. (p. 69).

Essa concepção endógena da profissão é posta como uma evolução das antigas práticas de ajuda e assistência. Para Montaño (2009) ela é arbitrária, pois, se há de considerar as formas de ajuda e assistência produzidas pelo homem na história, dever-se-ia remeter a gêneses da profissão "a Eva (para os cristãos) ou aos primeiros primatas (para os darwinistas) como antecessores e precursores do Serviço Social." (p. 29). O autor segue a sua crítica apontando 4 equívocos intrínsecos à concepção endógena:

1) considera um número tão vasto de "antecedentes" do Serviço Social que perde qualquer perspectiva crítica da história da profissão;

2) não consegue explicar o porquê não desaparecem aquelas práticas filantrópicas e caritativas que segundo esta concepção haviam dado lugar ao Serviço Social profissional;

3) não visualizam que se dá uma ruptura do significado da funcionalidade e da legitimação, entre aquelas práticas filantrópicas, voluntaristas e o Serviço Social, quando o assistente social aparece como trabalhador assalariado;

4) o argumento de que o surgimento da "questão social" deu lugar à gênese do Serviço Social não consegue explicar como há mais de um século de distância entre àquela e este – o Serviço Social surge nos anos de 1890 -1940, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos (...), enquanto as questões sociais aparecem com forte e massivo impacto já na instauração da Revolução Industrial.

Cabe destacar que seguir esse caminho é se manter intramuros e reproduzir uma concepção mecânica e focalizada da realidade e messiânica da profissão. Implica em se limitar ao conceito de "servir aos pobres é ajudá-los, fazer para eles o que eles não podem fazer por si" e admitir o Serviço Social "como "atividade", conjunto de trabalho ou de esforços" (VIEIRA, 1985, p. 57), descendente do progresso das ideias de solidariedade, desvalidando a especialização técnica e social do trabalho e a condição de trabalhador.

Como a direção dos nossos estudos perpassa pela análise histórico-crítica da realidade e busca captar as determinações para além do movimento endógeno da profissão, não iremos nem podemos nos fixar nesse caminho. Portanto, seguiremos por outro caminho, aquele que conecta o Serviço Social às necessidades da evolução da ordem monopólica capitalista, ou seja, entendo o

> surgimento da profissão de assistente social como um subproduto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo monopolista, o Estado toma para si as respostas da questão social (MONTAÑO, 2009, p. 20).

Esse caminho nos leva por uma concepção que parte de uma perspectiva analítica historicamente situada de profissão, considerando o Serviço Social "como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial." (IAMAMOTO, *in* IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 77). Nessa base, a referida autora compreende a profissão como um produto histórico, no qual o assistente social se destaca na reprodução tanto da força de trabalho como da ideologia dominante.

Com base no pensamento marxiano, a sociedade capitalista possui uma base (estrutura) econômica, que determina a produção social da vida. Nela, os laços de sociabilidade e reciprocidade definem as relações sociais, que são relações de produção, logo, engendradas no movimento contraditório das classes representantes do capital (burguesia) e do trabalho (trabalhadores). As relações de produção condicionam o processo da vida social designando papéis a serem desenvolvidos pelos atores sociais. Os representantes do capital dominam e dão a direção social, política e ideológica da sociedade enquanto o trabalhador se submete a regras do jogo e garante o progresso dos primeiros. Assim, é possível a manutenção e progressão da alienação, ou seja, quanto mais alienado mais o trabalhador se submete às regras do jogo e mais alijado socialmente fica. Para a conservação desse padrão, a classe representante do capital captura a estrutura do Estado e a conduz a seu favor, produzindo manipulações da máquina administrativa estatal, da força política e policial pública para a coerção e imposição de um "consenso" no cotidiano das instituições, cujas rotinas definem padrões de enquadramento e pertencimento social.

Para romper com esse ciclo perverso, somente a construção da consciência política e de classe dos trabalhadores pode influir em tentativas revolucionárias e distender essa corda, levando à justiça social. Tal processo não é fácil e historicamente percebem-se inúmeras tentativas e representações de força da classe trabalhadora que geraram grandes conquistas em relação aos direitos de cidadania, mas há muito o que se caminhar ainda.

Seguindo esse pensamento, a noção de reprodução segundo Iamamoto (2013) define o homem em sociedade determinando o seu modo de vida, portanto, tal noção não se restringe apenas à reprodução material, "refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto

é, das formas de consciência das mudanças ocorridas nas condições de produção" (p. 78). Nesse entendimento, a autora supõe

> como diretriz de trabalho, considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico metodológico sobre o exercício profissional; atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais e objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 79/80)

Em outras palavras, o Serviço Social como profissão instituída nessa sociedade não pode negar e nem fugir do movimento social, histórico, econômico e ideológico, que, mesmo externo à profissão, interfere e designa o seu caminhar. Portanto, Iamamoto (*in*: IAMAMOTO; CARVALHO, 2013) afirma a compreensão da profissão como

> um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão das necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas *necessidades sociais* e novos *impasses* que passam a exigir *profissionais especialmente qualificados* para o seu atendimento, segundo os parâmetros de "racionalidade" e "eficiência" inerentes à sociedade capitalista. (grifos da autora – p. 83).

Em comunhão a esse pensamento, Netto (2001a) afirma que a profissionalidade do Serviço Social é "indivorciável" da ordem monopólica que recrutou o assistente social como agente executor das políticas sociais, dando-lhe a função de dinamizador dos mecanismos de preservação e controle da força de trabalho, elementos constitutivos do projeto conservador de reforma dentro da ordem capitalista. Isso revela uma característica da intervenção profissional, que "desenha um aporte ao desempenho do Estado burguês e do comando do capital monopolista para a reprodução das condições mais compatíveis com a lógica que se põe neste marco" (p. 79). Trocando em miúdos, é na conjuntura sociopolítica, econômica e teórico-cultural produzida pela ordem capitalista em sua era monopólica que surgem as condições necessárias para emergência do Serviço Social como profissão.

2.1.1. Os primeiros passos do Serviço Social no Brasil

O cenário de extrema pobreza que constitui a Europa nos fins do século XIX marca o advento do pauperismo como resultante do processo de industrialização e do capitalismo. A

crise era visível! A desigualdade se espraiava em proporções direta de aumento da riqueza e da pobreza. A classe trabalhadora se manifestava e o capital iniciava uma transição para a sua fase monopólica a fim de superar o cenário que se apresentava a época.

A Igreja Católica identifica nesse cenário uma grande crise de decadência moral e dos costumes cristãos, a qual na sua visão foi originada pelo avanço do individualismo gerado pelo modelo econômico Liberal e pelas ideias Socialistas, condenadas solenemente pelo papado. Portanto, a igreja se arma de estratégias com o intuito de promover um "resgate do homem" e realizar o seu encaminhamento à "felicidade eterna". A manifestação pública do posicionamento da Igreja se encontra, entre outras, na Encíclica Papal de Leão XIII, a *Rerum Novarum*, que preconiza a intervenção do Estado sobre a situação do operariado e defende a bandeira de uma reforma social, em nome de uma restauração dos costumes cristãos. Com isso, a Igreja define, mais especificamente, o papel de sua intervenção social (AGUIAR, 1995).

No Brasil, o século XX apresenta um histórico recente de escravidão e com uma classe trabalhadora em formação recebendo fortes influências dos trabalhadores imigrantes de diferentes partes da Europa. A organização política conhecida como "café com leite" centrava o desenvolvimento econômico do país no modelo agroexportador, gerando embates políticos, que culminaram em algumas guerras internas e no golpe de Estado, via Revolução de 1930. Por outro lado, havia também a pressão das pequenas iniciativas de lutas coletivas dos trabalhadores, exigindo do Estado uma organização do trabalho no país.

A Igreja Católica brasileira, seguindo o direcionamento dado na Europa, encampa o movimento católico leigo, que mobiliza a opinião católica para o restabelecimento de uma Nação Católica. No início dos anos 1920, a Confederação Católica se une ao Centro Dom Vital com a finalidade de coordenar e centralizar politicamente o apostolado leigo e com isso reconquistar o terreno que a Igreja julgava ter perdido e dar outra dimensão a sua influência social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Na busca do espaço perdido no processo de laicização do Estado brasileiro desde a instalação da República, a Igreja assume ações sociais de enfrentamento da questão social. No efervescer dos movimentos políticos, sociais, econômicos e religiosos na arena brasileira da década de 1930, a Igreja verifica a necessidade de produzir ações mais diretas, eficientes, coerentes e organizadas, para alcançar os objetivos outrora alinhados, portanto, motiva a articulação de grupos na organização de cursos voltados a formação de seus quadros. (AGUIAR, 1995). Aqui cabe destacar o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo, criado em 1932, sob o controle da Igreja, o qual tinha como objetivo

> promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais", "visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais" e "adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 179).

O CEAS enviou para a Europa duas sócias para cursar a Escola de Serviço Social na Bélgica e no retorno delas funda a primeira Escola de Serviço Social no Brasil. De certo, os propósitos para a criação da escola centravam-se na necessidade de especialização da Ação Social Católica, cujo "núcleo articulador partia da consciência de vivenciar um período de profundas transformações políticas e sociais e da necessidade de intervir nesse processo a partir de uma perspectiva ideológica e de práticas homogêneas", frente às novas demandas capitalistas emergentes no contexto brasileiro. (AGUIAR, 1995; IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

Nessa guisa, o viés orientador da formação técnica especializada dos quadros para a ação social teve como base a Doutrina Social da Igreja e a sua filosofia aferida por seus propósitos sociais. Logo, a vocação, a ordem moral, os valores cristãos e do apostolado constituíram elementos base para a definição e formação das primeiras assistentes sociais no Brasil. Cabe destacar que a Doutrina Social da Igreja está fundamentada no Neotomismo. Este resgata, no fim do século XIX, as bases filosóficas expressas por Santo Tomás de Aquino no século XIII, que destaca entre outros "a visão de pessoa humana, o conceito de sociedade e de bem-comum e a questão ética como pressupostos básicos presentes na formação do assistente social" (AGUIAR, 1995, p. 41).

O resgate da filosofia tomista pela Igreja Católica fazia parte de seus propósitos de recuperar o espaço perdido na sociedade. Ora, trazer a conformação da ciência com o divino para a Igreja deu o tom de modernidade necessário para sintonizá-la aos tempos contemporâneos. O ensino da filosofia tomista, ora haurida no berço da Igreja, foi retomada não somente na formação dos padres, mas em todos os tipos de formação ou capacitação realizados pela Igreja aos leigos, o que inclui o Serviço Social.

No campo do social, o pensamento neotomista está expresso em um importante instrumento que é o Código de Malinas. "Este influenciou a restauração do neotomismo e marcou a sua presença na ação social desenvolvida pelos cristãos. Este código iluminou a ação dos cristãos na chamada questão social também dos assistentes sociais brasileiros." (AGUIAR, 1995, p. 44). Elaborado pela União Internacional de Estudos Sociais, fundada em Malina em 1920, o referido código expressava os objetivos da entidade no estudo dos problemas sociais à

luz da moral católica. Ele apresenta cinco princípios inerentes ao homem, os quais orientaram o entendimento desse homem nas relações sociais. São eles:

> 1) o homem é criado a imagem e semelhança de Deus; 2) o homem é um ser social e não se basta sozinho; 3) o filósofo cristão se distancia do individualismo e do coletivismo "... atém-se fortemente as duas extremidades da cadeia, isto é, à eminente dignidade da pessoa humana e à necessidade da sociedade para o seu desenvolvimento integral"; 4) "o homem tendo um destino pessoal, a sociedade é para ele o meio necessário que o ajuda atingir o seu próprio fim"; 5) a economia e a moral estão ligadas. Daí se deduz: "A Igreja, guarda da moral, exerce uma fiscalização legítima sobre a vida econômica". (AGUIAR, 1995, p. 44).

A partir dessa base, podemos identificar que o entendimento de questão social na formação das assistentes sociais é restrito à abordagem moral e funcional, ou seja, conforme o pensamento católico, os problemas sociais e os conflitos de classe eram oriundos da condição do operário, do desequilíbrio das classes e do radicalismo do socialismo. A resposta para esse mal seria a conciliação entre essas classes, desde que fosse resguardado o direito à propriedade privada e, para tal condição se realizar, era necessário a superação do erro ao compreender que as duas classes – burguesia e proletariado – são

> inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente(sic) proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens. Ora, para dirimir este conflito e cortar o mal na sua raiz, as Instituições possuem uma virtude admirável e múltipla. E, primeiramente, toda a economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça. (LEÃO XIII, 1891, p. 8).

Consequentemente, no exercício profissional, o assistente social desenvolvia uma prática de casos centrada no aconselhamento voltada ao enquadramento do sujeito às regras institucionais e à sua adequação à ideologia dominante.

> O enquadramento dos hábitos de saúde, alimentação, habitação, comportamento etc. são assim elementos essenciais no instituir-se, com natural (e universal), uma ordem que é fundamentalmente particular. O estímulo à cooperação de classes, o ajustamento psicossocial do trabalhador, são, entre outros, elementos básicos na ação de impor a aceitação e interiorização das relações sociais vigentes, a aceitação da hegemonia social do capital. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 326)

Esta lógica fecundava o campo de atuação do assistente social, o qual era circunscrito pela articulação entre os interesses da Igreja Católica, do Estado e do Capital, cuja resultante culminava em uma proposta correcional. A percepção de mundo estava pautada na visão moralizadora e religiosa, que definia os problemas sociais como situações causadas pela disfuncionalidade do indivíduo ao sistema (FALEIROS, 1993).

Nesse sentido, o exercício profissional era voltado a responder os problemas de papéis sociais, cultura e orientação de valor, portanto, poderia ser definido como a "a arte de ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas". Sendo assim, o maior benefício que o profissional poderia trazer ao indivíduo seria a consciência de que era possível "reformar-se" e "aperfeiçoar-se". Caberia então ao assistente social a tarefa de atuar como "conselheiro" ou "terapeuta", mostrando ao "cliente" novos rumos e perspectivas, a capacidade de ele progredir e adaptar-se à realidade, mas sempre deixando-o com o poder decisório (VIEIRA, 1985).

Para tal, as atividades do Serviço Social tinham como centro o homem (sua família) e a sociedade, fundamentado no conjunto de obras, "que até a Segunda Guerra Mundial refletia tendências psicossociais, sobretudo freudianas ou rogerianas.". Nelas estavam notórias a tradição que funda a profissão como "evolução da caridade e da filantropia"[45], e o avanço da "Psicologia e da Psicanálise, a partir das disciplinas egocentralizadas e da divulgação da doutrina de Freud, de seus discípulos e de seus contestadores." (VIEIRA, 1985, p.194).

Assim, a influência católica sobre a formação e a prática profissional do assistente social é posta na percepção de mundo e de homem a partir de uma visão humanista e funcional. Isso significa que, naquela época, o assistente social não reconhecia o indivíduo como sujeito de direito portador de cidadania, por isso ocultava os nexos da profissão com as políticas sociais, as quais trazem o entendimento de direito social como direito que qualifica o direito civil, mas que foi conquistado a partir do direito político.

2.1.2. O encontro com as políticas sociais

A articulação dos nexos do Serviço Social com a política social não foi imediata na história da profissão. A primeira aproximação com a política social se deu no contexto de industrialização "forçada" no Brasil para a sua conexão com a ordem monopólica internacional.

[45] Ressaltamos que a partir do debate de Netto (2001) essa concepção não é plausível devido às raízes do Serviço Social com as políticas sociais, logo, com a ordem monopólica capitalista.

As políticas sociais, como estratégia do Estado em resposta às manifestações da questão social, denunciada pela e nas lutas de classes, não se resumem à ampliação do caráter social do Estado. Elas compõem um rol de medidas anticíclicas do capital designadas à superação de crises e à reposição do processo de acumulação, gerando progresso e conservando as bases fundantes da sociedade capitalista. Nesse sentido, a política social é ampliada ou minimizada conforme as necessidades impostas pelo sistema, pouco se importando com os direitos sociais.

Vale, portanto, apontar que a política social possui um papel fundamental no equilíbrio das forças capitalista, pois é um instrumento de consenso, controle e motivação do trabalho. O processo de industrialização no Brasil e de "proteção" da classe trabalhadora se dá mais no sentido preventivo de revoluções, do que da resposta ao movimento de reivindicação dos trabalhadores. Logo, temos um perfil de trabalhador cautelado pelo Estado, que necessita de estímulos a reflexão sobre a sua existência e compreensão de sua função social para além da definida pelo capital. Entretanto, nesse primeiro momento, não cabe ao Serviço Social ser o portador de reflexões e construção de consciência.

A prática profissional do Serviço Social seguia os objetivos institucionais e limitava-se à operacionalidade das atividades propostas pelas políticas sociais setoriais com o "enfrentamento de problemas sociais, numa operação em que se combinam dimensões prático-empíricas e simbólicas, determinadas por uma perspectiva macroscópica que ultrapassa e subordina a intencionalidade das agências a que vinculam os atores" (NETTO, 2001a, p. 81). Assim, os assistentes sociais reproduziam uma prática com base no entendimento de que "os problemas tinham 'causas' e que estas deviam ser atacadas para evitar a permanência ou reaparecimento das dificuldades." (VIEIRA, 1985, p.70). Dessa forma, contribuíam para a "garantia da organização e regulamentação das relações de trabalho, no sentido de adaptar o trabalhador aos novos métodos de produção que potenciem a extração de trabalho excedente." (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 89).

Esse desenho da prática profissional coloca o assistente social historicamente em uma conexão direta com a ordem capitalista, sendo ele reprodutor de uma lógica de enquadramento dos sujeitos a determinados padrões tidos como adequados para a sua permanência ou reconhecimento na sociedade. Desta forma, o assistente social legitimava a ordem burguesa e fomentava modelos meritocráticos de base moral capazes de validar a inclusão e o acesso dos sujeitos a serviços e benefícios sociais, fundamentando-se em uma análise Positivista da realidade.

Tal modelo de prática criou um perfil de profissional isento de reflexões sobre o seu fazer, submetido a determinações institucionais e a hierarquias de saberes, tendo a sua condição

ontológica expropriada por seu empregador, logo, um profissional apolítico, cautelado pelos interesses capitalistas, cuja direção social impressa em sua prática, além de exercer uma função educativa moralizadora dos comportamentos, coloca o assistente social em uma condição passiva em relação à autoridade institucional, intervindo em face das transgressões da ordem social (BARROCO, 2003).

Fica evidente aqui os traços perenes do pragmatismo. O pragmatismo como corrente filosófica ganha forças no início do século XX, em especial nos EUA. Ele prega a validade de uma doutrina a partir de seu bom êxito prático. Em outras palavras, "o pragmatismo constitui-se em um tipo de pensamento que sustenta a práxis cotidiana, já que incorpora uma determinada racionalidade que consiste no modo de pensar a realidade na sua imediaticidade". (GUERRA, 2013, p. 42). A imediaticidade aqui é apreendida como um elemento da vida cotidiana, que expressa uma reprodução espontânea e mecânica do fazer profissional.

"A reprodução espontânea é fundamental para que os indivíduos desenvolvam, diariamente, o conjunto de atividades que expressam as várias formas de objetivações do ser social" (COELHO, 2013, p. 75). Dela emerge o entendimento que relaciona a vida cotidiana à prática como sinônimo de rotina e repetição de gestos e tarefas condicionadas pela habilidade de executar. Ou seja,

> a repetição conduz ao automatismo e à mecanização das ações e dos hábitos. A complexidade da civilização submete o homem e o leva a automatizar rotinas e atividades do cotidiano e de outras esferas, como objetivação estranhada no trabalho. A vinculação, de forma restritiva, da vida cotidiana com a repetição de atividades e tarefas pode conduzir à interpretação de que gestos se sobrepõem à consciência. (COELHO, 2013, p. 76)

Assim, a repetição mecânica inibe a necessidade de reflexão sobre a ação gerando o hábito, que se torna ação natural[46] quase que instintiva, valorizando o imediatismo, o espontaneísmo e o ponto de vista da consciência comum. Dessa forma, "a ação e o pensamento estão organizados para responderem as demandas imediatas, na perspectiva de não colocar em risco a própria sobrevivência do sujeito e, consequentemente, sua reprodução social."

---

[46] "El primer sentido del hábito es el surgimiento de la praxis repetitiva. En nuestra relación con la esfera de la objetivación genérica en-sí debe producirse obligatoriamente una praxis repetitiva puesto que de otro modo no podríamos sobrevivir. Pero esto no significa que el hábito sea únicamente una categoría de la apropiación de la objetivación genérica en-sí. E l hábito —sensu lato— significa que determinados tipos de acciones, tipos de decisiones, modos de comportamiento y modos de pensar aparecen como totalmente «naturales», que su práctica ya no es puesta en discusión, porque constituyen partes coherentes de nuestra personalidad. Es posible habituarse a un comportamiento decoroso, a la sinceridad, a mantener los compromisos, al pensamiento matemático; es posible incluso habituarse a no fiarse incondicionalmente de los esquemas de la praxis y del pensamiento repetitivos." (HELLER, 1994, p. 283).

(GUERRA, 2013, p. 40). Portanto, o assistente social produzia uma ação sobre o fenômeno imediato sem questioná-lo ou buscar a sua essência, permanecendo na aparência do fenômeno e no imediatismo de sua intervenção contribuindo claramente para a manutenção da ordem vigente.

Esse contexto revela grandes desafios à prática profissional, no tocante a relação do assistente social com o "usuário"[47] e com a instituição[48]. Cabe recordar que as instituições sociais são aparatos ideológicos que contribuem para o controle instituído no processo de dominação. Portanto, expressam a função ideológica burguesa, que constitui o terreno para a implantação, pelo Estado, de sua dominação. Ele, por meio dos serviços sociais, executa o objetivo de "reintegrar os desviados sociais", imputando a esses critérios de "normalidade/anormalidade", determinando o modo de vida ou como se deve viver, colocando sobre as vítimas das mazelas sociais a culpa de sua realidade social. (FALEIROS, 2008).

Todos esses elementos impactam o reconhecimento e as formas de enfrentamento da questão social. O estabelecimento de políticas sociais pelo Estado, como estratégia de controle e consenso no equilíbrio das tensões entre capital x trabalho, institui um conjunto de serviços de cunho técnico operativo que exige agentes técnicos tanto na sua formulação como na sua implementação. "Neste último, em que a natureza da prática técnica é essencialmente executiva, põe-se a demanda de atores, das mais variadas ordens, entre os quais aqueles que se alocam prioritariamente no patamar terminal da ação executiva", dimensão em que os sujeitos vítimas das expressões mais profundas da questão social recebem suporte direto e imediato para a amenização das sequelas da questão social. (NETTO, 2001a, p.74).

Por um lado, temos o capital com a ordem monopólica de organização do desenvolvimento e da produção capitalista, do outro o aguçamento das expressões concretas da contradição das relações de forças capitalistas e, no meio dessas contradições, o Estado atuando

---

[47] Embora essa seja uma das definições adotadas pelos assistentes sociais e pela política de assistência social, para de maneira geral informar os sujeitos atendido, comungo com a ideia de Yazbek (2006), que as denominações utilizadas pelos sujeitos reforçam o estigma que lhes é atribuído na sociedade e que lhes define "um lugar no mundo", caracterizado pelas ausências e privações, seja de bens materiais, seja de poderes de mando e decisão. Ou seja, que a classificação "usuário" reforça o controle institucional e a passividade imposta na/pela correlação de força. Prefiro denominar o indivíduo como sujeito revalidando a sua condição de protagonizar processos e desenvolver processos autônomos.

[48] "No processo de luta de classes na luta política por hegemonia na sociedade burguesa, sociedade fundada ao modo de produção capitalista, podemos apreender, pelo menos, três dimensões indissociáveis: a luta social, a luta ideológica e a luta institucional. Os assistentes sociais, majoritariamente, operam no âmbito da luta institucional e da luta ideológica, o que repercute direta ou indiretamente na luta social. Em última instância, a correlação de forças nas diferentes dimensões da luta de classe é definida pela pressão das massas, o que impõe à luta ideológica e institucional tomar como critério a luta social anticapitalista, se o horizonte é a emancipação humana e não o acesso a direitos de cidadania" (VASCONCELOS, 2015, p. 38).

como “agente neutro” sobre as sequelas da questão social de forma refratária, via políticas sociais, as quais requerem profissionais que possuam capacidade técnica e especializada para que ao passo que executem as propostas de controle propaguem a ideologia dominante.

Portanto, é possível compreender que “ao responder ao pauperismo, o capitalismo responde a si próprio, aos limites gerados por suas contradições. Ao lidar de forma racional com o pauperismo que criara, o capitalismo passou a organizar as condições para a sua própria reprodução” (REZENDE, 2008, p.32). Nesse sentido, o Serviço Social não pode ser entendido como uma evolução da filantropia, mas parte consonante do capital ao racionalizar estratégias para sua própria manutenção e existência. Netto (2001a) faz esse debate, apontando elementos que nos permite entender a gênese e a estruturação da profissão para além de uma visão endógena.

Numa esquematização explicativa: no processo de sua reconfiguração, o Estado assume um caráter combinado de exercício da força e da prestação de serviços de natureza social no enfrentamento da questão social, colocando-as como uma “questão de consenso”, que se estabelece aos destinatários dos serviços sociais – que as acessam nas instituições sociais – nas unidades prestadoras dos serviços, que atendem os sujeitos com necessidades e demandas na busca pelo acesso a tais serviços, onde operam os assistentes sociais, profissionais com *know how* para a legitimação dos propósitos capitalistas engendrados nas políticas sociais.

Nessa lógica, o Serviço Social constitui-se como campo do saber na realização dos nexos entre esses dois polos: política social e questão social e, portanto, expressa um determinado poder institucional. Poder manifesto na detenção das informações sobre a realidade social do sujeito e da instituição, dando ao assistente social, conforme a suas finalidades, a possibilidade de contribuir no processo de submissão e alienação dos sujeitos quando realiza a mera reprodução da lógica institucional. Essa fundamentada em tons de moralização, que em muitos casos são apenas reflexos de sua vida privada.

Com tal direcionamento de sua prática profissional, o assistente social contribui “para aprofundar a dependência e a sujeição do indivíduo que recebe a “ajuda”, bem como para viabilizar o desenvolvimento também dependente da própria profissão como prática e como teoria”. (ABREU, 2004, p.53). Ou seja, pressupõe que as agências e os indivíduos são os que resolvem os problemas sociais ou pessoais, sendo a “ajuda” o instrumento capaz de solucionar ou minimizar os problemas de desequilíbrio do sujeito com o meio.

Dessa maneira, o assistente social oculta “os processos e mecanismos autoritários de difusão da cultura dominante, na medida em que subalterniza e desqualifica o sujeito ao classificá-lo via seleção/triagem para receber a “ajuda”, destituindo-o da razão, vontade e

autonomia". Ademais, "tende a agregar componentes morais inerentes a uma filosofia da "promoção social" ao atendimento, na medida em que mobiliza os indivíduos a um envolvimento participativo no processo de atendimento às suas necessidades, sob o pretexto de valorização desse mesmo processo". (ABREU, 2004, p. 53).

Tal modelo de prática profissional também funciona como gerador de consenso. O assistente social é aquele que assume valores comuns compartilhados e chama os membros da família para trabalhar os conflitos imediatos. Nesse chamamento, por sua vez, busca os recursos pessoais e familiares para fazer frente ao problema, pressupondo a intermediação de recursos/problemas entre pessoas e o seu meio. Assim, parte do pressuposto de um conjunto de princípios e crenças, que reportam os valores dominantes do "normal".

Diante desse quadro, é possível evidenciar que o chamamento do assistente social para executar as políticas sociais engendra a profissão como elemento partícipe do processo de manutenção da hegemonia burguesa no Brasil, colocando o Serviço Social como instrumento do Estado a favor da consolidação das estratégias de controle e dependência da população e do Brasil no cenário internacional do capital, em sua fase de superação de crises cíclicas. Com isso, é possível identificar que não há separação da lógica introduzida pelo Estado e as políticas sociais, sendo o assistente social nelas posto como agente executor de tal propósito, devendo seguir padrões positivistas e conservadores de avaliação e intervenção social.

Em suma, temos um Serviço Social que surge direcionado pela Doutrina da Igreja, portanto, que segue o entendimento de sociedade, homem e ética a partir do neotomismo, assumindo uma posição doutrinadora da classe trabalhadora. Tais características comungam com as necessidades e objetivos capitalistas que, por meio das políticas sociais, institucionalizam as práticas profissionais necessárias à ordem monopólica do capital.

2.2. O Serviço Social e o "metodologismo" de trabalho

Após a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria coloca o mundo em uma situação de bipolaridade[49] por representantes do socialismo e do capitalismo. Os Estados Unidos como grande economia capitalista mundial emplaca os seus propósitos de expansão do capital no mundo, tendo como estratégia o fortalecimento e a submissão da América Latina a economia

[49] Sugiro o retorno ao primeiro capítulo, onde debatemos sobre o movimento do capital e os seus reflexos na constituição de um mundo dividido econômica e ideologicamente.

americana. Nessa direção, financia o desenvolvimentismo nos países latino-americanos, tais como o Brasil.

No âmbito do Serviço Social, no desenvolvimentismo, por meio do apoio e subsídio de qualificação de profissionais, em nome da superação do comunismo, identificam-se novas formas de intervenção. Naquele período, os métodos e técnicas usados pelos assistentes sociais foram importados dos EUA, trazendo uma percepção de sociedade a partir do funcionalismo, que "concebe a estrutura social como um conjunto de atores que desempenha certos papéis e tem certo *status* que se conjuga para o funcionamento do todo, sendo indispensáveis à manutenção dos valores" (FALEIROS, 1993, p. 22). Isso resulta em uma posição de neutralidade, na qual o sujeito deve aceitar o sistema vigente e se adaptar a ele: "qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo" deve ser eliminado. (LÖWY, 1991, p. 36). Em outras palavras, essa posição se preocupa em conservar os padrões de funcionamento da sociedade por meio do cumprimento, por parte de cada ator social, de seu papel para que a sociedade assim funcione e permaneça.

Com isso, o Serviço Social buscava a integração do homem ao meio, tendo como base o equilíbrio das tensões na unificação de todos os papéis, os quais eram controlados pelas sansões impostas aos desviantes. Assim, o postulado que se seguia era o de um sistema bom que só há de corrigir as disfunções mudando o homem ou o seu meio imediato. Tal percepção de mundo constitui uma base conservadora do sistema e de mudança do homem.

O pensamento conservador nega a história. Ele é "uma expressão cultural particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciosos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa (...) em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais" (NETTO, 2011, p. 41). Esse pensamento, embora em sua gênese fosse revolucionário, alia-se ao pensamento positivista e elenca a integração social como elemento que dará a resposta às crises sociais e às revoluções.

A integração social se dará a partir da ação social, que "deverá contribuir para a constituição de vínculos solidários entre os indivíduos (...) com a criação de uma nova moral laica e de base científica. Somente um conhecimento objetivo da sociedade pode oferecer uma base segura para a nova moralidade" (NETTO, 2011, p. 53). Nessa base, os valores burgueses são aceitos e os conflitos são definidos como "anormalidade", o que supõe a incapacidade de integração social do grupo ou do indivíduo envolvido no conflito.

O pensamento conservador, com isso, responde às necessidades do capital de aplicar uma nova racionalidade[50], por meio da qual conduz a questão social como problema individual, influenciando os serviços assistenciais implantados pelo Estado, em consequência das lutas de classe, paulatinamente, a restringirem-se em ações voltadas a conservação e recuperação da capacidade de trabalho, exercendo um efeito regulador do mercado de trabalho, ocultando as raízes e as consequências da Lei Geral da Acumulação Capitalista. Nesse sentido, induz uma interiorização e aceitação, por parte da classe trabalhadora, da sua condição de dominada e explorada, resultando na sua catequese em prol da conservação da produção e reprodução do capital. Essa racionalidade valoriza o imediatismo e se detém a explicar o "aqui e o agora", extinguindo a capacidade de uma visão prévia do futuro e de totalidade da realidade, o que reflete no cerne do Serviço Social em propostas interventivas.

Essas propostas foram importadas dos EUA com destaque para as obras de Mary Richmond[51], essenciais contribuições para a compreensão e formação do assistente social brasileiro no pós-Segunda Guerra Mundial. Para Sousa (2019), tais obras buscavam sintonizar a sociedade às estratégias de ajuda aos necessitados. Embora haja um espaço notório de disputa ideológicas sobre o trato da caridade, devido a outras práticas institucionais de coerção e assistência, a preocupação de Richmond centrava-se em indicar, ou ensinar, formas de "conservar a ordem e evitar os perigos da subversão econômica, política, moral, por meio de ações de ajuda aos pobres, entendidos como responsáveis por suas próprias mazelas por não cumprirem devidamente seus papéis sociofamiliares." (p. 587). Não podemos esquecer que as obras de Mary Richmond ganham publicidade na transição[52] do século XIX para o XX, quando o processo de industrialização apresenta um esgotamento, encaminhando a economia americana para uma crise que eclode em 1929. Nesse período, o Serviço Social emerge em diferentes

---

[50] "A nova racionalidade no atendimento da "questão social" aparece no fato de que serviços assistenciais e educacionais (entre outros), fornecidos a determinada parcela da população – especialmente aquela engajada no processo produtivo – tornam-se consumo produtivo para o Capital e para o Estado." (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 325).

[51] "A obra de Mary Ellen Richmond é sem dúvida uma das que mais influenciaram o Serviço Social no mundo. Produzida a partir dos vetores teóricos e ideológicos que fizeram parte do caldo cultural estadunidense na virada do século XIX para o XX, seus livros, "Diagnóstico Social" [Social Diagnosis] e "O que é Serviço Social de Caso" [What is Social Casework], foram traduzidos para vários idiomas – principalmente o primeiro, no qual a autora faz um esforço de apresentar a sua proposta metodológica para o Serviço Social." (SOUSA, 2019, p. 583).

[52] "Trata-se do momento clássico do capitalismo monopolista, no qual as ideias liberais do capitalismo concorrencial começam a ceder lugar às de um Estado que intervém na economia para a resolução de crises econômico-sociais. Marcado por momentos de prosperidade e de estagnação, também é permeado por guerras, crises sociais e momentos de ampliação e de redução dos empregos." (COSTA, 2017, p. 167).

países do mundo como uma profissão necessária à nova fase de expansão e estruturação capitalista[53].

No mesmo sentido de recuperar a sociedade dos horrores da pobreza àquela época do cenário americano, as ideias da referida pioneira influem sobre o Serviço Social brasileiro com manuais que conduziram a formação e a prática profissional. Todavia, as ideias de Mary Richmond são importadas para o Brasil como resultante dos intercâmbios de preparação e qualificação da mão de obra brasileira, patrocinada e necessária aos propósitos do desenvolvimentismo.

> Nessa época o Serviço Social conduzia-se por uma orientação predominante – "asséptica" – que circunscrevia o profissional aos limites da ciência, incentivando-lhe o aprimoramento, mas negando-lhe todo e qualquer compromisso ideológico. Em outras palavras: sua formação técnica baseava-se em seu aperfeiçoamento como instrumento útil à classe dominante. Sendo-lhe vedado adotar posturas ideológicas que levassem ao questionamento de sua fundamentação filosófica e de seu caráter instrumental. Alheio a qualquer movimento político, o Serviço Social só se preocupava em ajustar seus clientes – indivíduos, grupos ou comunidades – a uma determinada estrutura social, ou seja, ao sistema capitalista nos EUA e ao subdesenvolvimento e dependência na América Latina. (LIMA, 1978, p. 59).

Apesar de várias críticas, umas pertinentes e outras não, direcionadas a Mary Richmond e às suas obras, é de consenso o reconhecimento sobre os seus esforços em sistematizar o Serviço Social. A expansão da profissão exigia pensar na qualificação e na construção de bases teórico-metodológicas, assim como

> definir o caráter, a função, o objeto da ação e os métodos de procedimento profissional. No plano intelectual tratava-se de uma aproximação à ciência social de uma atividade que buscava fundamentos para a sua prática pedagógica junto a indivíduos e grupos de trabalhadores, de desempregados e de suas famílias, cujas condições de vida eram resultantes da desigualdade de classes própria do capitalismo. (COSTA, 2017, p. 170).

As primeiras bases vão encontrar no empirismo e no pensamento burguês o caminho que levará a apreensão da legalidade objetiva da realidade para transformá-la conforme os interesses econômicos, políticos e sociais da classe que rege a realidade capitalista. Isso favorece a separação entre Filosofia e Ciência, acarretando a supressão da Ontologia em detrimento da defesa e do domínio das Ciências da Natureza, impactando fortemente nas

---

[53] "A necessidade de tal atividade social e de seus agentes intelectualmente preparados foi gerada pelas condições sociais criadas na base econômica, marcada pela incômoda situação de desigualdade social, em que uma sociedade caracterizada pela abundância dependia de instituições para a prestação de serviços sociais com vistas a minimizar os problemas da pobreza e a insatisfação das classes trabalhadoras pauperizadas envolvidas no processo." (COSTA, 2017, p. 170).

Ciências Sociais. Com isso, o ponto de partida para estudar a sociedade e o seu movimento era o modelo implementado pelas Ciências da Natureza. Em outras palavras, os fenômenos sociais eram equiparados aos fenômenos naturais como algo linear e "pré-determinado", desconsiderando o movimento real e dialético do campo do social.

Impulsionada por esses estudos, Mary Richmond reúne em suas obras "O Diagnóstico Social" (1917) e "O que é Serviço Social de Casos" (1922), o que pode ser identificado como a base que deu início à sistematização da produção teórica no Campo do Serviço Social. A pioneira

> considerava a necessidade de reunir noções técnicas básicas e comuns de procedimento metodológico ao conjunto dos assistentes sociais extensivo àquelas que não estavam voltadas diretamente aos casos individuais, tomando como exemplo atividades como a Medicina e o Direito em suas diversidades de especializações. Pode-se dizer que neste aspecto o pensamento de Richmond (1950) revelava sua aspiração a dar um caráter científico às atividades desenvolvidas pelos agentes sociais com a elaboração do diagnóstico como instrumento próprio de investigação e de ação. (COSTA, 2017, p. 171/172).

Na proposta do Serviço Social de Casos (SSC), vinculado à Psicanálise, os problemas sociais são vistos a partir da relação de causa e consequência, pois sofrem intervenção de meios preconizados para combatê-los. Um tipo de técnica de atendimento individual, no qual o indivíduo é posto como um caso que se estuda, buscando uma solução ao problema imediato, segundo certos recursos que são oferecidos pelo sistema.

Essa "metodologia" se apresentava em duas dimensões: genérica e específica. A primeira "trata dos princípios fundamentais da técnica do caso individual". A outra trata da "aplicação dos princípios fundamentais a determinado campo", por isso o Serviço Social de Casos poderia apresentar-se em diferentes modalidades: "Serviço Social dos Casos Individuais: da família; dos menores; do psiquiátrico; do médico; junto ao escolar; junto ao trabalho, ...". (KFOURI, 1985, p.131).

O processo de execução do Serviço Social de Casos envolvia três elementos fundamentais: o estudo, o diagnóstico e o tratamento social. O estudo "visa o conhecimento do cliente e de suas necessidades. Consiste no estudo de sua personalidade, dos seus problemas e do seu ambiente". O diagnóstico ou interpretação social utiliza-se dos dados extraídos das observações realizadas, as quais fundamentam o tratamento. O tratamento social, também denominado de terapêutica social, consiste em: "cultivar a capacidade do cliente para autodireção e adaptação à vida social (processo eminentemente educativo) e levar o cliente a

utilizar-se dos recursos do meio social que possam auxiliar o seu desenvolvimento" (KFOURI, 1985, p. 133).

Enfim, com o Serviço Social de Casos, o assistente social, em consonância às estratégias conservadoras da lógica capitalista, atua de forma psicologizante e funcional ao sistema, seguindo padrões lógicos de intervenção, nos quais a relação causa-efeito se manifesta como base para a análise da realidade social e automatiza o profissional em ações estigmatizadas e moralizantes, cujo centro de toda responsabilidade está no indivíduo. "A ação profissional passa a basear-se em uma filosofia essencialmente individualista, com predomínio da autoajuda como critério orientador" (LIMA, 1978, p.53). A partir disso, o

> Serviço Social toma então a concepção de personalidade em seu caráter atemporal, portanto, a-histórico. Uma concepção de personalidade geral que coexiste com a de indivíduo abstrato, ideia incompatível com o indivíduo real, concretamente determinado. Os grupos e instituições comparecem como meios para o desenvolvimento individual, enquanto os indivíduos singulares, com suas motivações e interesses tomados em si mesmos, são as forças propulsoras do desenvolvimento da sociedade. Essa hipertrofia do indivíduo é agravada pela ausência de fundamentação sócio ontológica da individualidade. A história de cada indivíduo é tomada nestas perspectivas como referência somente para a descoberta de problemas que comprometam sua adaptação a uma vida social ativa e harmonicamente adequada à convivência no trabalho, na família, no meio social. Não há qualquer relação entre a personalidade e a essência da sociedade no seu desdobramento histórico-concreto. (COSTA, 2017, p. 179).

Outro "método" aplicado pelos assistentes socais é o Serviço Social de Grupo (SSG) que faz parte da história das Agências Sociais, bem como das Fraternidades de apoio mútuo e do movimento recreativo. Tinha por finalidade a autoajuda de natureza grupal, isto é, os indivíduos, através de suas experiências, desenvolviam a capacidade de atingir seus objetivos individuais e sociais, por meio da interação no grupo, que consistia em um conjunto de pessoas; um conjunto de grupos que consistia em uma comunidade e um conjunto interativo das comunidades que configurava uma sociedade. O SSG emerge no contexto de desenvolvimento urbano industrial nos Estados Unidos, que apresenta dadas peculiaridades expressas na ampliação das favelas, do êxodo rural e dos movimentos trabalhistas. Focalizava-se na interação e na força do grupo, destacando-se do Serviço Social de Casos, pois não "apresentava interesses pela dinâmica do indivíduo, mas preocupava-se fortemente com impacto ambiental e social". (KONOPKA, 1979, p. 18).

Embora houvesse esse diferencial, o SSG recebeu "inspiração de outras teorias da Psicologia Social (K. Lewin, Moreno, Festinger, Merton e outros), que estudavam o grupo como um todo ou o indivíduo no grupo" (VIEIRA, 1985, p. 194), assim como da antropologia

psicanalista, assumindo um caráter mais terapêutico. Portanto, seguiu a mesma linha do Serviço Social de Casos. Ele era entendido como "um processo de Serviço Social que, através de experiências propositadas, visava capacitar os indivíduos a melhorarem o seu relacionamento social e enfrentarem de modo mais efetivo seus problemas pessoais de grupo e de comunidade" (CBCISS, 1969, p. 12).

As atividades eram desenvolvidas com grupos recreativos e de lazer, que consistiam em ações voltadas a democratizar os membros e impulsioná-los a resolver os seus problemas pessoais, bem como possibilitar a internalização de valores da sociedade por meio da integração. As ações desses grupos, em geral, estavam voltadas às mulheres, que se reuniam nos centros sociais para aprender bordados, corte e costura e trabalhos manuais com certas discussões em grupo de temáticas voltadas a moral e os bons costumes. (FALEIROS, 1993). Cabe ressaltar que as mulheres desenvolviam um papel fundamental na reprodução dos valores capitalistas. Elas eram vistas como membros da sociedade que desfrutavam da vantagem da irresponsabilidade política doada pela sua condição de submissa, ou seja, a submissão é uma lei natural que atinge os mais fracos. (LÖWY, 1991).

A preocupação do Serviço Social de Grupo era a de integrar a massa aos processos de desenvolvimento, tendo como ponto de partida a educação, ou seja, propunha a aplicação de um método de educação psicossocial. Por meio dele, o assistente social estaria "ensinando a massa a viver em democracia, a conquistar um sentimento de comunidade e a ter uma atitude ativa para poder participar". Seria um tipo mais amplo de terapia social, "a fim de que as comunidades se tornem agentes de sua própria mudança e bem-estar social". (KIRSNEMAN, 1978, p. 13).

O "método" representou uma mudança no paradigma de ver os grupos sociais mais isolados. A proposta de "desenvolvimento do indivíduo dentro do grupo", se constituía como estratégia de superação pelo indivíduo das situações-sociais que o atingia. Segundo o relatório, publicado em 1949 pela Associação Americana de Assistentes Sociais de Grupo, intitulado "Definição da Função do Assistente Social de Grupo":

> O assistente social de grupo faz com que várias espécies de grupos funcionem de tal forma que tanto a interação do grupo como as atividades de programa contribuam para o crescimento do indivíduo e para obtenção das desejáveis metas sociais.
> Os objetivos do assistente social de grupo incluem medidas para o crescimento pessoal de acordo com a capacidade e a necessidade individual para o ajustamento do indivíduo e a outras pessoas, aos grupos e à sociedade, e a motivação do indivíduo no sentido de melhorar a sociedade, o reconhecimento, pelo indivíduo de seus próprios direitos, habilidades e das suas diferenças dos outros.
> Pela sua participação, o assistente social de grupo visa influir no processo de grupo, de modo que as decisões surjam em consequência do conhecimento da comunhão e

> da integração das ideias e das experiências e conhecimento e não em consequência de alguma forma de domínio de dentro ou de fora do grupo. (KONOPKA, 1979, p. 26).

O assistente social, por meio do SSG executava ações terapêuticas que auxiliavam na elaboração diagnóstica dos indivíduos e de suas situações, principalmente, na sua função no Serviço Social Psiquiátrico, quando nos grupos tinha de assumir papéis sociais relacionados à maternidade ou à paternidade, com o objetivo de ajustar o indivíduo de maneira a proporcionar-lhe auxílio para ter saúde e desenvolvimento emocional.

Vieira (1985, p. 78) aponta que as contribuições de Kurt Lewin, R. Lippitt, Moreno entre outros foram decisivas para o entendimento do indivíduo no grupo por meio das orientações psicológicas aplicadas às atividades voltadas a ajudar o indivíduo na construção de solução de seus problemas de relacionamento e de socialização. "Não resta dúvida que, nos anos pós-guerra, houve uma tendência em aplicar o processo como método terapêutico para indivíduos "desajustados", confundindo-o, às vezes, como 'grupoterapia'".

O terceiro "método" – Serviço Social de Comunidade – se estabelecia como esforços no campo da comunidade, centralizados na aquisição de recursos locais e na investigação estatística, cujo objetivo centrava-se na busca do consenso e na integração com o discurso sobre os interesses e problemas comuns, atendendo a lógica desenvolvimentista de melhoria das condições de vida. (FALEIROS, 1993). Esse "método" "pauta-se por uma visão acrítica e a-classista que se sustenta em pressupostos de uma sociedade harmônica e equilibrada, percebendo a comunidade como unidade consensual" (SILVA E SILVA, 2007, p. 26).

O trabalho em comunidades passa e ser entendido não apenas como estratégia de promoção de recursos assistenciais, mas como um espaço onde é possível desenvolver um processo "pelo qual a comunidade identifica seus problemas e necessidades, confere-lhe ordem de prioridade e desenvolve atitudes e hábitos de colaboração para resolver estes problemas com recursos próprios ou alheios" (VIEIRA, 1985, p. 75). A partir desse pensamento, as Escolas de Serviço Social dos Estados Unidos desenvolveram um programa que culminou no processo de Organização de Comunidade, o qual ao ser exportado para o Brasil passa a ser denominado Desenvolvimento de Comunidade (DC).

A expansão do DC se dá na sua institucionalização pela Organização das Nações Unidas (ONU) no pós-Segunda Guerra Mundial como estratégia de garantir a ordem social e os regimes e as ideologias democráticas dos países no cenário da Guerra Fria. Por isso, ele é implantado na América Latina como forma de combater o comunismo, em face da efervescência dos movimentos populares revolucionários influenciados por diferentes acontecimentos mundiais de violação de direitos, que reforçavam uma reação contra o imperialismo norte-americano.

No Brasil, a disseminação do trabalho comunitário como prática descende dos fins da década de 1940 destinada à estruturação de grupos e serviços institucionais de bem-estar social. Em consonância com a proposta da integração em moldes funcionalistas, os serviços institucionais tinham como foco a população campesina, definida como disfuncional, logo, alvo de uma educação de base necessária à solução do seu problema de "atraso cultural".

> Os programas de DC são assumidos como propulsores e aceleradores do desenvolvimento, isto é, como elo integrador entre as populações e os programas governamentais. Tendo em vista legitimar e implementar os programas oficiais, constituem-se em mecanismos capazes de ensejar rendimentos aos recursos do governo, através da utilização gratuita da força de trabalho local, sob a justificativa da necessidade de participação popular. Situam-se aí, os Centros Rurais Universitários de Treinamento em Ação Comunitária (CRUTACs), assumidos pelas universidades brasileiras (SILVA E SILVA, 2007, p. 33).

O DC assume caráter de mecanismo de ação sobre o 'capital humano'[54], a partir de sua existência comunitária e estimula o próprio povo a participar do planejamento e da realização de programas destinados a elevar o padrão de suas vidas por meio dos esforços somados entre o povo e o governo. Nesta perspectiva de modernização, que invoca o indivíduo e a comunidade como parte essencial ao desenvolvimento do país, as políticas implementadas pelo governo assumem a proposta de integração social com intuito de propor uma harmonização entre política social e os índices de crescimento econômico e social. Daí o seu destaque como "um meio na aceleração do desenvolvimento", na qualidade de "processo interprofissional que visa capacitar a comunidade para integrar-se ao desenvolvimento através da ação organizada, para o atendimento de suas necessidades e realizações de suas aspirações" (CBCISS, 1969, p.12).

Para o Serviço Social, o trabalho em comunidade foi incorporado como técnica, que trazia uma cientificidade à prática profissional (uma cartilha de como intervir), produzindo uma mudança de *status* muito significativa à consolidação da profissão. As suas primeiras

---

[54] Capital Humano é uma expressão utilizada para indicar os níveis de conhecimento, experiência, capacidade ou motivação das pessoas de uma organização. É considerado um ativo intangível para a empresa – que gera valor para o negócio – sem ser reconhecido de forma contábil, e sim pela sua administração. O termo faz referência ao fator humano relacionado ao capital da empresa, assim como todo o investimento feito para gerar os seus proventos e a sua riqueza. Pela mesma lógica, o capital humano pode ser incrementado quando a empresa investe em treinamentos de forma a aumentar a produtividade do grupo (DICIONÁRIO FINANCEIRO, 2023). Cabe ressaltar que a concepção de capital humano obscurece o lado sombrio do sistema capitalista evocando-o como um sistema que se importa com a qualificação e o bem-estar do trabalhador. Ledo, engano. As propostas do capital humano não excedem a estratégia de identificar e manifestar modelos e formas com as quais os sujeitos e a sociedade civil possam assumir responsabilidades que legalmente formam destinadas aos Estados e com isso transferir e descentralizar responsabilidades do Estado e favorecer o desenvolvimento do capital por meio do consumo e da valorização da exploração, que aqui ganha votos de empreendedorismo e responsabilidade social.

experiências possuíam caráter de organização da comunidade, de forma a potencializar os recursos internos do local. Em outras palavras, o assistente social assumia o papel de integrador da comunidade ao processo de desenvolvimento capitalista, por meio de ações que estimulassem o 'capital humano' no sentido de transformar recursos humanos ociosos em capacidades produtivas, objetivando o próprio desenvolvimento da comunidade dentro de suas potencialidades (AMMANN, 2013).

Essas novas especificidades exigidas do profissional impactam na necessidade de criação de técnicas e mecanismos que atraíssem a participação da população no processo de desenvolvimento, o qual exigia padrões culturais e condições psicossociais necessárias ao estímulo de uma "personalidade empática" para que atinja a modernidade. A empatia age como mecanismo interno que permite às novas pessoas móveis[55] agir eficientemente em um mundo em mudanças (AMMANN, 2013). Portanto, a formação e a prática profissional deviam se alinhar ao processo de modernização e elucidar o planejamento, a coordenação e a administração como bases para desempenhar um papel fundamental na atuação em nível macro e nas equipes interprofissionais (SILVA E SILVA, 2007). Todavia, o DC como metodologia do Serviço Social é profundamente questionado no cerne do Movimento de Reconceituação da profissão, por perceber que ele não se adequava à realidade brasileira.

As propostas acima, que orientavam a prática profissional, não podem ser vistas separadamente, ou seja, por etapas, embora tenham sido aplicadas no Serviço Social em momentos diferentes, impregnadas de determinantes sócio-históricos específicos. Tais propostas voltavam-se para modalidades de atendimento só para o indivíduo, para o indivíduo em seu grupo e o seu grupo na comunidade. O eixo central delas alinhava-se à ideologia do desenvolvimento, destacando a integração social a partir da solução de situações-problemas. As propostas traziam o tom de qualificação técnica e modernizadora secularizada em substituição aos imperativos da justiça e da caridade de caráter missionário da gênese confessional da profissão.

---

[55] "A pessoa móvel, dotada de empatia, apresenta elevada capacidade de identificação com as novas solicitações do meio ambiente e de adaptação do *self system* às mudanças. Segundo Lerner, cabe à educação – variável independente da modernização –, juntamente com os meios de comunicação (*mass media*), difundir nas 'comunidades não participantes' uma personalidade empática consentânea ao desdobramento das fases da modernização: urbanização, alfabetização e participação nos meios de comunicação. O resultado da última fase é a geração de caráter mecânico da participação política. Isto assentado competiria a 'sociedades tradicionais não participantes' copiarem os modelos das 'sociedades modernas participantes', cabendo-lhes, inclusive, formar nos indivíduos uma imagem favorável das mesmas e eliminar quaisquer obstáculos ao curso transicional do polo atrasado ao moderno". (AMMANN, 2013, p. 167).

As propostas interventivas ou “métodos” visavam responder as demandas direcionadas pelo empregador que, em sua maioria, era o Estado, o qual direcionava o enfrentamento da questão social por meio de medidas consolidadas nas políticas sociais e definia o seu público-alvo de atenção a partir de uma concepção funcional ao sistema vigente. A atuação do assistente social nas instituições estatais dava ao profissional “um suporte jurídico-institucional para se impor ante ao ‘cliente’, mais além de suas solicitações, restando ao usuário aceitar ou não os serviços prestados, não podendo deles se subtrair” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 90). O que indica que o assistente social estava ali para adequar o indivíduo, logo, se esse não aceitasse as propostas, o seu destino seria manter-se à margem das relações sociais. Não havia, portanto, um entendimento da realidade do sujeito, pois a necessidade a ser atendida era a do empregador e não a indivíduo-cliente. Assim,

> o caminho que percorre o cliente até o profissional é mediatizado pelos serviços sociais prestados pelos organismos que contratam o profissional, os quais são, em geral, o alvo da procura do usuário. Porém, para obtê-los, é obrigado a passar pelo assistente social, enquanto um dos agentes institucionais que participa da implementação de tais serviços. Este caráter de cunho impositivo que marca grande parte da atuação do profissional não aparece limpidamente no discurso da instituição Serviço Social. Ao contrário, tende a expressar-se na representação dos profissionais ao reverso, como reforço à ideologia do desinteresse, do altruísmo, do dom de si, do respeito à livre iniciativa do cliente, do princípio da não ingerência, da neutralidade etc. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 91).

O alvo das ações profissionais era o trabalhador e a sua família. Esses estavam submetidos às “atividades diretamente vinculadas ao controle político-ideológico e/ou repressivo e à modernização do aparato burocrático do Estado, necessário à garantia do domínio de classe”. Dessa forma, o assistente social atuava diretamente na adequação e integração do indivíduo ao sistema impondo-lhe condições necessárias ao desenvolvimento capitalista. Tornando mais eficiente o trabalho produtivo, reduzindo o limite negativo colocado à valorização do capital, não deixando de ser para ele uma fonte de lucro. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

> Ora, pelo lugar privilegiado que ocupamos como assistentes sociais, nós nos constituímos, em princípio, num poderoso braço da elite dominante, o que significa que, cotidianamente, somos chamados a reproduzir acriticamente mecanismos de controle e dominação, o que vem, historicamente, contribuindo para acalmar, desmobilizar, desorganizar e aprofundar a alienação dos diferentes segmentos da classe trabalhadora com os quais atuamos (VASCONCELOS, 2015, p. 45).

Nesse sentido, a prática profissional se constituía como um conjunto de ações direcionadas pelo empregador voltadas a contenção de conflitos sociais/institucionais, pautadas

na percepção acrítica da realidade, objetivando a adequação do indivíduo ao meio, buscando um equilíbrio entre capital e trabalho na árdua tarefa de conciliar o inconciliável; com isso, manter a organização social dentro da ordem do capital servindo-se como instrumento do e para a reprodução das condições fundamentais capitalistas.

É sob o impacto desse cenário, aliado à decretação da anistia, que o III CBAS[56] traz à cena as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social. O movimento nacional de ruptura com o monopólio político conservador reflete no interior do Serviço Social, contribuindo para o seu desenvolvimento global. As correntes mais progressistas invocavam a condição de trabalhador assalariado, aliando os propósitos profissionais aos interesses da classe trabalhadora e estabelecendo uma cultura de politização da categoria profissional. Com esta, foi possível implementar propostas articuladas para tentar romper o conservadorismo e redimensionar a formação acadêmica de forma mais atenta a realidade social brasileira.

2.3. "Um novo tempo apesar dos limites"

O Serviço Social viveu, até os anos 1960, o que Lima (1978) denominou de Fase pré-científica, na qual a profissão detém o conhecimento prático de um conjunto de "métodos" que configuraram um arcabouço prático e metodológico de intervenção exercido pelos assistentes sociais.

> Entretanto, continua a exercer uma ação prática dissociada da dinâmica e essência da "ordem social" apesar de já dispor de uma instrumentalização metodológica que lhe permitiria uma análise em termos de estrutura social. Prossegue enclausurada numa práxis reiterativa que retrata, em diversos graus, as características diferenciais e injustas do sistema. As modificações introduzidas só tocam a superfície, atendendo às teorias elaboradas pelas classes dominantes. Consequentemente a sofisticada metodologia do Serviço Social, ao invés de solucionar os problemas das classes menos favorecidas, apenas serve para defender o status vigente. Os antecedentes dessa situação podem ser contatados através do controle direto que as classes dominantes exerciam sobre o Serviço Social, e sua subordinação à orientação positiva que, entre outras coisas, impediu-lhe transcender a aparência dos fatos e processos sociais nos quais intervém. Contentou-se com o conhecimento superficial dos fenômenos sem preocupar com a essência explicativa dos mesmos. (LIMA, 1978, p. 60).

[56] "O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais [CBAS], realizado em São Paulo (SP), em fins de setembro de 1979, constituiu uma referência indescartável no desenvolvimento da profissão. Nenhum assistente social ousaria questionar que o evento (ulterior e expressivamente designado de "Congresso da Virada") possui, entre outros significados, um traço absolutamente destacado: o de ser "marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo o país" (YASBEK *in:* NETTO, 2009, p. 651).

Nesse período, o Serviço Social sofre o "bombardeamento" de suas concepções articuladas às condições sociopolíticas de superação do subdesenvolvimento. As críticas tinham como eixo a contestação do Serviço Social importado, com práticas assistencialistas e ajustadoras e a pretensão de neutralidade científica. Essas são internalizadas ao debate da profissão devido "à convergência de três vetores que afetam a reprodução da categoria profissional como tal". A revisão crítica que se processa na fronteira das ciências sociais; o deslocamento sociopolítico de instituições vinculadas a constituição do Serviço Social, como profissão; e o movimento estudantil. (NETTO, 2002, p. 144). A expressão consolidada dessas contestações resulta no Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Na perspectiva de Netto (2002), o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, que a princípio se conectou ao mesmo movimento em níveis de América Latina, é um processo de renovação da profissão nos marcos da autocracia burguesa. De fato, nele se identifica o esforço de um segmento de assistentes sociais preocupados em produzir respostas às mudanças requeridas pela sociedade brasileira e encontrar alternativas que "contemplassem o projeto de desenvolvimento à medida que o Serviço Social era uma profissão funcional ao sistema ao executar políticas sociais localizadas e setoriais." (SILVA, 2014, p. 131).

Esse movimento se deu inicialmente nos países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai) e se constituiu como processo-palco de debates muitos significativos para o redirecionamento do caminho dado a profissão. Para Netto (2002, p. 118), as repercussões no Serviço Social da reorganização do Estado e as profundas mudanças na sociedade brasileira efetivadas sob o comando do grande capital o atingem em dois níveis, imbricados, porém diferenciados por especificidades: o da sua prática e o da sua formação profissional. Vale destacar que nesse período o Serviço Social já possuía órgãos de representatividade da categoria e da formação profissional, os quais foram fundamentais no caminhar em direção à ruptura. Ainda nesse debate, o autor aponta três perspectivas que sustentaram a reflexão profissional nesse período, que se desenvolveram diferentemente – quer cronológica, quer teoricamente: a Perspectiva Modernizadora, a de Reatualização do Conservadorismo e a de Intenção de Ruptura.

Todavia, o contexto ditatorial não permitia a propagação das ideias revolucionárias que, pelo viés crítico, questionavam a estrutura do poder, a sociedade de classe e propunham novas práticas sociais. Nesse contexto, estabelecia-se a Modernização Conservadora que redefinia práticas sociais, entre elas a do Serviço Social, a partir das propostas de Serviço Social de Casos, Grupos e Comunidade. Essas passam a ser confrontadas, devido à ausência de elementos científicos fundamentais e à discrepância de sua aplicação à realidade brasileira. Fatores que,

em consonância com os movimentos populares, favorecem a apropriação da categoria, através de práticas militantes, da teoria social crítica de Marx, de forma enviesada.

A Perspectiva Modernizadora se dá na segunda metade da década de 1960, tendo como o seu órgão dinamizador o CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e de Intercâmbio em Serviço Social), que promoveu seminários, como o ocorrido na cidade de Araxá (Minas Gerais), onde reuniu-se um grupo de 38 assistentes sociais para examinar a questão da "Teorização do Serviço Social". O Seminário resultou em um relatório denominado Documento de Araxá, que não trouxe nenhuma inovação ao debate. Ele "apresentou, uma síntese do que se insere numa perspectiva liberal, e que a partir dela o Serviço Social aceita, justifica e legitima na prática e na teoria uma sociedade capitalista; reconhece as imperfeições da ordem social vigente, tanto que pretende melhorá-la". (AGUIAR, 1995, p. 127).

Nota-se que, se o Seminário de Araxá buscava romper com o Serviço Social Tradicional, as suas resultantes comprovam "que não houve rompimento: houve uma captura do 'tradicional' sobre novas bases". (NETTO, 2002, p. 168). A perspectiva aportada nas chamadas Ciências Sociais, objetivando a desmistificação da realidade brasileira com fins a teorização da profissão não levanta âncora dando continuidade em um novo seminário, que ocorre em 1970 em Teresópolis. Esse com o tema central na metodologia do Serviço Social destaca as reflexões apresentadas por José Lucena Dantas sobre o Funcionalismo no Serviço Social, o neopositivismo e a submissão ao regime militar.

O Funcionalismo procura explicar o funcionamento da sociedade e como os seus componentes contribuem para que ela funcione e assim permaneça. As teorias funcionalistas e positivistas explicam a realidade por meio de uma analogia biológica considerando os sistemas com características próprias e distintas, fundamentando práticas com vieses sistêmicos. Tais teorias são incorporadas pelo Serviço Social brasileiro via herança do modelo norte americano, portanto, já estavam consolidadas na prática profissional "tradicional", cuja finalidade centrava em contribuir para a adaptação, integração, ajustamento e manutenção do sistema social capitalista, não trazendo nada de novo para a realidade da profissão. (DANTAS, 1991). Assim, a proposta era a de adequar os métodos à realidade brasileira e não a sua superação.

Em outras palavras, a Perspectiva Modernizadora esboça a proposta do Serviço Social de se abrir a possibilidades de ação que não rompam com o horizonte capitalista, pelo contrário, criem estratégias que se adequem à realidade capitalista do Regime Militar, definindo como eixo central a sua função como dinamizador e integrador no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, o Serviço Social desenvolveria no seu exercício profissional uma concepção de sociedade pautada na visão fragmentada e compartimentalizada; uma visão de homem como

indivíduo – ser a-histórico; uma concepção de processo social tendencioso ao equilíbrio e à harmonia; uma concepção de relações sociais como relações interindividuais; o entendimento de problemática social como situações concretas, isoladas, circunscritas ao problema – situações individualizadas; a clientela do Serviço Social eram os indivíduos, grupos e comunidades tipificados por suas características pessoais, físicas, psicológicas e sociais. Na proposta de intervenção, o objeto profissional eram as carências, entendidas como disfunções individuais, que evidenciavam a necessidade de ajustamento psicossocial e integração social, promovidos pela perspectiva de intervenção particularista, ajustadora, individualizante com tendências psicossociais de controle e desenvolvimento.

A segunda perspectiva, Reatualização do Conservadorismo, ganha foco em meados da década de 1970 e tem como seu órgão dinamizador o CBCISS e os cursos de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RJ/SP. Retoma a intervenção microssocial com a utilização da Fenomenologia, que estabeleceu no Serviço Social a técnica do diálogo[57], com ela a pessoa passa a ser vista por questões psicológicas e não somente materiais. A prática ganha cunho doutrinador, educador e moralizador da população, pois o pensamento conservador limita a razão e se utiliza a intuição. Os Seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista apontavam para o debate da crise da cientificidade do Serviço Social, dando destaque a Creusa Capalbo[58] e a Anna Augusta de Almeida[59], cujos trabalhos apresentam a Fenomenologia como elaboração teórica para o Serviço Social. Nesses trabalhos, as autoras afirmavam que todo conhecimento, até mesmo o científico, tem por base uma experiência vivida que o antecede.

A Fenomenologia vem a reboque dos sintomas de limitação e esgotamento dos paradigmas teórico do positivismo, o qual não expressava capacidade explicativa de situações subjetivas de maneira a produzir a transformação do sujeito. A subjetividade de que se trata aqui não se compara a "perspectiva individualista do liberalismo clássico, mas de uma subjetividade social que recoloca o homem como centro do processo" (...) [que exibe uma] noção de subjetividade de pessoa, na sua totalidade, [portanto] não é sinônimo de individualismo" (CAPALBO, 1991, p. 25).

---

[57] Vide ALMEIDA, 1986.

[58] Vide CAPALBO, 1991.

[59] Assistente social que publicou a obra "Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social", resultante da sua tese de doutoramento defendida em janeiro de 1977, no Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Na obra, a autora apresenta a Fenomenologia como base científica que fundamenta uma metodologia de intervenção na realidade do sujeito para transformá-lo.

> Com a Fenomenologia, o Serviço Social evoca a raiz franco-belga que o funda em sua gênese no Brasil, produzindo um retorno a forma primeira da profissão e com isso resgata alguns valores cristãos, reatualizando a herança conservadora do Serviço Social, uma tendência notadamente expressa no Código de Ética Profissional de 1975. A referência anunciada no Código de 1965 que apontava para a existência de diferentes concepções e "credos" profissionais é excluída, assim como as de democracia e pluralismo, além de reafirmar a posição acrítica em face a ação disciplinadora do Estado (BARROCO, 2003).

O assistente social deve no exercício profissional "obedecer aos preceitos da Lei e da ética" e nas relações institucionais "respeitar a política administrativa da instituição empregadora" (CFESS, 1975, Art. 5º, I. a e V. b). Aqui é possível identificar traços da perda da hegemonia, no plano ideal, daquilo que Netto conceituou como Perspectiva Modernizadora (deflagrada nos Seminários de Araxá e Teresópolis), como produto histórico da direção assumida pela profissão em adequação às demandas da ditadura militar (NETTO, 2002).

Se a intenção era romper com o Serviço Social Tradicional, a vertente fenomenológica segue na contramão, pois "evidencia a permanência do tradicionalismo, ainda que sob novas formas" (BARROCO, 2003, p. 130). Na prática, embora não tenha ganhado grandes referências, essa vertente, principalmente aquela interpretada por Anna Augusta de Almeida, funda o estatuto profissional do assistente social numa metodologia produto de modelos, ou seja, de "paradigmas construídos por assistentes sociais [que] fundam, via ampliação do universo dos 'praticantes', a profissão." (NETTO, 2002, p. 229). Tal perspectiva ignora a conexão do Serviço Social com a ordem monopólica firmada a partir da implantação das políticas sociais. Fato de grande relevância ao debate do conservadorismo, uma vez que ele exibe uma concepção acrítica da realidade.

A partir desse entendimento, o exercício profissional se orientaria por uma concepção de sociedade tida como produto de atividade significativa do próprio sujeito; uma visão de homem como uma pessoa singular – homem como ser situado no mundo; uma concepção de processos sociais pautada na construção do mundo a partir da realização da existência; as relações sociais eram vistas como relações entre as pessoas; a problemática social como situações existenciais problematizadas, nas quais o indivíduo deve compreender e apreender a conviver com ela; e a clientela é a pessoa singular –, pessoa com sua vida, com sua existência, que traz toda história da vida, com o que o assistente social deveria trabalhar. Na proposta de intervenção, o objeto eram as situações existenciais problematizadas com o objetivo de transformação pessoal, libertação do homem como pessoa na relação com o mundo de pessoas, por meio de uma intervenção que trabalha o singular – prática individualizada, particularista e

integradora com suporte da técnica do diálogo, que dava a base para problematizar o significado que a pessoa dá ao problema.

A terceira perspectiva, denominada por Netto (2002) como Intenção de Ruptura, se dá na década de 1980, apoiada pelos cursos de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-RJ/SP, pelos sindicatos e pela ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), cujo objetivo era o de romper com as bases que fundamentavam o Serviço Social – na sua visão de mundo – com as teorias postas até o momento e com a proposta de transformação societária. Sua base teórica se firmava na Teoria Social de Marx[60], tendo como documento propositor o Método B.H.[61], que configurou

> a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. É absolutamente impossível abstrair a elaboração belo-horizontina da fundação do projeto de ruptura no Brasil. (NETTO, 2002, 275).

A Intenção de Ruptura traz para o exercício profissional uma concepção de sociedade a partir do entendimento de totalidade social contraditória e determinada pela produção da vida material; uma visão de homem pertencente a uma classe social e como tal sujeito da história; o entendimento de luta de classes como a dinâmica do processo social, enfrentamento das classes, luta pela hegemonia; das relações sociais como relações de classe; a problemática social como situações concretas determinadas no conjunto das relações, a partir das relações de produção,

---

[60] "A Teoria de Marx, pois, tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua ultrapassagem revolucionária; é uma teoria da sociedade burguesa sob a ótica do proletariado, buscando dar conta da dinâmica constitutiva do ser social que assenta na dominância do modo de produção capitalista (...) a obra marxiana concretiza, no plano teórico, o ponto de vista sociopolítico de classe do proletariado." (NETTO, 1985, p. 19).

[61] O Método BH é fruto de estudos realizados pela equipe da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais no período de 1972 -1975. "Tais estudos se centraram nos problemas teóricos e práticos da profissão como fatores que vêm exigindo novas proposições e encaminhamentos." O Método BH passou a ser muito debatido "dentro dos círculos de profissionais, que acreditavam encontrar em tal "método" (entendido como caminho e meio para) uma saída para as dificuldades no momento. Os grupos "reconceitualizados" rechaçavam a metodologia "clássica" (caso, grupo e comunidade) e formulavam alternativas que se constituíram em verdadeiras "armações" com etapas, fases, momentos, aproximações, cujo produto era uma alternativa sofisticada ao estudo diagnóstico e tratamento proposto pela "metodologia" americana. A Escola de Belo Horizonte tinha então um grupo de profissionais de grande qualidade, cujas experiências se voltaram à construção de um instrumento vital para as ações desenvolvidas por nós: o "Método BH", cujo principal valor foi o de propiciar uma aproximação de professores e estudantes a realidade concreta dos setores sociais mais explorados dessa região do Brasil: trabalhadores, mineiros e lavradores habitantes de Minas Gerais. Com eles, orientados por essa "metodologia", a Escola de BH pôde, apesar das debilidades de nossas propostas, avançar em uma linha de busca de novas alternativas de formação profissional: queríamos formar profissionais críticos, comprometidos com o seu povo. (SANTOS, 1999, p. 8).

exploração capital x trabalho; e a clientela como pessoas integrantes de uma classe social/grupos de pessoas pertencentes às classes dominadas (consciência de classe). Na proposta de intervenção, o objeto são as expressões da questão social no cotidiano com o objetivo de contribuir para a transformação social, fortalecendo a consciência do coletivo, contribuindo na luta pelos direitos de cidadania. Apoiada na perspectiva de uma intervenção crítica voltada para dentro de uma totalidade social.

A aproximação do Serviço Social a essa base crítica, a princípio, ocorre de maneira enviesada, com destaque para as obras de Althusser[62], e aos poucos propicia uma "renovação e um pluralismo capazes de evidenciar a dimensão político-ideológica da prática profissional" (BARROCO, 2003, p. 141). Tal aproximação ocorre ainda na década de 1960, porém, o regime antidemocrático militar, que exilou, torturou e matou muitas personalidades intelectuais do Brasil, gerou uma interrupção, ocorrendo sua expressiva retomada somente na segunda metade da década de 1970, quando já se percebia um afrouxamento das ações repressivas do governo instalado. Nesse período, novos cenários se montavam tanto para o Estado brasileiro como para a profissão.

As obras de Althusser com base no estruturalismo[63] proporciona a concepção de instituições como aparelhos ideológicos do Estado e aguça a negação e o "abandono" do Serviço Social funcional às práticas institucionais, um comportamento típico da profissão em sua versão tradicional. Mas as influências gramscianas, que ganham referências a partir de 1978 na profissão, a encaminham a uma nova direção. A concepção de Estado Ampliado de Gramsci coloca o entendimento de espaço institucional como instrumento mecânico de dominação, conduzindo alguns setores da categoria profissional a considerar "a perspectiva de o Serviço Social aprofundar uma prática que se pauta pela busca de apoio aos interesses dos segmentos explorados, que constituem a base de sua clientela, recolocando, necessariamente, a perspectiva de transformação social (SILVA E SILVA, 2007, p.36).

A partir daí, o Serviço Social começa a desenvolver esforços para fortalecer a prática institucional, articulando-a aos movimentos sociais populares organizados, projetando a possibilidade da diferenciação dos objetivos institucionais aos da prática profissional. Notadamente, a progressiva incorporação das ideias de Gramsci pelo Serviço Social ocorre em

---

[62] Filósofo de origem francesa é um estudioso do Marxismo Estrutural. Nasceu em 1918 e morreu em 1990. A sua principal obra trazia o debate sobre a ideologia como estrutura de dominação burguesa, que se estabiliza pela autonomia dos aparelhos (de produção e reprodução) de ideologia do Estado.

[63] Para aprofundamento desse debate, a obra de COUTINHO, Carlos N. O estruturalismo e a miséria da razão. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

detrimento do distanciamento do pensamento althusseriano, abrindo novas possibilidades para pensar os seus referenciais teóricos e suas ações interventivas (SILVA E SILVA, 2007; SIMIONATTO, 2011). “Nessa perspectiva, o Serviço Social questiona a vinculação histórica da profissão com os interesses dos setores dominantes e aponta a necessidade de desvendar a dimensão política da prática profissional e a busca de novas bases de legitimação”. (SILVA E SILVA, 2007, p. 40).

A tradição marxista alcança o Serviço Social por meio da militância política, que, no bojo do regime militar, se articula nos movimentos políticos partidários, os quais recebem influência esquerdista cristã. Nesse momento, “não é de estranhar que a perspectiva de intenção de ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em extratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista” (NETTO, 2002, p. 268), de onde emergem discussões como, por exemplo, da relação teoria e prática.

A década na qual esta perspectiva emerge foi marcada por profundas transformações na sociedade brasileira. O enfraquecimento e declínio da Ditadura Militar possibilitou o fortalecimento dos movimentos populares e a condução de uma luta em prol da redemocratização do país. O que favorece, no âmbito da profissão, um avanço dos estudos de correntes revolucionárias que proporcionaram ao Serviço Social as bases para uma de suas perspectivas de renovação. Uma nova proposta de currículo mínimo para o curso de Serviço Social foi criada em Assembleia Geral extraordinária da ABESS – RJ (1991), com o intuito de produzir uma formação amplificada distante da tríade caso, grupo e comunidade.

Como resultante, o Serviço Social se compreende como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, despertando-se ao debate teórico e à interpretação do significado social da profissão, reconhecendo as suas dimensões política e pedagógica e as contradições existentes no modo de produção capitalista. Cabe ressaltar que não se trata apenas da apropriação de um vetor que auxilia no entendimento das contradições existentes no modo de produção capitalista, mas de um aporte para pensar a gênese da profissão, a realidade brasileira e as resultantes no mundo do trabalho, que se destacam como desafio posto aos assistentes sociais tanto no contexto profissional, que atua no enfrentamento e sequelas da questão social, como na sua condição de trabalhador assalariado no cerne das metamorfoses do mundo do trabalho, onde vivencia as expressões da questão social.

Nesse contexto, a perspectiva de luta de classe é implementada na análise da emergência do Serviço Social dentro do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, apontando a prática profissional para um caminho em direção oposta a que caminhara até então.

O Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) contribuiu veementemente para tracejá-lo por meio dos investimentos nas pesquisas sob a ótica marxista, com destaque aqui para a obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho.

> Assim, o Serviço Social entra em sua "era de ouro", tendo como palco o período em que a profissão alcança a sua maturidade com a publicação de trabalhos científicos frutos de profícuos estudos, principalmente dos programas de pós-graduação, que levaram o Serviço Social ao reconhecimento científico de suas obras. Isso denota um espaço no qual o Serviço Social deixa de apenas reproduzir as Ciências Sociais e passa a analisar de forma crítica o contexto social, político, cultural, econômico e histórico no qual está inserido, produzindo uma percepção própria da realidade social brasileira.

A resultante desse processo se manifesta na formação de profissionais capazes de "decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano", e, consequentemente, no exercício profissional, a produção de "uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais" (IAMAMOTO, 2001, p. 20-21). Ademais a profissão recebe aporte legal via Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93), filosófico – Código de Ética Profissional/1993 – e científico – Diretrizes Curriculares da ABEPSS - para tal desenvolvimento.

No cenário político brasileiro, a década de 1980 introduz a fase de "reconstrução da democracia", no cerne de um Estado dilapidado pela Ditadura Militar. O autoritarismo militar viabilizou a climatização da ideologia neoliberal que tomou conta, mesmo que camufladamente, dos objetivos dos governos democráticos posteriores a ela.

Não obstante, no cenário nacional identifica-se o fortalecimento da sociedade civil e o avanço de sua organização, o qual culmina na década de 1980 em significativos movimentos de impacto e redirecionamento da economia e da política, assim como a concepção e viabilização de diretos sociais no país.

A greve dos trabalhadores do ABC Paulista, no ano de 1978, e a anistia política no ano seguinte podem ser consideradas marcos motivadores do posicionamento da categoria dos assistentes sociais junto às lutas sociais populares e, consequentemente, o direcionamento dado por elas ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, "quando a direção conservadora é questionada e os convidados especiais, representados pelas autoridades do regime militar, são substituídos por dirigentes de organizações populares" (SILVA E SILVA, 2007, p. 40). As marcas desse CBAS são tão profundas na profissão porque

> se deu a partir da atuação da vanguarda do Serviço Social engajada na luta sindical da categoria e sintonizada com o movimento de resistência à ditadura através da Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS) e da sua articulação nacional com a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS). Esse esforço de sindicalização da categoria, ao aproximar a sua organização política da organização operária, tomou impulso com a fundação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS). Seus efeitos se fizeram sentir também na reconfiguração da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), posteriormente transformada em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e que acabou por dar um novo formato às instâncias de regulação do exercício profissional, fazendo nascer o conjunto CFESS/CRESS que superou definitivamente a estrutura dos Conselhos Federais de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). (MOTA; RODRIGUES, 2020, p.1).

Com isso, firma-se notoriamente o compromisso político e coletivo dos assistentes sociais com os setores populares. Fato representativo do movimento, embora minoritário no corpo profissional, de preocupação em "produzir contrarrespostas ao encaminhamento hegemônico que transforma a profissão num mero instrumento de aceleração do desenvolvimento, percebido como um crescimento econômico concentrador e excludente". (SILVA e SILVA, 2007, p. 35). Nessa guisa, a categoria se coloca "eticamente em defesa dos direitos da classe trabalhadora [e expressa] uma postura ético-política e teórica essencial para assegurar a emancipação política, mas não assegura a igualdade substantiva, nem garante a satisfação das necessidades da classe trabalhadora." (SANTOS, 2010 *In* BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 131). A militância político-profissional ganha louros com a sua maturidade explicitada pela organização sindical nacional dos assistentes sociais sintonizada com as lutas gerais dos trabalhadores e se materializa no Código de Ética de 1986. Código que buscou garantir uma ética profissional objetivadora da nova moralidade profissional (BARROCO, 2003, p. 168).

Assim, a vertente marxista ganha espaço na profissão e chega a um perfil de maturidade teórica, beneficiada pela crise da ditadura, e se pauta na "superação dos equívocos do marxismo vulgar, evidenciados nas leituras mecanicistas que marcaram a negação inicial da prática tradicional" (BARROCO, 2003). Nessa direção, o Serviço Social passa pelos anos 1980 fomentando debates no interior da profissão com a explicitação das lutas de classes e do protagonismo social da classe trabalhadora no processo de transformação social.

Para Iamamoto, a relação do assistente social com a classe trabalhadora não se dá apenas pelo viés de seu trabalho, mas por sua condição própria de ser trabalhador inserido na divisão social e técnica, portanto, alvo e partícipe da dinamicidade do mundo do trabalho capitalista. Esse mundo se baseia na comercialização da força de trabalho, elemento que não diferencia e

não distancia o assistente social, pelo contrário, o sintoniza a todas as conquistas e mazelas sofridas pela classe trabalhadora. Com isso, evidencia que, além de ser trabalhador, o assistente social tem "como alvo predominante de seu exercício profissional o trabalhador e a sua família, elemento mais vital e significativo do processo de produção" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.92).

O Serviço Social dá os primeiros passos para a compreensão do seu papel social e identificação de sua funcionalidade na intervenção na realidade social dos sujeitos. Também alcança o *status* de intelectual, cujo instrumento básico de trabalho é a linguagem, por meio da qual operacionaliza instrumentos, que impactam diferentes dimensões da vida do sujeito, destacando aqui o papel político e pedagógico da prática profissional. Outro elemento de entendimento adquirido pelo Serviço Social é de que ele não é uma ciência, entretanto, o seu profissional produz determinados conhecimentos científicos específicos e especializados sobre panoramas emergentes da realidade social no cerne da relação teoria e prática. Esses e outros ganhos, proporcionados pela tradição marxista, conduziram a profissão a uma nova formatação, cujo objeto centra na compreensão da questão social e a localização de suas manifestações na ordem fenomênica do cotidiano da sociedade capitalista.

A prática profissional começa a ser entendida como práxis profissional, ou seja, ela comporta elementos políticos, ideológicos e metodológicos, que estão expressos nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Dimensões que não funcionam de maneira etapista, mas imbricadas em um movimento dinâmico constante e dialético manifesto no cotidiano profissional. Para tal funcionamento a prática deve ser reflexiva, superando a sua condição mecânica do pragmatismo, típico do modelo do Serviço Social Tradicional.

A maturidade para a qual o Serviço Social caminhou durante a década de 1980 culminou na construção de uma nova ordem organizacional para a profissão na década seguinte que, apoiada na nova Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93), no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da Profissão (1996) fundamentou os rumos da profissão e a consolidação de seu projeto ético político, se constituindo um grande desafio aos assistentes sociais do século XXI.

Nesse "olho de furacão", o Serviço Social, de forma madura e mais consciente, "pôde aprimorar a tendência de ruptura com o chamado Serviço Social Tradicional[64], posta desde algumas décadas atrás, configurando-a em um projeto profissional[65] claramente vinculado a um determinado projeto societário" (ORTIZ, 2010, p.196), que dá uma nova direção profissional rumo a defesa de um modelo de sociedade e de profissão oposto aos propósitos capitalistas. Assim, na última década do século XX, o Serviço Social concretiza alguns avanços apontados na década anterior no campo da ética, da fiscalização e da formação profissional fundamentados na perspectiva de Marx de crítica a Economia Política.

> Além de uma direção social e estratégica, o projeto profissional em vigor é materializado a partir da conjunção de diversas dimensões, as quais envolvem desde o efetivo reconhecimento da teoria social crítica, como substrato teórico e político-cultural capaz de sustentá-lo até a organização política da categoria e o conjunto de documentos que norteiam política e juridicamente a profissão no Brasil (ORTIZ, 2010, p. 197).

Embora notem-se avanços de imediato, não houve uma ruptura. Até porque o processo de ruptura é algo que se desenvolve paulatinamente ao longo da história da profissão, porém, no Serviço Social ele ocorre por um tipo de dualidade na profissão que comunga o velho com o novo, dando um sentido de "ruptura conservadora", ou seja, ao passo que se dirige para a ruptura se mantém ou aprofunda o modelo do que se quer superar.

A tendência crítica impulsionada pelo Método BH foi considerada a primeira elaboração de uma proposta de ruptura, contudo, ela "também incorreu no equívoco de "utilizar" o método como um instrumento de intervenção, um conjunto de etapas/procedimentos e/ou caminhos

---

[64] Aqui compreendido como "a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada" dos profissionais, paramentada "por uma ética liberal burguesa" e cuja teleologia "consiste na correção – desde que do ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta e velada) idealista e/ ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável" (NETTO, 2002, p. 117, nota 5).

[65] "Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais 'de campo' ou 'da prática', mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais." (NETTO, 2006, p.144).

para o conhecimento" (GUERRA, 2016, p. 291), o que reduz o método marxiano a uma pauta de procedimentos interventivos. Essa redução empobrece a perspectiva de revolução tão cara a ontologia[66] do ser e propaga a lógica positivista de que na prática a teoria é outra.

2.3.1. Serviço Social rumo ao século XXI

De certo, o Movimento de Reconceituação alinha o Serviço Social ao processo de renovação de seu estatuto profissional. Os esforços de representantes da profissão de identificar e viabilizar possibilidades de superação do Serviço Social Tradicional resultou na aproximação enviesada de um marxismo "sem Marx"; na identificação de uma pobreza teórica sobre Marx e do próprio Serviço Social sobre si; no contexto político, no movimento de pensar e repensar o Serviço Social, em meio contexto repressivo da Ditadura Militar; na forte influência do pragmatismo na profissão; no acesso a crítica marxista a partir de panfletos de movimentos sociais e partidários de resistência à Ditadura Militar; e no caráter sincrético dos estudos e debates sobre o marxismo (SILVA, 2007).

Apesar dessas características, o Movimento de Reconceituação, sem dúvidas, trouxe uma maturidade teórica para o Serviço Social, criando condições objetivas, desempenhadas pela pesquisa social, que se constituíram como passo importante para a formação e a prática profissional de assistentes sociais. Cabe aqui, reconhecidamente, destacar o papel das produções dos Programas de Pós-graduação em desenvolvimento à época.

A pesquisa social, a partir de uma perspectiva crítica, exige uma postura de questionamentos por parte do pesquisador/profissional na busca da lógica das coisas, ou seja, compreender a realidade para além do imediato, reivindicando a unidade entre ontologia e gnosologia e, assim, apreender os fenômenos em sua totalidade. Nota-se, aqui, uma forte influência do "Método" de Marx de leitura da realidade social.

É justamente a aplicação ou entendimento desse "método" que leva o Serviço Social a assumir uma postura mais crítica frente aos fenômenos e a partir dela aprofundar os seus conhecimentos sobre eles, entendendo-os não como um produto linear dos fatos, mas como uma resultante do movimento dinâmico que envolve a sua historicidade. A partir dessa percepção do mundo, fora do enquadramento determinista, é que a base do conhecimento da

---

[66] "Desde os anos 80, a ontologia social de Marx se apresenta na literatura profissional, fundamentalmente, através da obra de Netto e da interlocução com os cientistas sociais e filósofos estudiosos de Lukács, tais como Coutinho, Lessa, Antunes e Tonet. A assimilação da discussão ontológica ocorre gradativamente, nos anos 80, orientada pelo tema do cotidiano, da reificação, do método crítico-dialético." (BARROCO, 2003, p. 181).

profissão se amplia e alcança uma maturação capaz de superar o fundamento tradicional orientador do Serviço Social no Brasil.

Todavia, não podemos ser tolos o bastante para romantizar esse amadurecimento de maneira a entendê-lo como instantâneo ou pensar que ele atingiu toda a categoria profissional. Em hipótese alguma podemos reproduzir isso. Até porque a história nos revela que apenas um grupo seleto de estudantes e profissionais ligados a academia e diretamente as ações das entidades representativas da profissão tiveram acesso ao processo de pensar e entender a renovação, seguido, paulatinamente, dos demais assistentes sociais que receberam os impactos desse movimento. E ainda ouso dizer que não alcançou toda a categoria.

O rol de conhecimentos da profissão tomou formas mais acabadas ao longo da década de 1990, período de aprovação de normas jurídicas, filosóficas e cientificas que formataram um tipo de Serviço Social que não rompeu com o tradicionalismo, mas o enclausurou em uma prisão sem grades. Não negamos aqui o processo de ruptura, apenas chamamos a atenção para o fato de que ele não ocorreu totalmente, pois o tradicionalismo se faz presente no DNA da profissão. Portanto, romper com essa caraterística exige mudanças das células tronco da profissão.

Para isso é necessário um arcabouço de estratégias com o intuito de isolar o tradicionalismo, principalmente, aquele que se manifesta no exercício profissional, aguçado pelas amplas mudanças no mundo do trabalho; aprofundar os estudos capazes de sustentar a crítica e fomentar argumentos conscientes de base revolucionária que possam atingir a cultura profissional tradicional e a imagem da profissão e, consequentemente, a superação do sincretismo[67] e aguardar o tempo necessário a captação das mudanças.

No âmbito das propostas revolucionárias, se destaca o direcionamento ético-político centrado na projeção de sociedade estabelecida nas dimensões profissionais como proposição hegemônica do Serviço Social a partir da última década do século passado. O que foi denominado como Projeto ético-político da profissão se formata na perspectiva revolucionária da profissão designando ao Serviço Social a defesa de valores morais e filosóficos, que, com

[67] Sincretismo se refere ao conjunto de doutrinas diferentes, com a manutenção de traços perceptíveis das doutrinas originais. No popular, o sincretismo expressa uma mistura pouco homogênea de ideologias, de crença ou de doutrinas. No Serviço Social, “o problema do sincretismo ideológico na profissão vai mais adiante que a sua demarcação na sua gênese; com efeito, é bem mais complicado: o desenvolvimento profissional do Serviço Social deu-se, simultaneamente, com imbricação dessas duas linhas evolutivas e com suas modificações particulares, Ou seja, operou-se num campo cultural-ideológico que registrava um movimento entre duas tradições e outro situado na relação entre cada uma delas e as novas configurações cultural-ideológicas que surgiam em suas perspectivas periferias”. (NETTO, 2001a, p. 120).

base na tradição marxista, suscitam no seu interior bandeiras de lutas democráticas voltadas a emancipação social.

A visão marxista possibilita uma interpretação da realidade social dinâmica pautada na totalidade, enquanto o viés estruturalista enxerga a realidade de forma estática definindo ordem de adequação ou não a estrutura social determinada. E o viés do Neotomismo e da Doutrina Católica se explicava a partir da relação divina com o homem projetada em ações de predestinação de sua realidade social. O materialismo "afirma que tudo o que existe é apenas matéria ou, pelo menos, depende da matéria." (BOOTMORE, 2013, p. 403). Porém, não uma visão reduzida a matéria como ponto final, pois

> sustenta, dialeticamente, que o material e o ideal são diferentes, na realidade opostos, mas existem dentro de uma unidade na qual o material é básico ou primordial (...) O componente dialético afirma que a realidade concreta não é uma substância estática numa unidade indiferenciada, mas uma unidade que é diferenciada e especificamente contraditória: o conflito de contrários faz avançar a realidade num processo histórico de transformação progressiva e constante, tanto evolucionária como revolucionária, e, em suas transformações revolucionárias ou descontínuas, dá origem à novidade qualitativa autêntica. (BOOTMORE, 2013, p. 410).

Portanto, as relações de contradições, assim como "as relações jurídicas e as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades" (MARX, 2007, p. 47). A partir desse pensamento Marx traz contribuições efetivas à viabilização de investigações sociais e históricas, que o conduz à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. Tendo como resultado geral a seguinte condução:

> na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. (MARX, 2007, p. 47).

Nessa direção, Marx compreende que as contradições no desenvolvimento da sociedade capitalista revelam as relações de propriedade no seio das quais elas têm se desenvolvido e que

se manifestam nas capacidades construídas pelo homem ao longo do processo de humanização, ou seja, na sua historicidade. Assim, Marx, a partir de seus estudos com base no materialismo histórico e dialético, conclui que o "mundo da produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual." (MARX, 2007, p. 47). Ele quer dizer que as relações a partir das bases materiais econômicas não se expressam apenas em sua condição concreta, mas também se expressam em ideias, as quais interferem e agem sobre esse mundo do qual elas partem. Dessa forma, ao passo que as forças produtivas se constroem e reconstroem, também constroem e reconstroem a história e os sujeitos, até porque as forças produtivas dependem dos sujeitos, que são históricos. Daí a importância de compreender a natureza ontológica dessas relações, ou seja, a lógica dos fenômenos sociais relacionados aos movimentos do capital e dos sujeitos.

> O ponto de vista ontológico exige uma relação orgânica com a realidade no processo de produção de conhecimento (...). Todo esse processo não prescinde de outras duas categorias importantes: o legado histórico e o momento histórico, a historicidade. Sendo assim, estamos diante de outra relação entre sujeito e objeto, entre razão e realidade explicadas na sua unidade-diversa, uma produção de conhecimento que parte de demandas reais, imediatamente postas, e as transcendem reconstruindo múltiplas medições extraídas da própria dinâmica do real. (SILVA, 2013, p. 74).

A ontologia explicita o modo de ser do ser e define o homem como um ser social. Na visão evolucionista, a história do homem, que congrega bilhões de anos de sua existência evolutiva, formada por matéria simples que, em conjunto, constitui uma complexidade que dá origens a outros complexos, que designam especificidades que se manifestam por meio da vida, dos sentimentos, da capacidade de reprodução biológica e social da vida. Na reprodução social da vida se manifesta de maneira única no *homo sapiens*, ou seja, capacidade humano-genérica, que é o trabalho.

Marx (2017, p.65) destaca o trabalho como uma "necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre homem e a natureza e, portanto, manter a vida humana". Neste sentido, "o trabalho é uma atividade exercida especificamente por homens, (...) através da qual – transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades – se cria a riqueza social", tendo como resultante imensurável a constituição do ser social que, "a partir de sua base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.), desenvolve características e traços que os distingue da natureza." (NETTO; BRAZ, 2007, p. 35; 37). Desta forma, o trabalho se constitui como expressão da capacidade humano-genérica do homem de transmutar a realidade, transformando a natureza em um produto de sua práxis, o que satisfará sua necessidade. Em

outras palavras, o homem vê na natureza os recursos necessários para a satisfação de suas necessidades.

Nesse processo, o homem faz avaliações que definem a sua escolha entre as alternativas concretas paramentadas pela objetivação, direcionando os meios e os fins do trabalho, pois tanto a feitura dos instrumentos quanto a de produtos exige que o sujeito conheça as propriedades da natureza. Cabe ressaltar que no cerne desse processo existe um sistema de comunicação, fundado a partir de um tipo de linguagem que ao mesmo tempo em que é aprendida dá a capacidade de aprendizado. (NETTO; BRAZ, 2007).

Em linhas gerais, o trabalho é o fundamento para a constituição do homem como ser social e, por meio dele, o homem constrói linguagens e códigos que permitem a reciprocidade – ou a partilha de uma mesma atividade –, como reconhecimento mútuo dos seres de uma mesma espécie, que dependem uns dos outros para viver. Com isso, constitui laços de sociabilidade que expressam a capacidade ontológica de o homem constituir-se como tal na relação com os outros homens – organizando-se pelos modos de existir do ser social – que é a sociedade. Nesse sentido, o trabalho ganha a centralidade ontológica na vida dos homens.

Na sociedade burguesa, tal como a brasileira, a Lei Geral da Acumulação capitalista vincula-se ao processo histórico do capital, que, no seu envolver, gera novas tendências expressas nas suas particularidades (MARX, 2017). Estas reconduzem o processo de produção, a fim de garantir a extração da mais-valia[68], através da qual se acumula, distanciando o trabalho de sua condição ontológica. Para acumular, é necessário que o capital gere valor, o que não é possível sem a força de trabalho. Valor é a soma de capital constante (meios de produção) ao capital variável (força de trabalho). Assim, o capitalista detém os meios de produção, mas precisa do trabalhador para transformá-los em valor, por isso ele mercantiliza a força de trabalho, não tendo posse do trabalhador, mas sim da sua força de trabalho alienada ao capital que a compra (MARX, 2017).

Fica então evidente a interdependência entre duas classes sociais: àquela composta por representantes do capital, a burguesia – os capitalistas – que domina/detém os meios de produção; e aquela composta por representantes do trabalho, o proletariado – os trabalhadores

---

[68] "A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *diferentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato de a classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital. Mas o lucro e o salário são, ambos, DINHEIRO e, portanto, uma forma objetificada do trabalho que só se torna possível em função de um conjunto de mediações historicamente específicas em que o conceito de mais-valia é crucial" (BOOTMORE, 2013 – verbete mais valia).

– que, por não dominarem/deterem os meios de produção, têm na venda da sua força de trabalho a única forma de manter a sua sobrevivência. A força de trabalho aqui é posta como valor de troca, mensurado no salário, por meio do qual o trabalhador tem o acesso aos bens e serviços necessários à sua sobrevivência biológica e social (MARX; ENGELS, 1998).

Essa dinâmica estabelece uma relação de interdependência entre as classes, constituindo uma relação social baseada na compra e venda da força de trabalho, essencial para a manutenção do sistema capitalista. Tal dinâmica, ao passo que expressa o antagonismo de interesses das classes envolto da condição essencial de existência de cada uma delas, evidencia um movimento antagônico entre produção de desigualdade e de riqueza social. Ou seja, há uma divisão de riquezas sociais excludente e contraditória, à medida que cresce a riqueza social cresce a pobreza, pois os frutos do trabalho são apropriados pelos representantes do capital.

Ao contemplar a História, identificamos que essa dinâmica começa a ser questionada pelo montante de trabalhadores organizados, que utilizam a luta de classe como instrumento para diminuir essa desigualdade, ora conquistando leis e normas que regulem a relação trabalhista, ora inibindo relativamente o poder do capital. Segundo Berhing; Boschetti (2006), é no cerne dessas lutas de classe que o movimento dos trabalhadores em prol dos direitos denuncia a questão social, a qual passa ser entendida como conjunto de manifestações das desigualdades sociais no cotidiano da vida social, que expressam a contradição capital/trabalho, "cuja gênese centra no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho" (IAMAMOTO, 2001, p.16).

Cabe ressaltar que tais manifestações se espraiam nas dimensões social, política, econômica e ideológica, produzindo fenômenos diretos, que se desdobram e resultam em sequelas controladas por ações estatais, públicas e privadas (e suas mesclas). É aqui que o Estado entra como agente "neutro" controlador das relações sociais, reprimindo duramente a classe trabalhadora – seja por meio da força, seja do consenso – a favor do equilíbrio das relações a fim de manter o desenvolvimento capitalista. Isto assim ocorre porque o Estado adentra no campo de conflitos de classe em busca da harmonia social.

Todavia, o Estado é considerado por Marx e Engels (1998), na sociedade capitalista, como o "Comitê executivo da burguesia" e, sendo ele o monopólio da força, em meio à luta de classe, a sua direção é dada pelo capital, historicamente estabelecida no processo de revolução burguesa na direção da manutenção de sua dominação. Assim, a burguesia utiliza o aparato estatal, deslocando o problema da desigualdade e da exploração para o âmbito do Estado, colocando sobre ele a responsabilidade pelo enfrentamento da questão social sem ferir os princípios de conservação, reprodução e existência do capital.

Tal estratégia será denominada como política social, uma estratégia estatal para responder as demandas da população e do capital emergente no início da Era Monopólica capitalista. Ela é dotada de uma dualidade, funciona tanto como expressão de conquistas sociais da classe trabalhadora – concretização de direitos sociais – como de elemento de controle da classe trabalhadora e de expansão capitalista. Logo, a política social ganha os moldes que o desenvolvimento capitalista determinar, exceto, se houver um grande posicionamento da classe trabalhadora e o jogo vire.

Essa panorâmica nos apresenta, de forma geral, a intrínseca relação entre trabalho, questão social e política social na configuração do desenvolvimento capitalista. Ela é trazida de forma aprofundada ao Serviço Social por meio dos estudos de Marx, nos quais a profissão encontra a base para a opção e criação de um projeto de sociedade e de profissão, que tem na liberdade e na democracia os valores centrais para a emancipação social e política dos sujeitos sociais.

Com base nisso, é possível identificar na Lei Geral da Acumulação Capitalista a gênese da questão social, que expressa as "forças contraditórias, inscritas na própria dinâmica dos processos sociais, que criam as bases reais para a renovação do estatuto da profissão [de Serviço Social] conjugadas à intencionalidade dos seus agentes". (IAMAMOTO, 2014, p. 617). Logo, a questão social é indissociável do capital, assim como o conjunto de conhecimentos sobre sua gênese, manifestações e enfrentamento o é do Serviço Social. Portanto, o estudo da relação trabalho e questão social se constitui como eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional e a política social como instrumento de mediação das práticas interventivas do assistente social (ABEPSS, 1996).

Todas essas contribuições da tradição marxista impactam em uma construção de direção hegemônica na profissão, a qual determinará a prática, a formação e o perfil de assistente social para o século XXI. Os assistentes sociais adentram o século XXI com enormes desafios inerentes à prática profissional, à relação com as instituições, à relação com outros profissionais, à relação com as políticas sociais e com os usuários. Esses profissionais despontam como defensores do direito e da justiça social e lutam para o rompimento de vieses que possam interferir na condição emancipatória e de direito da grande massa da população.

Assim, a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista traz para a profissão uma qualidade e aprimoramento para a formação e em especial para a prática profissional. Essa deve ser iluminada pela teoria, se preocupar com o movimento dialético da realidade, construir arcabouço traduzido em pesquisas reflexos da sistematização do fazer profissional, se apoiar em valores e normas filosóficas, jurídicas e científicas, negar o teoricismo, o pragmatismo e

fornecer à formação subsídios concretos da realidade em suas múltiplas expressões. Também passa a conhecer mais profundamente a questão social e a reconhece como o seu objeto de estudo e intervenção.

A partir dos estudos sobre a crítica a Economia Política de Marx, o Serviço Social conseguiu desvelar os conflitos que instituem a sociedade capitalista. A luta de classes expressa os laços de interdependência de duas classes que correm para pontos opostos. Uma almeja acumular e para tal explora, enquanto a outra busca a sobrevivência e para tal se vê, quando consciente, submetida aos processos de alienação e exploração, que inibem a sua condição emancipatória.

A posição de expropriação do trabalho assumida pela classe dominante resulta no quadro de desigualdade que, ao longo da história da sociedade capitalista, aguça ou ameniza conforme os interesses e necessidades do processo exploratório de acumulação. Tal entendimento sobre a questão social é iluminado pela teoria do valor e da revolução expostas por Marx em seus estudos de anamnese da sociedade burguesa em sua época. Essa base leva o Serviço Social mais próximo das reivindicações da classe trabalhadora também a se reconhecer como trabalhador, ou seja, sujeito inserido e submisso às regras do referido modelo de sociedade.

Com direção hegemônica comprometida com os interesses da classe trabalhadora, o Serviço Social transparece a sua posição frente a um tipo modelo de sociedade, cujo projeto visualiza a organização e a estruturação de uma sociedade livre da exploração, da expropriação e que comunga com a liberdade e a democracia como valores necessários à consolidação da cidadania e à expansão plena dos sujeitos. A projeção de sociedade e de profissão está no Projeto Ético-político do Serviço Social, o qual se materializa nas posições assumidas pelos profissionais no cotidiano frente às perniciosas artimanhas do mundo capitalista. Posições que colidem com os propósitos do regime vigente.

Para tal, o assistente social, ao deparar-se com as demandas sociais, deve apanhá-las em sua historicidade, ou seja, entendê-las a partir de um "determinado "chão" sócio-histórico, dentro de um processo de intensa mercantilização das relações humano-sociais, mediada por regras sociais bem definidas, concretamente dadas, moldadas em traços culturais particulares". Isso implica em reconhecer os usuários como "indivíduos sociais historicamente construídos a partir dos princípios e valores (...) que oferecem a base em que se constituem individualidades sociais, por onde são construídas alternativas que alimentam tais individualidades e suas respectivas subjetividades." (SILVA, 2013, p. 77). Daí a localização dos grandes desafios postos a profissão para o século XXI e os dilemas construídos a partir da relação teoria e prática

no âmbito do Serviço Social que também podem ser considerados no movimento de manutenção versus ruptura na dinâmica Serviço Social Tradicional e Renovado.

3. PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E AS BASES PARA O SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI

A propósito de nossos estudos sobre o Serviço Social no século XXI, passamos por uma longa trajetória sócio-histórica, tanto da sociedade brasileira quanto da profissão no Brasil. O intuito até aqui foi o de sintonizar o leitor no prólogo que se constituiu como base para entender o século XXI. Os desdobramentos das bases capitalistas, em um país em desenvolvimento como o Brasil, reverberam, no aguçamento da questão social e reestruturação das políticas sociais. O que passa a ser visto e compreendido pelo Serviço Social, devido os ganhos obtidos com a sua aproximação e incorporação das ideias marxistas, principalmente, do método crítico-dialético de leitura da realidade, para além daquilo que se apresenta no imediato.

Em meio aos novos direcionamentos destrutivos do capital, o Serviço Social, na busca pela ruptura com a sua versão tradicional, compreende o seu significado social e capta que todas as formas de prática, sejam elas social ou profissional, envolvem interesses sociais diversos e distintos, que têm sua origem nas contradições das classes sociais em conflito na sociedade. "As necessidades humanas, constituídas e desenvolvidas ao longo do desenvolvimento sócio-histórico do ser social, levam a humanidade a um processo interminável de busca de sua autorreprodução, estabelecendo, assim, um mundo prático-material", que desencadeia um mundo prático-ideal, "que reproduz o primeiro no campo das ideias." (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 187).

Este universo tem o trabalho como atividade central, que revela ser a partir dele que o homem desenvolve e (re)constrói um conjunto de práticas cada vez mais complexas, que dão origem a outros novos tipos de práticas. Em outras palavras, quanto mais se desenvolve "o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esferas de objetivação que se automatizaram das exigências imediatas do trabalho." (NETTO; BRAZ, 2007, p. 43).

Lukács (2018), um marxista do século XX, em seus estudos sobre a ontologia do ser social, destaca que o processo de reprodução biológica do homem exige uma transformação do seu ambiente para própria reprodução. Isso se refere a manifestação da capacidade do homem de tirar da natureza o que lhe é necessário à sua sobrevivência. Nessa relação homem-natureza, o homem se diferencia dos demais seres vivos pela forma com que se organiza e retira da natureza o que necessita. Nesse processo de extração das respostas de suas necessidades da natureza, o homem transforma a natureza e a si mesmo, tendo como resultante a mudança nas relações sociais. Para tal, o homem, conscientemente, planeja as suas ações, define prioridades,

constrói mediações e atribui valores, coisas que os animais não fazem. No cerne desse processo o homem gera conhecimento sobre a natureza e constrói certezas, que lhe direcionam a escolhas. Escolhas essas que o levam a conflitar o mundo que ele pensa com o mundo real.

A título de exemplo: alguns viajantes estão no meio da mata e ao escurecer escolhem parar a sua jornada e se abrigarem em uma caverna. Antes, porém pensam em sua proteção e colhem gravetos e outros tipos de madeiras para montar uma fogueira, também procuram pedra para gerar a faísca de fogo. Em seguida escolhem um melhor abrigo e fazem a fogueira em sua entrada. Nesse processo destaquemos a fogueira, ela aqui apresenta várias funcionalidades, tais como: preparar alimentação, aquecer os viajantes e evitar ataques de animais. A opção de fazer uma fogueira não se deu de forma aleatória ou mesmo instintiva, mas sim planejada. Pensou-se em responder as demandas relacionadas ao aquecimento, à alimentação e à proteção. Isso exigiu um conhecimento sobre a natureza. Desde o local para colocar a fogueira ao tipo de graveto e madeira, assim como a pedra para incendiar e os elementos necessários para manter a fogueira acesa durante o período de abrigo.

No exemplo acima temos: a necessidade de descanso, da proteção, do aquecimento e da alimentação. Para sanar tais necessidades, os sujeitos humanos, parte integrante do grupo de viajantes, usou do conhecimento sobre a natureza e planejou as suas ações a partir de uma projeção do ideal para o seu descanso e proteção. Aqui temos a expressão da capacidade teleológica[69], que é uma capacidade humano-genérica, ou seja, somente o homem a possui. Teleológica advém de Teleologia (grego *télos*), que se refere a fins, propósitos, objetivos, logo, capacidade teleológica é aquela que imprime objetivos ou porta finalidades, ou seja, dirige uma ação (MORA, 1978).

A fogueira é algo concreto, que antes estava apenas no mundo do ideal. O processo de transformar o que estava no campo das ideias em algo material concreto, Lukács chamou de objetivação, isto é, ideia se transforma em objeto concreto, portanto, ganha qualidades novas e sofre objetivações. Ao transformar a natureza, o homem realiza uma atividade denominada trabalho. Nesse ato, ele coloca no mundo objetivo um novo objeto que nunca seria produzido pela natureza (a fogueira), portanto, esse se constitui como objeto histórico que expressa a externalização da ideia que ganha valores. O que estava interno no subjetivo foi externalizado para o campo do objetivo. Dessa forma, com a objetivação, o homem/mulher transforma o mundo e, por meio da exteriorização, ele/ela transforma a individualidade. (LESSA, 2001)

---

[69] "O termo teleologia foi empregado no século dezoito com o fim de exprimir o modo de explicação baseado em causas finais, diferentemente do modo de explicação baseado em causas eficientes. Apelamos para a causa final ou teleológica quando, ante uma entidade ou processo. perguntamos: "para quê?" (MORA, 1978, p. 275).

Em suma, temos: o homem (ser humano-genérico) retira da natureza aquilo que precisa para sobreviver. Nesse ato cria coisas novas (objetos), que ao passo que muda o mundo (objetivação), muda a si mesmo (exteriorização) com isso desenvolve conhecimentos e habilidades que vão demandar novas habilidades e novos conhecimentos para responder as novas necessidades, que dali emergem. Esse movimento se constitui no que Lukács (2018) chama de salto ontológico. A história do homem deixa de ser a história biológica para ser a sua história social. Com isso, a mudança concomitante do mundo subjetivo e do objetivo.

Diante de situações novas, de objetos novos, o homem/mulher passa a questionar-se: quais as melhores respostas? Quais as prioridades? Isso implica na realização de escolhas, na criação de alternativas, também, na identificação e reconhecimento das consequências. No processo de escolha o homem antecipa, em sua consciência, as consequências resultantes de sua escolha e sobre essas resultantes atribui valores, que estão relacionados à objetivação das coisas, e assim constrói novos valores.

Seguindo essa reflexão, a Teoria de Marx nos leva ao entendimento de que "homens e mulheres sempre agem teleologicamente, isto é: as ações humanas sempre são orientadas para objetivos, metas e fins" (NETTO, 1999a, p. 93), portanto, o assistente social produz uma prática intencionada, pois toda

> "ação humana, seja individual ou coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto, (...) [que é] uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para atingi-la." (NETTO, 1999a, p. 93).

Tal intencionalidade se funda na projeção no campo do ideal de um tipo de projeto coletivo ou projeto societário. Esse último apresenta "uma imagem de sociedade a ser construída, que reclama determinados valores para justificá-la e que privilegia certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la." (NETTO, 1999a, p. 93). Os projetos societários são projetos coletivos, que se falando de sociedade capitalista são projetos de classe, logo, expressam uma dimensão política, que se conjuga no cerne das relações contraditórias de poderes no âmbito da sociedade classista capitalista, a luta de classes, que revela a defesa de interesses comungados em um projeto societário.

Assim, se o homem é um sujeito histórico, constrói a sua história e os projetos coletivos estão permeados da historicidade de sujeitos individuais e coletivos, podemos afirmar que os projetos societários constituem estruturas flexíveis e mutáveis, portanto, transformam-se e renovam-se segundo as conjunturas históricas e políticas de um determinado coletivo social. Nas sociedades capitalistas, os projetos societários atendem aos interesses de uma classe

distinta, que é aquela que dispõe de recursos e condições favoráveis para definir uma dominação econômica, social, política, cultural e ideológica (NETTO, 2006).

Nas palavras de Vasconcelos (2015, p. 37):

> Num contexto de interesses contraditórios, independentemente da percepção, da crença e/ou das representações dos indivíduos sociais, as classes sociais existem e a luta de classe está em vigência no âmbito da organização social capitalista, luta que se espraia para todas as instâncias da vida social, o que significa que, se processando no público e no privado, é mediada pela e media a atuação de qualquer indivíduo e de qualquer profissional, dentre eles o assistente social.

O que é colocado em pauta aqui é o entendimento de que, a partir da Teoria de Marx, se pode alcançar referente a ação do homem/mulher? O homem/mulher manifesta a capacidade de planejamento e reflexão direcionada por determinados valores, que (re)definem as escolhas em direção de uma intenção individual comungada com interesses de um coletivo em prol de um tipo de sociedade que se almeja transformar ou conservar. Nesse sentido, o assistente social, parte de um coletivo profissional, deve identificar quais são os valores, as finalidades e projeção de sujeitos e de sociedade que ele imprimirá em sua prática social e profissional. Tal reflexão exige identificar e situar o Serviço Social na sociedade capitalista e definir um projeto de profissão.

> Os projetos profissionais apresentam a auto imagem de uma profissão, elegem valores que legitima socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções formulam os requisitos teóricos, institucionais e práticos) para o exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999a, p. 95).

Os projetos profissionais não são opções de qualquer profissão, mas sim daquelas com regulamentação[70] jurídica e formação teórica e técnica, em geral, de nível superior, assim

[70] Cabe alertar por um perigo que assola algumas profissões regulamentadas no Brasil, entre elas o Serviço Social. O Projeto de Lei 3081/2022, de autoria do Deputado Tiago Mitraud do Partido Novo de Minas Gerais, revoga e altera Leis, Decretos-Leis e um Decreto, a fim de desregulamentar profissões e atividades que não ofereçam risco à segurança, à saúde, à ordem pública, à incolumidade individual e patrimonial. Como uma de suas justificativas para a referida proposta relaciona a regulamentação das profissões como elemento limitador de entrada no mercado de trabalho sendo, portanto, a principal causa de geração de desemprego no país. Embora essa seja apenas um Projeto de Lei, que pode não alcançar êxito em sua proposição, cabe aqui apontar dois elementos para reflexão. O primeiro se refere ao ataque aos projetos de profissão e societário defendido por determinadas profissões. Aqui inclui-se o Serviço Social que, tendo a Lei de Regulamentação alvejada, perde uma das bases de seu projeto e se verá obrigado a flexibilizar tudo aquilo que se constitui como pilar revolucionário da profissão. O segundo se trata do processo nefasto de desestruturação da força da classe que

> como o Serviço Social. Eles são estruturas dinâmicas que respondem às alterações dos sistemas e às necessidades sociais e são elaborados através da organização coletiva da categoria profissional, a qual não é formada por uma unidade identitária, porque nela habitam indivíduos diferentes com projetos individuais e societários diversos, que coabitam em um espaço plural, regido por uma direção hegemônica. Hegemônica significa que não é homogênea. Toda a categoria profissional é um campo de tensões e de lutas, portanto, mesmo que haja um projeto hegemônico no cerne da categoria profissional, ele nunca será exclusivo. (NETTO, 1999a).

Todavia, hegemonia não pode ser compreendida apenas no aspecto de dominação. Segundo Adriano (2019, p.6), em seus estudos gramscianos, "hegemonia pressupõe a conjunção de forças sociais capazes de projetar e construir 'uma situação histórica global'". Em outras palavras, a direção por um projeto profissional só é permitida ao Serviço Social a partir de um determinado momento histórico mediado por uma ascensão intelectual, provinda do processo de amadurecimento da profissão ocorrido ao longo dos anos 1980 e, como herança do marxismo, se aprimora até os dias atuais.

A referida autora no adensar dos seus estudos retrata que a dimensão ético-política se refere àquela "em que os homens adquirem consciência crítica, se percebem como sujeitos históricos e projetam formas de ruptura e de negação à sociabilidade burguesa, em que as classes trabalhadoras constroem a capacidade de se colocarem para si, como construtoras de um outro bloco histórico". (ADRIANO, 2019).

Nesse sentido, o Projeto ético-político exprime o reconhecimento do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, logo, o assistente social é membro integrante da classe trabalhadora, portanto, sofre as metamorfoses do mundo do trabalho e as suas consequências. Isso ocorre em um determinado momento histórico pautado por uma determinada situação social, política e econômica no contexto de uma determinada organização e estrutura dos órgãos representantes da profissão. Nessa linha, compreende-se que o patamar de construção de um projeto profissional no Serviço Social está atrelado às mediações históricas e ao amadurecimento intelectual de uma parte da categoria, que influenciou significativamente o processo de se questionar e repensar a profissão em sua estrutura ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Considera-se, portanto, o bloco histórico, os intelectuais e

---

se instaura nas vias neo e ultraliberais vigentes nesse século. Esse processo é limitador da intelectualidade profissional e exterminador do protagonismo político interpretado ou que possa ser interpretado pelos trabalhadores.

uma direção intelectual e moral para o Serviço Social não consonantes com a sua natureza tradicional e com a base conservadora da sociedade capitalista.

Os projetos profissionais estão conectados a projetos societários, no caso do Serviço Social, a uma projeção de sociedade que contrapõe aos pilares de sustentação da sociedade capitalista, a qual é regida pela exploração e expropriação da força de trabalho, que gera a desigualdade social e aliena os sujeitos conformando em um tipo de sociedade que progride em todas as esferas a injustiça social e a desqualificação dos direitos de cidadania.

Logo, o projeto profissional do Serviço Social está articulado a uma proposta de transformação da sociedade vigente. Ele é constituído por elementos relacionados à explicitação de princípios e valores ético-políticos; à matriz teórico-metodológica em que se ancora; àqueles que emanam da crítica radical à ordem social vigente – a sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exibe uma produção monumental de riquezas; e àqueles que se manifestam nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Esses elementos precisam de componentes materiais, que viabilizem e materializam o Projeto de profissão no processo sócio-histórico do Serviço Social.

> O fato é que o projeto do Serviço Social, para se transformar em realidade, exige simultaneamente, ao ser tomado conscientemente como referência, de partida, uma preparação teórico-metodológica e técnico-operativa, tendo como base a crítica da economia política concomitantemente *à análise concreta de situações concretas*; ou seja, individual e coletivamente, na correlação necessária entre academia/intelectualidade e meio profissional, operar, sistemática e analiticamente, desde levantamentos de estudos mais simples no âmbito do próprio cotidiano profissional, até a pesquisa mais complexa a partir da investigação sistemática. (VASCONCELOS, 2015, p. 47).

Desta forma, a compreensão de projeto profissional obrigatoriamente dialoga com o tipo de projeto de sociedade, que influencia, tensiona e afirma suas construções e fazeres. Por isso, não é surpresa a conexão do Serviço Social com uma proposta revolucionária de sociedade que defende as bandeiras dos trabalhadores na luta de classes. O momento histórico, político e social do Brasil nos fins do século passado foi o palco de tensionamento e de lutas populares que não pautavam somente nas necessidades da classe trabalhadora, mas na luta pela democracia, pelo fim do autoritarismo e pela restauração dos direitos de cidadania no Brasil.

> A luta pela democracia na sociedade brasileira ressoou no meio profissional, qualificando os sujeitos da categoria como protagonistas deste processo macrossocial de resistência à ditadura e possibilitando a esta profissão a consistência crítica ao

> pensamento conservador. No entanto, a conquista tardia de referências mínimas de cidadania – aqui no Brasil e estendendo-se aos países latino-americanos – colide com a organização econômica, política, social e cultural da hegemonia neoliberal, apresentando elementos coibidores das determinações conjunturais que produziram o projeto profissional. Tal descompasso parece destruir as sinfonias das lutas de outrora, esfacelando algumas notas e homens que as produziram. (ADRIANO, 2019, p.8).

O protagonismo do Serviço Social nas lutas democráticas se constituía como reflexo dos questionamentos que permeavam os debates sobre a realidade da profissão no Brasil; questionamentos cada vez mais aguçados se davam com a aproximação do Serviço Social aos movimentos sociais revolucionários, onde se encontra com pensamentos e orientações científicas e filosóficas condutores de uma reflexão do real e fomentadores de respostas para determinados tensionamentos endógenos da profissão. Segundo Braz; Teixeira (2009), alguns componentes materiais traduziram esse momento do Serviço Social, dando a visibilidade social à profissão, solidificada na formação e na prática profissional, são eles:

> *a) a produção de conhecimento no interior do Serviço Social* – através da qual conhecemos a maneira como são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele;
> *b) as instâncias político-organizativas da profissão* – envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão: as associações profissionais, as organizações sindicais e, fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CAS e DAS (Centro e Diretórios Acadêmico das unidades de ensino) e pela ENESSO. É por meio dos fóruns consultivos e deliberativos dessas entidades que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o projeto ético-político pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático de construção coletiva, permanentemente em disputa. Essa constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de ideias no seu interior; e,
> *c) a dimensão jurídico-política da profissão* – na qual se constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagradas no seio da profissão. Há nessa dimensão duas esferas distintas, ainda que articuladas, quais sejam: um aparato jurídico-político estritamente profissional e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. No primeiro caso, temos determinados componentes construídos e legitimados pela categoria, tais como: o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, documento referendado em sua integralidade pela Assembleia Nacional da ABEPSS, em 1996 e aprovado com substanciais e prejudiciais alterações pelo MEC. No segundo caso, temos o conjunto de leis (a legislação social) advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, que embora, não exclusivo da profissão, a ela diz respeito tanto pela sua implementação efetiva tocada pelos assistentes sociais em suas diversas áreas de atuação (...) quanto pela participação decisiva que tiveram (e tem) as vanguardas profissionais na construção e aprovação das leis e no reconhecimento dos direitos na legislação social por parte do Estado em seus três níveis (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 191/192 – grifos do autor).

Nesse contexto, os caminhos trilhados pelo Serviço Social levam a profissão a identificar e a criar bases para a construção hegemônica de um projeto de profissão que se

articula ao projeto de sociedade, o qual colide com o projeto societário burguês. Daí emergem os principais desafios postos à prática e à formação profissional, estimulando uma arena contínua de luta em defesa de valores que definem a direção da profissão, projetando para si finalidades que se materializam no cotidiano da formação e da prática profissional. Na guisa dos elementos constitutivos e na sua relação com o cenário do novo século, que este capítulo se desenvolve objetivando apresentar as posições e contraposições que coabitam no interior do Serviço Social.

3.1. Os pilares do Projeto Ético-político do Serviço Social

A proposta de Serviço Social Renovado que chega ao século XXI, de cara, tem o grande desafio de manter a crítica ontológica dos fenômenos sociais, o qual dá vida ao pensamento marxiano. Dentro dessa lógica, o Projeto Ético-político da Profissão, que se fundamenta nas vias do Movimento de Renovação profissional, se consagra na década de 1990 e se expressa no tripé, que, ao passo que o fundamenta, o revela, composto por elementos normativos filosóficos, jurídicos e científicos, representado, respectivamente, pelo Código de Ética Profissional de 1993, pela Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996.

Esse tripé é a base que sustenta os direcionamentos do Serviço Social nos fins do século passado e define o fazer e o pensar da profissão no século vigente. Isso significa que a formação e a prática profissional ganharam uma direção e não um manual, para se pensar as necessidades sociais, as políticas sociais, o Estado e a sociedade para além daquilo que se configurava como regra no modelo Tradicional do Serviço Social brasileiro. A partir desse novo caminho a profissão se confronta com

> dois ‘paradigmas’ de profissional: o técnico bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre demandas do mercado de trabalho tal como elas se apresentam ou o intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua compreensão teórico-crítica, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada (NETTO, 1996, p. 126).

Nesse confronto, o assistente social deve se fundamentar e se apoiar nos acervos normativos/filosóficos, jurídicos/legislativos e científicos/metodológicos para manter a direção social da profissão e enfrentar os desafios a que a ela são designados pelos mais diferentes determinantes sócio-histórico, político, econômico e ideológico. Portanto, precisamos conhecer cada um dos elementos que compõem o referido tripé. Eles fazem do Projeto Ético-político do

Serviço Social um elemento que expressa a resistência e a luta contínua da profissão contra o conservadorismo presente na sociedade capitalista, cujos objetivos envolvem a reprodução e a manutenção da ordem do capital.

Cabe ressaltar que esses elementos compositores são resultantes do Movimento de Renovação do Serviço Social, ocorrido em um período de efervescência social-democrata no Brasil na mesma linha temporal em que o capital internacional buscava estratégias para superação de mais uma de suas crises, que reacendem as medidas conservadoras, que alimentam a competitividade, o individualismo e os valores liberais.

3.1.1. Nova ética, novo Código frente a velhos costumes

No marco da ética profissional, apesar de algumas "evoluções"[71] em direção a uma possível ruptura com o Serviço Social Tradicional, o Código de 1986 precisou ser reformulado. Evidenciava-se a necessidade de superar as insuficiências constatadas no Código e de avançar no sentido de obter maior legitimidade e eficácia de uma profissão para além da prática. Uma profissão que operasse na direção e na opção de um novo projeto social e de um nítido projeto profissional (PAIVA *et al*., 2003).

Transitar do Código de 1986[72] para o de 1993 significava, então, fundamentar filosoficamente os valores optados para consolidar a profissão rumo a uma nova percepção de realidade e de mundo. Exigia romper com valores neotomistas[73] – base da Doutrina Social da Igreja Católica – que até então influenciava filosoficamente os valores assumidos pela profissão. Cabe destacar que "os fundamentos e valores afirmados pelo neotomismo só têm

---

[71] Entendo como evolução alguns ganhos em direção a uma nova direção para o Serviço Social é que o Código de Ética de 1986 apontou como parâmetros para a compreensão de um novo perfil de profissional, "contrapondo, por exemplo, o princípio da contradição ao da harmonia/estabilidade, suporte dos códigos anteriores. Em contraste com a ideia da "neutralidade profissional", estabelece-se a clara noção de "compromisso", que se concretizou por meio dos deveres de "democratizar as informações aos usuários", "criar espaços para a participação nos programas e decisões institucionais", "denunciar falhas das instituições" e "contribuir na alteração da correlação de forças", de modo a viabilizar as demandas de interesses dos usuários." (PAIVA *et al.*, 2003, p.160).

[72] O Código de 1986 "foi o marco de ruptura com os anteriores e, por isto, é de fundamental importância. Entretanto, o código tem alguns equívocos, próprios das possibilidades históricas do momento em que foi elaborado." (BRAVO, 2009, p. 695).

[73] "O neotomismo repõe, sob novas determinações históricas, a filosofia tomista. Para esse pensamento filosófico de base teleológica, o princípio da existência de Deus, confere uma hierarquia aos valores morais, tendo em vista sua subordinação às "leis naturais" decorrentes das "leis divinas". A natureza humana é considerada a partir de uma "ordem universal imutável", donde as funções inerentes a cada ser apresentarem-se como necessárias à "harmonia" do conjunto social, cuja realização leva ao "bem comum" ou à felicidade geral." (BARROCO, 2003, p. 91).

sentido no interior de uma lógica que supõe a aceitação de determinados princípios absolutos [como]: a existência de Deus, de uma essência humana predeterminada à história e de uma ordem universal eterna e imutável" (CFESS; BARROCO; TERRA, 2012, p.43).

Os valores neotomistas presentes nos Códigos de Ética até 1975 expressavam uma posição "neutra" da profissão no sentido de que o sujeito é dotado de um livre-arbítrio. Ou seja, livre para escolher o seu destino. A base dos pensamentos de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino – que realizaram uma leitura da filosofia de Platão e Aristóteles à luz dos dogmas cristãos na Idade Média – refere a liberdade como a capacidade de escolhas do homem a partir de um referencial expresso por mandamentos e decretos anteriores e superiores ao homem, expressos nas leis naturais, as quais retratam a vontade de Deus. Daí para ser livre basta obedecer aos comandos divinos. Logo, tudo seria fruto de uma escolha do homem em relação a sua obediência ou não à lei divina.

Essa concepção de liberdade instrui as relações capitalistas e coloca os interesses da burguesia comparados ao de Deus, uma vez que esse segmento da sociedade seria fruto do reconhecimento das dádivas divinas, ou seja, a sua prosperidade está relacionada a sua dedicação ao divino. Um tipo de representação de Deus na Terra. O que se estabelece aqui é uma regra de que o homem é predestinado a ser rico ou pobre pelas leis do céu, não cabendo a ele, "pobre pecador", questionar a vontade de Deus e, portanto, deve se submeter às determinações de seu senhor.

Nessa guisa, colocar a liberdade[74] como elemento central, reconhecendo-a como resultado da atividade humana consciente capaz de responder às necessidades e criar necessidades, instaurando novas possibilidades de liberdade, seria assumir eticamente que o Serviço Social é contrário a uma coordenação e hierarquização que se reproduzem socialmente nas diferentes funções exercidas por cada ser, em relação às suas potencialidades dentro de uma ordem naturalmente pré-estabelecida.

O trabalho, que é uma capacidade humano-genérica desenvolvida apenas pelo animal homem, revela o ponto de partida genético da liberdade. Essa envolve decisões e alternativas, não isentas de determinismos, se constitui como característica única do ser humano que vive e

[74] O sentido que a liberdade ganha no Código de 1993 é inversa a dos demais códigos de ética do Serviço Social, pois o sentido dado "a liberdade não é apenas um estado ou uma condição do indivíduo, tomado subjetivamente, mas uma capacidade inseparável da atividade que o objetiva. A negatividade posta na liberação – de algo – apresenta, pois, um sentido positivo: ao liberar-se das limitações à realização do trabalho como atividade criativa, consciente e livre, o sujeito está livre para usufruir da riqueza humana" (BARROCO, 2003, p. 62).

age socialmente, sendo, portanto, condicionada social e historicamente. Seguindo esse entendimento, compreende-se que

> Os valores são produto do desenvolvimento social, funcionam como determinações de todo tipo de práxis e constituem o pressuposto objetivo para o dever ser que aciona o agir humano em resposta aos carecimentos, projetos e desejos. Lukács (1978) afirma que o essencial ao trabalho é que todo movimento é submetido a um dever ser; tanto os movimentos quanto os homens que o realizam devem ser dirigidos por finalidades determinadas previamente (DUAYER; SIQUEIRA; ECURRA, 2013, p. 23).

Nesta direção, o capitalismo assume o valor utilitário do trabalho em detrimento do ontológico e institui um processo de alienação que, ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, prende o trabalhador em uma relação de dominação alienante, cuja liberdade está na sua valoração como utilidade, coisificada[75], mercantilizada e não como humano. Romper com essa lógica não é fácil! Isso significa que projetar uma prática profissional que tenha objetivos postos em oposição aos valores capitalistas exige a construção de ações que desvelem a condição de bloqueio à manifestação da liberdade como verdadeiramente ela é. É colocar-se a favor de uma classe em detrimento da outra. O Serviço Social, ao sair em defesa da classe trabalhadora, reconhece o processo exploratório e alienante, ao qual essa classe é submetida, portanto, busca entender as relações sociais no cerne da relação de produção e desmistificar as estratégias de subalternização e exploração.

> Essa concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se proporcione aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. (CFESS, 2012, p. 22).

A partir desse debate o Serviço Social opta pelo estabelecimento de uma ética revolucionária que tem suporte valorativo na teoria política da revolução de Marx. Trata-se de uma ética dirigida teleologicamente para a emancipação humana, tendo por parâmetros a riqueza humana. Nessa direção, a liberdade é compreendida como *"capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar a realização objetiva das escolhas e para que novas escolhas sejam criadas."* (BARROCO, 2008, p. 28 – grifos do autor). Isso significa que o Serviço Social absorve novos valores que excedem ao utilitarismo[76] ou à predeterminação evocada pela ética cristã. Eles partem de uma concepção de mundo, de

[75] "A coisificação das relações humanas transforma escolhas, capacidades, sentimentos, afetos e valores em objetos de desejo e de posse." (BARROCO, 2008, p. 157).

[76] Utilitarismo no sentido de utilidade, isto é, o quanto satisfaz determinada necessidade humana.

homem e de liberdade compreendida à luz dos estudos de Marx, que afirma a liberdade como emancipatória, sendo expressão da manifestação da capacidade humano-genérica do homem. Capacidade essa que faz do homem ser homem, ou seja, quando ele expressa a racionalidade, a consciência, a capacidade de criar valores e de escolher entre eles, deixando de ser um animal para ser um ser social.

Nesse momento, o homem planeja as suas ações e sobre elas coloca objetivos com vistas a uma determinada finalidade, cuja consequência impactará não somente no homem, mas em todo o seu meio, revelando que ele é autor e produto de si mesmo, o que indica a historicidade de sua existência. Isso define que o que caracteriza o modo de ser do homem são as construções sócio-históricas que se interdeterminam de forma complexa e contraditória em seus processos de constituição (BARROCO, 2008).

Partindo dessa concepção e compreendendo a ética como modo de ser socialmente determinado, a "nova" visão ética assumida pelo Serviço Social trata o homem "como um ser resultante de relações sociais que não existem separadamente dos indivíduos reais, isto é, não se pode compreender os indivíduos isolados das relações sociais tampouco tomar as relações independentemente dos indivíduos que as realizam." (PAIVA *et al.*, 2003, p.167). Nesse sentido a *"ética marxista exerce uma função mediadora na luta social contra a ideologia burguesa, pois, fazendo parte das escolhas humanas, as ações éticas interferem, de algum modo, nos processos sociais."* (BARROCO, 2008, p. 214 – grifos do autor).

O marco ético de 1993 é um passo consciente tomado pelo Serviço Social, que se expressa no reconhecimento da liberdade como valor ético central e a democracia como valor ético-político direcionado a construção de uma nova ordem societária capaz de promover e assegurar a explicitação de valores essenciais como liberdade e equidade. "A defesa da equidade explicita os limites da liberdade burguesa; incompatível com a igualdade, a justiça social e a cidadania plena, pois a cidadania burguesa, no âmbito da democracia liberal, é suporte para a desigualdade." (BARROCO, 2003, p. 204).

Daí a importância da elaboração e aprovação de uma nova organização "em torno de um conjunto de princípios e deveres, direitos e proibições que orientam comportamento ético profissional, [oferecendo] parâmetros para a ação cotidiana e [definindo] suas finalidades ético-políticas" (CFESS, BARROCO; TERRA, 2012, p.53). Finalidades que devem estar expressas no compromisso profissional inquietante frente a sociedade burguesa, entendendo que cabe ao assistente social um posicionamento para além de ver a barbárie e não fazer nada. "É preciso perguntar se as escolhas éticas correspondem às necessidades históricas do presente e em que medida podem interferir nas lutas sociais: tarefa fundamental da crítica marxista" (BARROCO,

2008, p. 216). Essa nova organização ou elaboração do Código de Ética se constitui no processo de fundamentação de um instrumento que possibilita uma atitude crítica produzindo uma reflexão ética com apreensão histórica e crítica da realidade. Assim contribui para "desvelar as formas de ser ético-morais, os modos fetichizados da moral e da ética, rompendo com visões preconceituosas, mecanicistas, unilaterais, ampliando as possibilidades de enriquecimento das exigências éticas". (BARROCO, 2008, p. 216).

Trata-se, portanto, da construção da base de valores filosóficos que, nesse caso, tem como suporte uma ontologia do ser apoiada na teoria social de Marx, apreendendo a ética como parte constitutiva da práxis: uma ação prática e social mediada por valores e projetos derivados de escolhas de valor que visam interferir conscientemente na vida social, na direção da sua objetivação (BARROCO, 2003).

Em outras palavras, se fazia necessária a construção de um código de ética que ultrapassasse a condição normativa moral e expressasse os valores, pelos quais o Serviço Social se dispunha a defender. Valores a serem incorporados/absorvidos conscientemente pelos assistentes sociais, que assim guiados idealizam e produzem atividades como fruto de um processo de planejamento e reflexão, no qual, apesar de o resultado real distanciar do resultado ideal, o assistente social é capaz de realizar adequações intencionais do primeiro a partir do segundo. Isso significa que o assistente social por sua opção consciente produz ações com determinada objetividade e finalidade desenhadas por ele mesmo, tendo como base os valores éticos que o guiam. Assim, esse profissional manifesta a autonomia, não somente para a execução de uma determinada ação, mas para a projeção, organização, direção, avaliação e execução da ação.

Desta forma, é possível ao assistente social romper com a passividade que o subalterniza e se colocar como protagonista de sua ação profissional, sendo, portanto, um agente ativo, capaz de propor, criar e comprometer-se com as consequências de suas ações. Temos aqui a expressão de um profissional livre e autônomo que enxerga as mediações e vai para além do que está dado, rompendo (ou tentando romper) com a imediaticidade e não se detendo ao processo de alienação da moral. Ou seja, não apenas reproduzindo valores ou significados que dominam o cotidiano[77], mas refletindo sobre esses valores, resultando em comportamentos embasados em

[77] "A vida cotidiana é insuprimível: nela, o indivíduo se socializa, aprende a responder às necessidades práticas imediatas, assimila hábitos, costumes e normas de comportamento. Ao incorporar tais mediações, vincula-se à sociedade, reproduz o desenvolvimento humano-genérico, mas as formas dessa incorporação caracterizam-se por uma dinâmica voltada à singularidade, não à genericidade. (...) O cotidiano, portanto, propicia que o indivíduo se perceba somente como ser singular; ele põe em funcionamento todas as suas capacidades, paixões e motivações, coloca-se inteiro, mas somente no âmbito da singularidade." (BARROCO, 2003, p. 37 e 38).

princípios éticos fundamentados teórico-metodologicamente por meio dos quais operacionaliza técnicas e instrumentos em direção a uma finalidade específica: a da emancipação humana.

É no caminhar para a emancipação que a nova ética do Serviço Social vai operar, por isso, o Código de Ética de 1993 é um marco na construção de uma profissão rumo a ruptura com o conservadorismo. Ele vem afirmar os valores e os princípios, bem como materializá-los no dever e no direito. Portanto, a sua incorporação não depende apenas do entendimento da ética, mas da sua conformação como valor/princípio filosófico a ser seguido. Isso implica em um estilo de vida, de pensamento e de ação profissional, não sendo esses desconectados da condição de ser social. Logo, é impossível ser um guerreiro na luta contra o preconceito no âmbito da profissão e ao mesmo tempo expressar comportamentos preconceituosos, no cotidiano privado.

A ética revolucionária exige e contribui para uma construção histórica sólida da nova direção do Serviço Social e para a realização desses princípios de maneira a preparar os estagiários, residentes, os supervisores de estágio e demais assistentes sociais e alunos em formação a essa nova direção assumida pela profissão. Nesse propósito, é de grande importância a participação do conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social) na articulação de formas e construção de elos entre academia, campo sócio-ocupacional, entidades representativas da categoria, conselhos de direitos e representante das políticas sociais.

A ética profissional é um modo particular de realização da ética e uma das particularidades em que ela atua está na forma pela qual a profissão vem respondendo às necessidades sociais, portanto, assume formas específicas de colocar parâmetros para as respostas profissionais, fundamentar o projeto social de profissão e defender os valores, que se contrapõem aos valores capitalistas. “Assim, o grande salto que o Código de 1993 sustentou foi a afirmação do compromisso ético-profissional com valores emancipadores universais, não mais restritos aos interesses particulares de uma determinada classe” (ORTIZ, 2010, p. 199).

Cabe destacar que a ética moderna rompeu com a ética medieval e construiu um Estado laico, que priorizou o homem livre (no sentido capitalista), a emergência e a manutenção da burguesia, provocando profundas mudanças nas relações sociais e de produção. Consequentemente, gera fenômenos sociais, que exigiram a instituição de novas formas relacionais e de posturas remodeladas no sentido de minimizar a rigidez e ampliar a fluidez nas relações entre os homens.

A base da ética capitalista se estabelece no *ethos* burguês, que é o modo de ser capitalista. Um modo dirigido para e pelo mercado na produção de respostas às suas

necessidades. Este é fundado “em uma sociabilidade regida pela mercadoria, ou seja, em uma lógica mercantil, produtora de comportamentos coisificados, expressos na valorização da posse material e espiritual, na competitividade e no individualismo” (BARROCO, 2008, p. 157).

Nesse modo de ser, as relações humanas são valorizadas segundo a sua utilidade. O valor, em termos de utilidade material, sobrepõe os valores humanos, empobrecendo as necessidades que ampliam as forças essenciais do ser social, dando suporte a um tipo de individualismo ou super individualismo possessivo, que supõe o indivíduo como proprietário de si mesmo (BARROCO, 2008).

Correlacionando esse destaque sobre a realidade da sociedade burguesa com o movimento de hegemonia e a manutenção da ordem vigente capitalista no fim do século XX, podemos identificar uma intensificação desse modo de ser do capital, em especial no que tange aos padrões de organização de cultura e comportamento social. O movimento de reorganização do capital para superação da sua crise estrutural assenta na reestruturação das relações sociais no sentido de manipulá-las em direção aos interesses de expansão do capital financeiro em níveis mundial. O fenômeno da mundialização rebate diretamente sobre uma nova moral adotada nas relações Estado/capital/trabalho. Ele implementa formas mais fluídas de organização, logo, mais flexíveis, impondo contínuos padrões, nos quais os indivíduos e o Estado têm de se adequar para que a prosperidade do capital ocorra. Esses padrões, em muito, interferem sobre os direitos sociais e sobre aquilo que se compreende como liberdade e democracia, a partir da leitura de Marx.

O mesmo espírito que direciona o Estado a negligenciar e minimizar direitos sociais conduz os sujeitos a um tipo de cultura do eu, do consumismo, da imediaticidade valorizada pelo mundo virtual, que faz a translação da lógica do capital para o espaço cultural e para as práticas educacionais privadas. Isso reverbera na desqualificação da essência, na suplantação da universalidade, na desmobilização coletiva, na submissão da sociedade a uma solidariedade redentora e na solidificação da pós-modernidade. Essa última destroça as lutas e a busca da construção coletiva de consciência, pois reproduz uma recusa a qualquer tipo de debate, que relativiza a vida ao máximo e que, dentro dessa super relativização, não consegue estabelecer críticas e nem formar regras para guiar a sociedade. Com isso funda novas regras aos direitos humanos.

É nesse terreno de reorganização do capital, mudanças no Estado e na sociedade, que a Ética Renovada (ou nova ética) do Serviço Social emerge, como base filosófica de significação de valores, que colidem com os valores da ordem vigente, apontando um futuro de muitos desafios inerentes a ética profissional. Não se esquecendo que o Serviço Social é uma profissão

que nasce da e na ordem monopólica com a função de responder a determinadas necessidades do capital, principalmente àquelas ligadas ao controle da classe trabalhadora. Fato que denota que a nova posição ética da profissão a coloca no caminho ético em oposição aos valores da ordem que a criou, gerando em seu âmbito desafios, limites e potencialidades, que marcarão o Serviço Social do século XXI. Traços dessa marca já despontam nos fins do século XX, tais como a contradição entre interesses profissionais x interesses da sociedade burguesa; equidade x privatização e focalização das políticas públicas sociais; justiça social x flexibilização e precarização do trabalho; posições funcionalistas x posição críticas; trabalho determinado e trabalho autônomo, entre outras exacerbadas no século XXI.

Nota-se, portanto, que as mudanças no cerne da profissão, na verdade, são transformações subjetivas e objetivas que não só impactam na estrutura da ética profissional, mas atingem o *ser* assistente social, o sujeito usuário dos serviços que o assistente social atende e a instituição para a qual ele trabalha. Esta última, impulsionada pela imagem social da profissão, pela reorganização das políticas sociais e do capital, impõe ao profissional atividades miméticas típicas da alienação moral capitalista, que podem colocar em xeque a ética profissional renovada. Imposições guiadas por novos modelos de gerenciamento do trabalho, da coisa pública e da vida privada formatados em moldes pragmáticos impregnados de intolerância, irracionalismo e dogmatismos dos quais o Serviço Social ou outras profissões não estão imunes. A resultante disso é a perpetuação de uma moralização punitiva, que "supõe uma visão simplista que divide o mundo entre bons e maus, entre corruptíveis e incorruptíveis, identificados socialmente em personagens pela mídia" (BARROCO, 2015, p. 630).

Tal fato concretiza-se no exercício profissional na definição de papéis e na exigência de cumprimento de determinadas requisições, impondo uma rotina de trabalho sustentada por ações burocratizadas, condutas policialescas e de controle, mecanização dos processos interventivos, que apontam para soluções pragmáticas: "modelo de ação, técnica de autoajuda, regras de comportamento que prometem resolver imediatamente 'problemas' individualizados, abstraídos da história e de suas determinações objetivas" (BARROCO, 2015, p. 633). Por isso, o Código de Ética de 1993 foi elaborado em cima de duas preocupações centrais: a de

> ser um instrumento efetivo no processo de amadurecimento político da categoria e [a de ser] um aliado na mobilização e qualificação dos assistentes sociais diante dos desafios da sociedade brasileira, constituindo-se num mecanismo de defesa e da qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais e de garantia do exercício profissional, fornecendo respaldo jurídico a profissão. (PAIVA; SALLES, 2003, p. 180).

Contudo, isso não garante a eliminação do conservadorismo de forma absoluta, pois suas raízes estão para além da profissão e a afeta de forma veemente. O conservadorismo chega de forma sorrateira com máscaras de pluralismo, maquiado de luta em defesa da minoria, ornamentado por enfeites de discursos coletivos, interdisciplinar que ocultam a verdadeira face dos velhos costumes, que se mantêm vívidos no cotidiano do fazer profissional. Por isso, o Código de Ética não se configura apenas em um rol de normas a ser seguido ou em um livro que deve permanecer empoeirado na estante das salas de atendimento dos assistentes sociais. O Código expressa valores revolucionários, muito caros a profissão, os quais definem finalidades que norteiam tanto a formação como a prática profissional.

3.1.2. Nova legislação, grandes desafios

No marco legal, a Lei 8.662 de 07 de junho de 1993 revogou o Decreto 994 de 15 de maio de 1962, que aprovou a Lei 3.252 de 07 de agosto de 1957, que dispunha sobre a regulamentação do exercício profissional do assistente social. Essa nova lei constitui parte do conjunto de elementos que conformam a base do Projeto Ético-político da Profissão e contribui para a imagem real da profissão sem quaisquer vestimentas do passado.

A importância da Lei de Regulamentação para as profissões está na sua condição de organizar e regulamentar o exercício profissional nas diferentes áreas de atuação. “Na realidade, uma das principais funções das legislações profissionais [é a de] garantir pelo poder regulador do Estado o monopólio sobre a execução de determinadas atribuições e tarefas inerentes ao trabalho das profissões.” (FELLIPE, 2018, p. 30). Declara ainda as especificidades e a formação necessária para o desempenho das atividades profissionais, desmistificando as imagens errôneas e equivocadas, no caso do Serviço Social, espraiadas e divulgadas no cotidiano por outros profissionais, usuários e leigos sobre o fazer do assistente social.

A primeira Lei de Regulamentação do Serviço Social (Lei 3.252/1957) como profissão definiu os espaços a serem ocupados pelos assistentes sociais e regionalizou o exercício profissional, determinando “a distribuição dos espaços de formação no país e a consequente distribuição de conselhos regionais. Todo esse movimento respondia à nova conformação das relações entre capital e trabalho no cenário nacional” (SILVA, 2013a, p.36). Cenário esse que, na década de 1960, expressava um agravamento da questão social, a qual ganhou outras formas de enfrentamento; entre elas se destacam a construção de medidas de extensão na educação, a ampliação da previdência social, o barateamento de alimentos básicos, a expansão da legislação

trabalhista, o combate às endemias e programas de habitação popular (SILVA E SILVA, 2007). Em todas elas o assistente social era chamado a atuar.

Entretanto, o Artigo 1º dessa Lei definia o assistente social como profissional liberal da assistência social, ou seja, o conceito de profissão estava imbricado a uma determinada política social e/ou prática social de operacionalização distinta. A assistência social não se constitui como uma profissão, mas sim uma política social designada no cerne do conjunto de ações de proteção social como direito social – embora tal status fora reconhecido somente na Constituição de 1988. A ideia de ligar o assistente social à condição de profissional da assistência social impõe-lhe determinados estigmas, que reverberam nas relações institucionais e nas relações com outros profissionais e usuários, até hoje. Uma delas é o pensamento da não necessidade de formação específica para se formar assistente social e a outra relacionada à tecnificação da caridade. Também há aquela que atribui ao assistente social "o "passaporte" para o ingresso no aparato das exigências institucionais (SPOSATI *et al.,* 2007, p. 30), colocando sobre ele a única atribuição: de triagem socioeconômica.

Em outras palavras, na primeira Lei de regulamentação, o assistente social é aquele profissional que vai comprovar a condição de carência do sujeito definindo o seu mérito para receber ou não determinado benefício oferecido pela instituição. Ou ainda, "o assistente social é o profissional legitimado para atribuir o grau de carência do "candidato" a usuário e o Serviço Social é a tecnologia que dá conta da racionalidade desse processo" (SPOSATI *et al*., 2007, p. 30), portanto, o assistente social ganha o estigma de ser o profissional que distribui cesta básica.

Essa incongruência no tocante ao fazer do assistente social limita e não expressa a funcionalidade da profissão. Os artigos 2º e 5º apresentam o que é de caráter geral e específico do assistente social, mas são insuficientes na definição do objeto e da objetivação da profissão, restringindo-o ao elenco das atividades exclusivas e genéricas da profissão. No Art. 2º, "são atividades profissionais do Assistente Social aquelas cujo exercício determina a aplicação dos processos específicos de Serviço Social." (BRASIL, 1962). O que seriam esses processos específicos? Com o que o Serviço Social trabalha? Qual a sua funcionalidade e objetivos? No artigo 5º, também não conseguimos identificar nenhum fator que pudesse responder aos nossos questionamentos. Temos ali apenas as prerrogativas misturadas com as atribuições, que estão disseminadas em 5 atividades profissionais sem a distinção do que é uma ou outra (FELLIPE, 2018).

A palavra prerrogativa pressupõe determinado privilégio, direito, vantagem ou atribuição de um determinado grupo ou indivíduo. Isso significa que tais atividades arroladas são inerentes ao assistente social, mas elas se concentram em ações administrativas. Então o

que seria específico da profissão estaria apenas no âmbito das burocracias institucionais? Às prerrogativas e às atribuições são dadas os mesmos valores? Observemos:

> Art. 5º **São prerrogativas** do Assistente Social:
> I - Dirigir Escolas de Serviço Social;
> II - Ensinar as cadeiras ou disciplinas de Serviço Social e supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Serviço Social;
> III - Planejar e dirigir o Serviço Social, bem como executá-lo em órgão e estabelecimentos públicos autárquicos para estatais, de economia mista e particulares;
> IV- Assessorar tecnicamente assuntos de Serviço Social nos órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares;
> V - Realizar perícias, judiciais ou não, e elaborar pareceres sobre matéria de Serviço Social.
> Parágrafo único. Além do disposto no artigo, constituem **atribuições do Assistente Social**:
> a) integrar comissão examinadora de concursos e provas em cadeiras ou disciplinas específicas de Serviço Social, assim como representar congregação ou corpo de professores em conselho universitário.
> b) Participar de comissões, congressos, seminários e outras reuniões específicas de Serviço Social, como representante dos poderes públicos, da classe de órgãos e estabelecimentos de Serviço Social públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares. (BRASIL, 1962 – grifos nosso).

A não distinção entre prerrogativas e atribuições e o afunilamento de ambas as ações de cunho administrativo expressam a construção de um tipo de assistente social que não conversa com as propostas profissionais do Serviço Social Renovado. Assim, a manutenção da Lei de 1957 poderia resultar na absorção de uma "herança maldita" que, ao invés de romper, fortaleceria o vínculo conservador da profissão, uma vez que o aparato legal citado propaga a condição de subalternidade, aprofunda o legado confessional, estereotipa e desqualifica a prática profissional e restringe a profissão a condição técnico-científica, ocultando a complexidade de sua ação interventiva, investigativa e pedagógica.

O Serviço Social como profissão prático-interventiva inserida na divisão social do trabalho, reconhecidamente, assume funções e executa atividades para além de uma política social, de uma prática social voluntária e da mera execução técnico-científica de burocracias e determinações institucionais. O Serviço Social na sua perspectiva renovada se propõe a fazer a leitura da realidade social e sobre ela planejar, organizar, orientar e avaliar ações com objetivos e finalidades definidas a partir de determinados valores filosóficos. Portanto, a regulamentação da profissão deve sincronizar-se com os avanços e formas com as quais se redesigna.

A perspectiva crítica revolucionária do Serviço Social assenta a profissão em uma dimensão intelectual de composição teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional imbricada a uma dinamicidade crítica em movimento contínuo, que exige do assistente social uma preparação, capacitação e formação que alia conhecimento e práticas, sintonizando-se a

um fazer profissional que contribui "para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a molda." (IAMAMOTO, 2001, p. 63). Por isso,

> a aprovação de uma nova lei de regulamentação insere na agenda do debate contemporâneo do Serviço Social a necessidade de se apreender as particularidades do mercado de trabalho, e reconhece que o profissional, embora formalmente submetido à lógica do mercado capitalista deve ter clareza de seu papel na divisão social e técnica do trabalho, e, por conseguinte, dos compromissos éticos e políticos que deve, nesse contexto ratificar. (ORTIZ, 2010, p. 198).

Nessa direção, a Lei de Regulamentação, por seu arcabouço legal, em conjunto ao Código de Ética conforma-se em potentes instrumentos de fiscalização e defesa da profissão, o que exige a comunhão dos dois elementos, ou seja, muda-se o Código – valores emancipatórios – e muda-se a legislação – base legal que garante a prática desses novos valores. O arcabouço legal e o filosófico caminhando no mesmo sentido instrumentaliza o profissional às ações de defesa e de ataque nas lutas contra as contradições emanentes das relações exploratórias e desiguais na sociedade capitalista. Daí a necessidade de elaboração e construção de uma nova Lei de Regulamentação, o que ocorreu em 1993.

Nessa lei, se destaca o honroso papel dos conselhos – "enquanto órgãos que devem ser concebidos como de direito público, uma vez que defendem prioritariamente interesses da sociedade e da corporação profissional do Serviço Social, e não interesses individuais, privatistas ou corporativistas" (VINAGRE, 2009, p. 725). Os conselhos assumem a função normatizadora e atuam como tribunal superior de ética. Essa característica contribuiu para que a nova legislação altere a denominação CFAS para CFESS e CRAS para CRESS. Tal mudança tem como pano de fundo o reconhecimento das entidades como representantes da profissão, exigindo delas configurações que se coadunem com os novos rumos da profissão. Não se trata apenas de uma nomenclatura, mas de uma nova concepção para operar um modelo de gestão democrática apoiado por um corpo de trabalhadores, cuja qualificação e aperfeiçoamento são garantidos, consequentemente, capazes de lidar com os possíveis desafios a ser encarados pela profissão, a partir da sua opção por uma perspectiva revolucionária. Os conselhos também são responsáveis pelo protagonismo da "luta pela ampliação da visibilidade da profissão e de defesa de sua imagem por meio de peças de comunicação bem como pela ampliação dos espaços públicos e seu acompanhamento." (VINAGRE, 2009, p. 725). Ou seja, essenciais na desmistificação social da imagem e das funções e atribuições da profissão na sociedade capitalista.

Outra característica da Lei 8.662/93 é a ampliação da autonomia profissional quando os seus artigos 4º e 5º definem, respectivamente, as competências e atribuições profissionais, diferente do exposto na legislação de 1957. Assim, as competências passam a expressar "a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernente em função da capacitação dos sujeitos profissionais", ou seja, "diz respeito a capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa" (IAMAMOTO, 2013, p. 37).

Embora a legislação especifique a sua definição de competências, o processo de reestruturação produtiva iniciado nos anos 1970, no mundo capitalista, ganha forças no Brasil na última década do milênio, reverberando em duras realidades e novas requisições para os trabalhadores no século XXI. Também inaugura novas percepções envolto da dinâmica do trabalho, entre elas a de competências, que está atrelada a de 'capital humano' e à aptidão dos indivíduos para a resolução de problemas ou, no coletivo, como uma determinada equipe manifesta a capacidade de resolução de problemas complexos em contexto multidisciplinar. (RABECHINI JUNIOR *et al.*, 2011).

A exigência de competências, que também invadiu os currículos da formação de diferentes profissões, se trata de um conceito oriundo do discurso empresarial consolidado nos últimos anos do século XX, que ganhou grandes referenciais pelos economistas e sociólogos na França. Ele emerge como possível resposta à crise da noção de postos de trabalho e a de um modelo de classificação e de relações profissionais. A competência, nesse sentido, está relacionada ao conjunto de saberes e *know-how* construído socialmente por um trabalho de argumentação do grupo e reconhecidos como indispensáveis à produção de um bem ou de um serviço. (DUBAR, 1998).

Nessa perspectiva, a "competência" se refere a qualidades profissionais, que são capacidades prático-profissionais e saberes manifestos no exercício profissional. Assim, competente é aquele que domina a execução e a ela consegue conectar as suas habilidades e aptidões pessoais no desenvolvimento de suas atividades. Não podemos confundir, portanto, esse conceito de competência com o de qualificação. Esse último é multidimensional e pode estar relacionado a potencialidades operadas por um trabalhador nas situações de trabalho, sob as quais envolve as suas habilidades, competências, práticas e técnicas apreendidas no âmbito de sua formação profissional.

A competência pensada pela Lei de Regulamentação de 1993 distingue-se da concepção de competência acima apresentada e destoa da similaridade com as prerrogativas ou atribuições, assim como visto na legislação anterior. A lei 8.662/93 traz um entendimento de competência

como a capacidade do assistente social de executar e propor atividades em comum a outros profissionais por ter em sua formação genérica obtido tal conhecimento que não se trata especificamente da matéria, da unidade ou da área do Serviço Social.

Em suma, a competência do assistente social está atrelada ao conjunto de atividades, conhecimento e ações produzidas por ele, das quais tem conhecimento, mas não é objeto específico de sua profissão. A título de ilustração: o sr. "X", homem cis, adulto, branco, desempregado, fazendo uso prejudicial e abusivo de álcool e outras drogas, se encontra internado na unidade de saúde, sem documentos e referência familiar. Nessa situação, as expressões concretas da questão social se apresentam na forma de desemprego, abandono, ausência de documentação e alienação de realidade via uso de substância psicoativas. Para identificá-las foi necessário que o assistente social fizesse uma análise mais profunda e dialética. Para tal ele usou de suas bases teórica e técnica para desmistificar a situação posta, mas também buscou entendimento sobre a relação e os rebatimentos psicossociais produzidos pelo uso abusivo do álcool e outras drogas na realidade do usuário. O estudo da saúde mental não é específico do assistente social, mas passa por sua formação profissional, devido ao seu protagonismo nos dispositivos de saúde. Logo, o assistente social não estuda em específico a saúde mental, mas, ao estudar a política social de saúde mental e correlacioná-la aos determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais apresentados pelos usuários dessa política, se torna um profissional com competência para atuar nas nuances desse campo. Em outras palavras, se o assistente social não for capaz de reconhecer a relação bioquímica com o sujeito e o mundo, e a partir disso criar propostas de intervenção que ultrapassem as aparências demandadas, ele não manifesta a competência definida pela Lei de Regulamentação da Profissão. Consequentemente, se detém a respostas limitadas ao imediato e a mera reprodução pragmática de determinações institucionais ou da política.

Assim, a competência do assistente social se apresenta na capacidade de ele articular os seus conhecimentos sobre a realidade social com os de alienação por uso de substâncias psicoativas. São esses conhecimentos que engajarão o assistente social na articulação com a equipe de saúde e das demais políticas sociais. O estudo do uso de álcool e outras drogas não é objeto do Serviço Social, mas o seu conhecimento sobre a relação dos efeitos da dependência química dá ao profissional capacidade de instrumentalizar, orientar e assessorar a equipe de saúde sobre as necessidades do referido sujeito.

A competência do assistente social é uma capacidade que ele apresenta em articular conhecimentos generalistas direcionados aos profissionais de nível superior, que possibilita o assistente social a

> I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
> II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
> III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
> IV - (Vetado);
> V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
> VI - Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
> VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
> VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
> IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
> X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
> XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, 1993, art.4º).

Nessa direção, a competência é base para o assistente social articular conhecimentos generalistas com os específicos da profissão para produzir ações reflexivas, que não se restringem a méritos individuais como aquele posto pelo mercado de trabalho, que outrora vimos, mas expressa o "resultado de um projeto que se constrói coletivamente nos serviços, que se retroalimenta da produção intelectual da profissão e da sua organização político-profissional" (MATOS, 2015, p. 691).

A Lei de Regulamentação da profissão de 1993, diferente da de 1957, especifica as atribuições privativas do assistente social sem se perder nas conjunções com as prerrogativas. O interessante dessa Lei é que o artigo 5º, que trata sobre as atribuições privativas, assim como o artigo 4º, que trata das competências profissionais, não se atém apenas na provisão de uma lista de atividades a ser executa especificamente ou não pelo assistente social. A Lei 8.662/93 busca por meio de um elenco de atividades provocar a reflexão do assistente social sobre o que delimita o caráter da atividade enquanto privativa. Além dessa reflexão interna, os artigos da lei buscam

> A defesa das prerrogativas profissionais e o debate sobre o fato de outras profissões e/ou ocupações estarem, em tese, assumindo o que era historicamente realizado pelo Serviço Social, avançará, sim, com um posicionamento dos órgãos de fiscalização da profissão. Mas a realidade não se restringe apenas às normas e às leis: é na prática que se materializa o que é, legitimamente, campo de intervenção de uma

> profissão. Assim também a ação crítica e consciente de profissionais é fundamental. (MATOS, 2015 p. 691

Portanto, o ponto de partida impulsionado pela legislação é a reflexão e clareza sobre a "função social da profissão: o seu trato com as diferentes expressões da questão social. Aqui então se desconhecem todas as possibilidades fora desse circuito, como o Serviço Social Clínico, que psicologiza a desigualdade social". (MATOS, 2015, p. 690). Desta forma, a lei opera em defesa e orientação do Serviço Social na sua atuação e existência como profissão, fundamentada em arcabouço ético-político e elucida "uma questão que não pode ser tributada de imediato ao texto legal, porque cabe ao conjunto desses profissionais especializados esclarecerem a partir de sua formação teórica, técnica e ético-político" o que é o ser e o fazer do assistente social. (IAMAMOTO, 2013, p. 38). Em outras palavras, não é a lei que traz o reconhecimento social da profissão, mas sim as posturas e o engajamento dos assistentes sociais no desempenho de seu compromisso com a luta dos trabalhadores a favor da construção de um tipo de sociedade menos arbitrário e desigual. Logo, a imagem refletida no espelho da sociedade depende do tipo de vestimentas que o assistente social quer vestir: a de guerreiro da luta, aquele que se sintoniza com as propostas renovadoras do Serviço Social ou a de um missionário nas cruzadas, aquele que perpetua a tradição confessional e positivista da profissão.

A Lei de Regulamentação (1993) também traz um entendimento sobre matéria, unidade e área de Serviço Social, que se refere ao campo das atribuições privativas. Com base em Caldas Aulete (1958, *In* IAMAMOTO, 2013, p. 39), "matéria diz respeito a 'substância ou objeto ou assunto sobre o que particularmente se exerce a força de um agente'". Sendo assim, o Serviço Social, guiado pela matriz crítico-dialética, encontra na questão social e em suas múltiplas expressões o objeto sobre qual incide ação, meios ou instrumentos de trabalho e de pesquisa (IAMAMOTO, 2001).

Os conceitos de área e unidade se distinguirão do de matéria, porque o primeiro "refere-se ao campo delimitado ou âmbito de atuação do assistente social" e o segundo "compreende a ação simultânea de vários agentes que tendem ao mesmo fim" ou "agrupamento de seres individuais, considerados pelas relações mútuas, que existem entre si, pelos seus caracteres comuns, suas mútuas dependências" (CALDAS AULETE, 1958, *in* IAMAMOTO, 2013, p. 39). Desta forma, a Lei define o espaço sócio-ocupacional do assistente social. Esse espaço "não pode ser tratado exclusivamente na ótica das demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade." (IAMAMOTO, 2009, p. 344).

3.1.3. Diretrizes: as bases de uma formação crítica

O terceiro elemento que solidifica o Projeto Ético-político da profissão são as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Essas vão tratar da formação do assistente social, portanto, significam "*uma proposta de formação profissional consolidada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais"*. (IAMAMOTO, 2001, p. 168 – grifos do autor). Em outras palavras, a formação profissional deve se sincronizar às mudanças radicais dos fins do século XX. "O desafio é, pois, garantir um salto de qualidade no processo de formação profissional dos assistentes sociais" (IAMAMOTO, 2001, p.169).

Tal maturidade na proposta de formação exige alguns esforços do Serviço Social. Um deles é o de realizar um balanço da profissão e conectá-la às novas realidades espraiadas nas densas mudanças provocadas pelas estratégias capitalistas de enfrentamento da crise estrutural em nível mundial. Daí emerge

> a necessidade de manter e aprofundar a direção social estratégica presente na profissão – tanto em sua formação quanto no seu exercício e fiscalização – a partir da incorporação dos pressupostos da Teoria Social Crítica como matriz formativa dos assistentes sociais brasileiros, e de ressignificação da profissão como um produto da história e não como "evolução da caridade", da "racionalização da assistência", dentre outras concepções da profissão que historicamente pautaram a trajetória do Serviço Social no Brasil. (ORTIZ, 2010, p. 201).

Trajetória essa que se inicia na década de 1930 na implantação de um curso só para mulheres, provenientes da burguesia, que tinha como referência os ensinamentos da Igreja Católica fundamentados no neotomismo reverberados em orientações moralizadoras voltadas ao adestramento, via padrões comportamentais que visavam a adequação da população; portanto, marcada por uma formação acadêmico-profissional reformista-conservadora.

> Assim tínhamos uma formação que buscava dar bases teóricas e doutrinárias para o profissional a fim de capacitá-lo a compreender a realidade social com um olhar voltado para a dita normalidade, as disfunções, perturbações e patologias às quais os indivíduos estavam sujeitos para que o profissional pudesse intervir na cura, ajustamento e adequação destes às normas sociais e aos padrões de normalidade instituídos, corrigindo todos e quaisquer desníveis e disfunções, tendo por base os princípios cristãos na moralização da sociedade. (CARDOSO, 2016, p. 438).

Tais referenciais de origem europeia deram lugar a uma tecnicidade importada das escolas norte-americanas, que partícipe dos propósitos de expansão da hegemonia capitalista

americana – não somente no âmbito do Serviço Social –, engendrava um modo estadunidense de ser e agir no Brasil.

Nos anos 1960 e 70, a ditadura civil-militar redesenhou o cenário da educação brasileira em relação ao processo de subordinação à lógica dominante capitalista com a proposta de combate à pobreza. Tal proposta não passa de uma maquiagem que esconde a verdadeira face do elemento de ampliação da hegemonia capitalista, que ara um terreno para a fertilização de iniciativas[78] de financiamento estrangeiro da construção de infraestrutura escolar e de treinamento, o que se estendeu até a década de 1980, cuja centralidade se sustentava na educação como setor fundamental para o combate à pobreza (PEREIRA, 2021).

Castro (2008, p. 242), com base no pensamento de Jenks, afirma que "qualquer estratégia centrada na igualdade educacional, visando gerar igualdade de oportunidade, tenderá ao fracasso". As reformas educacionais com base no combate à pobreza só terão êxito se elas atacarem diretamente a renda como fonte de desigualdade, pois "a pobreza não é herdada; há evidências de que as pessoas não ascendem socialmente somente apenas porque possuem um nível adequado de conhecimento; e nada confirma a tese de que a educação reduza a desigualdade" (CASTRO, 2008, p. 242).

Enquanto isso, no Serviço Social, o modelo importado parecia insuficiente para a realidade brasileira, suscitando questionamentos e debates em torno da temática que, por fim, buscava romper com a matriz positivista conservadora, até então prevalente no Serviço Social. A matriz positivista dava um ar de cientificidade à profissão amalgamando-a à perspectiva conservadora sintonizada ao projeto societário vigente de modernização e combate à pobreza. Na verdade, o que tínhamos era a "aproximação com o positivismo e a ideologia desenvolvimentista, na busca de uma cientificidade e da preparação técnica para o 'fazer profissional'." (CARDOSO, 2016, p. 438). O *Social Work*, com a sua trilogia: caso, grupo e

[78] Vale considerar que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), criado em 1959, com o objetivo de materializar-se como instituição organizadora do desenvolvimento da América Latina e Caribe, se preocupava com o avanço do comunismo na região e a contenção da insatisfação da população latino-americana deflagrada pela intensa desigualdade social; também com o desencadeamento da crise capitalista de 1929. Assumindo a função de financiar a Aliança para o Progresso, o BIRD usava do Fundo Especial Interamericano para o Desenvolvimento Social como recurso para os programas criados pelos EUA. Esses configuraram um projeto de assistência ao desenvolvimento do continente latino-americano de atração voltada a suplementação do capital dos países em processo de industrialização, o combate ao comunismo na região e a organização sistemática de assistência técnica e financeira ao empresariado. Essa direção se aliava às propostas da teoria do desenvolvimento da CEPAL, cuja história vincula-se ao controle econômico, cultural e político dos países dependentes, os quais tinham de cumprir as exigências e condicionalidades travestidas no discurso das assessorias técnicas, configurando-se, dessa forma, como um formulador e difusor da pedagogia do capital. (TUÃO, 2020).

comunidade, fundava uma proposta[79], notadamente conservadora, mantendo a sua hegemonia até a década de 1980, quando se aprova um novo currículo para o Serviço Social, coadunado ao Método BH. Esse novo currículo se estrutura na base crítica que aponta a direção para a profissão expressa nas Diretrizes de 1996.

Cabe o destaque de que o *Social Work* se constituiu como estratégia para o desenvolvimento capitalista no sentido de prevenir revoltas e revoluções sociais em países capitalistas dependentes. A lógica se referia à segurança, ou seja, o estabelecimento de um padrão para o desenvolvimento, por meio de investimentos em grupos sociais focalizados em situação de extrema pobreza, buscando uma melhoria no 'capital humano'. Com isso, propiciavam uma incorporação tardia do conceito de 'capital humano' com adoção do princípio da focalização, o que significa investimentos nos indivíduos contra qualquer consideração redistributiva.

A conjuntura histórica dos fins dos anos 1970 e início dos 80, demarcada por uma crise econômica mundial que impactou na Ditadura Militar e na organização política da sociedade brasileira, aliada ao movimento interno do Serviço Social de conexão do exercício profissional com a dinâmica social vigente, vincula muitos dos assistentes sociais às lutas e aos movimentos democráticos da época. Isso proporciona a base para o Serviço Social emplacar uma direção intelectual e política em busca da ruptura com o conservadorismo, consequentemente, a identificação da necessária mudança do currículo para a formação acadêmico-profissional. Era preciso discutir o direcionamento da profissão e o seu desenvolvimento no interior das relações de classe. Assim compreendidas, a partir das influências da tradição marxista que a algum tempo se apresentava ao derredor dos debates universitários no Serviço Social.

O currículo aprovado na convenção da ABEPSS, de 1982, já apresentava mudanças favoráveis a ruptura. Uma delas se refere à "análise histórica do significado da profissão, no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, [de onde] se desvelaram as implicações sociais da prática profissional em suas contradições fundantes" (ABESS/CEDEPSS, 1996,

---

[79] Conforme os estudos de Cardoso (2016), nas escolas de Serviço Social paulista "a formação acadêmico-profissional esteve vinculada ao pensamento social da Igreja Católica em sua perspectiva conservadora e a busca de consolidação do Serviço Social como profissão, entendendo a necessidade da criação de metodologias próprias de atuação na procura de bases cientificas e técnicas para o seu desenvolvimento com suporte da teoria positivista, considerando um "arranjo teórico-doutrinário". Tal projeto político-pedagógico marcou fortemente a profissão e o trabalho profissional, construindo uma identidade do Serviço Social atrelada à caridade, ao assistencialismo e ao paternalismo. Marcou também a constituição de um *ethos* (modo de ser) profissional conservador que compreendia o papel do assistente social na busca da harmonia, do ajuste e da correção dos "desequilíbrios" e "desajustes" dos indivíduos e famílias. Identidade e *ethos* que mantêm suas raízes até os dias de hoje, tendo, no entanto, perdido sua hegemonia enquanto projeto profissional e sua expressão na formação acadêmico-profissional a partir dos anos 1980" (p. 444).

p.147). Essa análise deve-se à aproximação com a tradição marxista, que fundamenta um novo direcionamento ao fazer profissional, a qual passa a ser coetâneo a realidade social, tendo como base a leitura crítica dessa realidade, possibilitando ao assistente social desenvolver o movimento dialético de refletir/agir/refletir.

Nessa direção, o Serviço Social pôde avançar em sua produção teórica, possibilitando um "salto para fora" nas palavras de Iamamoto (2001), o que coloca a profissão no rol das Ciências Sociais Aplicadas e como produtora de determinados conhecimentos científicos[80]. Cabe ressaltar que os "louros" desse salto se deve muito à ampliação promissora dos programas de pós-graduação[81], nos anos 1980, cujas pesquisas proporcionaram verificar

> em 1982, o reconhecimento oficial da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), abrindo linha específica para financiamento de pesquisa e constituindo um comitê assessor próprio para a avaliação dos projetos apresentados por assistentes sociais pesquisadores. (SILVA, 2007, p.41).

Todavia, "o processo de implantação do currículo de 1982 [expressou] uma insuficiente apreensão do método crítico-dialético, cujas categorias não são apreendidas como modos de ser da realidade sócio-histórica", evidenciando a necessidade de uma revisão curricular, a qual ocorrerá na década seguinte (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 148). A proposta que buscava uma redefinição da profissão não alcançou o sucesso pretendido e ao invés de conectar a profissão ao movimento da sociedade, mesmo que inconscientemente, gerou um afastamento. "Em outros termos, a busca de qualificação teórica, engajamento político e a construção de respostas imediatas para o trabalho profissional não foram acompanhadass de um esforço equivalente de pesquisa sobre as problemáticas com as quais se defronta o Serviço Social." (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 151). O Serviço Social prioriza o Estado e as políticas sociais,

---

[80] "Nesse período, os autores latino-americanos ainda são responsáveis pela maioria da produção escrita que circula em toda a América Latina, com as publicações das Editoras ECRO e Humanistas, adotadas amplamente pelos cursos de Serviço Social no Brasil. Todavia, no contexto da ruptura, que se situa a partir de 1979, verifica-se que o CBCISS – que publica a revista Debates Socias e a coleção de Temas Sociais – algumas publicações das Editoras Agir, Francisco Alves e Vozes, então em circulação, ou mesmo a literatura latino-americana, não são suficientes para subsidiar as novas inquietações que se colocam no âmbito do Serviço Social brasileiro; coloca-se, então, a necessidade de um espaço para a divulgação de um pensamento emergente no Serviço Social, sendo criada, em 1979, a Revista Serviço Social & Sociedade, por sugestão de um grupo de assistentes sociais de São Paulo, contando com o suporte da Editora Cortez & Moraes, hoje Cortez Editora, que também inicia a sua estruturação passando a se constituir num espaço para a publicação de livros que surgem sobretudo, como o avanço da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil, permitindo produções e debates intelectuais mais sistematizados em âmbito nacional." (SILVA, 2007, p. 41).

[81] No ano de 1981, começou a funcionar o primeiro curso de pós-graduação no nível de Doutorado em Serviço Social, sediado na PUC São Paulo.

por isso, nomeia as resultantes de determinações históricas como “novas demandas” que necessitam de um suporte profissional para o seu enfrentamento, que ainda não era concretamente identificado no interior da formação, emergindo a ideia de que a ação profissional *“se faz sobre a realidade e não na realidade* (...) colocando grandes desafios para a formação e o exercício profissional nos anos 90.” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 151 – grifos do autor).

A formação profissional deve ser capaz de sintonizar o assistente social com a realidade social, portanto, deve produzir uma habilitação técnico-operativa articulada à intencionalidade e à direção social da profissão, de maneira a estimular a sistematização da prática profissional, construindo uma base analítica e empírica da realidade social. Tal base capacita o assistente social para a proposição de ações competentes, críticas e criativas na realidade vivenciada pelos sujeitos sociais. Assim como manuseia o domínio de informações atualizadas sobre a instituição, a política, o Estado e a sociedade, sendo habilitado a condição mediador e socializador de informações.

O palco no qual a década de 1990 protagonizava o seu teatro já listava desafios que a formação proposta pelo currículo de 1982 não daria conta. O relatório da ABEPSS publicado em 1991, com a resultante da pesquisa “Avaliação da formação profissional do assistente social brasileiro pós novo currículo: avanços e desafios”, em seu parágrafo final interrogava:

> até que ponto o assistente social formado dentro da perspectiva e da dinâmica do Novo Currículo tem sido capacitado para desenvolver uma prática profissional de uma nova qualidade, capaz de superar os limites históricos do Serviço Social, atendendo de forma consciente e consequente às demandas emergentes no atual jogo de forças da sociedade brasileira? (ABESS, 1991, p. 144).

Apesar de tal questionamento ainda ser contemporâneo a profissão, as buscas por respostas nos seminários e oficinas promovidos pela ABEPSS ao longo da década de 1990 evidenciaram os debates sobre a relação entre pluralismo e hegemonia e a discussão da categoria trabalho, reafirmando o fazer profissional como uma dimensão concreta do trabalho e como atividade unicamente humana. As polêmicas em torno do currículo avançaram de modo a alcançar a “compreensão do significado do que vem a ser um eixo do currículo: algo que expresse a profissão e a realidade social.” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p.148). Daí, o entendimento da questão social como eixo fundamental do curso de Serviço Social se coloca como fruto dos debates acerca da relação entre profissão/realidade sob a ótica das relações sociais no cerne da sociedade capitalista e da dimensão contraditória das demandas do Serviço

Social. Tais como, ao mesmo tempo que o assistente social atua sobre as consequências da relação capital x trabalho, ele, como trabalhador sofre com elas.

Nesse sentido, "sendo o assistente social sujeito do trabalho, os resultados da ação passam necessariamente pelo universo de valores incorporados na trajetória de seu processo de socialização (...), o que exige da formação não somente uma dimensão informativa, mas formativa." Assim, a prática profissional se "configura como forma de trabalho e a formação profissional como um processo de qualificação teórico-metodológico, técnico e ético-político para o exercício dessa especialização do trabalho coletivo." (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 163). Como trabalhador assalariado, a direção do projeto de profissão do Serviço Social deve atrelar-se ao projeto social, historicamente, construído pelos trabalhadores.

> Mesmo que a sua realização seja sempre permeada por limitações inerentes à condição de uma atividade profissional, o caráter contraditório da realidade e do próprio trabalho do assistente social também comporta um conjunto de possibilidades que lhe permitem contribuir na superação da ordem burguesa. (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 165).

Esses avanços contribuem significativamente para a reforma curricular, aprovada e constituída para o Curso de Serviço Social promulgada pela ABEPSS (antiga ABESS), no ano de 1996. Nesse mesmo ano, as estratégias de flexibilização para a educação se tornam legitimadas com a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LBD), a qual acabou com os currículos substituindo-os por Diretrizes Curriculares[82].

A aprovação dessa lei pode ser considerada um avanço, pois em seus princípios e finalidades repete a lógica constitucional de educação como "direito de todos e dever do Estado e da família, [que] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988, art.205). Ou seja, um modelo de educação para além da casa e da escola, envolvendo a sociedade no compromisso com a educação. Entretanto, nela permanecem muitos ranços do passado, reforçando o histórico de subordinação aos interesses dominantes, dando notoriedade à divisão de classes e dos papéis sociais, culturais, econômicos e políticos de cada segmento dessa sociedade. (DEMO, 1997).

---

[82] "Todas as medidas previstas na LDB – exame nacional de cursos, mestrados profissionalizantes, substituição de currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais, ensino a distância em todos os níveis – seguem as diretivas do Protocolo de Bolonha, no sentido da privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino e de reconfiguração das profissões." (BOSCHETTI, 2015, p. 645).

O foco da educação nas necessidades do mundo do trabalho conduz um modelo de formação empresarial, que visa adaptar os sujeitos às novas exigências do mercado de trabalho. Estabelece aí a formação de um novo tipo de trabalhador emoldurado pelas transformações produtivas correntes no mundo do capital. Logo, a formação desse sujeito não pode ser separada do processo de extensão para o conjunto da sociedade, daqueles conteúdos e práticas – comportamentos e atitudes – que passam a nortear a vivência de tal trabalhador no interior da dinâmica produtiva e no seio da qual ele encontra-se inserido. Esse novo tipo de sujeito educado como força de trabalho é capturado em seu corpo, alma e espírito, tornando-se subalterno às relações de classe, dificultando, ou mesmo inibindo, a construção de sua consciência de classe, compreensão do mundo e resistência.

Tal característica assumida pela educação brasileira e expressa na LDB é um dos elementos que compõe as amarras do passado, as quais mantêm a educação relativamente obsoleta, pois as modalidades de ensino se constituem como formas traduzidas de influências internacionais, portanto, pouco refletem a realidade brasileira. Outro ranço, nessa essa lei, é a resistência à "velha universidade", dando novos sentidos ao tripé ensino, pesquisa e extensão, visando o autossustento das universidades, que passam a basear-se em visões equivocadas de aprendizagem, na confusão quanto ao conceito de autonomia e na depredação da assistência estudantil (DEMO, 1997).

No cenário mundial, os anos 1990 foram palco para a criação da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, financiada pela Organização das Nações Unidas pela Educação (UNESCO) com a função de refletir sobre a educação e a aprendizagem no século XXI. Verifica-se também, nesses anos, eventos e documentos da UNESCO sobre o Ensino Superior, traçando recomendações e orientações como respostas à preocupação com a expansão do ensino superior na América Latina. As resultantes envolviam processos permanentes de avaliação e de gestão ágil e flexível.

Em 1995, um ano antes da aprovação da LDB, o Banco Mundial apresentou uma análise das experiências de educação nos países em desenvolvimento, destacando o "diagnóstico" de crise da educação protagonizada pelos altos gastos do Estado, em especial no Ensino Superior com o financiamento da assistência estudantil, indicando como proposta "resolutiva" a reorganização da administração do fundo público. Logo, um redirecionamento da proteção social estatal para a iniciativa privada, burlando, no caso brasileiro, o compromisso com a educação forjado na Constituição Federal de 1988. Além de reeducar a sociedade para, paulatinamente, assumir a responsabilidade, que legalmente pertence ao Estado, configurando a cidadania como uma responsabilidade individual e não coletiva. Com isso, implanta-se um

modelo de governança da coisa pública pautada na privatização e na focalização, pilares do neoliberalismo. Essa direção internacional compreende "o Estado eficaz [como] aquele que atua como parceiro do capital, devendo criar e garantir as condições ótimas para a maximização do lucro privado" (PERREIRA, 2021, p. 6). Isso significa uma boa governança entre atores públicos e privados, slogan geral da campanha, que aglutinava as políticas, as técnicas e os saberes, necessários para impulsionar e dirigir a mudança social dentro dos Estados sem o exercício de controle político direto.

Nessa égide, reaparece o debate sobre a educação como elemento de combate à pobreza e o Brasil incorpora uma concepção de "educação para todos" cerceada a um tipo de escola pública voltada para a população pobre que responde às condicionalidades de programas sociais, cuja permanência do benefício depende da manutenção da criança na escola. De fato, isso aumentou a inserção de crianças na escola, porém, não garantiu a permanência nem mesmo a qualidade da educação ministrada[83].

A proposta seguida pela política social que soma "inclusão" à "redução da pobreza" redefine os gastos públicos, deliberando critérios focalizados que fomentam a divisão clássica da sociedade capitalista: para os pobres educação pública precarizada e para os que podem pagar educação privada de qualidade relativa à capacidade monetária de investimento de cada sujeito. Aqui se destaca os princípios de descentralização e focalização que orientam a política pública na formatação de um comportamento negligente do Estado em nome de uma formação de "capital humano"[84] competitivo para o mercado globalizado. O que suscita grande preocupações, principalmente no tocante ao Ensino Superior, "a nova tendência de pós-graduação, no Brasil, investe em capital humano estruturado em bases técnicas para forjar uma força de trabalho demandada pelo mercado globalizado". Também, o princípio de privatização como mecanismo eficiente de redução de gastos públicos (CASTRO, 2008, p. 246).

---

[83] Oliveira (2020) afirma que o montante de alunos na escola pública é maior do que das escolas privadas, mas a qualidade dos serviços é inversamente proporcional à primeira fração. Esse é um traço claro da política social voltada para a população mais pobre como estratégia de melhoria de "capital humano", promovendo uma elevação da produtividade nas relações de mercado, em contrapartida uma diminuição no arcabouço intelectual e formacional desse trabalhador. Ou seja, um número grande de matrículas que expressam uma grande inclusão de crianças e adolescentes na escola, que geram índices educacionais que ocultam a cilada de propostas como a de progressão automática.

[84] No item anterior, realizamos o debate das competências e a relação com o 'capital humano'. Esse debate esclarece que em nome de valorização do "capital humano", o processo de formação é individualizado e extrapola a base de qualificação, pois coloca o sujeito como apto ou reprovado conforme o desenvolvimento de suas habilidades entrelaçadas a sua aptidão pessoal.

Outro elemento já destacado é a Declaração de Bolonha[85] (1999), que objetiva a unificação das universidades na Europa, defende uma renovação e reformulação do Ensino Superior, impondo a tendência mundial de privatização da educação como estratégia para expansão do acesso ao nível superior, inclusive no Brasil.

Todas essas transformações na educação, com destaque para o Ensino Superior, por um lado classifica as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, para o curso de Serviço Social, como um elemento oposto às novas tendências educacionais, suscitando grandes desafios para a formação. Por outro, as Diretrizes Curriculares revelam que o Serviço Social encontra o seu "lugar ao sol", ou seja, alcança a compreensão do seu significado social e se conecta às lutas dos trabalhadores, o assistente social se reconhecendo como trabalhador, portanto, assumindo determinados valores éticos e políticos em defesa de um projeto societário, no qual as contradições capitalistas e os interesses privados poderão dar lugar à coletividade e à emancipação humana.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, de 1996, indicam a necessidade de o assistente social compreender a formação do ser social, as relações sociais e a centralidade do trabalho, para que o profissional alcance o domínio de um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que, a priori, reconhecem "o Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais". (IAMAMOTO, 2014, p. 617). Além de dar a base para

> a análise da emergência e desenvolvimento da sociedade moderna – a sociedade burguesa –, o papel do trabalho no desenvolvimento da sociedade e da consciência humanas, a compreensão teórico-sistemática do Estado e da política, das classes dos grupos sociais, das formas de consciência e representação da vida social, ideologias etc. (IAMAMOTO, 2001, p. 72).

Nesse quesito, as Diretrizes Curriculares destacam quatro elementos importantes, na sintonização desse "novo" Serviço Social aos traços da contemporaneidade:

---

[85] "Em 19 de junho de 1999, a cidade de Bolonha acolheu 29 ministros da Educação europeus, e na Declaração de Bolonha ficaram consagrados princípios fundamentais que já haviam sido esboçados na Declaração da Sobornne: legibilidade e comparabilidade dos diferentes graus acadêmicos (graduação e pós-graduação) atribuídos pelas universidades europeias incluindo diplomas complementares; organização em três curtos ciclos de estudos: três anos para licenciaturas/graduação, dois para mestrados e três para doutorado, com acesso direto e rápido; estabelecimento de um sistema de créditos passível de ser validado em todos os países da União Europeia; promoção da mobilidade dos estudantes, professores e investigadores; cooperação europeia para 'garantir qualidade do ensino, formação e investigação', e com estabelecimento de sistemas comuns de avaliação." (BOSCHETTI, 2015, p. 643).

> a) O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
> b) A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
> c) O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
> d) O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 7).

Daí a necessidade de sintonizar o Serviço Social com os tempos atuais e entender como os reflexos dos movimentos internos e externos à profissão interferem na condição de seus propósitos societários. Uma vez que os compromissos nobres e revolucionários levam a profissão ao ápice de seu significado social, ganhando a sua identidade própria. Entretanto, grandes mudanças trazem consigo fortes desafios que, no cenário do século XXI, podem simbolizar espinhos que poucos conseguirão suportar, reproduzindo outras formas de Serviço Social, como por exemplo o autodenominado Serviço Social Libertário[86].

O século XXI se introduz com uma complexidade conjuntural de onde se aponta os principais dilemas e pelejas, erros e alternativas, para os quais nem Estado, nem sociedade e muito menos o indivíduo estão preparados para lidar. Desde o início dos anos 2000, nota-se profundas transformações no enfrentamento das expressões da questão social, efetivando, não somente um apelo, mas a responsabilização da sociedade civil no trato das mazelas do capital. Isso reverbera na forma de execução e nos objetivos das políticas sociais, impactando o Serviço Social tanto na dimensão da sua formação como na de sua prática profissional.

As mudanças contemporâneas na sociabilidade capitalista requerem do Serviço Social – da formação, do fazer profissional e da organização política da categoria – uma conexão com os elementos que comportam a realidade do novo século nos seus aspectos de produção e reprodução da vida social. Nessa guisa, destaca-se o papel das políticas sociais e a sua

---

[86] "Serviço Social Libertário, propõe-se uma reforma nos fundamentos teóricos do Serviço Social brasileiro, sugerindo que não haja referência ao marxismo. Assim, separa-se a profissão do direcionamento político, entendendo a direção teórica, política e ideológica como individual, e não da categoria profissional" (MORCH; LEWGOY, 2021, p. 124)

importância na formação e na prática profissional. Sendo as políticas sociais impactadas pelas mudanças contemporâneas do Estado, o Serviço Social, que as utiliza como instrumento interventivo, também é pressionado a assumir determinados parâmetros que se opõem aos valores e aos princípios que o norteia. Por isso, as duas primeiras décadas desse milênio representaram "dias de lutas, mas também dias de glórias" para uma profissão que ousa se opor ao sistema que a criou.

3.2. Projeto Ético-político do Serviço Social e o cotidiano profissional

Como já assinalado, o projeto ético-político do Serviço Social é uma perspectiva revolucionária de sociedade, que exige da profissão a adoção de estratégias sociopolíticas expressas na posição e ação profissional que se some à luta mais ampla dos trabalhadores em oposição aos ajustes neoliberais e à barbárie capitalista. Consiste em um projeto profissional crítico à sociedade burguesa como resposta a "demanda dos segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelo assistente social, e não apenas uma condição de grupos ou coletivo profissional" (GUERRA, 2007, p. 9). Portanto, falar da realização do Projeto Profissional do Serviço Social nos remete à necessidade de compreensão da existência do outro, de projetos e de sociedade.

O projeto da sociedade capitalista imprime controle para a garantia da maior acumulação do capital. Esse revela nuances diferenciadas em consonância ao momento histórico que o consolida. Nos anos 2000, ele apresenta a sua versão neoliberal e ganha expressão no desenvolvimento tecnológico, na recondução das políticas sociais, nas novas modalidades de gerenciamento de recursos e do trabalho, na reconfiguração da cultura e da ideologia com tons pós-modernos e na financeirização da economia em escala mundial. Tais características influenciam o Serviço Social e rebate no fazer profissional.

O projeto neoliberal se articula a um conjunto de estratégias que foram desencadeadas a partir dos anos 1970 e atendem primordialmente aos imperativos de manutenção das taxas de lucros dos monopólios que, por meio de verdadeiras oligarquias financeiras e econômicas, controlam os rumos do modo do processo de acumulação.

A crise estrutural do capital deflagrada nas últimas décadas do século passado desvelou o esgotamento de alguns nichos de mercado, portanto, a necessidade da sua reinvenção por meio da construção/elaboração de novos modos de exploração. A busca pela restauração do capital dirigiu-se para todos os setores que passaram a inibir a acumulação capitalista. Tal

restauração ocorreu tanto no campo estritamente econômico-produtivo, quanto no universo financeiro da burguesia, demandando alterações no mundo da política e da cultura.

De acordo com Netto; Braz (2007), esse quadro exigiu alterações político-institucionais nos Estados nacionais e o enfraquecimento do poder de fogo da classe trabalhadora. As consequências foram a deterioração das condições gerais de vida dos trabalhadores com a precarização do trabalho, o rebaixamento salarial e o desemprego estrutural. Para tanto, a burguesia teve que operar significativas transformações nos aparatos do Estado, que foi progressivamente capturado pelas forças do grande capital internacional, hegemonizado pelo capital financeiro.

As forças capitalistas apostaram na evolução tecnológica e nas inovações técnicas para alterar o mundo da produção do capital, modificando os padrões de acumulação vigentes, que passaram a intensificar a centralização do capital, ampliando o poder das oligarquias financeiras. Desta forma reconduziu o desenvolvimento tecnológico, que deveria trabalhar a favor da emancipação do homem, para uma nova condição de prisão e alienação favorável ao projeto societário capitalista. O computador, o celular, as redes sociais e a monta de tarefas neles expressos aumentam o tempo de trabalho, geram desemprego e sobretrabalho invisível. Vale ressaltar que o reconhecimento do desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento humano é singular, mas o seu uso voltado a priorização dos interesses privados é o que o coloca em xeque.

Esse conjunto de modificações foi a resposta do capital à sua própria crise. Tal resposta funcionou como uma estratégia articulada sobre um tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal. Para o Serviço Social, os desdobramentos dessas mudanças não foram nada animadores, uma vez que resultaram em nefastas consequências que recaíram tanto sobre os usuários quanto sobre as condições de trabalho dos próprios assistentes sociais e, claro, confrontando a direção social, política e ética da profissão.

No campo ideológico-cultural, a prevalência de modos de pensar que têm afirmado impossibilidade de superação da ordem do capital e difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer alternativa a ele reverbera no campo da política em formas de fragmentação dos sujeitos. Essa fragmentação é traduzida nas bandeiras de lutas como pautas que apontam para fragmentação das especificidades. Isto é, pegar a bandeira da luta e segmentar as demandas a ela atreladas na divisão do grande coletivo em pequenos ‘guetos’ reivindicatórios. Com isso, evidencia-se uma subdivisão do coletivo, que ergue defesas a causas focais e imediatas de interesses particulares de segmentos dentro do coletivo, o que não simboliza a luta de todos, mas sim da parte, que não representa o todo. A resultante desse movimento fragiliza a luta

coletiva, amplia o processo de dominação, restringe a autonomia e subalterniza as relações sociais. Nota-se, portanto,

> uma falta de profundidade, que se vê prolongada, tanto na "teoria" contemporânea quanto em toda essa cultura, da imagem e do simulacro; um consequente enfraquecimento da historicidade tanto nas nossas relações com a história pública quanto em nossas novas formas de temporalidade privada, cuja estrutura "esquizofrênica" (seguindo Lacan) vai determinar novos tipos de sintaxe e de relação sintagmática nas formas mais temporais de arte; um novo tipo de emocional básico - que denominarei de –"intensidades" –, que pode ser mais bem entendido se nos voltarmos para as teorias mais antigas do sublime; a profunda relação constitutiva de tudo isso com a nova tecnologia, que é uma das figuras de um novo sistema econômico mundial; e, após um breve relato de mutações pós-modernas nas experiências vivenciada nos espaços das construções, algumas reflexões sobre a missão da arte política no novo e desconcertante espaço mundial do capitalismo tardio ou multinacional. (JAMERSON, 1997, p. 32).

A pós-modernidade e a sua proposta de sociedade fluída fomentam tanto nos sujeitos como nas profissões um apreço pelo conservador de fundo psicologizante com vestimentas de pluralismo, mas de essência eclética. Nas palavras de Netto (2016, p. 67), um "ecletismo tornado cânone metodológico, o relativismo como postura científica básica e a reintronização do empirismo." Impactando na configuração de um caldo ideológico-cultural dependente da individualidade, afastando-se do total em detrimento da restrição ao imediato e ao emergencial. Todo esse contexto define uma sociedade que Jamerson (1997) detecta no pensamento pós-moderno, por meio de disposições estéticas sinalizadas por Silveira Junior (2016):

> a preferência por uma superficialidade literal que interdita a dialética entre essência e aparência; o esmaecimento dos afetos, expresso no esmaecimento da própria figura humana, transformada, na produção estética, em mera mercadoria; a prática do pastiche, que, distinta da paródia, se apresenta como a cópia ou imitação neutra do original jamais existente; a valorização do sujeito descentrado, que, como um amontoado de fragmentos, é incapaz de organizar, numa experiência biográfica coerente, os tempos do passado, presente e futuro – como consequência, a inflação e absolutização do presente tende a provocar o desespero e a euforia alucinógena. (p. 167).

Na direção contrária, no interior da profissão, o projeto profissional do Serviço Social, ao optar por uma orientação inspirada na leitura do materialismo histórico e dialético, assume como fundamental a historicidade. Com isso compreende como elemento central a interligação entre o particular e o universal, portanto, é necessário que haja coerência entre o que se analisa em termos de macroestrutura e o modo como se realiza a sua mediação com o tempo miúdo da vida humana, parafraseando Yazbek (2009). Desse modo, o pensamento pós-moderno se choca com a herança teórico-metodológica marxista e "em alguns casos, essa colisão emerge

sutilmente disfarçada como apropriação seletiva, ou atualização desfiguradora" dos elementos "assumido criticamente pela tradição marxista" (SILVEIRA JUNIOR, 2016, p. 175). Esse choque configura um "conservadorismo próprio às posturas pós-modernas [que] constituiu e constitui um vetor de erosão das bases do projeto ético-político, conferindo verniz e legitimação as concepções e práticas que, invocando este projeto, tendem efetivamente a pô-lo em questão." (NETTO, 2016, p. 67).

No campo das políticas sociais públicas, visualiza-se a emersão de um novo nicho de mercado. As políticas sociais passam a se constituir como negócio financeiro, que transforma os direitos em mercadorias produtoras de grandes cifras para as organizações sociais, empresariais, fundações e entidades do terceiro setor. Coloca-se nesse rol o processo de mercantilização da saúde, da assistência social e da previdência social, da educação e da habitação, permeada pelo discurso do empreendedorismo, da otimização de recursos, da sustentabilidade, da responsabilidade social e da melhoria de qualidade dos serviços, os quais mascaram a máquina subjacente de ampliação de lucros.

Nessa linha, as instituições implantam novas formas de gerenciamento de serviços, de pessoal e de recursos, dando ao setor público a melodia necessária para bailar a música do capital. Assim, ao passo que se muda o perfil das políticas sociais, o mercado de trabalho exige uma mudança do perfil dos profissionais. A exigência é de bons profissionais, que sejam competentes, articulados ao aparato tecnológico, com capacidade de acolher e atender bem a sujeitos e grupos e acima de tudo sejam bons captadores de recursos.

No cenário exposto, temos na sociedade do século XXI um tipo de sujeito fragmentado, competitivo, que se molda conforme a imagem necessária ao seu destaque, distanciado das lutas coletivas, culpabilizado pelas mazelas sociais que o acometem; responsabilizado pelo enfrentamento das sequelas da questão social; um sistema de proteção social pautado nas necessidades lucrativas do mercado, que transfiguram os direitos em mercadorias, ampliando a desigualdade social e recrudescendo a questão social; um modelo de produção pautado na exigência de mão de obra com domínio das novas tecnologias e conectada a ideologias de competitividade entre os iguais, com ênfase em capacidades e habilidades que distanciam o trabalhador de um aporte teórico capaz de transitá-lo a consciência política e social; e um mundo do trabalho precarizado, desamparado legalmente, subalternizado, em modalidades de teletrabalho, uberização, terceirização, pejotização, home office e trabalho por metas.

Diante disso, como fica a formação universitária, o exercício profissional e os propósitos hegemônicos da profissão, que se orientam por valores éticos voltados a construção e defesa de uma nova ordem societária livre, mais justa e menos desigual, que propague o respeito à

diversidade, independentemente de raça, cor, etnia, orientação sexual, identidade religiosa e/ou faixa etária? Pelo que vimos anteriormente, tais valores não se consolidam na pauta do projeto capitalista. O que coloca uma incógnita em relação às manifestações concretas do projeto ético-político do Serviço Social. Por isso, é válido ao Serviço Social se apoiar e construir pesquisas de cunho crítico e dialético, que retratem o movimento entre o cenário externo e interno da profissão, o que se expressa notoriamente no cotidiano, no exercício profissional, o qual deve ser tomado

> como objeto de investigação e crítica sistemática, como parte e expressão do contexto particular e geral, que vai possibilitando os assistentes sociais, individual e coletivamente, superar práticas conservadoras, apreender possibilidades presentes na realidade – possibilidades diferentes em momentos e lugares diferentes –; definir estratégias e ações necessárias; optar por alianças frente à identificação da correlação de forças presente no movimento institucional e social; e, nesse processo, dar sua pequena contribuição – individual e coletiva – à luta social fazendo a balança pender mais para o lado do trabalho do que para o do capital. (VASCONCELOS, 2015, p. 49).

Há que se considerar e estudar como a dinâmica interna da profissão processou e vem processando essas mudanças que impulsionam o século XXI. A reconstrução analítica, que o movimento real do Serviço Social requer hoje, impõe a identificação das suas tendências no presente e as suas prospecções possíveis como instrumento para avaliar o processamento real do projeto ético-político. (NETTO, 2016).

O nosso projeto de profissão é ético, portanto, formata-se por valores que orientam a finalidade das ações profissionais, mas também político, que consiste na concretização desses valores e finalidades em posições e posturas de modo estratégico, frente às nefastas manifestações do capital no cotidiano dos trabalhadores/trabalhadoras, das instituições e dos profissionais. Isso significa reiterar opções coletivas que implicam em posições em relação a leitura de sociedade e de homem no dia a dia do fazer profissional. Para Guerra (2007, p. 16),

> aqui se localiza o desafio central para o assistente social, que é o de fazer a crítica dos fundamentos da cotidianidade tanto daquela em que ele se encontra inserido quanto a do cotidiano dos sujeitos sociais a quem presta serviços, o que significa examinar os fundamentos, analisá-los, reconhecê-los, para transcendê-los.

O grande desafio apresentado é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objeto de estudo e ação do assistente social. Vasconcelos (2015) afirma que

> o fato de parte expressiva da produção de conhecimento na área de Serviço Social, na atualidade, permanecer na indicação das possibilidades de prática num deve ser abstrato, sem conexão e mediações necessárias com o movimento social/institucional e o cotidiano profissional, principalmente numa perspectiva histórica e de totalidade, tem trazido consequências deletérias aos assistentes sociais pressionados pelo complexo cotidiano profissional, parte e expressão da realidade social. (p. 50).

Nota-se a relação teoria e prática como elemento base para a objetivação do Projeto ético-político do Serviço Social. O que se destaca aqui é a capacidade de analisar a realidade e transformar essa análise em ações que expressam os compromissos, os valores, as competências, as habilidades e a importância do assistente social e de sua atuação frente às desigualdades sociais manifestas como expressões concretas da questão social. Por meio dessas ações o assistente social reafirma o Projeto Ético-Político e dá a sua materialidade. É nele que o assistente social encontra os insumos para enfrentar as dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivamente edificados pela categoria, construindo ciclo infindável de retroalimentação, no qual a teoria subsidia a prática que subsidia a teoria.

A objetivação do projeto social de profissão se conforma no significado social que assume historicamente e que se explicita no modo como ocupa e se insere nos diversos espaços sócio-ocupacionais, onde atua. Fala-se, portanto, de processos identitários assumidos por um coletivo profissional e reconhecidos socialmente como atribuições e competências desse coletivo, mas não apenas instituídos a partir dos documentos e do discurso efetivado por esse coletivo, embora esta seja uma etapa de extrema relevância, mas por sua capacidade de mediá-lo efetivamente na realidade concreta com a qual se defronta cotidianamente.

A efetivação desse projeto, na atualidade, reside em torná-lo um guia efetivo para o exercício profissional, o que exige um radical esforço de integrar o “dever ser” com sua implementação prática, sem o risco de se deslizar para uma proposta abstraída da realidade histórica. É preciso enfrentar essa realidade com competência crítica e consciência do significado social da profissão e do papel político-profissional desempenhado pelo assistente social. Neste panorama, torna-se imprescindível o engajamento dos assistentes sociais nas lutas sociais, que encampe bandeiras voltadas à construção de uma sociedade livre, justa, sem desigualdade e democrática. A direção sociopolítica desse projeto pressupõe autonomia e independência teórica e de atuação socioprofissional, na busca da garantia de direitos fundamentais e com vistas à emancipação humana e política da classe trabalhadora.

Assim considerado, o projeto profissional expressa uma condensação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas no Serviço Social, englobando a formação e o exercício profissional. É fundamental assinalar que a direção social que orienta

este projeto de profissão tem como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmado, como dito anteriormente, pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Legislação que regulamenta o exercício profissional.

Apesar desse projeto marcar uma nova realidade para o Serviço Social, a questão da sua objetivação ainda se constitui uma polêmica no meio profissional. Uma delas se refere a relação academia e cotidiano do trabalho. Ou seja, "que a teoria produzida na academia não fornece subsídios para uma reelaboração da prática vivida pelos assistentes sociais em seu cotidiano de trabalho" e que há um "afastamento dos assistentes sociais que estão nas instituições em relação à produção científica produzida pelo Serviço Social brasileiro." (VALLE, 2015, p. 205).

O entendimento sobre essas polêmicas nos exige um estudo minucioso e extenso sobre a temática que, a priori, está limitada, uma vez que ela será retomada nos próximos capítulos junto a resultante de nossa pesquisa. Contudo, não podemos encerrar esse momento sem elucidar que as polêmicas que envolvem a materialização do Serviço Social estão atreladas ao campo da prática profissional. Uma vez que compreendemos que a "materialização do projeto ético-político-profissional se efetiva a partir de múltiplos espaços e instrumentos. Os estudos e pesquisas realizados pela profissão e por áreas que com ela dialogam, e sua socialização, visando ampliar a visibilidade das expressões da questão social." (PRATES; AGUINSKY, 2012, p. 5). Isso nos remete à relação teoria-prática no Serviço Social, referendando a necessidade de maior aproximação do cotidiano profissional, principalmente pelos centros de formação, seja por meio de pesquisa, da extensão ou do estágio.

A aproximação do espaço sócio-ocupacional é uma via de mão dupla, que retroalimenta os centros de formação e o campo de atuação com reflexões e dados relevantes para a compreensão sobre os desafios, desenvolvimento e a dinâmica de materialização do projeto ético-político profissional. Projeto esse que se pauta na posição crítica a realidade capitalista, ao mesmo tempo que direciona uma profissão invocada pelo capital para atuação em sua realidade.

De um lado, as requisições institucionais, via políticas sociais e serviços socioassistenciais, engendram demandas para o assistente social, que lhe impõe uma abordagem pedagógica a favor do controle dos movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora e amenização dos conflitos institucionais e, com isso, a expressão de uma face humanizada da perversidade do desmonte da cidadania. De outro lado, o assistente social se destaca como referência dessa classe, como profissional de nível superior, representante da instituição, acessível a essa população, logo, uma parte da instituição que possui a confiabilidade da população usuária e que, portanto, pode usar de uma abordagem pedagógica, que alvorecerá

em meio à penumbra capitalista, uma direção coletiva em busca de uma sociedade mais equânime e emancipada. Esse alvorecer, sem dúvida, é uma manifestação concreta do projeto ético-político que é impossível sem a relação contínua e permanente entre teoria e prática, tanto no fazer como nas relações profissionais. Entende-se aqui como relações profissionais uma situação dinâmica e dialética, não estática e hierárquica entre as entidades fomentadoras do conhecimento e da representatividade dos assistentes sociais e os profissionais do Serviço Social.

4. ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: O ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS

No caminho da análise dos processos, de ontem e de hoje, que configuram o Serviço Social do novo milênio, o resgate teórico nos revelou o solo no qual a profissão foi plantada, seus limites e potencialidades. No entanto, o conhecimento e o debate sobre a prática profissional do assistente social exigem entender como esse solo se torna fértil ou não quais são as motivações dessa resultante. Para tanto, temos de nos aproximar da realidade profissional em seu cotidiano. E o cotidiano eleito nessa pesquisa se refere ao campo da política social de assistência social, em especifico a Proteção Social Básica[87] (PSB), que se manifesta nos serviços oferecidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e na sua dinâmica institucional. É nele que ocorre a execução de atividades e ações, nas quais o assistente social é protagonista e está envolvido. Eleição que suscita a necessidade imediata de identificar no corpo profissional as formas com as quais os assistentes sociais compreendem, interpretam e manifestam os valores e princípios éticos da profissão e a sua relação com o projeto de sociedade ao qual o projeto de Serviço Social se encontra articulado. Com isso, podemos identificar as inconstâncias manifestas no cotidiano, que levam a considerar ou desconsiderar a referência do projeto ético-político da profissão no cotidiano profissional.

Portanto, o estudo aprofundado da rotina, do processo de trabalho institucional, das relações entre profissional e instituição e de profissional e usuários se destaca como base para o levantamento dos elementos favoráveis à construção de instrumentais e arcabouços teórico-científicos possíveis de conhecer a realidade da prática profissional, fundamentar estratégias e sistematizar ações a favor do enfrentamento das limitações impostas pelo cenário descrito à materialização do Projeto ético-político do Serviço Social.

Desse modo, conseguimos trazer a teoria para a rotina da prática e saber quais as brechas sustentam o discurso da dicotomia teoria e prática, se há ou não a materialização do Projeto ético-político e o que é possível identificar nessa relação. Assim, a afirmativa a se fazer é a de que sem conhecer, estudar e debater a dinâmica do exercício profissional em seus determinados

---

[87] A PNAS organiza os serviços socioassistenciais por níveis de complexidade. A Proteção Social Básica abrange os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), que são territoriais e responsáveis por oferecer serviços atrelados à prevenção de riscos sociais e ao fortalecimento de vínculos. A Proteção Social Especial é dividia em média e alta complexidade. Na média, estão os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) voltados a atender grupos específicos em graus de vulnerabilidade por situação de violação de direitos e rompimento de vínculos. Na alta complexidade estão as casas de acolhimentos, as Casa de Passagens, os Centros de Atendimento à População em Situação de Ruas e os Abrigos todos voltados para a atenção a segmentos específicos em situação total de risco e vulnerabilidade social e com vínculos rompidos.

espaços sócio-ocupacionais não é possível a constatação dos elementos essenciais para o fortalecimento da luta em defesa a direção social da profissão, nem as estratégias a serem viabilizadas na superação dos desafios impostos à profissão pela ordem econômica capitalista. Em outras palavras, é preciso dar ênfase aos estudos sobre a prática profissional por meio de projetos que vivenciem o dia a dia dos assistentes sociais em seus locais de trabalho.

Tal estudo visualiza a prática para além do exercício de atividades e execução de instrumentais, pois a identifica como um espaço resultante da articulação da razão ontológica com a razão instrumental no Serviço Social. Até porque, conforme afirma Netto (2014 a), não adianta ter prática se você não tem instrumentos teóricos. A prática não ensina nada, ela é um grande livro, mas, para a gente ler, tem que estar alfabetizado". O alfabetizado aqui se refere às bases necessárias para entender o movimento da realidade e os seus rebatimentos na instituição, no Serviço Social, no assistente social e na população atendida.

Pautado nesse pensamento e no arcabouço teórico e analítico expresso nas linhas que precedem este capítulo, a análise a seguir é fruto de uma pesquisa sobre a prática do Serviço Social no século XXI, que definiu o espaço sócio-ocupacional da assistência social como campo do exercício profissional a ser analisado. Essa definição não ocorreu de forma aleatória, como nenhuma pesquisa é totalmente neutra. O campo da assistência social tem afinidade com o pesquisador, autor desse estudo.

Há cerca de 7 anos, eu tenho observado o exercício profissional de assistentes sociais de diferentes dispositivos dos três níveis de complexidade da política de Assistência Social e notado uma peculiaridade em relação ao mesmo exercício no campo da saúde. Com experiência três vezes maior nesse último espaço sócio-ocupacional, a minha entrada no campo da assistência social despertou alguns questionamento e observações sobre a prática profissional que contribuíram significantemente para o debate que aqui se segue. A mim era notório o grande despreparo dos profissionais e a automação do exercício profissional por padrões estabelecidos por instrumentais, decretos e leis que regulamentam os programas, projetos e benefícios sociais oferecidos nos equipamentos de atenção a população via política de assistência social. Diante disso, antes de iniciarmos a apresentação dos dados e da análise identificada neste estudo, são necessários alguns esclarecimentos.

O primeiro se refere à política de assistência social. Para além de uma relação de proximidade do pesquisador, essa política passa por grandes mudanças no século XXI, o que faz dela um modelo para as propostas capitalistas em seu viés neoliberal vigente. Mota (2010) aponta que tal processo conduz a assistência social brasileira a um mito social. Ou seja, ela ganha o *status* de política que atenderia às distintas necessidades sociais dos trabalhadores,

produzidas em decorrência da "acumulação por espoliação". Outro ponto importante é a relação dessa política com o Serviço Social, uma vez que, historicamente, ela apresenta uma imagem simbiótica, que parece ser retomada nos tempos atuais.

O segundo se refere à opção por se escolher, nessa pesquisa, apenas assistentes sociais da Proteção Social Básica. A referida modalidade de proteção "tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários" (PNAS, 2004, p. 33). Portanto, é considerada a porta de entrada da política de assistência social, logo, um espaço de encontro de múltiplas demandas, que exigem a criação de diferentes estratégias no trabalho dos assistentes sociais. A Proteção Básica centraliza as suas ações no CRAS "uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social, que (...) executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social." (PNAS, 2004, p. 33).

Com esse perfil, os CRAS são responsáveis pela oferta de diferentes serviços sobre os quais são colocadas responsabilidades de inserção de usuários na comunidade, nos programas de transferência de renda ou de suporte alimentar, além de ser um espaço de requisição de Benefícios Eventuais[88]. Tais características exigem do assistente social domínio dos dados da realidade do território e do acervo diversificado de instrumentais para responder as demandas institucionais e da população usuária que chega ao serviço.

Outro ponto notório que merece um adendo se refere à escolha da cidade do Rio de Janeiro como território de análise. Essa escolha não foi aleatória. A priori, ela seguiu a base empírica dos dados extraídos da pesquisa em andamento no Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEEPSS/FSS/UERJ-CNPq/FAPERJ), denominada "A Prática do Assistente Social. Cotidiano e práticas democráticas", coordenada pela Professora Doutora Ana Maria Vasconcelos. Essa pesquisa, ao longo do século XXI, em diferentes fases, implementa ações de estudo e coleta dados dos assistentes sociais atuantes na política de assistência social, com frutos reconhecidamente privilegiados no tocante ao debate da prática profissional.

Ademais, a Cidade do Rio de Janeiro possui muitas peculiaridades que fazem da política de assistência social um desafio a qualquer profissional. Nela identificamos manifestações

---

[88] Os Benefícios Eventuais são assegurados pelo art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Eles possuem caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

concretas da questão social aguçadas pela onda capitalista, que deságua no século XXI. Essas transparecem todos os aspectos em nível particular, singular e universal, fruto do progresso da retórica desumanizante do capital no Brasil. Ainda vale ressaltar que a estrutura da política de assistência social na Cidade do Rio de Janeiro, desde o seu último concurso público (2002), colocou a cidade do Rio como o município do estado que mais emprega assistentes sociais, sendo grande parte desse montante lotado nos equipamentos da política de assistência social.

No âmbito metodológico, o estudo aqui expresso utiliza dos dados coletados de 19 das 55 assistentes sociais, via aplicação de entrevista, cujo formulário está composto com 231 variáveis, sendo 157 abertas e 74 fechadas, divididas em 8 blocos. Desse total foram selecionadas 52 variantes divididas nos seguintes eixos: formação, ética e prática profissional. Essa organização se deu a partir do elenco de questões motrizes capazes de compilar e traduzir os objetivos desse estudo. A extração de apenas 19 entrevistas do total realizado se deu a partir dos seguintes critérios: lotação na PSB e utilização do instrumento de reunião com os usuários. A motivação por essa especificidade já fora mencionada em relação à PSB, mas em relação à utilização do instrumento de reunião foi orientada a possibilidade de confrontar o discurso das entrevistadas com as posturas e os encaminhamentos na coordenação das reuniões com os usuários. Isso favorece uma comparação entre o manifestado e o executado.

Todavia, para o desenrolar deste capítulo, a priori, é necessário sintonizar o leitor com a política de assistência social no Brasil e a sua interface na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, a relação do assistente social como trabalhador dessa política, dando ênfase à categoria trabalho e às suas configurações atuais no SUAS.

4.1. Sintonizando a política de assistência social no Brasil e no Rio de Janeiro

A política de assistência social galgou a condição de política pública reconhecida pelo Estado como direito de cidadania a partir da Constituição de 1988, que juntamente com as políticas de saúde e previdência social compõe o tripé da Seguridade Social, cuja lógica visa "assegurar direitos sociais que, em face de sua complementaridade social, convergem para a finalidade constitucional da garantia de estabilidade da própria sociedade" (SIMÕES, 2010, p.103).

Essa política antes do marco constitucional estava fadada à reprodução da caridade e do assistencialismo com estímulo ao voluntarismo e ao protagonismo da igreja, sendo conduzida como estratégia de gerenciamento da pobreza e cooptação dos desvalidos por meio de ações moralizantes e de controle daqueles que eram considerados não adaptados ao padrão capitalista

vigente. Dessa forma, as suas ações, de cunho solidário e assistencialista, se referiam à mobilidade social entre marginalização e integração social, buscando promover o homem e a integração das diferentes faixas da população ao processo de desenvolvimento (SPOSATI, 2007).

Seguindo esse viés, a política de assistência social favorecia a manutenção da desigualdade social, rompia com a lógica do direito – pois ampliava a da benesse –, produzia ações pontuais, descontinuadas, desarticuladas e reproduzia a naturalização da pobreza até mesmo quando se tratava das iniciativas estatais.

Esse histórico demarca o papel dessa política no processo de enquadramento e subjugamento do pobre, a partir de uma leitura individualizada que notoriamente o classificava como um risco à sociedade capitalista. Tal configuração tem como base a sua carência de recursos e incapacidade de ser autossuficiente. Nessa linha, a atenção aos necessitados se distinguia pela condição de inaptidão ao trabalho e de vagabundagem.

A primeira condição se configurava pelo conjunto de pessoas que estavam fora do mercado de trabalho acometido por situações de contingências, como: idosos, criança carente, órfãos, deficientes e desocupados involuntários. Estes constituem o grupo daqueles que se adequam de forma direta ou indireta aos padrões sociais e morais definidos pela lógica capitalista, portanto, são merecedores da caridade social (CASTEL, 2005).

Já o segundo conjunto de pessoas era denominado de “desocupados voluntários”, ou seja, aquele grupo constituído por pessoas que possuem força de trabalho ativa e “não querem trabalhar”, logo, inapto aos padrões, pois são vistos como indivíduos que se negam a adaptar-se e, por isso, vivem em situações de mendicância e de conflito com a moral, a lei e os bons costumes. A esses eram destinadas ações de erradicação, de coerção e punição legal, uma vez que são “inúteis para o mundo” (CASTEL, 2005).

Nesse contexto, o Estado configura duas faces de intervenção: a legal e a social. A primeira se constitui no aparelho coercitivo do Estado, que busca disciplinar e punir os pobres, parte integrante do grupo social criminalizado e estigmatizado. Como exemplo, o trato à criança e ao adolescente estipulado pelo Código Mello Matos (1927), cuja visão conservadora definia que os menores “delinquentes” eram uma ameaça à sociedade ordeira e “de bem” (SOARES; MENEZES, 2019).

A face social reproduzia o estigma e disseminava o medo social do outro, assim a necessidade do seu isolamento social, tendo o protagonismo religioso e das instituições filantrópicas, que por meio da responsabilidade da caridade social reproduzia a desconfiança, ratificava a desigualdade e diluía a solidariedade. Essa face recebe impactos da reestruturação

democrática social impulsionada pelas lutas sociais em defesa de direitos, que culminam na Carta Magna de 1988 (SOARES; MENEZES, 2019).

A referida proposta constitucional dispõe a assistência social como política social, cuja finalidade está pautada na "garantia de certos patamares mínimos de vida da população, em face de redução provocada por contingências sociais e econômicas." (SIMÕES, 2010, p.103). Nela se destaca o papel fundamental do Estado como instituição, que atua na reprodução da vida social, de uma sociedade justa, onde, apesar das diferenças sociais, os cidadãos possam viver dignamente. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 institui a assistência social como direito social a ser executado pelo Estado, como política social pública e de caráter redistributivo, rompendo com a visão de assistencialismo e com a prática de favor e de clientelismo de outrora, voltada a não cidadãos, e estabelece a concepção de sujeito de direito, a quem se destina a assistência social, acaso de ela necessitar, independente do seu vínculo com o mercado de trabalho.

A partir dos anos de 1990, o Brasil adentrou em um período marcado pela nova ofensiva burguesa[89] que delineou os traços para a sua adequação aos padrões internacionais de desenvolvimento capitalista, principalmente aqueles destinados aos países da América Latina, pelo Consenso de Washington. Este demarcou um cenário que definiu a concretização do processo de contrarreforma do Estado, evidenciado na perda da soberania com aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica com a perspectiva de retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição dos seus mecanismos de intervenção; e na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática (BEHRING, 2008).

Em outras palavras, esse movimento do capital vai reverberar no campo da Seguridade Social o confronto entre direitos sociais constitucionais e o crescimento dos índices de desemprego, pobreza e indigência, ou seja, a proposta democrática tensionando a consolidação do modelo neoliberal orientado pela econômica internacional, expressa nas estratégias de mundialização e financeirização do capital, com a sua direção privatizadora e focalizadora das políticas sociais. Seguindo a pauta internacional, é possível identificar ao longo do curto governo de Collor, mas com continuidade no de seu sucessor Itamar Franco, diversas ofensivas contra os direitos constitucionais (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2017).

---

[89] Vide debate no capítulo 1.

Itamar Franco assumiu a presidência por ocasião do *impeachment* de Collor, preparando o terreno para a eleição de Fernando Henrique Cardoso que à época implantou o Plano Real. Esse plano apresentou resultados positivos imediatos, traduzidos pela queda da inflação, tão almejada e não conquistada pelos governos anteriores. Nessa favorável conjuntura, em seu governo, FHC inicia o processo de redirecionamento do papel do Estado, com o avanço das teses neoliberais. Ele reduz o fundo público, situando a política social em uma lógica totalmente diversa à constitucional. Dessa forma, favorece a emersão da revalorização de uma modalidade de proteção social, articulando o Estado ao mercado e a representações institucionais da sociedade civil. Também criou um conselho constituído pelos ministros das áreas econômica e social do governo e por pessoas representativas da sociedade civil, cuja função principal consistia em articular formas de parcerias entre o governo e a sociedade civil e suas diversas formas de organização no enfrentamento da questão social. Esse conselho compôs o denominado Programa Comunidade Solidária.

Instituído pela MP n. 813 de 01/01/1995, o Programa Comunidade Solidária afina propostas que centralizam as ações de assistência social no enfrentamento da fome e da miséria e reproduz o histórico de caridade, voluntarismo, assistencialismo e benesse, protagonizado pelo primeiro-damismo destituído pelo marco constitucional de 1988. “Efetivamente, o Programa Comunidade Solidária caracterizou-se por grande apelo simbólico, com ênfase em ações pontuais, focalizadas em bolsões de pobreza, direcionadas apenas aos indigentes, aos mais pobres entre os pobres.” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2017, p. 65).

Cabe ressaltar que no surgimento do programa Comunidade Solidária já existia a Lei nº 8.0742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que coloca a assistência social com a função agregadora em relação às demais políticas sociais ao ter a exclusão social como objeto da sua ação, pois depende de outras políticas públicas para garantir efetividade às suas ações na perspectiva do alcance da autonomia e emancipação dos indivíduos.

> A LOAS inovou ao afirmar seu caráter da assistência social como direito não contributivo, (...) ao apontar a necessidade de integração entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços sociais e com a participação da população. Inovou também ao propor o controle da sociedade na formulação, gestão e execução das políticas assistenciais e indicar caminhos alternativos para a instituição de outros parâmetros de negociação de interesses e direitos dos usuários. Parâmetros que trazem a marca do debate ampliado e da deliberação pública, ou seja, da cidadania e da democracia. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2017, p. 65)

Contudo, parece que o governo federal ignorou tais ganhos e manteve a tradição conservadora e clientelista já presente no enfrentamento da questão social. O mesmo encaminhamento foi adotado pelo recém-empossado prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, César Maia (1993 -1996). O representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) optou por conduzir uma gestão técnica pautada no discurso do gerencialismo e da racionalidade empresarial, impondo a necessidade de rever as formas de gestão das políticas sociais e a adoção de mecanismos empresariais. Com essa base conseguiu financiamento do Banco Mundial para o Projeto Rio Cidade, de urbanização das favelas cariocas. Com isso, César Maia consegue cair nas graças do povo e elegeu o seu sucessor, Luiz Paulo Conde, que, após a posse, retoma o governo em dois mandatos consecutivos nos anos dois mil.

A gestão de César Maia foi marcada pela descentralização das ações pelas subprefeituras, bem como pela proposta de municipalização da política de assistência social, consequentemente, a reestruturação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) em núcleos, por áreas programadas; pela extinção dos Serviço Sociais Regionais e a criação das coordenadorias de Saúde e de Serviço Social. A partir de 1994, foram criadas as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento Social (CRDS) e os Centros Municipais de Atendimento Social Integrado (CEMASI), como dispositivos de base territorial. Segundo Motta (2016), os assistentes sociais participaram ativamente desse processo de implantação da política de assistência social no município, o que favoreceu a abertura de espaços na gestão da política para esses profissionais ao longo da última década do milênio passado.

Na entrada do século XXI, no âmbito nacional, Lula da Silva[90] assumiu a presidência do Brasil e em seu governo implantou projetos sociais que chamaram a sociedade a assumir uma postura de solidariedade coletiva, e ampliou o poder do mercado, reduzindo o Estado à vida vegetativa, na qual se limita a pagar salários, alguns gastos de custeio e, sobretudo, juros. Assim, este governo apenas aprofunda os objetivos do anterior, dando mais amplitude ao projeto neoliberal no país, fortalecendo o mercado e dando continuidade às políticas sociais de caráter fragmentado, imediatista e focalizado, ou seja, pobre de atenção às demandas sociais, descaracterizando os direitos sociais.

No âmbito da política de assistência social, as propostas focalizadas no combate à pobreza tiveram, no Programa Fome Zero, a iniciativa para o cumprimento das repetidas promessas de campanha do então presidente de acabar com a fome no país. Esse programa foi lançado no final de janeiro de 2003 e “tomou como ponto de partida a linha de pobreza adotada

[90] Mais detalhes sobre os governos, consultar os debates no capítulo 1.

pelo Banco Mundial, que considera como pobres aquelas pessoas com renda inferior a US$1,08[91] por dia, deduzidos os gastos com aluguel ou prestação da casa própria e imputado o autoconsumo." (FREITAS, 2007, p. 70).

Em outubro do mesmo ano, o Programa Bolsa Família[92] (PBF) foi criado pela Medida Provisória (MP) 132/2003 que, posteriormente, foi convertida na lei 10.836/2004. "O PBF prevê a transferência direta de renda, com condicionalidades, que beneficia famílias pobres (de renda mensal, por pessoa, de R$ 60,01 a R$ 120) e extremamente pobres (com renda mensal, por pessoa, de até R$ 60)." (FREITAS, 2007, p. 71).

No nível municipal, a criação do Sistema Municipal de Assistência Social (SIMAS), no ano de 2001, expressou preocupações e iniciativas do governo de César Maia, que retorna a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), em investir na área do social. Instituído com base na Lei Municipal, nº 3.343, de 28 de dezembro de 2001, o SIMAS, "busca promover a articulação de planejamento, coordenação, supervisão, orientação, execução e controle social das ações referentes à assistência social em toda rede de serviços das políticas básicas do município." (PREFEITURA DO RIO, 2001, p. 01). O SIMAS é um sistema matricial que exige para o seu funcionamento um modelo de gestão de pessoas, que possibilitou o aumento de recursos humanos para a assistência social no município.

Em 2002, a PCRJ realizou um grande concurso público, que resultou na convocação de um número significativo de profissionais aprovados em diferentes áreas, com destaque para o de assistentes sociais que chegou ao montante de 800 convocados. Esse fato gerou uma marca significativa na estrutura da SMDS, pois a referida ampliação instituiu um novo corpo técnico habilitado para operacionalizar a política de assistência social na referida cidade (RODRIGUES, 2007). De fato, a ampliação trouxe consigo atropelos e desafios, em especial da gestão da SMDS, que à época foi alvo de inúmeras denúncias de violação de direito, entre elas a de assédio moral, o que se manifestava também entre os assistentes sociais.

No ano de 2004, a aprovação da PNAS, pela Resolução n. 145, de 15 de outubro, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), expressa a manifestação da resistência, permeada de lutas e debates em prol da efetivação da LOAS. A PNAS propõe a organização da

---

[91] Em moeda nacional, esse nível de renda corresponde a R$ 71,53 mensais por pessoa (à taxa de câmbio de 1999) ou a R$ 69,66 (em 30 de outubro de 2006) (FREITAS, 2007, p. 70).

[92] O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: Complemento da renda; acesso a direitos e articulação com outras ações. Ele está previsto em lei – Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 — e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e outras normas. (MDS, 2015).

política de assistência social em um sistema integrado e único estabelecendo padrões de formatação, organização e promoção dos serviços socioassistenciais. Para tal, fixa as seguintes diretrizes:

> I- Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
> II-Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
> III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
> IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004, p.31).

A PNAS, tendo como fundamento o Estado como agente garantidor do direito, por meio do pacto federativo, atribui às três esferas de governo ações e competências na provisão de atenções socioassistenciais, conforme preconizado na LOAS. Por isso, ela pode ser considerada também como um avanço no campo do direito de cidadania no Brasil. Ademais, a PNAS reafirma a importância e necessidade do desenvolvimento de estratégias de abordagens intersetoriais para o planejamento e produção de ações de enfrentamento de situações multicausais, envolvendo outras políticas no enfrentamento da questão social.

> A intersetorialidade deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação das fragmentações da atenção pública às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno dos objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2017, p. 68).

Ademais, a PNAS reestrutura a política de assistência social em níveis de complexidades – divididas entre Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) – e gera a ampliação dos usuários da política, centrada em uma perspectiva de superar a fragmentação contida na abordagem por segmentos e de trabalhar com cidadãos e grupos que estejam em situações de vulnerabilidade e riscos similares. Vale correlacionar esse destaque com o trabalho executado pela equipe técnica (assistente social, psicólogos, em sua maioria) dos equipamentos, que no rol de suas atividades deve implementar um trabalho de grupo com os usuários dos serviços.

Todavia, tais conteúdos expressam ganhos, mas também um grandioso esforço por parte da classe dominante em restringir o espaço de atuação do Estado e redimensionar a vida social, econômica e política. Demarcando um movimento de expansão pautado no peso dos programas de transferência de renda e a "nova" relação do Estado e sociedade civil assentada na necessidade de construção da rede socioassistencial como elemento estruturante do SUAS (MOTA, 2010).

A PNAS refletiu no âmbito municipal na promulgação da Lei 3.743/2004, devido ao processo de municipalização e descentralização da assistência social, o governo municipal alterou a nomenclatura da SMDS para SMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social). Tal mudança desvela um compromisso e um reconhecimento da assistência como direito social.

No ano seguinte, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é instituído, por meio da Norma Operacional Básica/SUAS (NOB/SUAS), como um sistema constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos – por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. Desta feita, ao passo que se consolida como conquista, o SUAS também é posto como um diretório que demarca a ação limitada e focalizada do Estado, amplia a parceria público-privada e fomenta o processo de refilantropização com apelo à sociedade civil. Apesar dessas últimas características, Couto; Yazbek; Raichelis (2017, p. 67) afirmam

> que a implantação da PNAS e do SUAS tem liberado, em todo o território nacional, forças políticas que, não sem resistências, disputam a direção social da assistência social na perspectiva da justiça e dos direitos que ela deve consagrar, a partir das profundas alterações que propõe nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle das ações na área.

Em 2006, a aprovação da NOB-RH/SUAS marca o compromisso político na organização gerencial e na composição das equipes de referência por categorias profissionais de nível superior, orientadas por Código de Ética profissional, entendendo que esta organização prima para a sustentabilidade da política. De um lado, isso amplia o mercado de trabalho para assistentes sociais e psicólogos, mas de outro traz uma implicação na generalização das ações profissionais, ou seja, ambos profissionais são tratados como técnicos com iguais responsabilidades e atribuições, mistificando o fazer profissional. Todavia, é inegável que a NOB-RH/SUAS "representou um esforço político significativo de pactuação federativa nos espaços intergestores", embora ela não seja a "definição ideal e acabada frente às necessidades

de recursos humanos para o funcionamento adequado do SUAS, mas é resultado viável histórico, dentro da correlação de forças políticas que participaram do processo de negociação." (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2017, p. 87).

Antes da NOB-RH, o Decreto Municipal de nº 26.154, de 26 de dezembro de 2005, por ocasião do SIMAS, deslocou de forma arbitrária os assistentes sociais da PRCJ lotadas em outras secretarias para compor o Sistema. Esse evento sofreu grande resistência por parte dos assistentes sociais, com apoio direto do CRESS/RJ, mas isso não evitou os muito pedidos de exoneração, devido a tensão vivida à época do processo (SILVA, 2013c). A pressão, a perseguição e o assédio foram elementos motivadores da renúncia dos profissionais.

Em 2006, a PCRJ realizou outro concurso, que gerou o contrato de cerca de 150 assistentes sociais, que, somado ao montante já existente, totalizou o número de 1.100 profissionais compondo o SIMAS. A cidade do Rio de Janeiro se transformou no maior empregador de assistentes sociais até então na região, 803 deles lotados na pasta da assistência social, a época. Isso significou um grande passo para a relação de trabalho, impactando sobre as formas precarizadas e terceirizadas de contratação de assistentes sociais (SILVA, 2013c).

Com a absorção desse total de assistentes sociais, a SMAS/RJ passa a ter em sua composição um número expressivo de profissionais formados, a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que direciona a formação profissional na matriz crítica com base no pensamento de Marx.

Durante a polêmica gestão do Secretário de Assistência Social Marcelo Gracia (2003 – 2008), além das questões relacionadas a recursos humanos, identifica-se ações no formato de projetos e programas de cortes sociais, cuja execução centrava-se nos CRAS. Apesar da diversidade de propostas, o maior destaque era para o Programa Bolsa Família, que assumiu cerca de 90% das ações em curso operacionalizadas pelos assistentes sociais. No advento do PBF, desde 2004, os assistentes sociais foram inseridos em ações que se reduziram a cadastros sequenciais, sendo constantemente chamados a responder pela produtividade (PIVA, 2010).

Também foi nessa gestão que as CRDS e os CEMASI tiveram a sua nomenclatura mudada para CRAS em consonância com a PNAS. Os CRAS foram distribuídos pelo território, que abrange 10 grandes áreas. Cada área tem 1 Coordenadoria de Assistência Social (CAS).

> É da competência de cada Coordenadoria participar do planejamento de programas e projetos a serem realizados na sua área de abrangência; implementar a política regional de assistência social; realizar pesquisas, coordenar, supervisionar e avaliar a execução de todas as ações da assistência social executadas através dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social CREAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social

> para Atendimento a População em Situação de Rua – CENTRO POP, Unidades de Reinserção Social e Centrais de Recepção. (PORTAL RIO, 2023).

Três anos depois, em 2009, a publicação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais possibilita a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais.

Na esfera da Proteção Básica, o foco de nossos estudos, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), são responsáveis pela oferta do Serviço de Atenção Integral à Família (PAIF), do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Todos centralizados no trabalho com as famílias em consonância a matricialidade sociofamiliar definida nas diretrizes da PNAS. O PAIF é tipificado como um serviço que

> consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. *As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico*. (MDS, 2014, p. 12 – grifos meus).

Nessa direção, o trabalho realizado com as famílias no PAIF é compreendido como o

> conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter "preventivo, protetivo e proativo", reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência. (MDS, 2012, p. 12).

Dentro desses conceitos se destaca a concepção de família incorporada pela política de assistência social, que se conecta com a realidade social das famílias brasileiras, considerando todas as modalidades de integração e destacando a sua importância no desenvolvimento social, econômico, político e cultural dos sujeitos. Assim como, a importância das ações no território implicando as suas particularidades. No que se refere ao comportamento profissional, a Tipificação chama a atenção para o caráter não terapêutico das ações do PAIF, uma designação que merece prioridade no debate sobre a prática profissional.

Quanto ao SCFV ele é tipificado como

> Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (MDS, 2014, p. 16).

As atividades ofertadas no âmbito do SCFV devem ser organizadas por faixas etárias seguindo as descrições determinadas pela Tipificação, que considera o perfil, o público-alvo e o público prioritário para tais atividades. O encaminhamento dos usuários a esse serviço deve estar articulado com as ações propostas às famílias em acompanhamento no PAIF. Cabe destacar que as atividades do SCFV podem ser realizadas em unidades públicas ou por entidades privadas sem fins lucrativo, uma vez que essas últimas sejam reconhecidas pelo Conselho de Assistência Social. Cabe ao gestor municipal prover os serviços e supervisioná-los, garantindo que os objetivos do SCFV sejam enfatizados e alcançados.

As atividades realizadas no âmbito do SCFV surgem como estratégia para o enfrentamento de situações de risco e vulnerabilidades sociais diversificadas e compartilhadas por um determinado grupo e devem ser organizadas de maneira a possibilitar trocas e compartilhamento de experiências, evitar estigmas e proporcionar estratégias individuais e coletivas de enfrentamento e superação da situação que levou o usuário ao serviço. Nessas atividades, percebe-se uma ênfase nas vivências e nos estímulos à construção de vínculos comunitários e familiares com o intuito de fazer do usuário um símbolo de resgate social.

O serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosa

> tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. (MDS, 2014, p. 25).

A produção desses serviços engloba uma série de recursos e capacitações que, em geral, a maioria dos CRAS não possui. Portanto, para a execução desse serviço é necessária uma gestão que dispense preocupações com o suporte ao público-alvo e crie estratégias junto aos recursos territoriais de respostas às necessidades desse público. Isso envolve o reconhecimento de que as dependências de cuidados de terceiros colocam a pessoa idosa e a pessoa com deficiência exposta a inúmeras situações concretas de isolamento social, rupturas de vínculos, déficit de renda, abandono, agravo à sobrevivência, inacessibilidade a bens e serviços entre outras expressões dessas situações. A necessidade de cuidados e a não satisfação dessa necessidade é uma violação dos direitos das pessoas nessa condição, por isso, o Serviço de PSB no domicílio implica em ações de enfrentamento a essa violência.

Com a consolidação do SUAS, os serviços nos CRAS foram padronizados em todo o território nacional, assim como o seu funcionamento, alcançando parte da população usuária da assistência social que não conseguia acessar o serviço. Como porta de entrada da política, os CRAS realizam o trabalho com famílias, concomitantemente, assumem as funções de proteção a elas e operam como unidade efetivadora da referência e contrarreferência do usuário na rede socioassistencial em seu território de abrangência (YAZBEK *et al*., 2017).

Além dos serviços previstos pela PNAS as serem ofertados nos CRAS, neles encontramos a equipe do Cadastro Único, que alimenta uma base de dados que serve para identificar e conhecer as pessoas e famílias mais vulneráveis do país. Com base nesses dados, o Governo Federal se instrumentaliza para desenvolver políticas públicas voltadas para essa população. Ademais, a inscrição no CadÚnico garante, àquele que atende aos critérios, a sua inclusão nos programas sociais federais, principalmente, os de transferência de renda como o PBF. Por outro lado, a base de dados do CadÚnico serve como ferramenta de regulação e monitoramento de quais e quantos benefícios a pessoa recebe.

Apesar da importância dos CRAS, a realidade de funcionamento desses equipamentos da política de Assistência Social retrata uma precarização de estrutura, recursos e relações trabalhistas que refreiam significativamente a eficiência de suas ações em seus espaços. Como resultado de sua pesquisa, Yazbek *et al.* (2017, p. 183) evidenciou que “as condições de infraestrutura para o funcionamento dos CRAS nos municípios da Região Sudeste [Brasil] são

heterogêneas, observando-se tanto prédios adequados quanto espaços precários para o desenvolvimento das provisões a serem ofertadas no CRAS." Na mesma pesquisa, as autoras apontam a questão dos trabalhadores e das condições e relações de trabalho como um problema central no SUAS. "O quadro é insuficiente e frágil quanto ao desenvolvimento de capacidades, perfil e qualificação. Há quadros de profissionais instáveis e forte presença de cargos em comissão." (p. 187).

Todos esses processos ocorreram no segundo mandato do Presidente de Lula (2007 – 2010), quando a assistência social ganha cariz de programa de transferência de renda, dando a essa política uma centralidade, cujo público-alvo passa a ser aquela parcela da população que não consegue ter suas necessidades atendidas pelas vitrines do mercado, mediante seu salário, "denotando a relação existente entre assistência social, trabalho e intervenção do Estado na reprodução material e social da força de trabalho" (MOTA, 2010, p. 154). Nesse sentido, a assistência social se constitui como um elemento de acesso a bens e serviços circunscrito à relação de compra e venda de mercadorias, incorporando uma função integradora à ordem social, antes pertencente ao trabalho assalariado.

Para que tal projeto tenha êxito, ceder às propostas das lutas sociais em prol da organização da política de assistência social é mais do que uma estratégia de governo, é uma necessidade para o cumprimento de um plano organizacional de formatação de propósitos, que favoreceram a padronização e cooptação de trabalhadores e usuários ao processo de fortalecimento das estratégias de acumulação e da hegemonia capitalista.

Em 2011, o primeiro governo presidencial de uma mulher no Brasil, a presidenta Dilma Rousseff, manteve a lógica do seu antecessor, Lula da Silva, notadamente no que diz respeito à condução da política macroeconômica submissa aos objetivos dos organismos multilaterais internacionais. Observa-se aí o reconhecimento da restrição das políticas sociais, a focalização dessas na pobreza extrema em nome da necessidade de redução do financiamento dos gastos públicos, que tem como carro chefe os programas de transferências de renda. Sem mencionar as ações de inclusão produtiva como parte das "ações afirmativas de emprego" voltadas ao combate da extrema pobreza e às iniciativas de reformas trabalhista e da previdência social.

O Programa Bolsa Família, herdado do governo anterior, executado na esfera da Proteção Social Básica, articula a priorização da família como unidade estruturadora. Ele tem como orientação o foco no combate à pobreza, principalmente nas famílias sem recursos, em construção e numerosas, pois são compreendidas como grupos, cujo acesso aos programas implica a comprovação do fracasso dos indivíduos em assumir a função de proteção social (SPOSATI, 2007). Destaca-se aqui o movimento indireto ou, para os mais atentos, direto de

culpabilização do indivíduo das mazelas sociais que o atinge, desconsiderando os aspectos macros e micros que o envolvem. Elemento desencadeador de um estigma sobre os beneficiários do PBF, que se amplia sobre os usuários da política, em especial aqueles que frequentam os CRAS. Em muitos casos, reproduzidos por trabalhadores e gestores do SUAS, concretizando a identidade subalterna da política ao seu usuário.

Para Yazbek, a concepção de pobreza que envolve as ações da política de assistência social se traduz pela carência de direitos, de possibilidades e esperanças. (SILVA, 2014b). Ou seja,

> a pobreza não se restringe á dimensão material da existência humana, penetrando perversamente na vida espiritual dos que a vivem. Observamos que, na sociedade capitalista, os segmentos subalternizados e excluídos são privados não apenas do consumo de mercadorias e da riqueza social, mas também muitas vezes do conhecimento necessário para compreender a sociedade em que vivem e as circunstâncias que se encontram. (YAZBEK, 2006, p. 155).

Nesse sentido, as múltiplas necessidades sociais que atingem a dimensão da existência humana dos sujeitos os alocam dentro do processo de acumulação capitalista, em um lugar que aos pobres pertence nessa sociedade. O próprio movimento da estrutura constrói mecanismos tanto no plano socioeconômico como no político que fixam esses sujeitos em um determinado lugar (YAZBEK, 2006). Lugar esse de subalternidade, de subjugo, repleto de moralização e de distanciamento. A partir desse pensamento, podemos entender uma contradição exposta na política de Assistência Social: ao passo que ela se propõe retirar os sujeitos do isolamento social e das ditas situações de vulnerabilidade, os coloca em um lugar distanciado da sociedade, mas que por essa não é julgado como lugar perigoso ou de risco para ela. Notoriamente é a retórica do enquadramento funcional do pobre ao lugar que lhe pertence.

Cabe aqui um alerta aos trabalhadores do SUAS, em especial ao assistente social que, como mediador, “transita entre os dois mundos complementares: o universo dos dominantes e o universo dos dominados, numa posição muitas vezes ambígua na medida em que se situa no campo de interesses contrapostos.” (YAZBEK, 2006 p. 24). O uso de técnicas e instrumentais restritos a construção a-histórica do sujeito, voltados apenas para quantificar e classificar o grau de seu mérito a benefícios, reproduz a lógica excludente do capital e o nivela nos patamares da subalternidade e não da emancipação.

Retomando o processo histórico, no ano de 2011, ocorreu a reformulação da LOAS, quando incorporou o termo SUAS, dando legitimidade e legalidade para toda a estrutura federativa e participativa desse sistema. No Rio de Janeiro, a pasta da assistência social é gerida

por Rodrigo Betlhem (2011/12) que, por ocasião de preparação da cidade para sediar os grandes eventos esportivos, investiu em ações para a população em situação de rua. Com medidas de viés higienista, a atenção a esse segmento populacional era, notadamente, para responder as inquietações da elite carioca. Tais medidas também foram em seguida adotadas como prática de recolhimento compulsório de crianças e adolescentes em situação de uso de crack. Essa prática era realizada por policiais militares e profissionais da assistência social. Ela acontecia regularmente em observação às determinações arbitrárias do governo estadual e municipal, até o ano de 2016.

Esse período engloba o segundo mandato do prefeito Eduardo Paes (2013-2016), quando Adilson Pires assume a assistência social e, em consonância com a nomenclatura adotada pelo governo federal, muda o nome da SMAS para SMDS, cria a Secretaria de Inclusão Produtiva e a Coordenadoria Geral de Direitos Humanos, a qual foi transformada em Subsecretaria, no ano de 2015.

No cenário nacional, em 2015, frente à "agudização da crise, traduzida no déficit da economia brasileira, a burguesia decidiu 'se livrar de intermediários', como os governos democrático-populares" (SANTOS, 2019, p. 488). Assim, forjou diretamente seus próprios pressupostos no poder, emplacando um golpe de inflexão do reordenamento democrático, que impediu a continuidade do Governo Dilma, sendo ela substituída por Michael Temer, que conduziu um governo "ilegítimo". Esse novo governo efetivou algumas reformas, entre elas a trabalhista, que é a expressão notória da negativa às conquistas históricas da classe trabalhadora, a qual encontrava-se enredada pela manipulação da nova guisa do trabalho fundamentado na lógica da acumulação flexível proposta pelo capital internacional nos idos dos anos 1970.

Na linha dos gastos públicos, a redução efetivada nas regras do desenvolvimento neoliberal para o país, o governo "golpista" fomentou e aprovou a Emenda Constitucional 95/2016, que trata da definição de um teto de gastos. Ela reduz o orçamento das políticas sociais, dentre essas a da assistência social, reverberando na proposta de enfrentamento das desigualdades a partir da focalização das ações de proteção social (suprimindo o significado da Seguridade Social expresso na Constituição Federal de 1988). Isso reduz a assistência social à reprodução da lógica de política pobre para pobres, tendo a pobreza como a única manifestação da questão social.

> O corte de recursos imposto ao SUAS pelo Governo Temer evidencia bem mais do que uma medida de contenção de gastos. Expressa uma opção política pautada na concepção de que sistemas de proteção social são secundários, desnecessários podendo ser flexibilizados no seu financiamento, considerado seu custo elevado segundo a clássica lógica fiscalista do discurso neoliberal. As medidas de redução de

> investimentos também expressam a ruptura de pactos sociais e federativos, ou seja, os pactos entre as instâncias federativas na composição de recursos e responsabilidades para provisão dos serviços socioassistenciais, bem como o pacto entre as classes que moldou o padrão de proteção social desenhado na Constituição Federal de 1988, com lastro em ideais universalistas, vinculados a uma perspectiva de cidadania em que os direitos são inscritos num código de pertencimento à nação. (ARAUJO; ARAUJO; CARNEIRO, 2019, p. 45).

Além disso, o Governo Temer criou o Programa Criança Feliz, como ferramenta para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam, aos seus pequenos, meios para promover seu desenvolvimento integral. É uma estratégia alinhada ao Marco legal da Primeira Infância instituída por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, e alterado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018. (MDS, 2020). Esse resgata o fantasma do primeiro-damismo e fragmenta ainda mais as ações das políticas.

Nada é tão ruim que não possa piorar! O sucessor de Temer, Jair Bolsonaro, com o discurso: "Brasil acima de tudo e Deus acima de todos" atraiu a adesão de

> segmentos da pequena burguesia (classe média) racistas e neofascistas, hordas neopentencostais, agrupamentos instalados nos aparatos de repressão dos estados (PM), estratos da segurança privada, setores da Polícia Federal, e profissionais da pequena política nos diversos níveis do parlamento. (PINHEIRO, 2020, p. 1).

Tais segmentos, por meio de diferentes formas de manifestação, expressaram o apoio e o desejo de ruptura dos pilares democráticos, que ainda se mantêm no Brasil, conduzindo um tipo de "procissão com ladainhas" a favor de um golpe de Estado e da instalação de uma ditadura militar envoltos a *fake news*. Se é que isso, de forma velada, já não tenha ocorrido nesse país. Além disso, Bolsonaro realiza uma associação visceral com o governo norte americano constituindo uma aliança tendencial para o Brasil exercer "um subimperialismo títere e servil na América do Sul", se tornando "fonte importante de captação das pressões de Trump e do neofacismo mundial sobre o governo brasileiro" (MARTINS, 2018, p, 1).

A posição fundamentalista, ultraconservadora e de extrema direita do governo de Bolsonaro deu novos rumos à política de assistência social, que, sob o comando da Ministra Damares Alves, transforma o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome no Ministério da Cidadania e Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Esse se apresenta ao longo do governo como um Ministério que não representa em nada os direitos humanos. Ao contrário, ele implementa ações moralizadoras e de intencionalidade voltada ao enquadramento da população a padrões morais religiosos.

Os traços fundamentalistas já pairavam na cidade do Rio de Janeiro desde a eleição de Marcelo Crivela, em 2017. O então prefeito tinha uma forma peculiar de lidar com as questões

públicas. Talvez para ele não houvesse separação entre Igreja e Estado, sendo muito criticado por suas posturas preconceituosas, antidemocráticas e que feriam a laicidade da máquina pública.

Na gestão da assistência, verificamos mais uma vez a mudança da nomenclatura de denominação da SMDS para Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH); todas as subsecretarias foram renomeadas para Coordenadorias. Em 2018, o então Secretário João Mendes de Jesus exonerou 35 assistentes sociais do cargo de gestão por questões partidárias, desconsiderando os trabalhos desenvolvidos pelos referidos profissionais e infringindo as recomendações da NOB-RH/SUAS.

No âmbito nacional, identificamos outro golpe na assistência social. Este referente ao financiamento. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aponta para a diferença entre o valor orçamentário aprovado e o valor efetivamente repassado pelo governo, o qual supera 1 bilhão, em 2019. Em relação ao ano de 2020, esse montante é pelo menos 15% inferior ao aprovado no ano anterior.

A Portaria 2.362 de dezembro de 2019 que "estabelece procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social decorrentes do monitoramento da execução orçamentária realizada pelo Fundo Nacional de Assistência Social para promover a equalização do cofinanciamento federal do SUAS à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual" se revela como um laudo obituário aos serviços socioassistenciais, principalmente, para os municípios pequenos, que dependem quase que exclusivamente do repasse federal.

> Vale destacar, portanto, que no período de 2016 a 2020 assiste-se a um desmonte do campo protetivo emanado por: (I) nova autorização legal de recolhimento no investimento, conforme gritam os dados oficiais e demais estudos; (II) desmonte do modo republicano de gerir a política pública, retornando os acordos clientelistas entre aliados políticos, o que pode ser notado por estudos realizados pelos setores de vigilância socioassistencial do Nordeste, que demonstram índices mais aviltantes em termos de repasse orçamentário e corte de benefícios para a região; (III) desconsideração pelas instâncias participativas deliberativas, em especial a ausência de pactos de aprimoramento e de colocar em curso as deliberações do II Plano Decenal; (IV) o retorno de uma visão conservadora na execução das políticas sociais em geral e na assistência social, numa tentativa de plasmar convicções religiosas com os direitos sociais que figuram no campo público e laico da gestão dessa política pública. (RIZZOTI; LOPES, 2021, p. 50).

Nesse cenário soturno, a manutenção do SUAS "como um sistema público não contributivo, descentralizado com a função de gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira" se torna um desafio tanto para gestores como para os trabalhadores da política de assistência social (MDS, 2005, p. 13).

Essa política assume uma posição de controle e adequação dos “excluídos”, que são definidos como usuários da proteção social básica ou da especial, público-alvo em potencial de programas de transferência de renda, cujo benefício eleva os sujeitos da sua condição de miserável à de pobre consumidor. Desta forma, a assistência social ganha centralidade no trato das contradições sociais, deixando de ser uma política de acesso às demais políticas setoriais.

Notoriamente, nesse contexto, observa-se um apelo ao voluntarismo e à responsabilização da sociedade no suporte aos “coitados”, que não conseguiram ser socialmente fortes e por isso necessitam do “olhar de piedade” dos “não coitados”. Isso ocorre, não como princípio de gestão compartilhada, mas como estratégia de auto desresponsabilização estatal, retomando e fortalecendo os estigmas sobre os pobres e “inaptos”, subjugados no processo de naturalização da questão social e culpabilização individual das mazelas sociais, que os colocaram em situações de vulnerabilidade social. Embora esses estigmas já fossem existentes, o que salta aos olhos nesse período é a intensidade discriminatória desse processo.

Outro aspecto que caracteriza a política de assistência no cenário contemporâneo se refere ao entendimento dessa política como de segunda categoria, subalternizando-a às ações conservadoras estatais e de instituições de segurança pública e de justiça. As ideias de “empoderamento”, inovação e empreendedorismo, propagadas nos projetos e ações sociais pontuais e emergentes não ultrapassam as propostas de reciclagem de lixo e restrição dos sujeitos a posições de não privilégio no mercado de trabalho. Definindo ao pobre o lugar no qual ele deve ocupar, sendo ele condenado por sua condição socioeconômica.

Além da descarada desqualificação dos direitos e da notória estratificação entre pobres e não pobres, o governo Bolsonaro foi desrespeitoso ao princípio da democratização. Entre outros feitos, ele não autorizou a realização da XII Conferência Nacional de Assistência Social marcada para ocorrer em 2019. Todavia, por resultante da organização e força da sociedade civil, em novembro do mesmo ano, ocorreu a Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, em Brasília.

Em meio a essa calamidade, não podemos deixar de mencionar os trabalhadores do SUAS. Apesar de a Nob-RH regulamentar as equipes, a questão dos recursos humanos ainda é um desafio para a administração pública, em especial na assistência social, devido a sua “tradição de não-política, sustentada em estruturas institucionais improvisadas e reduzido investimento na formação de equipes profissionais permanentes e qualificadas para efetivar ações que rompam com a subalternidade, que historicamente marcou o trabalho nessa área.” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2017, p. 87). Ademais, o quadro desses profissionais revela o “universo heterogêneo de trabalhadores, composto por profissionais da rede estatal, em suas

três esferas, e da extensa rede privada de entidades da assistência social, com uma diversidade de áreas de formação e de vínculos de trabalho." (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2017, p. 87). Ainda na visão das autoras

> Por ser uma área de prestação de serviços, cuja mediação principal é o próprio profissional, o trabalho da assistência social está estrategicamente apoiado no conhecimento e na formação teórica, técnica e política do seu quadro de pessoal, e nas condições institucionais de que dispõe para efetivar sua intervenção. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2017, p. 87)

Nessa perspectiva, podemos afirmar que os trabalhadores do SUAS, exceto os que por si só se dedicam à sua qualificação, em geral são presas fáceis das normatizações institucionais e da política do trabalho a ser executado. Tais normatizações definem práticas profissionais ordenadas por padrões de linguagem e de técnicas de ações e documentais, expressas no cotidiano do fazer profissional desses trabalhadores. Notadamente, quando incorporam nomenclaturas institucionais ou da própria política social, a saber, o entendimento de instituição como "equipamento"; a organização de recursos como otimização do orçamento; o atendimento como "acolhimento"; a queixa como desabafo; a crítica como rebeldia; a inconformidade como ausência de compreensão; a negligência como algo natural; a entrevista como cadastro; o usuário como beneficiário; o direito como mérito; o espaço como "território"; o atendimento em grupo como terapia; a articulação para ação profissional como "rede", entre outros. Além de igualar os diferentes profissionais atuantes – pedagogo, assistente social e psicólogo – como técnicos que assumem a mesma responsabilidade e prática institucional, descaracterizando as especializações profissionais. Todos esses elementos, aliados à relação simbióticas com as ações da sociedade civil, promovem o retorno à destecnificação e desqualificação da intervenção sobre as mazelas sociais.

Na cidade do Rio de Janeiro, com a resultante do pleito de 2020, Eduardo Paes retorna ao governo municipal, em meio a pandemia de Covid-19, para o qual declara posição diferente do governo federal e de seu antecessor. A proposta é seguir as orientações sanitárias e construir estratégias para manter a economia da cidade e o turismo ativos. Com a bandeira de campanha voltada para questões de saúde, educação, transporte e segurança pública, parece que a assistência social não seria alvo de grandes mudanças em seu governo. As propostas para essa área se restringem à redução dos alarmantes níveis de pobreza e indigência por meio da ampliação dos recursos do Programa Cartão Família Carioca e da implantação de novos restaurantes e farmácias populares.

Todavia, nos tempos de isolamento social, a atuação da política de assistência social se torna tão essencial quanto a da saúde, por isso, percebe-se uma ampliação de ações via CRAS e CREAS, em especial aquelas voltadas ao Cadastro Único – em conexão com as propostas federal de recuperação da economia, via transferência de renda –, à população em situação de rua e à violência doméstica.

As complexas situações de "vulnerabilidade" e de "risco social" são enfrentadas pelas ações da SMAS, a qual foi organizada em 3 subsecretarias (de Proteção Social Básica, de Proteção Social Especial e de Gestão) e cinco coordenadorias (Geral de Desenvolvimento e Inovação Social; Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social; dos Conselhos; dos Programas de Transferência de Renda; de Segurança Alimentar e Nutricional), para além das Organizações da Sociedade Civil que atuam como parceiras dos serviços socioassistenciais, por meio de fomentos e termos de colaboração.

A eleição de Paes traz uma nova perspectiva para a assistência social do município, que perdeu na gestão anterior investimentos preciosos ao direito da cidadania como aqueles atrelados à diversidade sexual. Uma das propostas do novo governo é laicizar as ações da Prefeitura. No contexto eleitoral de 2022, Paes alinhou o seu governo com as propostas do candidato do PT à presidência, Lula da Silva, e declara oposição ao bolsonarismo e, com isso, às práticas políticas ligadas à igreja e à moralização (VEJA, 2023). Cabe destacar que Lula ganha as eleições e, antes de assumir o cargo, já no final de 2022, realizava ações em prol da reestruturação do Brasil em suas diferentes áreas, em especial, o resgate da cidadania das minorias no país.

4.2. Mundo do trabalho: desafios e realidades dos assistentes sociais

Na construção da formação sócio-histórica do Brasil, em especial na relação século XX-XXI, identificamos o reforço na condição de economia dependente do capital internacional. Entendemos como dependente o processo de subserviência e dominação do Brasil às agências internacionais capitalistas. "Relembramos o aprofundamento da característica desigual, porém, intensamente combinada da expansão do capital-imperialismo contemporâneo e das modalidades históricas de incorporação subalterna de retardatários, sobretudo ao final da Segunda Guerra Mundial." (FONTES, 2010, p. 364).

A conexão historicamente estabelecida entre Brasil e o capital internacional gerou profundas marcas na cultura, na economia, no desenvolvimento social e político do país, as

quais se reverberam em contradições materializadas em situações concretas com as quais o assistente social lida diariamente no desenvolvimento de seu exercício profissional.

Desmistificando essas situações concretas na assistência social, elas se apresentam com roupagem de condições de risco e de vulnerabilidade social vivenciadas pela população usuária dos serviços socioassistenciais. Portanto, transladar o movimento externo (macro) e identificar as manifestações concretas dele em forma de demandas para o Serviço Social não é um exercício automatizado que se faça de imediato, ou seja, sem as devidas análises e articulações necessárias.

Esse exercício exige capturar as mediações na dinâmica dos fenômenos. Portanto, se destacam aqui a necessidade de conhecimento do profissional sobre o contexto socioeconômico e político do país e o entendimento de como essa conjuntura influencia a rotina institucional e as relações de poder dentro da instituição, mudando o perfil gerencial. Tal perfil atinge o assistente social em duas dimensões: a de trabalhador inserido na divisão sociotécnica do trabalho, portanto, atrelado a determinados vínculos empregatícios e relações contratuais e a da competência profissional ligada a inúmeras exigências impostas na relação de compra e venda da força de trabalho, nos novos padrões de políticas sociais e na gestão do trabalho.

4.2.1. O assistente social, relações trabalhistas e o SUAS: dados de uma realidade

Como trabalhador, as novas regras de gestão conectadas às propostas neo/ultraliberais de reestruturação produtiva colocam no mesmo cenário de trabalho profissionais com diferentes vínculos e diferentes remunerações, produzindo uma individualização dos trabalhadores. Ou seja, o trabalhador preso nas novas regras do mercado não consegue se identificar na luta do outro trabalhador. Como se a luta de um fosse isolada da do outro, perdendo a característica de classe e coletividade. Para Castel (2005a, p.45), esse novo cenário de mundo globalizado impõe "uma gestão fluida e individualizada do mundo do trabalho [a qual] deve substituir a sua gestão coletiva a base de situações estáveis de emprego". O que está em jogo aqui "é fundamentalmente a instauração de uma mobilidade generalizada das relações de trabalho e das carreiras profissionais e do estatuto do emprego." O autor irá definir que esse movimento se refere ao processo de descoletivização, reindividualização e de inseguração do mundo do trabalho. Com isso, é possível entender que quanto maior a diversidade de vínculos empregatícios, maior a fragilidade e fragmentação de interesses dos trabalhadores.

Sendo assim, sobre os dados de um quadro geral da SMAS/RJ, temos: do total 2.505 trabalhadores lotados nas 10 CAS, apenas 23% são estatutários, ou seja, cerca de 578

> profissionais são concursados e empossados como servidores públicos. Já no âmbito da gestão no Nível Central (sede da Prefeitura lotada nas coordenadorias e nas Subsecretarias), do total de 702 servidores, 38% são estatutários (CMAS RIO, 2022). Somando os dois montantes teremos total de 1.280 servidores dos quais apenas 584[93] são assistentes sociais e, desse total, 248 estão lotados na Proteção Social Básica. Cabe salientar que os 77% restantes do corpo de servidores lotados nas CAS e os, aproximadamente, 62% do Nível Central possuem outras formas de vínculo empregatício, os quais se dividem em conveniados sendo, respectivamente, 76,8% e 58,7%, ou comissionados, respectivamente, 0,02% e 3,4%. (CMAS RIO, 2022).

No montante de conveniados, não há uma forma única de contratação, culminando em uma composição institucional por profissionais atrelados a uma multiplicidade de estatutos de assalariamento no mesmo espaço de trabalho. Ademais, entre os conveniados, há assistentes sociais e outros profissionais de nível superior, os quais são contratados como Assistente I, ou seja, contratação como cargo genérico, configurando a não contratação de determinadas categorias profissionais para além de concurso público. Aqui temos uma expressão particular do movimento internacional do capital, marcado pelo pensamento neoliberal, que se consolida como cultura de modernidade conectada ao processo de "desresponsabilização do Estado com a proteção do trabalho, a empregabilidade e as parcerias do capital com o trabalho, concretizando a difusão massiva de ideias e valores que reconceituam as reivindicações e conquistas históricas das classes trabalhadoras." (MOTA; AMARAL, 2000, p. 35).

A forma empresarial assumida pela gestão pública de terceirizar, ou seja, de transferir as suas responsabilidades contratuais e de relações trabalhistas a outras entidades não públicas, configura no compromisso da máquina pública com as propostas neoliberais de reduzir a estrutura operacional, diminuir os custos, economizar recursos, descentralizar a gestão e desobrigar o Estado de suas responsabilidades com a efetivação de direitos sociais e trabalhistas. Em outras palavras, "a terceirização é um mecanismo que permite tornar a produção flexível, facilitando o ajuste dos estoques de força de trabalho aos ciclos produtivos, ao transformar gastos fixos em variáveis, e é importante instrumento para as empresas reduzirem o custo com o trabalho" (MARCELINO, 2002 apud PELATIERI *et al*., 2018, p. 34). Na visão de Antunes (2015, p. 10),

---

[93] Usamos como referência o Plano Municipal de Assistência Social do período de 2018-2021, que utiliza a base de dados da Coordenadoria Geral de Gestão de Pessoas do Sistema Municipal de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro (CGP/SIMAS) por não ter acesso a dados específicos relacionados a assistentes sociais mais atuais. Cabe destacar que no Plano Municipal vigente não consta dados especificados por cargos e funções.

> a terceirização vem se constituindo no principal mecanismo, em praticamente todas as partes do mundo, para expandir as formas de acumulação flexível que se desenvolvem através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, da flexibilidade salarial, das "células de produção", dos "times de trabalho", dos grupos "semiautônomos", além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o "envolvimento participativo" do(a)s trabalhadores(as). O "trabalho polivalente", "multifuncional', "qualificado", combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade reduzir o tempo e aumentar a intensidade e exploração de trabalho. As práticas de imposição de "metas" como medição cotidiana da produção, as definições de "competências" a serem realizadas pelos "colaboradores", tornaram-se o ideário e a pragmática empresarial da empresa flexível vigente no mundo financeiro.

Nesse sentido, a prática da "terceirização é um fenômeno velho e novo ao mesmo tempo, e a novidade está no lugar central que ocupa no capitalismo flexível e no seu crescimento e generalização, constituindo uma verdadeira epidemia sem controle". (DRUCK *et al*., 2018, p. 115). Ela,

> fragmenta ainda mais as possibilidades de ação e de consciência coletivas, incentiva a nefasta individualização das relações de trabalho, amplia a concorrência decorrente do sistema de metas e competências, criando o cenário ideal para as empresas dificultarem ao máximo a atividade sindical em defesa dos direitos sociais do trabalho. Vale lembrar que a terceirização impõe também uma pulverização dos sindicatos, ocorrendo muitas vezes que, em uma mesma empresa, os diferentes setores terceirizados vinculem-se a sindicatos diferenciados, quando não são proibidos de fato de exercerem filiação e atividades sindicais. (ANTUNES, 2015, p. 11).

Assim, a terceirização possibilita adensar a fragilidade e gerar a multiplicidade de vínculos empregatícios, o que, consequentemente, impacta a classe trabalhadora nas formas de fragmentação e de vulnerabilidade dos trabalhadores.

> As condições de trabalho dos terceirizados são marcadas por menores salários, menor tempo de emprego, maiores jornadas, maior rotatividade e maiores índices de acidentalidade e de adoecimentos ocasionados pela ocupação. Além das desvantagens nas condições de trabalho e salários, os trabalhadores terceirizados ficam frequentemente desprotegidos no encerramento dos contratos (PELATIERI *et al*., 2018, p. 34).

Os trabalhadores, na eminência da perda do emprego, frente aos índices alarmantes de desemprego no país, apesar de constatarem a corrosão de seus parcos direitos trabalhistas, se veem impulsionados a assumirem posturas menos conflituosas com o empregador, se tornando mais subalternos às propostas do mundo do trabalho. Nas negociações coletivas, os trabalhadores vítimas da terceirização sofrem com a fragmentação da representação sindical; anteriormente representados por uma entidade sindical com maior tradição, ensejam

frequentemente, o rebaixamento de direitos previstos em convenções e acordos coletivos de trabalho (PELATIERI *et al*., 2018).

Isso evidencia o "matrimônio" do Estado com o capital e o seu "divórcio" com a classe trabalhadora. Portanto, se o perfil estatal neoliberal é de um Estado de desproteção social, fica óbvio que as suas ações "desprotetivas", a princípio, devem reorganizar o mundo do trabalho de forma a desorganizar a classe trabalhadora. Temos aqui uma realidade desoladora,

> inclusive para as/os trabalhadoras/es concursadas/os que integram o funcionalismo público, marcado pela falta de investimentos públicos nas políticas sociais; pela tendência progressiva de redução de trabalho vivo que afeta a composição das equipes; pela extinção de programas e serviços; pelo crescimento das parcerias público-privadas na direção da privatização; pela terceirização e flexibilização dos contratos de trabalho por projetos e nas modalidades de consultoria ou assessoria; e pela perspectiva gerencialista que impõe rotinas de controle e de produtividades com base na racionalidade instrumental e empresarial. (BRITES; BARROCO, 2022, p. 228).

Em relação a SMAS do Rio de Janeiro, no âmbito da Proteção Social Básica, especificamente, nos CRAS, segundo informações disponíveis no CadSUAS, há 217 assistentes sociais cadastrados, sendo 188 servidores/estatutários e 29 terceirizados (MDS, 2023). Cabe ressaltar que, hipoteticamente[94], pode haver outros assistentes sociais com outros vínculos, mas que não estão cadastrados como assistentes sociais no sistema ou ainda há possibilidade de haver, no equipamento, profissionais que não foram cadastrados pelos gestores no CadSUAS. Todavia, o universo de não servidores/estatutários pode ser maior, pois os gestores podem entender e cadastrar os comissionados como servidores. Embora, em geral, os comissionados sejam servidores temporários, eles não devem ser arrolados como servidores no sistema. Entretanto, aqui não temos dados para desmistificar tais possibilidades.

Além de assistentes sociais, outros profissionais de nível superior, tais como pedagogos e psicólogos, quase que o total dos profissionais estão cadastrados como terceirizados. Dado muito relevante, uma vez que esses profissionais exercem funções na equipe técnica. Vale relembrar que, na configuração do SUAS, os profissionais que compõem a equipe técnica, independentemente de sua formação profissional, dividem as mesmas atribuições (MDS, 2009; PNAS, 2004).

---

[94] No serviço público de uma forma geral, é comum identificarmos os profissionais denominados "em desvio de função".

Outro elemento em destaque é a dinâmica patrimonialista assumida por muitos profissionais terceirizados, com destaque os comissionados. Para FIUZA; COSTA (2015, p.70), o funcionário patrimonial[95]

> inserido na lógica patrimonialista tem dificuldade em distinguir as esferas pública e privada, isto é, para ele o cargo que ocupa é propriedade do político que o indicou para tal. Além disso, nutre o sentimento de estar a serviço do chefe político e não da sociedade, isto é, obedece apenas às determinações de seu "padrinho".

Do universo de assistentes sociais assinalados, embora o quadro de terceirizados seja apenas de aproximadamente 13,4%, esse montante não está isento dos desdobramentos gerados nas relações trabalhistas e institucionais, oriundas das transformações no mundo do trabalho. Vale destacar a lotação desses trabalhadores nas regiões mais populosas, conhecidas como bolsões de pobreza e de grande incidência de dominação do tráfico e da milícia, tais como: as Zonas Norte e Oeste da Cidade. Essas regiões apresentam cenários complexos e de difícil intervenção, além de coincidir com espaços de grandes conflitos armados e de atuação de instituições privadas e/ou de organizações sociais (ONG), que utilizam da vulnerabilidade social da população como instrumento de marketing social. Quando possível, os servidores preferem migrar desses espaços empurrando os terceirizados para neles atuarem. Nota-se claramente uma relação de privilégios por ser ou não servidor estatutário.

Dos dados coletados nas entrevistas com os assistentes sociais em nossa pesquisa, do total das 55 entrevistas em profundidade realizada, 19 foram com assistentes sociais lotados nos CRAS de diferentes regiões da cidade do Rio de Janeiro. Em relação ao vínculo empregatício, todos os profissionais são servidores estatutários. Todavia, essa condição não isenta os assistentes sociais de cobranças de produtividade, alcance de metas e polivalência de seu trabalho, exigências dos novos modelos de gestão pública.

Em resposta à pergunta referente às cobranças quantitativas de trabalho, cerca de 12 assistentes sociais confirmaram a intensa cobrança quantitativa das atividades realizadas. Dentre essas cobranças, identifica-se o preenchimento de formulários, a alimentação do sistema de dados, a produção de relatórios, a realização de reuniões e as visitas domiciliares e os números de atendimentos à população. Conforme afirmativa da AS 12, além da execução de suporte geral ao equipamento, "eu acabo circulando por todos os profissionais dentro do CRAS

[95] Segundo Fiuza; Costa (2015) o pensamento de Faoro (1993) define o funcionário público como o elemento que sustenta a dinâmica patrimonialista na administração pública, ou seja, aquele que mantém a ordem e a estrutura da administração pública.

e eu acabo executando funções que não são inerentes a minha categoria com os objetivos de otimizar o atendimento".

Por outro lado, nas entrevistas, das 19, apenas 10 assistentes sociais afirmaram sofrer a exigência de apresentação de uma qualificação dos serviços prestados à população. Contudo, tais cobranças não centram na especificidade de acúmulo de conhecimento, mas de adaptação aos métodos dispostos nos indicadores de qualidade definidos pela gestão. O que nos remete ao debate da competência, atribuições e trabalho profissional.

Vale destacar que com base no quadro exposto é possível constatar que as mudanças no mundo do trabalho interferem de forma significativa no cotidiano do assistente social, independentemente de seus vínculos empregatícios, embora acordemos que a condição de servidor público lhe garanta alguns direitos que são negados a outros trabalhadores, que não estejam nessa mesma relação trabalhista. De fato, essa condição não o isenta das exigências impostas nos novos padrões de gerenciamento do trabalho.

4.2.2. Reflexões sobre as "novas" competências impostas aos assistentes sociais

Antes de iniciarmos esse item, queremos lembrar ao leitor que nos capítulos anteriores demos o foco à trajetória do Serviço Social. Em sua contextualização, abordamos as propostas de renovação da profissão e sua estruturação no projeto ético-político, o qual tem como um de seus pilares a Lei de Regulamentação da Profissão, que dispõe sobre as competências e atribuições do assistente social. Com base nisso, sigamos com os dados da realidade e a reflexão sobre como as novas exigências de competências no mundo do trabalho, que impactam a prática profissional no âmbito da assistência social.

Competências[96] essas que excedem àquelas definidas nos "Parâmetros para Atuação de Assistentes sociais na política de assistência social" (CFESS, 2015). Com base nas entrevistas realizadas com assistentes sociais da SMAS/PCRJ, que atuam nos CRAS, podemos identificar algumas dessas "novas requisições" para os profissionais. Uma delas se refere à "gestão de benefícios e programas sociais".

[96] Competências aqui estão relacionadas ao modelo de competência, ou seja, um novo arcabouço de requisições pautado em conhecimento e prática, cujo exercício é imposto ao assistente social, e excede ou distorce as suas atribuições ao centrar-se na especialização de sua formação e não em um arcabouço generalista de ações. Ou seja, o que chega para ao Assistente Social também chega para o Psicólogo na mesma gama.

No cenário contemporâneo, as regras que configuram os programas sociais alinham-se à ferramenta federal de identificação social do usuário, que é o Cadastro Único[97] (CadÚnico), que, em geral, é realizado nos CRAS. Na implantação do CadÚnico, muitos assistentes sociais foram convocados a serem entrevistadores sociais, mas a resistência política representativa da categoria conseguiu deslocar os assistentes sociais da condição de entrevistadores para a de gestores do CadÚnico. A alegação do enfrentamento consistia no entendimento de que a reprodução automatizada de preenchimento de dados, como entrevistador de CadÚnico, minimiza as potencialidades das competências profissionais, podendo ser tal atividade realizada por um profissional não especializado de nível médio.

Nos casos em que "havendo evidências de omissão de informações ou de prestação de informações inverídicas pela família, o município e o Distrito Federal adotarão as providências necessárias para apuração dos fatos e averiguação da fidedignidade dos dados cadastrados, os gestores municipais designam a equipe técnica dos CRAS, em especial os assistentes sociais, em cumprimento ao artigo nº 23 da Portaria 177/11 (MDS, 2011), para a realização dos procedimentos de averiguação.

Tal designação também suscita debates, devido a expressão do viés controlador e "policialesco" de comprovação da verdade. Porém, a ação do assistente social, nesses casos, deve imprimir o viés pedagógico de abordagem socioeducativa e não de condenação e coerção, que reproduzem a culpabilização da família ao invés de desmistificar a realidade que a alude.

O assistente social deve seguir o mesmo caminho nas situações de quebra das condicionalidades. A gestão das condicionalidades apresenta contornos delimitados por intervenções de natureza burocrática, marcada meramente por ações de controle, fiscalização, cujas medidas são estigmatizadoras, coercitivas e punitivas. Para Carnelossi (2016, p. 133), os assistentes sociais

> ao penalizar famílias por descumprirem condicionalidades acabam por, concomitantemente, contribuir no processo de estigmatização de beneficiários pobres, gerando situações nas quais a vergonha é imposta por fora, sob o status de "descumpridor de condicionalidades".

[97] "O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é a ferramenta de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. É um importante instrumento de planejamento de políticas públicas, pois proporciona, em uma só base, um retrato abrangente das condições de vida dos cidadãos brasileiros mais vulneráveis, agregando informações de renda, características do domicílio, escolaridade, deficiência, entre outras. (...) O Cadastro Único é o instrumento do Governo Federal para a seleção de beneficiários e a integração de programas sociais, assim como para subsidiar políticas públicas estaduais, distritais e municipais." (MDS, 2007).

O aspecto conservador dessas intervenções é o que colocamos em voga, pois ele nos remete aos modelos de práticas profissionais do século passado.

> Nesse contexto, os profissionais do Serviço Social têm suas atribuições assinaladas pelos seguintes imperativos: organizar atividades socioeducativas de ativação, preencher registros, incorporar documentos comprobatórios de ocorrência e sua motivação, avaliar as justificativas apresentadas nos recursos pelos beneficiários, arquivar a documentação que comprova as justificativas alegadas e emitir parecer com a fundamentação da decisão de aplicação ou não das sanções previstas etc. (CARNELOSSI, 2016, p. 137).

Semelhante a metodologia incorporada pelo Serviço Social de Casos, que tinha como bases avaliativas de concessão de benefícios critérios econômicos e repressivos, o inquérito social, de características controladora e fiscalizadora, contava com estudos para a detecção e desenvolvimento da capacidade latente dos usuários, objetivando classificar o beneficiário e indicar os seus méritos e possibilidades de reintegração social (COSTA, 2017).

Tanto no Serviço Social de Caso como na condução do descumprimento de condicionalidades, se evidencia uma via na contramão dos propósitos do projeto ético-político da profissão. O mero cumprimento das ações burocráticas legalistas que regem o PBF e demais programas sociais ignora a direção reflexiva e dialética esboçada no projeto profissional, a partir das propostas de Intensão de Ruptura (NETTO, 2002), datadas do Movimento de Renovação do Serviço Social no último quarto de século passado.

Na requisição dessa competência, podemos assinalar dois pontos nevrálgicos. O primeiro se refere à restrição de um fazer profissional burocratizado, talvez não por escolha do assistente social, mas por imposição institucional de seguir determinados “ritos” definidos pela política social. “Ritos” mediados por instrumentais que, em geral, não foram pensados pelo assistente social na organização do seu fazer profissional. Portanto, destaca-se nesses “ritos”, a priorização da razão instrumental em detrimento da ontológica. A resultante desse processo deflagra uma prática fragmentada, cuja finalidade não coopera para os propósitos do projeto ético-político. Diante disso compreendemos que o fazer do assistente social não pode ser pensado por outro profissional.

Daí emerge o desafio posto ao assistente social na contemporaneidade, o de fazer a leitura da política e dos instrumentais, por ela regente, e transformá-los em parte integrante da ação profissional pensada. Ou seja, o assistente social frente aos “ritos” e instrumentais colocará sobre eles a intencionalidade, que forjará, neles, a finalidade profissional concatenada com os propósitos do projeto ético-político. Em suma: é mudar os objetivos dados aos “ritos” e

instrumentais a favor dos objetivos almejados pela profissão. Seria dar uma condução ontológica para aquilo que se restringe ao racional.

Exemplo, o assistente social no CRAS pode utilizar dos procedimentos orientados para a averiguação da fidedignidade dos dados inscritos no CadÚnico como instrumentos para aproximação da realidade da família cadastrada. Com isso, identificar o espraiamento da questão social no grupo familiar e a partir disso construir respostas, nas quais o próprio CadÚnico se esboça como instrumento usado pelo assistente social para mediar o alcance das finalidades por ele direcionado, no planejamento de sua ação. Segundo Vasconcelos (2015, p. 489),

> Caminhos existem. Quem pode identificar, escolher/optar por alguns deles e preparar a caminhada é o profissional/equipe. Assim, no planejamento, trata-se de pôr o profissional/equipe em condições de definir e atingir os objetivos, a partir da definição de estratégias, das atividades, instrumentos, técnicas, meios e recursos necessários, da identificação de oportunidades e de pôr o espaço profissional em condições de ser utilizado, tendo em vista os objetivos propostos. Processo que envolve problematizar e enfrentar tanto as condições de trabalho, como o campo conflituoso da política social que guarda distância entre o legal e sua realização.

A referida autora destaca, assim, o planejamento como um processo, no qual

> Estão contidas, concomitantemente as atividades de conhecimento e preparação do espaço institucional para o exercício profissional e a preparação da equipe/profissionais para a atividade profissional, o que envolve minuciar-se dos conhecimentos necessários a uma inserção crítica na realidade, apreendida com parte e expressão da totalidade social; colocar-se corretamente, tendo em vista os fins e objetivos propostos, no que se refere ao espaço e tempo institucional; desenvolver habilidades no que se refere a utilização de recursos instrumentos e técnicas. Este é um momento em que, conteúdo e forma, assim como no exercício profissional, se colocam de forma indissociável. Aqui se faz diferença crucial nos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que, mediando a definição do objetivos e estratégias, frente aos princípios e finalidades do projeto profissional, põe o assistente social/ equipe em condições de definir, identificar e priorizar as possibilidades contidas na realidade, as estratégias, os meios, os instrumentos e as técnicas necessárias à atuação e avaliação da atividade profissional, na busca de colocar em consonâncias os fins – emancipatórios – e os meios.(VASCONCELOS, 2015, p. 488).

O planejamento aqui ganha destaque como processo de consolidar a unidade teoria e prática profissional, tão propagada por alguns como algo inexistente. Logo, é uma decisão política conduzida por valores e princípios, que fomentam uma dada direção social e visão de mundo. Deste modo, o desafio posto ao assistente social frente às determinações institucionais e da política social se constitui como tal quando o assistente social assume uma posição política norteada por princípios éticos, que fundamentam a condição revolucionária da profissão. Caso contrário, cumprir determinações institucionais e seguir ‘manuais’ da política social são vistos

como atividade agregadora da prática profissional no cumprimento de seu papel sistêmico no espaço que a demanda.

Na condução do entendimento da importância do planejamento como caminho para superação do desafio contemporâneo da prática determinada, Baptista (2010) elucida alguns elementos necessários a este debate. Um deles é a construção/reconstrução do objeto de intervenção profissional. O assistente social tem de reconhecer que o objeto de sua intervenção é a questão social e as suas múltiplas expressões emergentes e vigentes nos indivíduos e nas famílias que buscam os serviços dos diferentes espaços sócio-ocupacionais, onde ele atua. Esse reconhecimento possibilita ao profissional conduzir as determinações institucionais e da política que centram no indivíduo, para os fenômenos sociais que envolve os indivíduos e as famílias atendidas.

Retomando o exemplo acima, o foco da intervenção do assistente social em situações de apuração dos fatos e averiguação da fidedignidade dos dados cadastrados não está na mensuração ou julgamento da mentira contada pelo usuário, mas na identificação dos elementos sociais, econômicos e políticos que o conduziram a assumir tal postura. Uma vez identificados esses elementos, cabe ao profissional projetar propostas de intervenção a eles, que se constituem como expressão concreta da questão social.

Nesse sentido, quando o assistente social opta por planejar a sua prática profissional, ele se compromete em refletir, decidir, agir e avaliar a sua ação, o que não se dará, portanto, de forma mecanizada, automatizada e nem pragmática. Assim, escolhe o objeto, a direção e os meios para o exercício de sua prática profissional permeada por valores, com os quais ele almeja consagrar, e finalidades a alcançar em consonância a um propósito coletivo, que, no caso brasileiro, alinha-se ao projeto de superação da sociedade capitalista.

Outro elemento é que o planejamento é um processo racional, contudo, não perde a sua dimensão ontológica, pois evoca em todo o momento a capacidade humano-genérica, que proporciona produzir resultantes do movimento de dialético existentes na relação profissional-instituição-usuário.

O segundo ponto nevrálgico é o caráter fiscalizador/policialesco embutido nos procedimentos propostos pela política, os quais imprimem o intuito de coagir e estigmatizar o usuário. O Artigo 3º do Código de Ética Profissional de 1993 (CEP) dispõe sobre os deveres do assistente social. Na alínea b, ele determina que o assistente social DEVE "abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o *policiamento dos comportamentos*, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes" (grifos nossos). E, ainda no artigo 6º, é vedado ao assistente social "exercer sua autoridade de

maneira a limitar ou cercear o direito do usuário de participar e decidir livremente sobre seus interesses.” (alínea a).

Diante disso, o assistente social teria apenas que negar-se a realizar a gestão dos benefícios e condicionalidades dos programas sociais? Não! O assistente social munido de seus conhecimentos institucionais, sobre a política e obviamente sobre a sua profissão, utiliza desse arcabouço de conhecimentos para se instrumentalizar e construir estratégias de direcionamento de sua prática profissional afinada ao projeto ético-político profissional. E no próprio CEP tem o direcionamento da ação a ser tomada. Na relação com o usuário, o Artigo 5º coloca como dever do assistente social “contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados” (alínea g).

O que está em tela é a capacidade de o assistente social realizar a leitura da totalidade social, em que ele e o usuário estão inseridos e, frente às limitações de ambos, refletir sobre a realidade e criar formas de enfrentamento dos limites que ela impõe. Em outras palavras, eu como assistente social não vou, no individual, produzir ações de contraposição ao acompanhamento das condicionalidades. Eu vou identificar como o sistema operacional disponibilizado, que possui caráter fiscalizador e punitivo, pode se transformar em um instrumental de garantia e ampliação de direitos sociais. No campo do coletivo, vou estimular o debate sobre esses instrumentos e compartilhar estratégias coletivas para a superação dos entraves emergentes nesse processo.

Apontar essas possibilidades significa que, a partir da totalidade dialética, podemos identificar que os elementos condutores do usuário ao descumprimento da condicionalidade ultrapassam a mera vontade ou escolha dele, portanto, o usuário não deve ser penalizado, mas sim fortalecido. E não somente ele, no sentido restritivo, mas todos aqueles que se estão envolvidos no mesmo processo. Nessa direção, destaca-se a importância das reuniões com as famílias. Essa não deve ser mais uma atividade que o assistente social deve desenvolver no CRAS. As reuniões devem ser encaradas pelo profissional como um espaço de expansão da cidadania, de efetivação das propostas do controle social e da formação política e ideológica da classe trabalhadora.

Portanto, as reuniões não podem ser encaradas como espaço só de palestras. “A palestra tem um caráter informativo acerca de determinado assunto que esteja sendo requerido, mesmo que implicitamente, pela população atendida. A palestra tem um tema específico para ouvintes que já têm conhecimento prévio sobre o assunto e buscam saber mais informações.” (MASSA; MENDES, 2016, p. 171). Ter as reuniões como espaço restrito a palestras retira a força coletiva que elas expressam. Minimizam a força desse espaço em detrimento do estabelecimento

permeado por uma relação bancária e hierárquica de repasse de informações sem objetivar um produto reflexivo do coletivo.

As reuniões “são espaços coletivos. São encontros grupais, que têm como objetivo estabelecer alguma espécie de reflexão sobre determinado tema. Mas, sobretudo, uma reunião tem como objetivo a tomada de uma decisão sobre algum assunto” (SOUSA, 2008, p. 127), sendo configurado como espaço crítico. Deste modo exige reconhecer os interesses e as forças em conflito, instrumentalizar o grupo, de maneira a possibilitar o seu alinhamento à luta da classe trabalhadora, produzir reflexões para a tomada de decisões conscientes tendenciosas a emancipação e a justiça social.

Essa dimensão política da reunião se imbrica a outras duas dimensões: a teórica e a ética. A primeira, “põe e repõe em âmbito do pensamento o movimento de um determinado fenômeno a ser tematizado” (COSTA; SILVA; SILVA, 2021, p. 344), o que exige conhecimento da realidade institucional, do território e das famílias representadas na reunião. Além do conhecimento sobre a temática posta em debate e a sua importância como elemento coletivo de luta. A segunda “evidencia o direcionamento reflexivo, crítico e propositivo das/os participantes de uma reunião, uma vez que os grupos partilham ou não de certos princípios e valores semelhantes” (COSTA; SILVA; SILVA, 2021, p. 344). Isso coloca sobre o condutor o compromisso de expressar o significado e as conquistas das lutas da classe trabalhadora e como isso reflete na construção de uma nova realidade possível àquele grupo a partir do compartilhamento e da absorção de princípios que orientam um projeto societário emancipatório das relações desiguais impostas na sociedade capitalista. Com base nesses elementos, entendemos que a reunião é um instrumento que, como “escolha estratégica” (VASCONCELOS, 2015), deve ser usado e conduzido pelo assistente social em atenção às famílias. Não somente daquelas que estão na condição de descumprimento de condicionalidades, mas de todas que de forma indireta ou direta estão ligadas ao CRAS.

Nesse sentido, o assistente social rompe com a versão punitiva e obrigatória da reunião e a condiciona a construção de um espaço coletivo de luta. Daí a importância de que as reuniões que acontecem com as famílias no CRAS não sejam somente de responsabilidade da Psicologia. A base da análise crítico-dialética, com a qual o assistente social é forjado, lhe permite ver para além do que está posto, sendo possível identificar limites e potencialidades. A partir dela, somos capazes de transformar um instrumento, que fora planejado por outro profissional, em uma via de valores democráticos e de finalidades emancipatórias.

Outra competência imposta à equipe técnica dos CRAS se refere às demandas do Poder Judiciário. Em nossa pesquisa, os entrevistados assinalaram como uma exigência designada

apenas ao assistente social, embora a resposta e disposição do profissional à justiça quando convocado ou nomeado não ser uma "nova" competência, mas um dever ético. O que se configura como competência é o papel designado pelas requisições do judiciário a equipe técnica da assistência social em substituição a ausência de corpo profissional em sua equipe para responder as demandas que chegam ao judiciário. Em especial, o assistente social é colocado como profissional que assumirá a competência de apoio ao judiciário em suas necessidades internas referentes às atribuições técnicas do profissional de Serviço Social.

O processo de judicialização dos direitos sociais se amplifica na medida em que o Estado recua na sua responsabilidade com a proteção social. Segundo Simões (2010, p.354), o judiciário "passou a implementar direitos sociais, condicionando a formulação e execução das políticas públicas com propósitos compensatórios e distributivos". Isso gera uma proliferação de processos jurídicos, que sobrecarregam o Sistema Judiciário e em paralelo os órgãos da rede socioassistencial. Esses últimos passam a cumprir o papel de "equipe auxiliar" do judiciário.

As requisições do judiciário, em especial da Promotoria de Justiça para os CRAS, expressam números significativos capazes de atravancar a rotina institucional. Elas se circunscrevem no requerimento de "elaboração de relatórios, realização de visita domiciliar, apuração/averiguação de denúncias, inquirição de usuários para a definição de provas processuais, e outros não especificados." (SOARES, 2020, p. 257).

As requisições do judiciário à política de Assistência Social podem ser analisadas a partir de dois eixos: um relacionado aos vínculos territoriais – a PNAS coloca para a assistência social uma leitura e relação com o território de forma diferenciada, que garante vínculos e amplia o conhecimento sobre as suas potencialidades e limitações. Características não atribuídas ao judiciário na sua relação com o território. Contudo, o baixo entendimento, por parte do sistema de justiça, sobre a funcionalidade, estrutura e organização dos serviços socioassistenciais infere em transtornos e desafios para a rede (SOARES, 2020).

O outro eixo está relacionado ao processo de desmonte do Estado que atinge o judiciário, provocando precarização do trabalho e escassez de recursos humanos. Portanto, não podemos deixar de considerar que tais requisições do judiciário são desdobramento desse novo modelo de Estado, que embute nos assistentes sociais dos CRAS a atribuição de perícia técnica, assessoria e consultoria à justiça, em compensação das faltas em sua equipe (SOARES, 2020).

Cabe destacar que, em resposta a essas requisições judiciais, o profissional se restringe ao exercício de atividades pontuais, na produção de informações imediatas e limitadas sem o devido trabalho social com a família, foco da ação profissional, descaracterizando a sua competência técnica no âmbito do espaço sócio-ocupacional em que atua. Contudo, não nos

fazendo como “advogado do diabo”, esse processo também tem um lado positivo, que é o de encaminhar ao conhecimento da equipe do CRAS determinadas situações que, por via espontânea, talvez nunca chegassem a ela. Mas ao mesmo tempo que isso pode ser considerado um ponto positivo revela uma falha na mediação sócio-organizacional, no modo de gestão dos CRAS referente ao território no qual atua.

O impacto dessas requisições do sistema de justiça nas equipes do CRAS e do CREAS é tão relevante que, em 2016, em resposta às manifestações dos trabalhadores do SUAS, no mês de maio, foi publicada a Norma Técnica (NT) nº 2, pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), contendo 32 itens a serem considerados na relação SUAS-Justiça. A referida NT invoca o princípio de intersetorialidade do SUAS e chama atenção dos gestores para a forma como se estrutura esse processo e conclui uma proposta de construção de um diálogo mais afinado entre SUAS e Sistema de Justiça, a fim de serem construídos fluxos e protocolos que assegurem e fortaleçam a relação interinstitucional, respeitando as competências e os papéis dos profissionais nos distintos serviços.

Todavia, nota-se que o referido documento responsabiliza os gestores para execução da proposta da normativa, mas o que se vê na realidade das unidades de serviços socioassistenciais é a intensificação do uso dos profissionais do SUAS para respostas das requisições do sistema de justiça. Tal fato evidencia a necessária mobilização, principalmente das entidades representativas das categorias profissionais, com destaque para a do Serviço Social e a da Psicologia, com o intuito de pressionar os gestores para a corroboração com as propostas direcionadas pela NT nº2. Mobilização essa que, se existe, ainda não chegou na ponta, ou seja, ao conhecimento dos profissionais que estão nas unidades socioassistenciais.

Os CRAS, como centro das ações da Proteção Social Básica da assistência social, têm como funcionalidade mapear e criar diagnóstico social do território. Se em algum momento isso não acontece, é porque, no âmbito gerencial da política, se prioriza as exigências de resposta às vontades políticas do Estado em detrimento ao cumprimento de suas funcionalidades. Isso expressa a materialização, em particular, do foco empresarial dado a dinâmica gerencial da coisa pública. Tal ênfase desloca os objetivos ampliados de cidadania e de proteção social para o cumprimento de exigências de produtividade e o alcance de metas, que mais servem para legitimar as ações do governo do que para responder as necessidades da população.

5. REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI

Caracterizar e compreender as entrelinhas do Serviço Social no século XXI nos exige reflexões profundas do processo histórico que construiu o século XXI e os desafios que ele esboça para a profissão afinada ao Projeto Ético-político, tanto na esfera da formação como na da prática profissional. Nessa direção, os nossos estudos vêm apresentando os elementos necessários para pautar uma reflexão e elaborar uma análise a respeito do Serviço Social desses anos, com intuito de apresentar um confronto dos estudos bibliográficos com a realidade vigente, aqui retratada pelos dados empíricos extraídos das entrevistas realizadas com profissionais de Serviço Social atuantes na política de assistência social nas unidades situadas na Cidade do Rio de Janeiro. A saber, o universo é de 19 assistentes sociais lotados na Proteção Social Básica (PSB), em específico, os atuantes nos CRAS localizados em diferentes partes da cidade carioca.

Os dados coletados nos proporcionaram delinear um perfil dos entrevistados. Em relação ao gênero e à faixa etária, todas as entrevistadas são mulheres na idade entre 40 e 60 anos. Vislumbra-se, portanto, que somados o índice de assistentes sociais na faixa etária entre 40 e 50 anos totaliza cerca de 63,2% das entrevistadas. No tocante ao estado civil das entrevistadas, cerca de 8 assistentes sociais declararam estar casadas (41,1%), 7 solteiras (37,8) e 4 divorciadas (21,1%).

A maioria das entrevistadas (10) respondeu não ter filhos, o que corresponde a 52,6%; 5 assistentes sociais informaram ter apenas 1 filho (26,3%); e as demais, cerca de 4 profissionais, informaram ter dois filhos (21,1%). Também foi perguntado às entrevistadas sobre a sua base religiosa. Do total das 19 entrevistadas, 8 se declararam católicas (41,1%), 6 evangélicas (31,6%), 4 afirmam não ter religião (21%) e apenas uma proferiu ser cristã (5,3%).

Quanto à formação profissional, cerca de 11% das entrevistadas se formaram entre os anos de 1991 e 1995; 31% entre os anos de 1996 e 2000; e, 58% entre 2001 e 2006. Essa formação foi realizada em IES públicas por 15 assistentes sociais, sendo o restante, 04, formadas em IES privadas. A maioria frequentou o ensino na modalidade presencial, destacando apenas 01 das entrevistadas que cursou a graduação na modalidade EaD. Em continuidade ao perfil formacional, do universo das entrevistas, apenas 12 declararam ter feito algum tipo de especialização, sendo 07 delas ter especialização em Serviço Social e 05 delas ter especialização em outras áreas. Ainda sobre a formação, encontramos entre as entrevistadas 3 assistentes sociais com Mestrado e nenhuma relatou cursar ou ter cursado o doutorado.

Com base nesses dados, podemos afirmar que são, predominantemente, assistentes sociais do sexo feminino, com faixa etária entre 40 e 50 anos de idade, solteiras, sem filhos, de religião católica, formadas em universidades públicas em curso presencial no período de 2001 a 2010, sendo todas assistentes sociais estatutárias (servidoras públicas) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Seguindo uma lógica temporal, entendendo que os últimos concursos que contrataram assistentes sociais como servidoras na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro foram nos anos de 2002 e 2006, concluímos que a média de atuação como assistente social das entrevistadas circunscreve o tempo entre 15 e 20 anos de exercício profissional.

A média especificada acima, que nos remonta a um perfil das entrevistadas, revela alguns elementos passíveis de análises, que vão ilustrar o nosso debate a seguir, tendo como eixo a prática profissional, no qual se busca apontar, na prática, a relação com o projeto de profissão e como ele se manifesta ou não no exercício profissional.

Nessa direção, esse capítulo apresenta um debate sobre a formação profissional, embora o eixo seja o da prática profissional, partindo do entendimento que a teoria e a prática se constituem em uma unidade. Portanto, precisamos entender a configuração da formação profissional e continuada no contexto contemporâneo para então projetarmos uma análise dos entraves e enfrentamentos, que a formação de base crítica, que fundamenta o Projeto Ético-político, se defronta e os efeitos desses entraves e enfrentamentos no cotidiano profissional, tendo como base a realidade expressa nas entrevistas.

5.1. Serviço Social: entre formação e (des)formação profissional

Nos dados já apresentados, em relação à formação profissional, pudemos verificar que o período mais antigo de formação se concentra nos anos de 1991 a 1995 e que uma expressiva quantidade de assistentes sociais se formou na universidade pública. Portanto,

- Considerando que o movimento estudantil, os docentes e os organismos representantes dos profissionais e estudantes de Serviço Social tiveram protagonismo no processo de reformulação curricular, e que a preocupação da reformulação tinha bases na perspectiva de uma nova proposta para a prática profissional (que já estava sendo construída), voltada ao rompimento da vinculação com a ideologia dominante e a tentativa de orientar uma prática comungante aos interesses dos usuários; e

- Considerando, também, que toda a força do movimento e suporte científico advinha das universidades públicas, com exceção apenas das PUCs, no sistema privado, os seus efeitos consequentemente rebateriam primeiro nesses espaços de protagonismo podemos concluir

> que, no montante das entrevistadas, todas assistentes socais em sua formação acadêmica tiveram base em currículos referenciados pelo projeto profissional, cujos apontamentos na XXI Convenção Nacional da ABESS, no ano de 1979, resultaram no ano seguinte no encaminhamento, feito pela então ABESS, da proposta curricular ao Conselho Federal de Educação (CFE), sendo tal proposta deferida em 05/08/1982 pelo parecer 412/82. No currículo que vigia à época, predominava a visão fragmentada da realidade e da atuação profissional, principalmente nos aspectos relacionados ao arcabouço metodológico específico das disciplinas de Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade (PINTO, 1986, p.95).

Em 1993, a Convenção Geral da ABESS indicou a necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, com base nas resultantes do aporte teórico crítico construído pela categoria nesse período, "com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas" (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 58). Entre 1994 e 1996, ocorreram uma série de debates, fóruns e oficinas, que configuraram em espaços coletivos e democráticos, que envolveram a comunidade acadêmica e a categoria profissional, sobre a implementação das Diretrizes Curriculares. Essas Diretrizes direcionam uma formação para a construção de um perfil de profissional com capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão crítica da realidade em sua totalidade, considerando as particularidades históricas brasileiras (ABEPSS/CEDEPSS, 1996).

O resgate histórico acima nos dá o chão necessário para reflexão de que as profissionais entrevistadas tiveram uma base crítica de formação profissional, talvez algumas no cerne de um processo mais germinal para as formadas até 1996, e outras em um processo mais frutífero, para as formadas após 1996. Desta forma, podemos pressupor que as entrevistadas tiveram uma base curricular apoiada na tradição marxista, que buscou permitir uma leitura de realidade em uma perspectiva sócio-histórica e a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.

Em continuidade ao debate da formação, vale salientar que as Diretrizes Curriculares de 1996 instituíram uma formação profissional articulada com o pensamento crítico-dialético que consagrou o significado social da profissão no cerne da sociedade capitalista. Isso coloca o assistente social envolto a "uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas." (IAMAMOTO, 2014, p. 618). Lutas essas que se intensificaram no cenário de supervalorização do individualismo e de retração do Estado. Portanto, o compromisso da formação profissional é o de engendrar o discente no universo da análise crítica

das relações capitalistas e, por meio dela, ele ser capaz de identificar os elementos materiais e subjetivos que transitam da condição de ser social a condição capitalista de existência humana. Também é compromisso da formação construir competências e desenvolver habilidade para a produção de ações e propostas de enfrentamento dos elementos que se manifestam na concretude das expressões da questão social no cotidiano profissional.

Isso significa que a formação profissional deve preparar o assistente social para enfrentar o que está dado a fazer no interesse do capital, ou seja, desempenhar a função material – na viabilização de recursos e acessos – e a função social – no substrato da personalidade e veiculação de valores e costumes, próprios da sociedade do capital. Em outras palavras,

> tendo em vista os interesses da burguesia, a função social do assistente social é atuar nas condições materiais e espirituais de existência de diferentes segmentos das massas trabalhadoras que ameaçam a ordem vigente, nos diferentes momentos históricos, não na *busca de solução para o que não tem solução nessa ordem social*, mas na busca de manter sob controle qualquer possibilidade de mobilização, organização, resistência, insurreição; cada momento histórico com suas exigências específicas. (VASCONCELOS, 2015, p. 89-90).

No enfrentamento desse estado de coisas, a formação dos assistentes sociais, assim como as propostas de educação continuada, deve enfrentar com a mesma gana as interfaces postas ao cenário da educação brasileira pelos novos regimentos sociais, políticos e econômicos estabelecidos neste milênio.

5.1.1. Um breve panorama da educação no Brasil: contexto do ensino superior.

O modelo de formação para o mercado, a valorização do ensino privado, o avanço do EaD, a priorização da extensão acadêmica em detrimento da pesquisa, o estabelecimento de uma universidade autossustentável e a tendência de mercantilização do Ensino Superior são recomendações das agências internacionais prescritas no Protocolo de Bolonha (1999), mas que já tinham referências notórias na educação brasileira, desde a LDB (1996) e que ganham força no século XXI. Cabe destacar que o ingresso do Brasil no Fórum Político de Bolonha, em 2009, "parece ter contribuído para acelerar e aprofundar a incorporação dessas recomendações nos processos de contrarreforma do Ensino Superior no Brasil" (BOSCHETTI, 2015, p. 645).

Processos esses que, se limitados às mudanças fundamentadas nos interesses do capital, implicam em abandonar de uma só vez o objetivo de transformação social qualitativa promovido pela educação, e solidificar a estrutura do sistema do capital (MÉZAROS, 2008).

Consequentemente, é necessário romper com a lógica do capital, caso queira implantar alternativas significativamente diferentes na educação. Todavia, as recomendações do Banco Mundial direcionam a educação na contramão da lógica de direito universal, direito que não reproduz a manutenção da hierarquia social. Para o Ensino Superior, as recomendações são: (BM, 1995).

- reduzir o gasto público por aluno, o que obriga as universidades a reverem a sua estrutura de custo e a diversificarem as fontes de financiamento, cobrando mensalidades dos alunos que podem pagar (crédito estudantil ou bolsas para alunos mais pobres);
- incentivar uma maior diferenciação das instituições incluindo o desenvolvimento das instituições privadas. A ideia posta defende a implantação e desenvolvimento de instituições não universitárias e promove estabelecimentos privados como Institutos Politécnicos com formação rápida e Centro Universitários. Essas instituições não incidem gastos com pesquisas e extensão, produzem uma formação modelar e atrativa ao mercado privado, instituem uma educação para o mercado de trabalho e em resposta aos interesses do capital, colocando a educação como mercadoria;
- redefinir a função do governo no ensino superior;
- adotar políticas que priorizem metas de qualidade e equidade.

Boschetti com base nos estudos de Bianchetti (2010) afirma que essas recomendações expressam as três faces propostas pelo Processo de Bolonha. A face acadêmica, que

> tem provocado a estandartização/padronização como elemento para a integração dos jovens no mercado de trabalho, em tempos de crise, com claras tendencias de alinhamento da formação "por baixo", mais focada na aprendizagem e competências, bem como currículos mais curtos e flexíveis. (BOSCHETTI, 2015, p. 644)

A face econômica, que transmuta o histórico papel da universidade de produção autônoma de conhecimento quando se dobra as recomendações do FMI, BM, OMC, e sob um discurso de modernização desburocratização e superação de uma "universidade arcaica", [sustenta] a mercantilização, o economicismo, a "empresarialização", o gerencialismo e a subordinação ao mercado e ao sistema produtivo. (BOSCHETTI, 2015, p. 644).

E a face político-cultural que constrói uma nova concepção sobre a universidade a partir de

> um novo "modelo" de organização, de estrutura, de planos de ensino, pesquisa e avaliação: essa cultura sustenta que uma boa universidade deve ser barata (menos anos, menos custos), rápida (cria uma espécie de *fast* universidade, e defende que se faz o mesmo em menos anos), padronizada (mesmo formato em diferentes realidades),

> deve ter financiamento autossustentável (graduação barata, curta e rápida, mestrados curtos e pagos para uma elite, doutorados curtos para docência e/ou pesquisa acadêmica e para a demandas do mercado); mercantilmente adaptada às exigências de expansão e acumulação do capital, sobretudo em contextos de crise do capital. (BOSCHETTI, 2015, p. 644).

As três faces propostas para as universidades europeias e adaptadas pelas brasileiras provocam profundas mudanças estruturais no Ensino Superior, no sentido de aligeirar o processo de formação, ampliar a competitividade e a sujeição da formação às demandas do mercado. Tudo isso expressa, notadamente, a perspectiva neoliberal, que impõe significativos desafios à educação pública, autônoma e de qualidade nesse século.

A perspectiva neoliberal diagnostica uma crise de eficiência, eficácia e produtividade. revelando a incapacidade do Estado de gerenciar as políticas públicas de educação. Por isso é preciso construir propostas de superação a referida crise. Tais propostas centram na reorientação do funcionamento e da gestão da educação pública e na construção de um mercado educacional,

> cujo dinamismo e flexibilidade expressam o avesso de um sistema escolar rígido e incapaz, [podendo] promover os mecanismos fundamentais que garantem a eficácia e a eficiência dos serviços oferecidos: a competição interna e o desenvolvimento de um sistema de prêmios e castigos com base no mérito e no esforço individual dos atores envolvidos na atividade educacional. Não existe mercado sem concorrência, sendo ela o pré-requisito fundamental para garantir aquilo que os neoliberais chamam de equidade. (GENTILI, 1996, p.35).

Com isso a reforma (ou contrarreforma para alguns) da educação cumpre os objetivos de “estabelecer mecanismos de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais, (...) articular e subordinar produção educacional às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho” (GENTILI, 1996, p. 57); além de fomentar a separação radical entre provedor, executor e usuário; interferir na autonomia para as unidades que prestam serviços públicos competirem entre si e com o setor privado por recursos; e promover uma gestão baseada em resultados aferíveis por méritos e comparáveis nacional e internacionalmente.

Em 2011, o BM estabeleceu a reforma como proposta a superação do desafio mundial de universalização da aprendizagem por meio da adoção de novos modelos de gestão e aplicou conhecimentos e instrumentos da gestão empresarial ao setor público, com o objetivo de aumentar a eficiência, a eficácia e a prestação de contas com base no pensamento de que “a boa gestão pública é aquela que mimetiza as práticas e visões da grande empresa privada” (PERREIRA, 2021, p.7).

Aqui ficam evidentes os paradigmas da descentralização e da privatização como elementos garantidores da eficiência do sistema educacional e a justificativa para a redução de gastos previstos desde os anos 1990, consolidados na Ementa Constitucional (EC) 95/16. Essa EC estaciona o avanço da educação no país por meio da inibição do crescimento nos investimentos e gastos do governo com as políticas sociais, inclusive as da educação, estagnando as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para os anos de 2014-2024.

Em 2017, o BM apresentou estratégias para serem consolidadas para os anos de 2018 e 2023. Um verdadeiro rol de prescrições a favor de cortes de recursos no funcionalismo público e nas compras públicas com o objetivo de manter o teto de gastos definido pela EC 95/16. Tal relatório aponta, no âmbito da educação, que o salário dos professores de Ensino Fundamental e do Ensino Médio está na média mundial, mas os do Ensino Superior excedem tal indicador. Portanto, orienta a aplicação de ajustes fiscais como recomendações para eliminar a discrepância constatada e garantir um bom funcionamento do fundo educacional.

Todavia, as alegações neoliberais em relação a crise da educação brasileira, em específico a da universidade pública, buscam ocultar a centralidade real dos problemas que incidem sobre as condições precárias de sua existência. As universidades públicas brasileiras se encontram

> sem condições objetivas de reajuste salarial de seus docentes e técnicos administrativos, de ampliação e reajustes de bolsas de seus estudantes, bem como da conservação de melhoria de sua infraestrutura, as universidades se deparam também com uma limitação de ofertas de vagas em relação à faixa etária da população e, proporcionalmente, às conclusões do ensino médio [o que evidencia] (...) uma barreira concreta de inserção, no ensino superior público, das camadas mais desfavorecidas da população, já que, nesse nível de ensino, o setor privado predomina. (CASTRO, 2008, p. 247).

Em relação a essas barreiras, vale tocar no esforço da população afro-brasileira organizada, cujas representações, desde a promulgação da Carta Constitucional, protagonizam, fortalecendo e intensificando, movimentos coletivos em direção à tentativa de efetivação de direitos de cidadania, consequentemente, à superação dos determinantes socioculturais impeditivos do acesso ao Ensino Superior. A bandeira da ação afirmativa é erguida e com ela algumas das exigências em relação ao trato diferenciado aos desiguais resulta na institucionalização, em diversas universidades públicas, das políticas de cotas. Todavia, as cotas não foram e nem são suficientes para responder aos desafios de permanecer e se formar no Ensino Superior público brasileiro.

Se as cotas buscam romper para entrar, a política de assistência estudantil representa uma estratégia para manter e concluir a graduação. No Plano Nacional de Assistência Estudantil (ANDIFES, 2007), entre os objetivos traçados para essa política, destacam-se os de

> promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna; contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão; redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos, nas IFES, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas; (...); assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico; (...) viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil (p.14).

Entretanto, para os desavisados, o roteiro acima coloca a política de assistência estudantil como suficientemente capaz de tratar as necessidades e articular a integração e a permanência do corpo discente na universidade. Não nego tal capacidade se ela fosse compreendida e reconhecida pela universidade e pelos governos como tal. Mas, diferentes rajadas de reformas política e econômicas têm alvejado o peito da assistência estudantil e a transformado em "programas residuais" que, assim como a política de assistência social, tem sido direcionada a promoção de ações paliativas, emergenciais e pontuais voltadas a um público específico de pessoas definidas como "vulnerabilizadas". Dessa forma, a assistência estudantil perde o seu caráter universal de proteção social e utiliza-se do discurso da democratização do acesso e da igualdade de oportunidade para escamotear a

> inserção de políticas focais, fragmentadas e residuais, propaladas nos vários subprojetos apresentados pelas universidades públicas brasileiras, a partir de 2007 (nas federais, em concomitância com a incorporação do Reuni, e nas estaduais, que anteciparam o "modelo" federal), sob o vago título de "Acesso e Permanência", na verdade se consubstancia em poucas esmolas a serem disputadas por muitos. (LEITE, 2012, p. 469).

Portanto, é necessário que a política de assistência estudantil seja compreendida como estratégia de enfrentamento das múltiplas expressões da questão social no cotidiano universitário. Nesse sentido, ela deve exceder as questões de renda, de gênero, de raça e de etnia, que merecem toda atenção, mas não deve e nem pode ficar restrita a elas.

A troca de trabalho precarizado por bolsa de estudos, a implantação e o funcionamento inadequado dos restaurantes universitários (antigo "bandejões") ou estratégias terceirizadas de

fornecimento de alimentação aos estudantes e as políticas de cotas, entre outras ações restritas e especificadas distanciadas da análise sobre a realidade da universidade brasileira – que sofre intensa violência física, intelectual, emocional, trabalhista, estrutural, patrimonial e tantos outros tipos de violência nomináveis – se tornam insuficientes ao propósito para que foram criados. "A reversão deste quadro pressupõe a articulação das diferentes esferas da sociedade em uma perspectiva de ampliação e politização do debate, a fim de que o discurso apassivador e anestesiante não encontre eco." (LEITE, 2012, p. 470).

No âmbito das pós-graduações, observa-se que na medida em que as propostas de reforma evoluem, o mercado de pós-graduação aquece. Em especial dos MBA's e dos cursos de especialização, os quais, em geral, são de curta duração, apresentam critérios de seleção e aprovação mais flexíveis e não são submetidos à avaliação do MEC, sendo eles elaborados para atender demandas específicas dos trabalhadores em sua inserção no mercado de trabalho. "A nova tendência de pós-graduação, no Brasil, investe assim em capital humano estruturado em bases técnicas para forjar uma força de trabalho demandada pelo mercado globalizado." (CASTRO, 2008, p. 246).

Esse percurso revela que a reforma educacional no Brasil, paulatinamente, ascendeu ao quadro que se queria montar exibido na capa do jogo de quebra-cabeça das agências internacionais. Porém, isso só foi uma prévia. Desde Lula (2003) [98], os governos preparam os equipamentos necessários para aportar e, quiçá, afundar o navio da educação brasileira no mar do direito esquecido de águas turvas neoliberais. Atualmente, agitada pelas ondas ultraliberais, ela ganha uma face mais austera no governo do Presidente Jair Bolsonaro[99] (2019/22), expressa

[98] A alteração dos artigos da LDB referente a diversificação das Instituições de Ensino Superior via implantação da Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/04), a institucionalização das Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/04); a regulamentação das Fundações de Apoio privadas nas Ifes (Decreto Presidencial nº 5.205/04); o ProUni (Lei nº 11.096/05); a Educação a Distância – EaD (Decreto Presidencial nº 5.622/05 que, na prática, institui a abertura do mercado educacional nacional para o capital estrangeiro); o "pacote de abril/2007" (Decreto nº 6.096), intitulado Reuni; a Lei nº 12.349/2010 (conhecida como "pacote da autonomia"), entre outras (LEITE, 2012).

[99] Em outubro de 2018, a vitória de Jair Bolsonaro no primeiro turno das eleições presidenciais, com 46% dos votos válidos emitidos, teve o efeito de uma bomba internacional e pôs o país em estado de comoção política. No mundo inteiro passaram a ser discutidas consequências do provável acesso da extrema direita ao poder, não já num país de pequeno ou médio porte (como Áustria ou Hungria), mas de dimensões e população continental. Evocou-se até numa possível "Internacional Liberal" de extrema direita, chefiada por Donald Trump e Bolsonaro, com Orban e Duterte, Salvini e Le Pen como comparsas. O fascismo renasceria como força política mundial na margem do Atlântico que o derrotou na Segunda Guerra Mundial. (COGGIOLA, 2020, p. 123).

nas propostas do Future-se[100] e no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e no apoio ao

> projeto de lei "Escola sem Partido" que já vinha sendo construído com a perseguição à liberdade de cátedra e de expressão desde as primeiras ações dos grupos denominados MBL (Movimento Brasil Livre), que tomaram conta das redes sociais com críticas e ameaças a professores e estudantes. O ajuste na educação a partir das orientações/determinações do Banco Mundial, será defendido pela bancada evangélica, braço do mandato de Bolsonaro; a Frente Parlamentar Evangélica apresentou um documento em que a educação é um dos eixos estruturantes das reformas que o Brasil precisaria. O documento reafirma a tese de que o problema da baixa qualidade da educação, não é financeira, mas na gestão e no modelo de educação existente que supostamente faz "doutrinação ideológica" e defende a Escola sem Partido para "libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia, e devolver às famílias o direito da educação sexual das suas crianças e adolescentes". (COGGIOLA, 2020, p.128).

Mesmo em cenários catastróficos como o pandêmico da Covid-19, a educação deve ser mantida, e claro que os organismos e as agências financeiras internacionais devotaram um olhar em especial sobre as políticas educacionais dos países do chamado capitalismo dependente. Em 2020, o BID com total atenção aos aspectos econômicos da pandemia emitiu boletins com orientações destinadas aos países da América Latina divulgando a relação pandemia-atividades econômicas. Neles, o destaque é para a questão econômica como elemento prioritário frente às orientações sanitárias, propondo o afrouxamento do isolamento social; a implantação da progressão das medidas de abertura social, flexibilizando as políticas de isolamento social; e o acirramento da culpabilização do indivíduo frente ao cofinanciamento (TUÃO, 2020).

O total descaso à vida da população latino-americana é justificado por indicadores econômicos que estabelecem o fortalecimento de uma crise mais aprofundada em detrimento do não retorno às atividades produtivas dos países da América Latina. O tom irônico das orientações captura os desavisados à defesa de uma ideologia de propagação de responsabilização individual das sequelas e expansão da pandemia. Vale dizer que, mesmo em cumprimento de medidas de isolamento, a pandemia avançava vertiginosamente avassalando números quase que incontáveis de pessoas no mundo. Para o BID, os países desenvolvidos

---

[100] "O Projeto de Lei que 'Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se' (publicado no *site* da Casa Civil no fim de maio de 2020, numerado na Câmara como PL n. 3076/2020 e protocolizado no dia 2 de junho de 2020) foi lançado poucos dias antes da exoneração do Ministro da Educação Abraham Weintraub, em 20 de junho de 2020, investigado em inquéritos no STF por ofensas a ministros da corte, pela disseminação de *fake news* e, também, por crime de racismo." (LEHER, 2021, p. 07). Gomes (2020) endossa que o Future-se teria uma dupla característica: submeter as instituições de ensino, pesquisa e extensão aos interesses de mercado, com a perda de controle sobre seus orçamentos — que passariam a ser geridos por Organizações Sociais, a partir de contratos individuais chancelados pelo Ministério da Educação; e conformar as subjetividades a um novo consenso condizente com as necessidades do projeto, baseadas no individualismo competitivo.

deveriam ser protegidos pelas economias capitalistas dependentes. Isso é claramente dizer ao mundo, se há quem possa sobreviver, que sobreviva o mais forte. E, no tocante à educação,

> o BID orienta que os países da América Latina precisam, apenas, gerenciar os aspectos sanitários, os critérios de agrupamento dos estudantes e docentes e as estratégias pedagógicas de apoio à aprendizagem para que as escolas possam ser abertas mantendo um nível mínimo de crescimento na curva de mortos pelo COVID-19. (TUÃO 2020, p. 28).

Nas entrelinhas, as orientações seguem para a abertura das instituições de educação, principalmente aquelas voltadas a Educação Infantil e a Alfabetização, onde se encontram as crianças que exibem menor autonomia para a realização de suas atividades de cuidados e domínio com o manejo do mundo virtual, pois essas interferem no retorno dos pais às linhas de produção. Aos demais estudantes, àqueles com maior autonomia para a inserção no EaD, o ensino virtual ganha o nível de única estratégia a manutenção de sua formação, seja escolar ou universitária.

O EaD, que em outrora era tido apenas como recurso educacional viável a determinado grupo de pessoas com dificuldades de acesso aos centros de formações, devido à distância e às impossibilidades promovida por "n" outros fatores, passa a ser reconhecido pelo BID como modalidade de ensino passível de atender as propostas para o desenvolvimento da educação. Principalmente, as de reduzir o número do quantitativo de alunos das instituições públicas de educação, pois relaciona o grande montante à dificuldade das famílias em continuar custeando a educação privada e à de formar professores e "voluntários" a partir de programas on-line.

O BID reforça que o EaD é uma modalidade que deverá se manter no período posterior à pandemia, indicando que os sistemas de ensino devem mesclar as aulas presenciais com a modalidade a distância – o famoso modelo híbrido. Entretanto, o ensino a distância[101] "traz em si uma série complexa de problemas, gravíssimos, para o desenvolvimento integral de crianças e jovens para além da ampliação das desigualdades em educação e situações de sofrimento." (VARELA; DELLA SANTA, 2021, p. 189).

Sem dúvidas, a pandemia serviu (ainda serve) de laboratório para as mais perversas propostas societárias capitalistas. Um largo montante de crianças, jovens e adultos foram colocados como cobaias, de forma "emergencial", nas plataformas on-line de ensino, que não serviram somente para evitar a desconexão dos estudantes do processo de formação, mas sobretudo para comprovar como de maneira homeopática o ensino autêntico pode ser

[101] Compreende-se aqui qualquer modalidade de atividade não presencial, aulas remotas e/o e-learning.

transformado em fragmentos de conhecimento e na formatação perfeita da mão de obra para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Nota-se nesse enredo que não há qualquer estrofe que se preocupe com o professor ou com os alunos. A centralidade está no desenvolvimento econômico, apenas. Em nome desse desenvolvimento, o professor é transformado em "um instrumento do computador que comanda programas, conteúdos, métodos, tempos e ritmos de trabalho", e os alunos se tornam mão de obra preparada para uma "futura linha de montagem, na qual vai ser inserido por este neoliberalismo educacional. Expropria-se – ainda mais – os alunos das classes trabalhadoras e intermédias do conhecimento." (VARELA; DELLA SANTA, 2021, p. 185).

Com a pandemia, o governo por meio do EaD aperfeiçoa as estratégias de privatização do ensino; desmobiliza alunos e professores das lutas sociais; aumenta vertiginosamente a tão ansiada relação quantitativa professor/aluno outrora limitada pelas paredes institucionais; despolitiza as relações educacionais, desprofissionaliza o professor; destrói a vida privada do professor; fortalece as parcerias público/privadas e automatiza o trabalho da educação. Pronto, a cereja que faltava no bolo foi posta!

As desculpas chulas para a introdução das propostas neoliberais e, com elas, a fidelização da reforma educacional brasileira ao receituário dos organismos internacionais foram dadas pela pandemia de maneira tão perversa e assediadora, que desmobilizou e ignorou os movimentos em defesa dos direitos a educação ou aquelas iniciativas que buscavam desancorar o navio da educação estagnado nas águas turvas do neoliberalismo.

Vale destacar que compartilho do entendimento de que o EaD coisifica tanto o professor como o aluno e de que essa modalidade de ensino "não é ensino... – é automação da força de trabalho presente (professores) e futura (alunos)", portanto, o "ensino a distância" não pode (e nem deve) substituir-se à educação presencial clássica, baseada na instituição escolar ou universitária (VARELA; DELLA SANTA, 2021, p. 186/187).

E como fica o Serviço Social e a formação do assistente social em meio a tantos desmontes, dilemas e desafios? O cenário da educação brasileira, que se apresenta nas primeiras décadas do século XXI, interfere diretamente nas propostas revolucionárias da formação profissional. Segundo Boschetti (2015, p. 645), ele "fundamenta e alimenta o avanço do conservadorismo no âmbito da formação e aponta para um retrocesso nas históricas lutas para construir uma formação profissional crítica com perspectivas de totalidade e comprometida com a transformação social." Mas, parafraseando Barroco (2015) em relação às ofensivas (neo)conservadoras no Serviço Social, elas "não passarão!"

5.1.2. Formação profissional e Serviço Social: aonde chegaremos?

No âmbito do Serviço Social, apesar de as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) dar o tom crítico da formação em Serviço Social no Brasil, as universidades estão submissas às diretrizes do MEC, cujas bases seguem os objetivos das estruturas mencionadas na Declaração de Bolonha. Essa declaração remodela o ensino universitário, configurando-o como uma indústria de produção em massa de trabalhadores alienados, desmobilizados, que naturalizam a precarização do trabalho e estão submetidos a uma competição individualista, na qual os iguais se tornam inimigos, o que oculta a verdadeira face do mal. Ademais, são integradas às universidades propostas mercantis disfarçadas em projetos de evolução tecnológica da educação – como é o caso do "Future-se", de monitoramento e de avaliação como o ENADE – , as quais, na essência, imputam as responsabilidades do poder público ao sujeito, como discursos de meritocracia.

Nessas contradições da realidade, encontramos os elementos históricos que definem e redefinem perfis profissionais, sobre os quais novas requisições são alocadas exigindo uma formação capacitada tanto para sincronizar a profissão aos dilemas e desafios atuais como para criar respostas em resposta a eles. Portanto, "a formação tem que ser situada nas entranhas das reais e concretas contradições que marcam a conjuntura atual, as quais cada vez mais são escamoteadas pela ideologia dominante e deslocadas do centro para a periferia." (GUERRA, 2018, p.25).

Isso significa que, se temos um cenário composto pela expansão do (neo)conservadorismo, de desmobilização de direitos e lutas, de desmonte de políticas sociais, de solapamento do trabalhador, de reestruturação produtiva, de ampliação do individualismo e de tantos outros elementos já apresentados em linhas pregressas, cabe à categoria dos assistentes sociais identificar e promover reflexões sobre esses elementos. Isso, objetivando a contextualização desse cenário com a profissão, sem perder o radical compromisso com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, e com a garantia de um salto de qualidade no processo de formação profissional dos assistentes sociais, o que seria pensar a profissão sem abrir mão de sua história.

História essa que marcou inúmeras conquistas do/e para o Serviço Social brasileiro, logrando-o a uma posição crítica, que fundamenta a sua compreensão sobre a realidade contraditória e dinâmica expressa na sociedade capitalista, possibilitando a identificação da questão social em suas múltiplas formas e expressões, as quais não permitem em hipótese alguma ao Serviço Social romper com os propósitos de emancipação. O retrovisor que espelha

o que se passou não deixa de existir, “mas é apenas meio suplementar para partir do ganho e do conquistado no intento de identificar em face do presente as alternativas possíveis e desejáveis do futuro” (NETTO, 2016, p. 72). Futuro no qual seja possível o estabelecimento de uma ordem social emancipatória embasada nos valores da democracia e da liberdade no plano constitutivo de justiça social.

Tal concepção de futuro é absorvida pela profissão como direção social a seguir desde a década de 1980, quando afinou a ruptura com o conservadorismo das práticas e dos pensamentos que fundaram a profissão no contexto monopolista do capital. O primeiro passo foi a construção de um Currículo pensado a partir das novas realidades brasileira e profissional. Fato que invocou a necessidade de superar a visão fragmentada e tradicional espraiada no modelo caso/grupo/comunidade, culminando em revisões do currículo mínimo e na aprovação das Diretrizes Curriculares, em 1996. Com isso, o Serviço Social inaugura o debate dos fundamentos históricos, teórico, político e metodológico da profissão.

Os fundamentos que estão distribuídos em três núcleos de estudos (fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional) “não representam uma “sequência evolutiva” de conteúdo ou uma hierarquia de matérias “externas” e “internas” ao universo profissional. Ao contrário, são níveis distintos e complementares necessários a atuação profissional.” (IAMAMOTO, 2001, p. 73). São eles que afinam a formação à concepção contemporânea de Serviço Social (subjacente ao projeto profissional hegemônico), dando base a profissão para responder às demandas sócio-ocupacionais, a partir do cruzamento de diversas dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) que lhe atravessam. Com isso, as Diretrizes Curriculares explicitam

> uma clara concepção de profissão, seus objetivos, o conjunto de atribuições e competências socioprofissionais e políticas e os padrões de respostas demandados à realidade atual, as racionalidades presentes em tais respostas e as alternativas de construção de novas respostas às tradicionais requisições institucionais. (GUERRA, 2018, p. 29).

Portanto, o estudo dos fundamentos é de imensa relevância tanto para formação quanto para a prática profissional. Por meio dos fundamentos, o Serviço Social responde aos questionamentos que translucidam o seu significado social bem como decifra as formas de organização e estruturação da profissão nos marcos das relações societárias brasileiras. Sendo possível, a partir daí, entender a profissão como um produto sócio-histórico capaz de aclarar os processos que geram a sua necessidade social, definir o seu papel no campo das arenas de poder

econômico, político das relações entre as classes e destas com o Estado e, assim, inscrever a profissão no debate de seu tempo. Nesse sentido, a medida em que os processos sócio-históricos resultam em mudanças, o Serviço Social se atualiza e compreende a dinâmica e as formas de intervir nesses processos.

Nesse caminho, o Serviço Social consegue "traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade." (IAMAMOTO, 2001, p.75). A realidade social aqui é tida como fundamento para o pensar e o agir do assistente social. Por meio dela, o profissional reconhece as "condições de produção e reprodução da vida social e espiritual dos homens e mulheres as suas bases constitutivas, processo construído por meio de sua práxis individual e social que, ao mobilizar/enfrentar as condições de classe, constroem a história." (GUERRA, 2018, p.37).

Para tal, é indispensável o rigoroso domínio teórico-metodológico das matrizes clássicas do conhecimento, com destaque para a Teoria Social de Marx que, ao fazer a crítica da Economia Política, nos conduz ao desvelamento das raízes da questão social e à compreensão sobre o funcionamento da sociedade capitalista, possibilitando apreender os fenômenos sociais em seu movimento contínuo e contraditório. A perspectiva classista dessa teoria desobscurece os meandros fetichizados pelo capital no processo de exploração e expropriação do trabalhador, apresenta os elementos mediadores espraiados nas relações sociais de produção e desvenda o cenário político e ideológico de dominação, contribuindo para que o profissional desmistifique a realidade tangente e consiga identificar as manifestações/expressões concretas da questão social no cotidiano dos sujeitos sociais.

Como base teórico-metodológica, a Teoria Social de Marx propicia apreender o ser social a partir de suas determinações e mediações, que não são percebidas em sua imediaticidade. O conhecimento da realidade implica ir para além dos fragmentos e da superficialidade dada na aparência. Exige a superação da tendência de naturalização dos fenômenos sociais como se fosse um processo simples de ação-reação. O que implica em apreender as conexões entre o singular, o particular e o universal, que são determinadas por condições objetivas e subjetivas, que não dependem unicamente do indivíduo, mas dos processos que influenciam a sua condição. Daí a história é colocada por Marx como uma premissa para existência humana.

Cabe esclarecer que não é a história como um cumprimento etapista de fatos cronológicos, mas sim a consolidação de diferentes fatos que conduzem um processo do qual

emergem fenômenos que estão intrinsicamente articulados às condições humanas e de ser social do indivíduo. Nesse sentido, a razão histórico-crítica parte das condições reais da vida dos homens e concebe que "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência" (MARX, 1977, p.33).

Partindo dessa concepção, entende-se que a construção das relações em sociedade não é algo organicamente determinado, mas sim historicamente construído. Tal construção é resultante do movimento dialético do micro para o macro e do macro para o micro, que ao mesmo tempo constrói e reconstrói o ser social. No cerne desse processo construtivo é possível identificar que as mediações são contínuas e, portanto, extrapolam a relação causal. Trata-se de um movimento dialético e crítico que se baseia no processo histórico e nele busca a totalidade do fenômeno, a qual não se constitui como soma das partes, mas sim como uma integração intercessora e permanente de grandes complexos que constitui pequenos complexos. Assim é possível o *link* do movimento interno com o externo da profissão para identificar os determinantes que (re)constrói a sua natureza e, concomitantemente, o direcionamento da prática profissional do Serviço Social nos diferentes campos sócio-ocupacionais. (PONTES, 2010).

A totalidade é aqui compreendida como fruto do processo de reconstrução mental do movimento da realidade complexa e contraditória, que possui uma dinâmica própria que não é abstratamente criada. Totalidade composta por três dimensões que não se constituem como uma soma entre as partes, mas um grande complexo constituído de complexos menos complexos em reciprocidade nas ações.

A dimensão singular expressa a forma como o universal se apresenta. São aspectos da imediaticidade despidos da legalidade (processo de reflexão), que está oculta ao sujeito cognoscente, e tanto a gênese histórica quanto a sua estrutura social estão submersas na facticidade. Em outras palavras, aparecem as vistas do assistente social na esfera da vida cotidiana. A dimensão do universal é composta pelos elementos explicativos mais gerais. São os aspectos que se revelam comuns, a partir do imediatamente dado. A terceira dimensão é a da particularidade, onde habitam as múltiplas mediações que expressam a essência fenomênica da relação homem – sociedade, do indivíduo no que ele é em sua história, isto é, nexos, conexões e passagens explicativas inseridas na própria realidade. (PONTES, 2010; SILVA, 2007).

Portanto, apreender a realidade em sua totalidade significa engendrar-se no movimento dinâmico do fenômeno em suas manifestações no universal e no singular conectadas aos nexos exibidos em sua particularidade. Essa forma de analisar a realidade funda-se no Método de Marx, que busca, a partir da aparência do imediato, alçar a essência fenomênica, contrariando

as formas de análise da realidade e de sujeito social até então prevalentes no Serviço Social. A resposta do fenômeno, a partir daquilo que ele apresenta como total verdade, impossibilita um conhecimento mais aprofundado do objeto, e conhecimento do objeto é conhecimento teórico, e teoria é uma modalidade peculiar do conhecimento (NETTO, 2011).

O método aplicado na Teoria de Marx, o histórico-crítico-dialético, dessa forma, contribui para uma formação e prática profissional de assistentes sociais não descoladas de suas necessidades, escolhas e interesses, mas centradas na relação diária com as coisas e com os outros homens, portanto, perpassadas pela apreensão que o profissional e/ou a categoria profissional têm da realidade. Daí a resultante intelectual passa a ser uma atividade que resolve, repõe problemas ou até mesmo abre novos problemas, tendo como base a construção de uma reflexão sobre o objeto, que no contexto da análise dialética sempre será uma análise crítica.

O pensamento crítico é inegavelmente incômodo. Ele é questionador e põe em questão o "status quo": "Marx é crítico em dois níveis (...) os seus trabalhos são uma reflexão crítica sobre o objeto e sobre as interpretações prevalecentes sobre o objeto" em três dimensões (IANNI, 2011, p. 401). A dimensão histórica, que permite captar a expressão de um determinado momento histórico da processualidade da humanidade, em específico da sociedade burguesa assentada no modo de produção capitalista. Nessa dimensão se compreende as estratégias aplicadas, ao longo da história, pelo capital para a sua manutenção e hegemonia, produzindo rebatimentos irreparáveis no mundo do trabalho. A dimensão crítica auxilia revelar, desvelar e trazer à superfície os fundamentos de um processo qualquer, isto é, trazê-los à consciência. Com isso é possível desmistificar o entrelace do movimento do capital com as novas práticas profissionais impostas/aplicadas no cotidiano do exercício profissional. E a dimensão ontológica, que se preocupa em compreender o homem na produção e reprodução da vida social.

Com esse arcabouço, a formação profissional capta a existência de uma sociedade de classe e as contradições a ela inerentes, possibilitando a compreensão do significado social da profissão. Ou seja, produz profissionais que entendam a importância e a parte que cabe ao Serviço Social no enfrentamento da questão social. Parte essa que ultrapassa a sua direção pregressa pautada no dogmatismo, na solidariedade e na ajuda ao próximo; traços embutidos historicamente na gênese da profissão, no Brasil. Portanto, ter como base da formação a Teoria Social de Marx significa percorrer caminhos históricos de forma dialética no estudo da sociedade burguesa, o que consiste "em situar a análise dos fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade" (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 38).

Nessa direção, os fundamentos teórico-metodológico e históricos da profissão não se reduzem apenas à descrição cronológica do que a profissão passou ou passa ao longo dos anos. Isso significa conectar o Serviço Social ao processo histórico de formação da sociedade, a partir de um "modelo dialético de causação, pelo qual podemos localizar múltiplas causas e efeitos em influência recíproca e em tempos sucessivos ou simultâneos." (FERNANDES, 2008, p. 46).

Tal entendimento conduz a formação reconhecer o trabalho como categoria central da sociedade, pois, em sua dimensão ontológica, o trabalho (re)constrói o ser social enquanto na sua dimensão capitalista é responsável pela produção e reprodução alienada da vida social, material e espiritual dos sujeitos. Daí, para uma prática profissional compromissada com os valores éticos renovados do Serviço Social, logo, conectados a um projeto societário emancipatório, é imprescindível o estudo dos Fundamentos, os quais destacam o trabalho nas suas relações e mediações. Em outras palavras, "a centralidade do trabalho para a compreensão da 'questão social' é um divisor de águas para o Serviço Social [por] descortinar o que se mostra naturalizado na sociedade ou determinado por questões alheias ao sistema capitalista" (AMARAL *et al*., 2021, p. 216), conteúdo base dos estudos dos Fundamentos.

Nessa compreensão de processo histórico e de desmistificação das relações sociais e de produção, o Serviço Social identifica a questão social como fruto da relação capital *versus* trabalho. Consequentemente, a questão social é entendida como objeto da profissão, uma vez que o "assistente social convive cotidianamente com as mais amplas expressões da questão social (...). Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos da questão social no nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual ou coletiva" (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154-5). Por isso, o Serviço Social se debruça sobre a questão social para compreendê-la e enfrentá-la.

A questão social é de difícil conceituação, devido a sua complexidade que envolve questões objetivas, pois exige reflexão sobre a relação capital/trabalho e a compreensão sobre a função desempenhada por cada ator social da tríade: Estado, classe trabalhadora e burguesia. Isso significa que, na contemporaneidade, o Serviço Social deve se apropriar de debates que têm como pauta a luta e a desmobilização da classe trabalhadora frente aos ataques capitalistas desenvolvidos na expansão do neoliberalismo, ocasionados pela globalização, que traz em seu arcabouço estratégias de mundialização da economia assentadas como resposta à crise capitalista dos anos 1970.

Os fenômenos da globalização e do neoliberalismo resultam em profundas transformações societárias que configuram a vida e o trabalho, produzindo formas precarizadas de trabalho, aumentando o número de desempregados, acentuando o processo de exploração e

despolitizando a questão social, o que favorece a construção de um cenário, no qual se identifica o crescimento da violência e de crimes, a destruição do meio ambiente, a exacerbação das formas de descriminação, o aumento da criminalização da pobreza e de determinados segmentos da sociedade, etc. Tais fenômenos impactam a parte da sociedade menos beneficiada pelos louros da globalização, ou seja, a população pobre.

> Todo esse elenco de problemas sociais é aprofundado uma vez que o cenário econômico é quem hoje comanda a repartição e destinação social da riqueza, logo também moldam a vida não só na esfera econômica, mas em todas as outras dimensões. Apesar da aparência de naturalização das desigualdades econômicas e sociais, essas são produzidas e reproduzidas pelo fenômeno concentração e centralização do capital. (CARVALHO; TEIXEIRA; 2017, p. 19).

Na resposta a esses problemas ou expressões da questão social, o Estado utiliza de políticas sociais, que instituem serviços sociais que configuram os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. Uma vez que as mudanças propostas e protagonizadas pela ordem capitalista atingem o Estado, consequentemente, as políticas sociais também serão atingidas e com elas os recursos sociais com os quais o assistente social trabalha. Portanto, cabe assinalar a condição da política social como instrumento de intervenção do assistente social.

A política social assume o patamar de acervo recursal para o profissional construir plano de ações que em conjunto ao usuário e pautado na direção ético-política do projeto profissional trilha um caminho com finalidades emancipatórias. No entanto, a política social, no cenário capitalista neo/ultraliberal ganha perfil fragmentado, focalizado, atingindo de forma refratária e pontual as expressões da questão social, favorecendo mais a manutenção dos sujeitos à subserviência aos mandos do processo de acumulação capitalista do que o contrário. Desse modo, as políticas sociais gerenciam as expressões da questão social no sentido de mantê-las e não as erradicar. Assim, as políticas sociais gerenciam a desigualdade social, fortalecem e conservam a lógica capitalista.

Como trabalhador atuante nessas políticas sociais, os assistentes sociais sofrem o impacto dos rearranjos dos programas, projetos sociais e das especificações institucionais, que determinam padrões de benefícios, dos usuários e dos serviços sociais. Portanto, se a política social, direcionada pelo capital, implementa uma direção para a conservação da ordem capitalista, os seus trabalhadores devem também seguir tal lógica. Nessa perspectiva, a formação do assistente social deve enfocar mais as políticas sociais do que os fundamentos.

Vemos aqui um apelo do mercado, das instituições e do próprio Estado para a mudança do perfil de formação profissional do Serviço Social para que o assistente social se encaixe nos

propósitos impostos pela reestruturação capitalista. Tal perspectiva, somada ao cenário contemporâneo do Ensino Superior de mercantilização da formação universitária, resulta na desconsideração dos ganhos da renovação da profissão, fundamentados nas Diretrizes Curriculares (1996), e na reconsideração de uma formação profissional exaurida nas políticas sociais. Deveras, um profissional crítico capaz de criar propostas de enfrentamento da realidade social, que colidam com os propósitos fundantes do capital, não é bem aceito pelas forças dominantes, no cenário que se monta no século XXI.

Com isso, a diferença mistificada ao longo da história da profissão, que gerava uma confusão alocando o assistente social como profissional exclusivo da política de assistência social, pois era aquele sujeito "bonzinho" que iria "ajudar" as pessoas a superarem as suas limitações de enquadramento social, parece ser imposta ao Serviço Social desse século, mas com outra roupagem. As propostas de cunho voluntarista e messiânico reatualizam o Serviço Social em sua matriz conservadora, fortalecendo o engodo da dicotomia entre teoria e prática. A racionalidade positivista dá ao assistente social o poder da decisão do sim e do não acesso a determinados serviços e benefícios sociais definidos a partir do cumprimento de determinados parâmetros e indicadores estabelecidos pela política social e pelas instituições.

Guerra (2019) afirma a diferença entre a função do assistente social e a função da política social. A formação e a prática profissional não podem se deter nas expressões específicas da questão social, devendo sintonizar e preparar futuros assistentes sociais ao entendimento crítico e dialético das expressões emergentes no cotidiano em sua atuação profissional nos mais diferentes campos sócio-ocupacionais. Enquanto a prática não pode se restringir à reprodução pragmática de rotinas e determinações institucionais e da política social, que desviam o profissional da compreensão e da intervenção no complexo da questão social.

Isso tira do profissional a necessidade reflexiva de decidir entre limites e possibilidades, restringindo o fazer profissional a mera execução de protocolos e preenchimento de cadastros virtuais, que "pensarão", dentro de um enquadramento de padrão de sujeito, a aprovação do benefício. Essa automação exclui a necessidade de um profissional especializado nas relações sociais e abre oportunidades para qualquer outro que saiba operar o sistema. Em outras palavras, o que antes era uma resultante de um processo reflexivo se torna algo não reflexivo, mas legitimado por um processo binário tecnológico.

A adequação das universidades a essas propostas sintoniza a formação profissional ao mercado de trabalho com discursos de evolução tecnológica e desenvolvimento moderno. Para as IES privadas, tal sintonia garante o seu espaço na disputa por alunos e, consequentemente, o seu lucro. Fica notório que para se adequar às necessidades exigidas pelo capital, as IES trocam

o compromisso com o ensino pelo lucro. Nessa disputa, ganha o que mais rápido formar um profissional operacional para o mercado de trabalho.

O modelo por competência, por exemplo, acelera esse processo e legitima a precarização da formação. As disciplinas são trocadas por projetos que objetivam apenas enquadrar comportamentos profissionais a um tipo de conhecimento básico da sociedade, dispensando qualquer acervo crítico, pois não há tempo hábil para a discussão ou desmistificação da realidade dada. A atuação deve ser sobre o que o hoje se apresenta e não sobre a relação do hoje com o ontem e com o possível amanhã. A utilidade social da profissão se limita a submissão a propostas precarizadas e devastadoras da concepção democrática e retoma o conceito de tecnificação da ajuda se pondo em oposição à proposta de formação vinculada ao projeto ético-político da profissão.

Nota-se, portanto, que a direção dada à formação por competência diverge da tão cara direção posta pelo projeto ético-político, portanto, não há formação com base crítico-dialética de base democrática e emancipatória nessa versão de formação profissional. Ademais, cabe o destaque ao intenso processo de mercantilização e crescimento exponencial de matrículas em curso de EaD. Uma modalidade de ensino que consolida um tipo de educação aligeirado, fragilizado e centrado na reprodução de práticas aplicadas à solução de problemas sem o compromisso da articulação crítica entre teoria e prática. Desta forma, o tom dado à formação universitária gera impactos que reverberam no cotidiano das práticas profissionais. No caso do Serviço Social, os primeiros cursos de graduação no EaD surgem na primeira década dos anos 2000[102], quando se identificam manifestações[103] públicas contrárias por parte das entidades

[102] O primeiro curso de Serviço Social desenvolvido na modalidade EaD iniciou seu funcionamento no ano de 2006, (...). Cabe destacar o interesse das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas mercantis, com fins lucrativos, na abertura de tais cursos, sendo exatamente estas as que mais ofertam vagas. A Universidade Anhanguera (UNIDERP) e a do Norte do Paraná (UNOPAR) ofertam juntas 37.950 vagas para o curso de Serviço Social, mais de 50% das vagas totais ofertadas anualmente. Tais dados nos indicam que o curso de Serviço Social na modalidade EaD, provavelmente, é atraente para as empresas educacionais quanto à lucratividade. (PEREIRA; FERREIRA; SOUZA, 2014, p. 187).

[103] A campanha realizada pelo conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO com o apoio da ANDES - SN no ano de 2011, com o slogan "Educação não é fast food: diga não a graduação a distância em Serviço Social" foi suspensa por ordem judicial em 2013. A "decisão, em 1ª instância, da Justiça Federal de Campinas (SP), que condenou as entidades a pagarem uma indenização de R$ 100 mil por danos morais a Associação Nacional dos Tutores da Educação a Distância (Anated), (...). A decisão não considera as disposições constitucionais que garantem o direito de livre manifestação e expressão. O CFESS e a ABEPSS se utilizarão de todos os meios legais e recursais para revertê-la e irão imediatamente recorrer da mesma. Reiteramos que a campanha não é preconceituosa nem se dirige a trabalhadores, trabalhadoras e estudantes do Ensino à Distância. Ela foi lançada para provocar o debate público acerca da política de ensino superior no Brasil que, no nosso ponto de vista, tem sido profundamente mercantilizada e discriminatória, já que não garante o acesso ao ensino superior presencial, público, laico e gratuito para toda a população brasileira. Além disso, por meio da campanha, denunciamos os problemas e irregularidades detectados nos estudos e levantamentos realizados pelos

representantes da categoria a essa forma de ensino, “argumentando a sua radical incompatibilidade com uma formação que garanta um perfil de assistente social crítico e qualificado nas três dimensões do exercício profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.” (PEREIRA; SOUZA; FERREIRA, 2014, p. 183).

O terreno posto revela-se promissor a fecundação de um perfil profissional afinado às tendências do mundo do trabalho. No tocante ao Serviço Social, um tipo burocrático e restrito a execução de tarefas, incapaz de compreender, em sua totalidade, a questão social. De certo, um protótipo de assistente social subalterno às forças institucionais, cuja atuação passa a ser remodelada pelos parâmetros conservadores, assim, reconduzida a manutenção da ordem vigente, em vez de contrapô-la. Fato que conflitua com a perspectiva de Serviço Social hegemonizada no cerne da formação e da prática profissional, desde a década de 1990, fomentado nos pilares constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social. Isso reflete na reatualização de práticas e no avivamento de pensamentos teóricos típicos de um passado, que a profissão ainda não conseguiu romper plenamente.

> Ou seja, embora possam existir orientações teóricas próximas, que se componham em determinados momentos históricos, politicamente associadas a tradições progressistas, mais ou menos comprometidas com níveis crescentes de emancipação social (política e humana), seu oposto também tem se imposto objetivamente: a histórica persistência de um conjunto heterogêneo de tendencias subservientes ou, pelo menos, resignadas à ordem em curso. (SILVA, 2022, p. 57).

Sem dúvida, um cenário nefasto que, para alguns, (NETTO,2007; BRAZ, 2007)[104] fundamenta uma possível crise do Projeto profissional vinculada ao atual estágio de acumulação capitalista, considerando uma impossibilidade de manutenção da herança marxista na formação e na prática profissional. Nessa perspectiva, o Serviço Social deveria aderir ao modelo pós-moderno de valorização do imediato, de condução de uma prática utilitarista e pragmática, bem como, a restauração do senso do Humanismo Cristão na condução das intervenções

---

Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) em diversos cursos de graduação à distância em Serviço Social.” (CFESS, 2013).

[104] Os autores em seus artigos contextualizam e trazem argumentos: o primeiro se refere à “ausência de proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira” (BRAZ, 2007, p. 7). Para o autor, a posse do presidente Lula que era tida como uma “esperança” para classe trabalhadora se demonstrou a cristalização da perspectiva neoliberal no Brasil, impactando de forma genérica na esquerda no país. Na mesma direção, Netto (2007, p. 38) afirma que “a conjuntura atual, no Brasil, não registra mobilização e resistência expressivas à cultura neoliberal”. Outro ponto em destaque se refere a inviabilização dos objetivos e funções profissionais, uma vez que há uma notória tendência de focar a profissão na política de assistência social, o que para Netto se constitui numa regressão. Tem-se, ainda, a problemática da formação profissional, resultante das investidas neoliberais, favorecedoras da proliferação dos cursos em instituições privadas, na precarização do ensino e no aumento da modalidade EAD (Educação a Distância).

profissionais, afastando do Serviço Social a razão ontológica e focalizando-o na razão instrumental. Isso sem mencionar a maré moralizadora pela cultura religiosa protestante, que busca a retomada da face solidária, voluntária, psicologizante e caritativa da profissão, consequentemente, a imagem de dom divino manifesto na misericórdia aos pobres.

Desta forma temos um encadeamento de processos históricos que colidem com o projeto ético-político do Serviço Social tanto nas dimensões política, social e econômica como na profissional. Por isso é necessário reafirmar que

> o atual projeto Ético-Político Profissional possui o exato sentido de radicalizar suas bases e seus princípios, como direção estratégica profissional vinculada a uma direção social, comprometida com o ponto de vista do trabalho dos que vivem da venda da força de trabalho na sua diversidade contemporânea, tendo a razão ontológica como inspiração que se desdobra na formação profissional, no ensino, na pesquisa e na extensão, na vida dentro e fora das universidades e do espaço profissional. E no vínculo direto com os movimentos sociais, partidos políticos e organizações comprometidos com a crítica à ordem burguesa madura, marcada pela hegemonia do capital financeiro. Isso precisa se objetivar ética, política, teórica e praticamente com as estratégias necessárias no campo particular da formação e da atuação profissional do assistente social. Caso contrário, o Serviço Social e seus profissionais estarão fadados à pura reprodução do imediatamente posto; e o pior: em defesa do "Projeto Ético-Político Profissional. (SILVA, 2013, p.79).

Diante do exposto, podemos afirmar que um dos grandes desafios para a profissão de Serviço Social no século XXI é a reestruturação da formação profissional, não no sentido imposto pelo mercado, mas na direção do projeto profissional. Se não é possível vencer a implantação das múltiplas modalidades de formação, ao menos que seja possível nivelá-las e qualificá-las, garantindo a construção de um profissional intelectual. Contudo, na atualidade, é possível identificar que "grande parte das unidades de ensino não alcança forjar sequer o assistente social tradicional, nem o assistente social com o perfil intelectual requerido pelo projeto profissional." (VASCONCELOS, 2015, p. 440). Ou seja, que tipo de profissional estamos formando? Talvez aqui esteja o grande nó da profissão, o que amplifica as dimensões dos desafios postos ao Serviço Social contemporâneo. Para a autora, a formação de um intelectual

> agrega condições de não se situar como mera mediação que se põe, inocente, na trama das relações entre pensamento/prática e real. Ele reúne condições de não se portar de forma indiferente nem imune, seja às condições, seja as implicações da sua prática de investigação e/ou socioassistencial. Todas as versões da neutralidade e engajamento põem e repõem o desafio básico para um intelectual/profissional: torna-se difícil ficar indiferente/neutro ao "destino que se dá as suas descobertas", às suas reflexões e às consequências de suas práticas. Assim, é a partir da qualidade de sua formação que os profissionais podem assumir consciente e intencionalmente responsabilidades no curso dos processos socioculturais que organizam o aproveitamento dos dados e descobertas científicas. (VASCONCELOS, 2015, p. 442).

Desse modo, a formação de um profissional no perfil intelectual implica na construção de bases teórico-metodológicas críticas e ético-políticas capazes de cumprir com as exigências idealizadas no projeto profissional do Serviço Social. Se estamos distantes desse tipo de formação, o Serviço Social pode ser engolido pelas ondas neoconservadores de reatualização de velhas práticas profissionais.

Bourguignon (2008) afirma que uma das garantias do viés crítico na formação é o estímulo e a realização da pesquisa social, pois essa traz inúmeras possibilidades de aprendizagem e permite a compreensão das mediações favorecendo uma rigorosa leitura da realidade social e o reconhecimento das demandas e, através delas, as possibilidades de intervenção. A pesquisa deve se pautar no Método crítico-dialético do materialismo histórico de Marx para que não se caia no engodo de tratar os objetos dinâmicos como estáticos nem separar ou restringir a teoria e a prática. Somente nessa direção a formação dará ao assistente social a consciência que o capacita a realização de

> escolhas e competências que possibilitem a apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade, que possibilitem a análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; que possibilitem a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; que possibilitem a identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado como consta no projeto de formação profissional, como podemos apreender da proposta de formação da ABEPSS. (VASCONCELOS, 2015, p. 442).

Vale destacar que nos modelos de formação por competência e no EaD não se identificam investimentos concretos no tripé ensino, pesquisa e extensão tão necessários ao desenvolvimento da intelectualidade e das bases cientificas acadêmicas, que é o arcabouço fundamental para o pensamento crítico. O que é notório nesses modelos é a exposição de problemas e soluções práticas e aplicáveis ao cotidiano como se esse não fosse dinâmico. Essa formatação de ensino ignora o movimento dialético da realidade e reproduz a ideia de que a prática profissional se assemelha à aplicação de “receitas de bolo”, restringindo a formação e a prática profissional ao imediatismo, ao pragmatismo e a automação.

Com isso não temos como negar a importância da pesquisa nem do pensamento crítico tanto para a formação como para a prática profissional. Nela se constrói e reconstrói o conhecimento do objeto, bem como as formas prático-interventivas sobre o objeto, reconhecendo a sua complementariedade e o seu movimento dinâmico. Apesar dessa

inominável importância, a pesquisa ainda é “coisa de universidade pública”. Pereira (2018) aponta que apesar de legalmente as IES privadas terem o dever de

> realizar o tripé ensino, pesquisa e extensão, constata-se a concentração de docentes doutores e contratados em tempo integral nas IES públicas, especificamente, nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Ou seja, docentes com qualificação para pesquisa e com condições de trabalho para efetivação da mesma não estão majoritariamente nas IES privadas, o que já indica aqui uma divisão de tarefas formativas entre as IES, com o ensino voltado para as IES privadas - que formam a maioria esmagadora dos profissionais do país para o mercado de trabalho - e, as IFES, que formam pesquisadores e futuros mestres/doutores, que provavelmente irão também alimentar o mercado educacional, vendendo sua força de trabalho a preço rebaixado para as IES privadas. (p. 191).

De fato, esse cenário só não ratifica a dicotomia entre teoria e prática como também divide a categoria profissional entre aqueles que são formados para a aplicação de teoria e aqueles para a aplicação prática do Serviço Social. Especulando o pensamento, talvez vulgar, no sentido de não se aportar em fundamentos cientificos, de afirmar que o profissional “teórico” monta uma carreira acadêmica de “profissão-estudante”, sobrevivendo de bolsas de estudos e de pesquisa, sendo aquele que irá pertencer a diretoria dos conselhos e associações representativas da profissão. Enquanto o outro será aquele que em alguns casos recebe bolsas de descontos nas mensalidades para cursar o curso universitário, irá para o campo da prática se especializar em uma determinada política social e executar o que lhe é determinado. Se essa afirmação se faz verdade, temos um quadro perigoso na formação profissional, no qual se esboça um grupo de assistentes sociais forjados na pesquisa e no exercício da docência nas universidades públicas e um grupo forjado para a execução prática do Serviço Social na assistência direta aos usuários. Não que o contrário não possa ocorrer, mas que o estímulo a isso é menor nos respectivos espaços de formação.

Nota-se aqui uma retroalimentação da falácia do distanciamento entre teoria e prática. Esse progride no discurso, quando se julga que os estudos de pós-graduação, principalmente nas universidades públicas, devem ser para aquele profissional que quer ser ou já atua no magistério. Aqui evidencia-se, de forma velada, a consolidação desse distanciamento. É como se colocasse a dialética como algo de formação teórica para aqueles que querem se formar para o desenvolvimento de pesquisa e ensino no âmbito das grandes universidades e centros de pesquisas pública e a competência prática para aqueles que vão atuar no cotidiano profissional junto ao usuário nos diferentes campos sócio-ocupacionais.

Parece que há uma proposta intrínseca de ocultar o fato de que a docência é atuação profissional. Alguns docentes se negam a pagar o Conselho Regional e a realizarem a

supervisão acadêmica de estágio supervisionado para não se comprometerem com a obrigatoriedade do pagamento de anuidade do conselho profissional. Todavia, o Parecer Jurídico 06/2016 de 27 de janeiro de 2016 emitido pelo CFESS – referente a Ação Civil Pública movida pelo Sindicato Nacional dos/as Docentes das Instituições de Ensino Superior e Seções Sindicais do Paraná/ ANDES, contra diversos Conselhos Regionais de profissões regulamentadas, para que se abstenham de solicitar registro dos/as docentes do ensino superior e para que procedam a devolução das anuidades pagas indevidamente por tais docentes – nega o requerido pela Ação Civil e ratifica a obrigatoriedade da inscrição e pagamento dos docentes ao Conselho de Serviço Social, conforme prevê a Lei 8.662/1993, que define quem é o assistente social, quem pode atuar como assistente social, os requisitos a serem cumpridos para assumir a função de assistente social e que somente assistentes sociais podem cumprir com o que é postulado no artigo 5º da referida Lei, destacando a docência em Serviço Social como uma atribuição privativa do assistente social.

Apesar dessa afirmativa, é possível identificar postura por parte de alguns docentes na formação profissional, sem generalização, que é especialmente contraditória. No mesmo instante que se afirmam a unidade entre teoria e prática, procedem comportamentos de isolamento dos elementos que compõem essa unidade colocando-os em distanciamento. Outro ponto que gostaríamos de destacar é que os assistentes sociais formados nesse contexto tendem a reproduzir tais posturas, seja nos espaços sócio-ocupacionais assistenciais seja nos acadêmicos, fato que reflete na formação e na prática profissional dos futuros assistentes sociais.

Deste modo, em tese, teremos no futuro breve um perfil de profissionais alinhado ao mercado e as políticas sociais de características restrita, burocratizada, imediatista e focalizada, tanto na execução como na formação. Um perfil sustentado na razão pragmática, no qual a teoria é colocada como necessária para dar respostas imediatas a determinadas questões da realidade social, num ato de ação-reação, como se a dinâmica social fosse linear. O foco é o indivíduo e a verdade subordinada à utilidade, ou seja, a eficiência/eficácia da ação individual. O êxito do indivíduo em detrimento de resposta às necessidades da realidade vigente. A ação é imediata e não se importa com a totalidade social. Elementos típicos da "formação por competências e habilidades (…), [pois] incorpora a racionalidade pragmática e produtivista própria das organizações empresariais. Dentro dessa lógica entram o ensino à distância e os mestrados profissionais." (GUERRA, 2019, p. 112).

No cerne dessa racionalidade pragmática e produtivista se encontra a valoração da razão instrumental que, restrita em si mesma, é vazia de uma reflexão teórica da realidade, o que a

torna vulnerável às manipulações ideológicas tendenciais de determinado contexto sócio-histórico e político, no qual se sustenta. Por isso,

> é preciso reafirmar que em nada interessa uma racionalidade instrumental ao Serviço Social, ou seja, uma orientação centrada no puro manejo de índices, dados e instrumentos, no reformismo conservador, no equilíbrio dinâmico/sistêmico da ordem e na gestão acrítica, dócil e "solidária" do pauperismo. Isso não significa, em absoluto, que o assistente social não deva se apropriar criticamente de uma dimensão técnico-operativa, mas que ela, por si, serve tão somente (quando muito) para operar o instituído, o imediatamente posto, a demanda oficial solicitada à profissão, a administração burguesa da pobreza. (SILVA, 2013, p. 79).

Em outras palavras, o superdimensionamento do instrumental técnico reedita práticas e pensamentos alinhados a tendências do "metodologismo"[105], muito criticado no Serviço Social ao longo dos anos 1970, pois isola os problemas da vida social "ao transladar a lógica das ciências naturais para os fatos sociais, ao operar com a fragmentação dos diversos aspectos da realidade social, ao considerar os fatos sociais como coisas, exteriores, superiores e anteriores", o que edifica uma racionalidade formal-abstrata, que "neutraliza qualquer possibilidade de os indivíduos organizarem e, sobretudo, modificarem a realidade." (GUERRA, 2013a, p. 184).

Reduzir a prática ou a formação profissional a especialização ou a mera execução de técnicas e instrumentos, ou mesmo conceituar essa redução como sinônimo de dimensão técnico-operativa da prática profissional desvalida o seu verdadeiro significado, mistifica a imagem profissional e rompe com os propósitos que a fundam sob a direção de um projeto de emancipação. A dimensão técnico-operativa está alinhada às demais dimensões da prática profissional, a teórico-metodológica e a ético-política. Nessa concepção, a primeira dimensão se configura como "o conjunto das ações e procedimentos adotados pelo profissional, visando à consecução de uma determinada finalidade, bem como a avaliação sistemática sobre o alcance dessas finalidades e dos objetivos da ação." (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKS, 2013, p. 26).

A escolha, construção e uso de determinado instrumental não ocorrem (nem devem ocorrer) de forma automatizada ou como relação de consequência. Tais ações envolvem um processo que destaca a base teórica de proporções ética, científica, política e histórica da finalidade a que se cumpre. Por isso, vale salientar nesse debate as propostas do militantismo no âmbito da relação Serviço Social e política social, que conduz a formação profissional centrada em determinadas bandeiras de lutas, que por vezes não envolvem os elementos da luta da classe trabalhadora, colocando os propósitos do projeto profissional em xeque, embora use

---

[105] Cabe o retorno a leitura do capítulo 2 desse estudo para mais aprofundamento nesse debate.

um discurso de defesa dele. Os debates pertinentes às questões de raça, etnia, gênero e sexualidade, por exemplo, devem atentar para a dinâmica da totalidade social e não ser restritos a situações pontuais, sem o devido debate dialético-crítico, por meio do qual se é possível fundamentar e fomentar uma formação e prática profissional reflexiva que compreende o dinamismo contraditório da sociedade capitalista.

Nessa direção crítica, Guerra (2019) afirma que o perfil do profissional deve ser aquele que corresponda ao projeto da profissão e não aquele que corresponda a determinada política social. Portanto, a autora defende um tipo de formação profissional que não se restringe a graduação, mas que seja um processo de educação continuada comprometida com formação de consciência crítica de maneira a qualificar a própria política, logo, uma formação que prepara assistentes sociais críticos e competentes para atuar, planejar e avaliar políticas sociais.

Essa formação está pautada na racionalidade ontológica, que é processual e dinâmica, exigindo do profissional uma formação continuada e atenta às mudanças da realidade social. Nessa direção, a formação se compromete em desvelar e compreender o exercício profissional nas políticas sociais ao invés de apenas conhecê-las. A razão ontológica traz uma materialidade crítica que ilumina os instrumentais de maneira a exibir e fortalecer a luta e as projeções da sociedade e da profissão de Serviço Social. Evidenciando que reter-se aos instrumentais é abster-se da busca pela realidade para além do que ela se apresenta. Isso significa fadar o Serviço Social à reprodução do imediatismo posto. (GUERRA, 2013).

Desta forma, a razão ontológica revela a necessidade de que o assistente social seja o autor dos instrumentos que aplica, pois a construção de instrumentais atrela-se a capacidade de reflexão sobre a realidade, identificação das necessidades e de proposição de respostas a tais necessidades. Ou seja, o assistente social deve ter uma formação que o habilite e propicie a capacidade de análise da realidade social em sua totalidade e a partir dela crie instrumentais que vão ao encontro de suas estratégias interventivas. Nessa dinâmica, os valores e princípios defendidos pela profissão vêm à tona e a materialidade do projeto ético-político da profissão se manifesta no cotidiano profissional.

A razão ontológica, portanto, fundamenta a razão instrumental, reafirmando a importância de uma formação profissional intelectual e crítica nas linhas das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Segundo Vasconcelos (2015, p. 429), uma formação mediada pelo projeto profissional, que exige fundamentos na análise social fundada na crítica da economia política, “não é suficiente para a estruturação de atividades e ações articuladas aos interesses dos trabalhadores”. Ou seja, não basta estudar Marx, se faz necessário visitar as manifestações da prática profissional entre os assistentes sociais em sua rotina de trabalho e nela identificar

tanto no discurso como na ação profissional como se cumpre – se se cumpre – essa exigência, bem como o porquê e para que a se cumpre. Nas palavras da autora,

> as referências teórico-metodológicas são essenciais, mas não são suficientes, nem para os intelectuais de ponta, nem para os intelectuais que tem como função a intervenção nas relações sociais, visto que, se a analise social – por aproximações sucessivas – pode fundar as condições de uma crítica teórica da realidade socioeconômica e cultural, possibilitando apreender, da realidade, alternativas de ação, ela não garante a direção social das ações, que só pode ser assegurada quando, *em consonância com princípios e finalidades ético-políticas emancipatórios escolhidos conscientemente, materializam-se na atividade prática*. (VASCONCELOS, 2015, p. 450 – grifos do autor).

Desse modo, a formação e a prática profissional devem estar alinhadas ao mesmo compromisso ético-político de escolha e proposições de finalidades conectadas às projeções de sociedade e de profissão. Não há materialização do projeto profissional se há uma concordância entre aquilo que é ensinado na academia e aquilo que o Serviço Social tem efetivamente executado em sua prática profissional. Da mesma forma, não há Serviço Social Renovado se a formação intelectual da profissão não consegue atingir a medula da estrutura da execução e projeções da prática profissional. Sabemos que a teoria ilumina a prática e vice-versa em um ciclo infinito de idas e vindas. Mas como esse ciclo tem acontecido no Serviço Social em tempos contemporâneos? Vemos um apelo e uma retroalimentação de conceitos e práticas conservadoras que assolam os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. Portanto, como essa formação renovada tem se manifestado no cotidiano dos assistentes sociais? Em busca dessas respostas, voltemos aos traços de realidade dados pelas entrevistadas.

5.1.3. Retomando os dados da pesquisa

Fechando os parênteses abertos para entender a realidade da formação profissional no cenário contemporâneo, seguimos com o questionamento de como esse contexto implica no cotidiano profissional. Vimos nos dados extraídos das entrevistas que as assistentes sociais atuantes na PSB da PCRJ se formaram no período de revisão dos currículos e formação das Diretrizes Curriculares, a maioria nos espaços públicos. Isso nos leva a presumir que todas as assistentes sociais entrevistadas tiveram base crítica em sua formação, a partir da Teoria Social de Marx e do método crítico-dialético. O que nos leva a supor, também, que essas assistentes sociais estão alinhadas à direção ético-política da profissão. Direção que exige uma articulação com a categoria e os debates que emergem em seu seio, seja por vias acadêmicas ou por expressões coletivas dos assistentes sociais. Daí a importância do processo de formação

continuado, viabilizado por cursos, especializações, pós-graduações e eventos científicos da categoria.

Entretanto, mesmo havendo o reconhecimento dessa formação continuada, ainda é pouco o número de assistentes sociais, em especial os ligados à atividade socioassistencial, que participam desses momentos singulares, tanto para a formação e qualificação, quanto para a prática profissional. No rol das entrevistadas, apenas 10 em 19 entrevistadas relataram participar de eventos científicos do Serviço Social, ou seja, cerca de 52,6% do montante de entrevistadas prioriza a participação nesses eventos.

Netto (1996) aponta que, devido ao perfil generalista da formação profissional, em um futuro breve, ou em um curto espaço de tempo, essa formação seria insuficiente para atender o mercado de trabalho e manter os avanços conquistados na profissão. Portanto, o autor considera que, na perspectiva do contexto de desenvolvimento capitalista no Brasil, novas requisições chegariam para os assistentes sociais e com elas a exigência de novas competências que são mais do que se contentar com as sinalizações do mercado de trabalho.

A formação continuada se destaca, então, como um instrumento de qualificação e de fortalecimento da prática profissional. Ela se configura em um momento de suspensão da prática cotidiana, que em seu retorno o profissional se apresenta com uma capacidade crítica-reflexiva renovada, possibilitando-o visualizar elementos que outrora não lhe eram perceptíveis. Essa renovação da capacidade crítica-reflexiva atualiza as forças criativas e propositivas que conduzem o assistente social nos caminhos da defesa do projeto societário emancipatório.

Isso nos remete a outro elemento encontrado em nossas entrevistas, que está relacionado à tomada do projeto ético-político como referência para pensar o cotidiano. Ou seja, se apenas "metade" das assistentes sociais priorizam os eventos como estratégia de qualificação e atualização da formação profissional voltadas aos propósitos do projeto profissional, quantas delas têm esse projeto como referência? Das 19 entrevistadas, 02 assistentes sociais não responderam a essa questão, 01 relatou não ter o projeto ético-político como referência e cerca de 06 profissionais afirmaram ter as suas referências profissionais no projeto ético-político. Cabe destacar que, das 19 entrevistadas, 10 assistentes sociais não responderam porque não foram questionadas sobre o tema. Entretanto, considerando os dados acima, podemos identificar que, entre as 09 entrevistadas, não há unanimidade em relação ao projeto profissional, apresentando uma exemplificação de que esse projeto não está homogeneizado na categoria, e quiçá podemos afirmar se a sua hegemonia entre os assistentes sociais se dá de

forma consciente ou não. Essa hipótese ficará para um novo estudo sobre essa temática em um futuro breve.

Outro elemento que relaciona a unidade teoria e prática no cotidiano profissional se refere ao Estágio Curricular Obrigatório e à Supervisão de Estágio. Entre as entrevistadas, 10 declararam que nunca orientaram estagiários e 9 afirmaram que já foram ou são supervisoras de estágio. A prática da orientação do estágio supervisionado em Serviço Social é voluntária, ou seja, não implica em uma determinação legal ou na necessária remuneração do assistente social pela atividade. Sendo assim, a supervisão de estágio se constitui mais um ato de compromisso ético do que uma obrigatoriedade profissional institucional. Embora não possamos ocultar que, em alguns casos, o processo de reconfiguração do mundo do trabalho sustenta a posição de algumas instituições de exigência sobre o profissional do monitoramento[106] de estagiário como estratégia de redução de custos com RH.

Desde a consolidação do processo de renovação do Serviço Social e a sua normatização jurídica e filosófica, o estágio curricular obrigatório supervisionado, que ocupa a centralidade na formação profissional, constitui-se como um momento privilegiado na apreensão crítica da realidade, por conter a possibilidade de suspensão[107] do cotidiano para se refletir sobre ele, proporcionando uma possibilidade ímpar de articulação entre as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da prática profissional, além de se configurar na visualização, de forma concreta, das expressões da questão social. (ABEPSS,1996). Segundo a Lei n°11.788/2008, o

> Art.1° Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, (...).
> §1° O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.
> §2° O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e á contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. (BRASIL, 2008).

---

[106] O uso do termo "monitoramento" aqui aplicado foi proposital com forma de conceituar o processo de supervisão de estágio, por vezes determinado em alguma instituição apenas como uma relação de aprendiz, na qual o assistente social diz como faz e observa se o estagiário cumpre a processualidade da execução da tarefa.

[107] Mesmo nos casos nos quais os estagiários são tidos apenas como uma mão de obra barata em substituição de um profissional, o processo de construção do conhecimento gera questionamentos ou a necessidade de olhar a prática profissional e institucional, que direta ou indiretamente geram determinadas revisões do que está sendo feito.

Daí a importância do estágio curricular supervisionado na formação acadêmica e da análise teórico-critica permanente da atividade profissional. Para Buriolla (2001), o estágio supervisionado desempenha um papel decisivo no processo de ensino-aprendizagem por configurar situação efetiva de treinamento profissional e, conforme afirma Soares (2013), o estágio se configura como o primeiro encontro com a prática profissional. É nesse momento que o discente consegue se conectar com a realidade manifesta na vida dos trabalhadores atendidos pelo Serviço Social. Por isso, o referido autor o define "como estratégia e instrumento de manutenção e expansão dos valores e da direção social dada pela profissão, cujo aspecto principal envolve a reflexão sobre a teoria, a prática e as relações da categoria com a sociedade em diferentes momentos históricos" (p. 17).

Isso reafirma a posição da ABESS referente à importância do estágio supervisionado como "atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática." (ABEPSS, 1996, p. 19). Esta supervisão deve ser unicamente realizada por assistentes sociais tanto no âmbito da IES quanto no do sócio-ocupacional, onde o estudante realiza o estágio.

A aproximação do cotidiano profissional, proporcionada pela atividade do estágio ao estudante, potencializa a capacidade de desenvolver habilidades e competências pelo estagiário, que envolvem a leitura crítica da realidade numa perspectiva de totalidade, considerando o processo sócio-histórico da sociedade brasileira, apreendendo as suas particularidades e o significado social da profissão. Portanto,

> somente um profissional comprometido com a perspectiva subjacente ao projeto de formação profissional tem condições técnico-profissionais para realizar a supervisão de estágio, acompanhando, desse modo, a apreensão dos conteúdos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos pelo estudante. Apenas o próprio assistente social pode, dessa forma, fazer mais que as requisições sócio-ocupacionais postas pelos empregadores (ORTIZ, 2016, p. 208).

Nesse sentido, a supervisão de estágio se institui como uma atribuição privativa do assistente social, não por mera imposição da peça legal, mas pelo reconhecimento e a absorção dos valores filosóficos e políticos que o englobam. Deste modo, a supervisão de estágio em Serviço Social ultrapassa a mera determinação de atribuição técnica e se centraliza no entendimento sobre o planejar e o fazer profissional frente as demandas do cotidiano. Logo, a supervisão de estágio se torna também uma responsabilidade ética. Como afirma uma assistente social entrevistada:

> *Se você se compromete a receber um profissional em formação, você tem que ter garantido um espaço para olhar para aquele aluno como um profissional em formação e não como uma mão de obra barata. Você deveria ter uma retaguarda da instituição, onde você exerce a sua profissão que te garanta um tempo fora do atendimento, para você poder fazer discussão de caso, fazer estudo, para você fazer de fato, investir mesmo, você se capacitar, você se qualificar, se aperfeiçoar para que você se propôs, ser supervisor e ao mesmo tempo você reverter isso, na contribuição que você dá, formando um aluno em um profissional. (AS 13 – grifo nosso)*

Na fala da assistente social, podemos identificar a significância do momento de supervisão de estágio não somente para a preparação do aluno em formação, mas de requalificação e aprimoramento do trabalho profissional. Deste modo, podemos colocar a prática da supervisão de estágio como um elemento que também favorece a formação continuada do profissional. Uma vez que conseguimos destacar nessa prática duas situações necessárias: a suspensão do cotidiano para a reflexão sobre ele – um processo instituído na relação assistente social – estagiário – instituição, e o suporte acadêmico – instituído na relação supervisor acadêmico – supervisor de campo – estagiário. O primeiro envolve a reflexão e a sistematização da prática profissional frente a realidade institucional, por isso é concebido como uma área de conflitos.

No trecho em destaque do depoimento da entrevistada está a evidência de que as instituições, por vezes, não oferecem o espaço para a efetivação da supervisão (processo de crítica e análise), colocando tanto supervisor quando estagiário em uma arena de conflitos quanto a construção e separação de um espaço para a realização do processo de supervisão no cotidiano de trabalho. A supervisão de estágio envolve alguns elementos da realidade que são limítrofes na expansão formativa dos assistentes sociais, como: o aprofundamento da precarização do trabalho e da formação profissional, as dificuldades de acesso a determinadas modalidades e oportunidades de qualificação e de ensino e a precarização das condições de trabalho. Elementos que deveriam ser considerados pelas IES na lotação de campo de estágio.

Ademais, cabe observar que os resultados da pesquisa envolvem profissionais lotados nos serviços de atenção direta à população, sejam eles direcionado ao atendimento ou à gestão e, consequentemente, os assistentes sociais estão sob uma pressão contínua e de sobrecarga advindas das exigências concomitantes do público e da instituição. Nesse sentido, para o assistente social pressionado pelo cotidiano institucional, a supervisão de estágio impacta na sua rotina como algo negativo, que interfere nas suas atividades de trabalho. Portanto, isso exige do profissional uma postura de embate institucional – quando impõe a suspensão de atendimento e de suas atividades no decorrer de sua jornada de trabalho –, ou de sobrecarga –

quando fica após o horário de trabalho ou realiza supervisão por meio de encontros on-line ou por telefone em horários de folga ou em dias de feriados –, ou ainda de submissão à lógica empregadora – quando assume a postura permissiva do trato do estagiário como mão de obra barata, em muitos casos, substitutiva de profissionais –, que impacta na consciência ética dos profissionais.

Esses são elementos ventilados nos fóruns de supervisores promovidos pelas IES e nas aulas de supervisão acadêmica. A supervisão de estágio passa a ocupar um espaço de tarefa extra para o assistente social, exigindo de o profissional supervisor responder as demandas institucionais, as demandas do estagiário e ainda lidar com conflitos no cerne da própria equipe de Serviço Social que, por vezes, classifica o assistente social supervisor como aquele que tem um "ajudante" e ainda deixa de trabalhar para ficar em debate com o aluno. De certa forma, isso implica na construção de posturas profissionais do supervisor que, ao mesmo tempo que enfrenta os conflitos, educa tanto a equipe como o estagiário. Todas essas situações já foram vivenciadas por mim nas funções de supervisor acadêmico, supervisor de campo e de organizador de fóruns de supervisores.

Já a segunda situação envolve o compromisso da IES de enxergar o campo de estágio como um espaço de formação e não como referência para cumprimento de obrigatoriedades processuais acadêmicas para a formação do discente.

Por isso, as parcerias estabelecidas entre os sujeitos (supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário) envolvidos no processo de estágio supervisionado são essenciais, com destaque para a supervisão acadêmica do estagiário que não pode continuar centrada no oferecimento da Disciplina de Estágio ou de oferecimento de fórum para supervisores. Na concepção da ABEPSS, as disciplinas devem ser dinâmicas e entrelaçadas ao cotidiano do profissional e do estagiário no campo sócio-ocupacional. Referente a essa parceria, a pesquisa revelou pontos significativos para o debate.

O primeiro se relaciona com a dinâmica de aproximação das IES com o campo de estágio. Em suas respostas, as entrevistadas, apesar de julgarem como boa a relação com as unidades formadoras, enfatizaram a distância entre a academia e a universidade, como podemos observar em suas manifestações.

> *Afastada. Só em situações específicas. Os supervisores entram pouco em contato.* (AS1).

> *Eu acho extremamente distante, porque a universidade nunca vem a campo e quando você está preso à instituição é muito difícil você manter o contato com eles.* (AS 8).

> *Sem relação com as escolas.* (AS16)
>
> *Não articulação entre escola e campo*. (AS 17).
>
> *Não vou dizer que é uma relação ruim, mas também não é de muita proximidade, então assim, havia uma necessidade de maior aproximação entre academia e o campo.* (AS18*).*

Nas falas das entrevistadas, esse distanciamento fica ainda mais notório quando se trata das IES públicas[108].

> *Acho que isso é uma lacuna que existe desde a minha época de graduação. Eu peguei estagiário da Unirio, para ter ideia, eu nunca tive nenhum contato com o coordenador de estágio dessas minhas seis estagiárias (...). Na verdade, eles vieram para cá, eu uma vez no evento de supervisores na Unigranrio, que é em Caxias, mas, por exemplo, eu nunca recebi visita de coordenador de estágio. (...) Eu fui semana passada, na semana do Serviço Social, me chamaram para poder falar sobre o trabalho no CRAS, ali na Penha, na faculdade Cândido Mendes, fiz uma apresentação do trabalho em slide, para turma de sexta e sétimo ano, (...).* (AS11- grifos nossos).
>
> *A gente tem pegado muitos alunos de faculdade privada, mas eles têm melhorado muito nesse aspecto. Tinha uma das estagiárias minhas que frequentemente trazia convites para estar indo lá discutir a prática na faculdade, a questão do campo de estágio, nem sempre foi possível estar fisicamente, mas havia um interesse entre o supervisor do estágio da faculdade de ter uma conexão com a gente (...).* (AS 2 – grifos nossos).
>
> *As meninas eram da Estácio, a relação era boa, (...) até a professora que orientava era do SIMAS (...), então ficou fácil nós que orientávamos, a supervisão era nossa, mas ela era a professora dela na Estácio.* (AS 4 - grifos nossos).
>
> *Foram boas. Eu tive duas estagiárias, as duas estagiárias da UNISUAM, eu fui no TCC delas, me chamaram pra falar, (...), pediram pra eu falar das experiências delas no estágio, (...), foi muito legal.* (*)[109]

A importância da aproximação da IES com o campo de estágio efetiva os propósitos de ampliação da unidade teoria e prática. Elemento que se destaca nas falas das entrevistadas como necessário e que deve ocorrer de forma direta, principalmente para a preservação de posturas éticas dos estudantes.

> *Quando você está preso à instituição, é muito difícil você manter o contato com eles [universidade]. Quando mantém é via e-mail ou um seminário que você vai, mas discutir mesmo a relação da universidade com o campo de estágio é complicada*. (AS 8).

---

[108] Os profissionais apontam que a relação com as IES privadas é mais estreita, exceto em casos de ensino na modalidade a distância: "a faculdade da estagiária era à distância (EAD), então o contato era limitado. Nunca teve professora de estágio do aluno." (assistente social entrevistado).

[109] Assistente social não catalogada na limitação metodológica desse estudo, por atuar em equipamento que não é da PSB, mas o seu relato se constituiu muito pertinente ao debate aqui posto.

> *(...) mas eu me lembro, já tem um tempo, que nesse período da supervisão ela [a estagiária] trazia algumas inquietações, que eram as mesmas da minha época, dessa distância, e a gente sempre procurava estabelecer o contato através do diário mesmo dela, dos relatos dela ou de alguma pergunta, eu procurava saber em relação ao que ela discutia em sala, nas aulas que ela tinha e procurava sempre fazer essa relação quando a gente se encontrava, mas eu realmente não cheguei a ir, não teve assim um convite nem dela e ninguém propôs eu ir na universidade* (AS 15).

O segundo ponto se refere à ética. Na maioria das respostas, as entrevistadas colocaram o sigilo como uma questão ética em foco no campo de estágio, o que envolve grandes polêmicas e conflitos. Uma atuação da IES seria, nesse sentido, de dar um suporte ao profissional no campo para criar estratégias de como lidar com as múltiplas situações na relação profissional/usuário, profissional/estagiário, estagiário/usuário e mediar, com os estagiários, as limitações do campo sócio-ocupacional e do profissional gerenciar determinadas situações, não permitindo, a não ser em casos extremos, que situações vivenciadas e debatidas no campo do estágio extrapolassem as relações institucionais de ensino e de atuação do Serviço Social. Desta forma, o assistente social supervisor acadêmico desempenharia um papel de mediador das necessidades acadêmicas do estagiário e do supervisor de campo, estabelecendo para ambos o caminho para a identificação e a construção da unidade da teoria e prática. Isso evitaria posturas policialescas como as descritas abaixo.

> *Olha o que eu percebi, eu agi dentro da ética profissional tentando fazer o melhor trabalho possível, mas agora, elas[estagiárias] que não foram éticas. Porque elas fizeram um relatório, eu fazia supervisão, fazia tudo direitinho. Só que elas fizeram um relatório contando as coisas que aconteciam no CRAS que fugiam do que seria de fato a prática, porque como eu falei anteriormente a prática se descola da teoria. A gente teve alguns problemas com isso, mas dentro do nosso Código de Ética, trabalhei dentro daquela forma. Só que elas não concordavam, por exemplo, lá onde a gente trabalhava não tinha um local como aqui com sigilo profissional, então elas relataram isso, que lá não tinha uma sala. Tinha um local, mas não era fechado, então elas colocaram. Ai depois disso a gente não recebeu mais estagiário. (...) Aí a gente teve um problema lá, sério. Elas fizeram uma denúncia no CRESS, mas não procedia. Nós fomos acionados, (...).* (AS 18).

> *mas é principalmente não se furtar de estar discutindo tudo o que desrespeito aos deveres e aos direitos dos usuários, e principalmente, não sei se o Código de Ética fala sobre isso, é ter esse cuidado do que é sigilo do ponto de vista de uma situação que você esteja acompanhando, de um ponto de vista da intervenção e saber trabalhar isso com o aluno, acho que isso ai é fundamental e principalmente trabalhar o próprio código em si (...). Talvez você passe por uma coisa que o aluno em algum momento vai relativizar, "não, vamos fazer assim" então serve para você fazer esses opostos, mas é fundamental isso, o compromisso ético com a verdade, ou a não ser o que o próprio código diz, caso coloque outrem em risco mas não sendo, você sabendo discutir as coisas do meio do trabalho, do campo do trabalho com verdade e clareza e maturidade, você não tem porque omitir, se é termo comum do trabalho você tem que discutir com o estagiário sem ter esse receio.* (AS 15).

O campo de estágio é o espaço onde o discente se encontra com os desafios, as limitações e as potencialidades da profissão, portanto, é o local de reconhecimento da função e significado social do Serviço Social. A priori, esse reconhecimento na sua manifestação concreta exige a identificação para quem se destina às ações profissionais do assistente social. Em uma visão geral da política de assistência social, os serviços prestados por ela destinam-se aos seus usuários, que constituem de

> cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004, p.27).

Logo, esses usuários são o público de atendimento do assistente social que atua nessa política. Por isso, o assistente social nomeia os sujeitos que atende como ‘usuários’. Silva (2014b) suscita que a nomenclatura ‘usuários’ pode soar pejorativa. A partir dos discursos em sua pesquisa com um grupo de sujeitos atendidos pelos serviços da assistência social, as resultantes de sua análise revelam a carga de estigmas que a termo ‘usuário’ desencadeia. Na percepção dos pesquisados pela referida autora, esse termo relaciona-se à percepção estigmatizante sobreposta a população que faz uso abusivo e prejudicial de álcool e outras drogas. Deste modo, a terminologia expressa a condição de dependência em contraposição a de sua autonomia. Além de rotular indivíduos e grupos como desvalidos (CASTEL, 2005) e parte de uma classe “socialmente” perigosa. O que reafirma o discurso e a posição de subalternidade destinados ao público atendido pelos serviços oferecidos na política de assistência social. Segundo Yasbek (2006), o público dessa política constitui um grupo de sujeitos dominados, subordinados a uma condição de mando e exploração, portanto, a ele é destinado o lugar de subalternidade, uma contradição a própria legislação regente dessa política social.

Todavia, em relação aos dados de nossa pesquisa, no trato aos sujeitos atendidos, as profissionais entrevistadas não contestaram o termo ‘usuário’. Ao contrário, identificou-se no discurso das assistentes sociais, em geral, a designação desse termo ao caracterizar o público atendido de forma naturalizada sem pesos pejorativos. Nessa direção, as assistentes sociais entrevistadas definiram, de forma generalista, que as pessoas atendidas por elas nos CRAS é *“a população em geral”; “todos os cidadãos”; “toda e qualquer pessoa que precisar de orientações”*.

Apenas uma das entrevistadas definiu características correlatas ao perfil do que ela compreende como usuário do Serviço Social: "a *população, principalmente a de baixa renda, de extrema pobreza, em estado de vulnerabilidade social*." *(AS 18).* Dois pontos merecem destaque aqui: um relacionado a denominação do sujeito atendido pelo assistente social e outro relacionado a reprodução da ideia de subalternidade.

O Serviço Social, em suas protoformas, reproduzia a relação de subalternidade da pessoa que acessava os seus serviços e mantinha uma relação pautada na boa vontade e na doutrina cristã. Ou seja, havia nessa relação uma hierarquia pré-estabelecida entre sujeito e profissional, sendo o segundo detentor da ordem e do poder que deveria ser reverenciado pelo sujeito por ele atendido, como sinal de capacidades de ajustamento social. Seguindo pela organização histórica da profissão, no período de tecnificação da profissão e adoção dos métodos americanos, a relação entre assistente social e sujeito atendido passa a ser racionalizada, sendo o segundo denominado como cliente. Como consta do Código de 1965, o "assistente social em seu trabalho junto *aos clientes*" (CEP, 1965, art. 19- grifos nossos) deve estabelecer uma relação na qual "*o cliente* deve ter confiança na boa-fé da assistente, e a assistente deve ter respeito pelo *cliente* como indivíduo." (NICHOLDS, 1969, p. 135 – grifos nossos).

O termo em destaque tem origem em Roma, onde se classificava como cliente aquele sujeito que mantinha uma "relação de dependência tanto econômica como política, sancionada pelo próprio foro religioso, entre um indivíduo de posição mais elevada (*patronus*)" (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 2004, p. 177). Por essa relação de dependência e favor, se funda o termo clientelismo que expressa a relação de indivíduos, geralmente escravos libertos, estrangeiros, pessoas pobres, que retribuem ao seu senhor (*patronus*) não somente mostrando submissão e deferência, como também obedecendo e auxiliando de variadas maneiras o *patronus.* (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 2004). Na contemporaneidade, o termo assumiu a referência dada a pessoa e/ou entidade que mantém uma relação de compra ou troca de mercadoria, serviços ou recursos. (DICONARIO ON LINE, 2023).

Nas definições listadas, identificamos uma relação hierárquica e de poder que coloca um em relação de submissão ao outro ou uma troca comercial. Em ambas as definições, a condição de direito de cidadania não prevalece, sendo ela substituída pelo favor ou pelo instrumento de troca comercial. Portanto, trazendo essas reflexões para o Serviço Social, o trato com o sujeito atendido pelo assistente social pelo próprio profissional representava o espaço em que aquele ocupava na sociedade. Daí a imagem que prevalece no senso comum de que o

Serviço Social é voltado para a atenção aos pobres e desvalidos. Tal imagem se alia a da caridade e a do amor ao próximo.

Todavia, ao longo do processo de Renovação do Serviço Social nas últimas décadas do século XX, os diferentes debates e seminários em torno da cientificidade, metodologia e significado social da profissão culminaram no entendimento do assistente social como trabalhador inserido no nefasto mundo do trabalho. Tendo o público-alvo de suas ações o trabalhador e a sua família, tal entendimento sugere uma relação de horizontalidade, resguardadas as referências de poder institucional, entre o assistente social, que é um trabalhador, e o sujeito em atendimento que pertence a classe trabalhadora.

Outra resultante foi a aprovação do CEP/1986. Nele ficou explicitado que "os usuários dos serviços sociais são sujeitos da intervenção profissional, inseridos em sua condição de classe trabalhadora" (CFESS; BARROCO; TERRA, 2012, p. 85). Nota-se o compromisso do Serviço Social com as lutas da classe trabalhadora, como princípio e como dever o aprimoramento "de forma contínua [dos] seus conhecimentos, colocando-os a serviço do fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora" (Art. 3º, alínea D). Mais à frente na trajetória da profissão no Brasil, em 1993, a aprovação do novo CEP inaugura um rol de 11 princípios fundamentais, nos quais se baseiam os valores que orientam a profissão e expressam o compromisso com a "ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras" (CEP, 1993, princípio fundamental III).

A partir dessa reflexão, compreendemos que, embora o conjunto CFESS/CRESS tenha adotado a nomenclatura usuários para se referenciar o sujeito/público atendido pelo assistente social, com base nos processos revolucionários, com os quais a profissão se compromete, entendemos que o uso do termo "trabalhador" se conecta aos propósitos ético-políticos profissionais e rompe com a subalternidade e imagem estigmática expressa no termo usuário. Ademais, o objeto de intervenção profissional é a questão social em suas múltiplas expressões, e a parte da população atingida pela questão social é a classe trabalhadora.

Diante disso, retomando as falas das entrevistadas, o entendimento referente ao público atendido pelo assistente social como *"a população em geral"* generaliza o público atendido e desqualifica o papel social e político desempenhado pela organização coletiva da classe. Em relação a definição de que são *"todos os cidadãos"*, ela exclui aquele trabalhador que por não possuir documentação é posto a margem da sociedade e tem o seu acesso a determinados serviços sociais suspensos, não sendo reconhecido como cidadão.

A definição de *"toda e qualquer pessoa que precisar de orientações"* apresenta dois pontos relevantes para reflexão: um que restringe o Serviço Social a mera atividade profissional de orientação, como se os trabalhadores atendidos pelos assistentes sociais só os procurassem por reconhecerem neles a imagem de "balcão de informação". Um processo de orientação que envolve a dimensão pedagógica da profissão muito cara aos profissionais e que objetiva a construção e reconstrução de conhecimentos em prol da expansão da cidadania e da manifestação da autonomia. O segundo ponto obscurece o objeto de intervenção do Serviço Social que é a questão social resultante das relações contraditórias entre capital e trabalho. Existe uma relação íntima entre questão social e o objeto institucional da política, que designará a instituição, o público e os recursos com os quais o profissional atuará. Ou seja, no processo de trabalho institucional, o assistente social tem de identificar na relação sujeito - instituição - questão social a manifestação concreta da questão social, a fim de descortinar as situações concretas apresentadas a ele, tanto pelos usuários dos serviços como pelos profissionais da instituição e/ou da rede de serviços e da gestão. E o trato dessa demanda dependerá unicamente da ação profissional, que pode pender para a conservação da subalternização ou para as lutas revolucionárias emancipatórias.

Vale expor que todas as definições apresentadas pelas assistentes sociais entrevistadas, referentes à população atendida, trazem à tona termos que sustentam a posição de subalternidade dos sujeitos e ignoram o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, como consta do projeto do Serviço Social.

Apesar das argumentações acima, nos parece que se naturalizou nos discursos e nos documentos dos profissionais de Serviço Social a adoção do termo "usuário" como referência classificatória do público atendido pelos assistentes sociais. Todavia, esse termo não perdeu o seu significado de reprodução da subalternidade, ao passo que ignora a legitimidade alcançada pela profissão no reconhecimento da classe trabalhadora como público-alvo do atendimento do assistente social, no mesmo instante em que o profissional é parte integrante dela e a tem como comitê de lutas em nome de uma nova ordem societária.

5.2. Serviço Social e prática profissional: o fazer e o executar

No eixo do debate sobre a prática profissional, o século XXI traz elementos que vão chocar com a direção ético-política da profissão e fundarão tendências a prática profissional que combinada ao modelo precarizado de formação, debatido no item anterior, resultam em grandes desafios para a dimensão prática do Serviço Social comprometido com o projeto

profissional. Daí se faz imperioso distinguir o FAZER profissional do EXECUTAR a prática profissional. Isso porque um comunga com os princípios do projeto profissional enquanto o outro comunga com sociabilidade burguesa desse tempo.

FAZER presume um tipo de relação entre teoria e prática que envolve o pensar, o elaborar e o executar. Ou seja, o fazer profissional implica em entender a dinâmica da realidade que integra, no conhecimento dessa realidade, da instituição e do usuário. Se trata aqui do entendimento de prática profissional como práxis. Em outras palavras, prática como "uma atividade humana que se orienta conforme a fins, e esses só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana exige certa consciência de um fim, o qual se sujeita ao curso da própria atividade." (VÁZQUEZ, 2011, p. 223).

A ideia de prática profissional como ação humanizada atrela-se a dois eixos: um relacionado a capacidade humano-genérica do animal homem de pensar, refletir e agir, que dá ao profissional consciência de sua prática, assim como sua capacidade de delimitar objetivos e finalidades para ela. E, o outro, interligado ao primeiro, se refere a base de formação intelectual que gera a direção política e ética, que direciona esse pensar, refletir e agir. Essa condição humanizada da profissão conflitua com o cenário de imediatismo e automação das práticas profissionais.

Na esteira do século XXI, o mundo do trabalho atua com o gerencialismo[110], "que esvazia conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadrando processos e dinâmicas às metas de qualidade e de produtividade a serem alcançadas", impactando em efeitos relacionados a organização e a efetivação de práticas profissionais (RAICHELIS, 2018, p. 57). Nesse contexto, a proposta da flexibilização e da polivalência dos trabalhadores gera a perda da especialização do trabalho, a intensificação da relação custo x produção, a mistificação das modalidades de trabalho inter e transdisciplinar e a definição de cargos genéricos, resultando em regressivas alterações na prática de diferentes profissionais.

De certo, se a proposta capitalista é quanto mais aliena mais domina, estruturar um mundo do trabalho de maneira a evitar a reflexão do trabalhador sobre o que ele faz e produz e, consequentemente, suspender a consciência de classe é uma estratégia de refração medular à conservação dos propósitos do capital. Evidencia-se, portanto, uma restrição ao processo de pensar a prática profissional, inibindo o processo de construção de consciência do trabalhador

[110] "O gerencialismo enquanto ideologia de gestão capitalista em tempos de crise do capital ganha espaço como estruturador das relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores. Reproduzem-se no campo da ação estatal as tendencias de empresariamento do trabalho, que visam à substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, fazendo prevalecer a razão instrumental em detrimento da razão crítica." (RAICHELIS, 2018, p. 57).

sobre a sua ação profissional e sobre a sua condição de trabalhador. Elementos caros ao Projeto ético-político do Serviço Social.

A consciência evocada nessas linhas vincula-se a uma consciência filosófica, que revela o homem atuando no sentido criador, revolucionário, ou seja, aquele capaz de esclarecer teoricamente a sua prática social e regular conscientemente suas ações como sujeito da história. (VAZQUEZ, 2011). Trata-se da atitude de suspensão da cotidianidade para refletir sobre o que faz, por que faz, como faz, para que faz e para quem faz. Essa atitude filosófica situa a prática profissional como resultante de uma especialização do trabalho coletivo, o que aloca a profissão no âmbito das relações sociais concretas dessa sociedade, abrigando em sua configuração as sínteses dos movimentos históricos expressando certo momento e uma dada conjuntura.

Dessa forma, o profissional contextualiza a sua prática e identifica nela o significado de sua existência. Existência essa articulada aos valores e princípios éticos e filosóficos, que substituem a condição utilitarista da profissão dada pelo mercado e incorporada pelos espaços socioinstitucionais de atuação do assistente social, capaz de veicular informações e articular ações fundamentais e necessárias para o enfrentamento das consequentes esparrelas da dominação capitalista. Isso implica necessariamente em uma competência política, teórica, ética e técnica embasada na razão ontológica.

A prática profissional consciente, portanto, é um ato de movimento permanente de pensar, analisar e avaliar o fazer, atribuindo objetivos, finalidades e metas, cujas resultantes devem alcançar visibilidades tanto para o desenvolvimento da profissão como para a desmistificação da sua imagem institucional[111] e/ou social, que historicamente tem sido vinculada à igreja, ao voluntariado, à caridade e ao humanismo cristão.

O que está em questão aqui é a combinação entre formação e prática profissional com base teórico-metodológica e técnico-operativa fundamentada em princípios ético-políticos que estabelecem uma consciência revolucionária e norteiam comportamentos, posicionamentos políticos, lutas e ações profissionais em direção a superação da ordem vigente, sendo o profissional capaz de optar “por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993). Nesse sentido, a formação com base na razão ontológica gera profissionais que manifestam a sua condição de SER capaz de apreender os elementos que permeiam e

[111] ao ocupar o seu lugar profissional, lugar que é seu por direito, nas instituições públicas, privadas, nos movimentos sociais, na medida em que passa por uma formação prévia, tem a responsabilidade e o dever de trazer para o espaço profissional o desconhecido, a informação inacessível e diferente, o saber, o conhecimento impossível de ser produzido pelos diferentes segmentos da população, exatamente pela inserção que tem na realidade social. (VASCONCELOS, 1997, p. 139)

determinam os fenômenos sociais – expressões materiais da questão social – e sobre eles FAZER respostas profissionais conscientes. Isso por que tais respostas são teleológicas

> na medida em que partem de conhecimentos que relacionam a resposta à sua causa final. É nesse sentido que, tendo em vista uma relação consciente, intencional, entre objetivos, meios e fins, o que é uma exigência para uma prática mediada pelo projeto profissional, coloca-se a necessidade de uma prática pensada e avaliada nas suas consequências, ou seja, uma prática pensada, planejada, para além de uma prática estruturada no saber imediato, na intenção. (VASCONCELOS, 2015, p. 222)

Cabe ressaltar que a condição de SER assistente social não se limita ao momento específico de sistematização da prática profissional (NETTO, 1989; ALMEIDA, 2006), pois o transcende ao mesmo tempo que o engloba. A condição de SER assistente social não se restringe a um período ou tempo separado da rotina no cotidiano. É um movimento contínuo e integral no exercício da profissão, exigindo do assistente social se entender como trabalhador, compreender o significado social de sua profissão e a sua importância na divisão social e técnica do trabalho. Portanto, o fazer profissional é o SER assistente social em prática.

Na medida em que essa condição de SER do assistente social não se manifesta, ou seja, "não se objetiva conscientemente, nós, profissionais/assistentes sociais, somos levados no cotidiano da prática buscar/priorizar/realizar objetivos e finalidades pré-fabricados, preordenados" (VASCONCELOS, 2015, p. 222). Em outras palavras, substituímos uma estrutura revolucionária e filosófica, que sustenta o FAZER pela adoção restrita de prática não reflexiva, imediatista, que desconsidera a historicidade e se estabelece na consciência comum, no ato de mera reprodução do estabelecido, manifestado no EXECUTAR.

Nota-se que no executar há a dedicação ao prático e prioridade ao pragmático. Aqui a postura filosófica é desconsiderada e o questionamento da realidade é substituído pela imersão nos interesses e necessidades do cotidiano. Nesse contexto, o profissional se encontra na condição de incapaz de elevar-se e de ultrapassar os limites estreitos de sua atividade prática.

> Isto é, não percebe até que ponto, com os seus atos práticos, está contribuindo para escrever a história humana, nem pode compreender até que grau a práxis necessita da teoria ou até que ponto sua atividade prática se insere em uma práxis humana social, o que faz com que os seus atos individuais envolvam os atos dos demais e, por sua vez, os destes se reflitam em sua própria atividade. (VÁZQUEZ, 2011, p. 38).

Sem a compreensão do significado social do Serviço Social, tanto o profissional como a profissão perdem o eixo que os norteiam, abrindo brechas para a manipulação e a expansão diferenciadas de práticas e discursos de cunho extremistas, religiosos, tecnicistas, conservadores e moralizantes, que inferem sobre o direcionamento da prática profissional.

Sem uma consciência filosófica/revolucionária, o profissional tende a sucumbir aos interesses institucionais de grupos privados ou pessoais. Com isso propaga a dicotomia entre teoria e prática profissional, a falência do projeto ético-político, a negação do significado social da profissão e se prende em direcionamentos e modelos utilitaristas de profissão, legitimando uma falsa concepção individual e de autossuficiência prática.

Nesse perfil, a prática fala por si mesma, não dependendo ou utilizando de argumentos filosóficos para o seu desenvolvimento, portanto, perde suas finalidades, e os seus objetivos lhe são determinados e não construídos conscientemente. A prática desenvolvida a partir daí se retém a mera execução de atividades; prioriza o domínio e o bom exercício de instrumentais e de técnicas distanciados de uma análise crítica da realidade; fragiliza o profissional colocando-o suscetível ao engodo da dicotomia entre teoria e prática e legitima um tipo Serviço Social fadado ao fatalismo ou ao messianismo.

Esse perfil é evidenciado em falas como "isso sempre foi assim", "nada muda", "aqui a teoria não serve para nada, até por que nem temos tempo para isso". Falas que expressam o que vulgarmente se denomina Síndrome de Gabriela[112]. Tal estado de estabilidade não permite críticas a realidade, desvaloriza o homem social ativo e transformador, logo, tolhe a capacidade de projeção de realidades emancipatórias e se mostra funcional a regras dadas pelo contexto, o que no âmbito do Serviço Social contrapõe a direção ético-política da profissão e se adapta bem a realidade capitalista nos moldes do século XXI. No cerne do Serviço Social, isso

> engessa o profissional em suas relações de trabalho assalariado-estranhado [também] simultaneamente, endurece sua "*alma crítica" (vista como desnecessária), retira dele as condições objetivas para que ele se qualifique mais profundamente, para além do imediatamente posto no cotidiano profissional, submetendo-o a uma esfera meramente operativa*. (SILVA, 2013 a, p. 129 – grifos do autor).

O processo de reestruturação produtiva que começa nos finais do século passado e deságua nos anos 2000 traz consigo modalidades de gerencialismo do trabalho que junto a polivalência e a flexibilidade exigem uma adaptabilidade também dos polos formadores, como bem vimos nos tópicos anteriores de nosso debate. Os centros de formação focalizam o conhecimento e formatam os profissionais em comunhão com as exigências do mercado, dando ênfase ao repasse de procedimentos práticos, imediatos e rápidos pautados, em geral, nas competências e habilidades em lidar/dominar burocracias e ferramentas tecnológicas, sem as

[112] Uma apologia a música de Gal Costa – Modinha para Gabriela – cujo refrão traz uma expressão de continuidade e permanência do mesmo estado – "Eu nasci assim eu cresci assim e sou mesmo assim. Vou ser sempre assim Gabriela, sempre Gabriela".

quais muitos profissionais não sabem pensar. Inaugurando um modelo de prática profissional manipulada e manipulatória, "à margem das condições de vida e de trabalho dos usuários, uma prática repetitiva, [e] esvaziada de finalidades" (VASCONCELOS, 2015, p. 116). Nas palavras de SILVA (2013a):

> Perde-se, então, o ponto de vista da totalidade, adota-se uma razão instrumental, operativa, reduz-se e reedita-se um tipo de "saber profissional" restrito à mínima sistematização de assuntos imediatamente impostos à profissão e aos profissionais, com prioridades que justificam a existência do Serviço Social no processo de gerenciamento do pauperismo, bem como lhes oferecem legitimidade e um porto seguro. (p. 126).

A tendência de substituição do FAZER pelo EXECUTAR – do reflexivo pelo prático – , forjada pelo e no cenário que compõe o século XXI, invoca antigos fantasmas que circundam historicamente o Serviço Social. Esses travestidos por um tipo de "pluralidade" conforma uma convivência que ajusta harmoniosamente uma gama diversificada de verdades propaladas nas "novas teorias" que ignoram os avanços históricos da profissão e constituem um terreno fértil para o avanço do ecletismo e do sincretismo no Serviço Social[113].

Como forma de identificação desse processo, aqui há de se destacar: a aproximação com os estudos da Psicologia; as práticas terapêuticas; as ações fiscalizadoras e policialescas; o protagonismo na construção de propostas de enquadramento e reajustamento dos sujeitos; o militantismo radical cunhado em interesses individuais tracejados de luta política coletiva; o assistencialismo condicionado pela necessidade de permanência no mercado de trabalho; o burocratismo das relações; a incorporação de técnicas de mediação e abordagem fundamentadas em teorias "psi"; a reprodução de comportamentos e finalidades de "empoderamento" não emancipatório; a adoção da visão holística; entre outras.

Todos esses encontram forças e justificativas nos discursos da Modernidade Reflexiva, edificando práticas e comportamentos de encaixe e desencaixe, que refletem o caráter instável do mundo nesse novo milênio. Para Giddens[114] (1991), essa forma de refletir sobre o mundo constrói um tipo de conhecimento gerado de forma contínua e sistemática, questionando antigas certezas e produzindo novas. Longe da certeza iluminista, ela se apresenta sempre em dúvida,

---

[113] Vale destacar a tese defendida por Netto (2001).

[114] A opção por trazer Giddens para esse debate, embora saibamos que ele não é um pensador que se conecte ao pensamento marxista, objetiva trazer um debate sobre a pós-modernidade a partir de um pensador pós-moderno, trazendo elementos do contexto contemporâneo, que se contrapõe ao pensamento da totalidade marxista, mas que retrata os elementos com os quais muitos profissionais têm pautado a sua prática profissional em uma linha "psi". Por outro lado, são esses pensamentos que se conectam ao da pós-modernidade que tem ganhado assento em estudos de uma significativa parte da categoria profissional.

o que permite buscar novas formas de compreender o mundo e abre novas interrogações sobre ele. Tais interrogações não são permeadas pela dialética, pela historicidade ou fomentadas pela totalidade, por emergir dos e para os contextos particularistas.

Na visão de Giddens, o conhecimento e a realidade social provocam mudanças entre si. Na medida em que o conhecimento é constitutivo da vida social, a vida em sociedade muda e requer a produção de um novo conhecimento para dar conta da nova realidade. Diferentemente da tradição, o conhecimento científico se renova. Porém, ele fica obsoleto não por ser necessariamente falso, mas por refletir uma realidade mutante e mudar com ela. O conhecimento se torna obsoleto porque podemos descobrir outras formas de lidar com um mesmo problema. Entre essas formas destaca-se a execução de práticas restritas a elas mesmas.

O pano de fundo que se estende aqui revela a concretude de um movimento que nega as bases de conhecimento menos flexíveis, portanto, nesse contexto, flexibilizar os ganhos historicamente adquiridos pela profissão, em especial, aqueles motivados pela tradição marxista, seria conectar o Serviço Social aos novos tempos. A partir desse entendimento, as bases de consciência revolucionária dão espaços para novas bases de "consciência aberta e livre", cuja essência oculta a natureza ontológica em detrimento da instrumental e das modalidades de respostas focalizadas imediatas, apolíticas e a-históricas em nome da conexão com os novos tempos.

Isso sustenta uma projeção de deslocamento dos valores do projeto ético-político das bases em que foi forjado para ser reencaixado, reapropriado ou remodelado em inúmeras outras formas transitórias de valores, que se adequam às condições locais de tempo e lugar. Desse modo, o projeto ético-político tenderia a perder a sua qualificação de projeto de sociedade e de profissão para a condição de meio de identificação de um determinado perfil ou "rosto" profissional, ou seja, como uma ficha simbólica, se assim quisermos utilizar o conceito de Giddens.

Essa percepção pós-moderna da realidade social, que tem ganhado espaço entre os assistentes sociais, suscita a prevalência de valores que se chocam com os do projeto profissional. Valores que, embora a tentativa de rompimento, ainda não foi possível um total rompimento e, no cenário atual, se erguem nas ondas neoconservadoras que desaguam na praia do Serviço Social, em especial na dimensão da prática profissional. Isso porque são esses valores conservadores que, frequentemente, justificam a busca de uma parte da juventude pelo Serviço Social.

5.2.1. Religião e práticas assistenciais

O histórico da política de Assistência Social e as protoformas[115] do Serviço Social possuem raízes nas práticas assistenciais da igreja, portanto, muito das ações realizadas tanto no âmbito dessa política como no da prática profissional ainda recebem e traduzem influências da religião em seu cotidiano, conduzindo e reproduzindo práticas profissionais e assistenciais motivadas por determinados valores éticos e morais.

O CFESS (2022) no recadastramento dos profissionais no Brasil realizou um levantamento do perfil dos assistentes sociais e no tocante à religião identificou que cerca de 49,25% dos pesquisados proferiram a religião católica como princípio de fé e 21,61% a evangélica, sendo essa detentora do segundo maior número de assistentes sociais que proferiram a sua religião.

Em relação a nossa pesquisa, podemos dizer que temos o mesmo quadro recortado entre as assistentes sociais entrevistadas. Assim como no quadro nacional, os católicos ficam em primeiro lugar seguidos dos evangélicos e marcando o terceiro lugar os que se declaram não ter religião. O fato de não proferir uma religião também é um dado curioso tanto nos índices locais como no nacional, que merece destaque, mas nesse estudo não há como debruçarmos sobre ele, portanto, vamos nos concentrar nos índices que representam a fé cristã.

Embora haja grandes diferenças entre evangélicos e católicos, vale destacar a possível relação da fé dos profissionais com as bases "cristãs" do Serviço Social. Ou seja, devido a ligação da profissão com a identidade de cuidados com os necessitados, muitas pessoas ainda procuram o curso de Serviço Social por causa da percepção do senso comum que se tem dela. Essa percepção pode estar ligada à aptidão pessoal; à imagem de que a profissão seria um recurso profissionalizante para lidar com as mazelas sociais; uma forma estratégica para garantir fomentos financeiros e de ações a entidades filantrópicas e organizações sociais, da qual está atrelado; e/ou uma identificação pessoal (MORAES *et al.*, 2019; RIBEIRO, 2009). Tal fato indica que a procura pelo curso de Serviço Social não é inerente à sua função social, mas à imagem construída no subjetivo dos sujeitos sobre a potencialidade da profissão para uma realização pessoal e não no mercado de trabalho. Talvez seja por aí que as influências neoconservadoras encontram a grande brecha para a sua expansão no Serviço Social.

Vasconcelos *et al.* (2022), na apresentação de resultados de pesquisa com base em manifestações de graduandos e pós-graduandos em Serviço Social de uma universidade

[115] Sugiro relembrar os debates realizados aqui no capítulo 2 deste estudo.

pública, buscou apreender a relação dos estudantes com o projeto do Serviço Social brasileiro. Nos dados referentes a motivação da escolha do curso de graduação de Serviço Social, cerca de 9% do universo de 104 estudantes justificou estar embasada no princípio de “ajuda ao próximo /visão tradicional da profissão” e o montante de 58% sinalizou “uma identificação genérica com a profissão e/ou com a área a que ela se articula”. Os autores seguem a análise no sentido de compreender o que essas referências tratam. Se elas estão vinculadas a concepção da caridade e da ajuda ligada a doutrina religiosa ou se a concepção de Ciências Humanas e Sociais assumida pelo estudante envolve as capturadas pelo pensamento pós-moderno.

Trazendo esses questionamentos para a nossa pesquisa, apenas 9 das entrevistadas responderam à pergunta referente ao porquê da escolha do formação em Serviço Social. Do montante das entrevistadas, cerca de 04 apontaram como elemento de motivação a sua aproximação com as Ciências Sociais e Humanas; 03 apontaram a influência de terceiros e da religião; 01 alegou a falta de opção na época do vestibular; e 01 colocou como referência o mercado de trabalho. No montante das que apontaram a influência de terceiros e da religião, não identificamos no questionário usado nas entrevistas perguntas que pudessem esclarecer se as entrevistadas alinharam em algum momento a opção pela formação profissional a algum valor da religião a que pertencem. Assim, não conseguimos comprovar ou testificar a hipótese da influência da religião na escolha da profissão, consequentemente na prática profissional.

Todavia, as minhas experiências vinculadas aos relatos dos alunos de graduação ao longo da minha trajetória como docente em IES privada, nos primeiros períodos, os discursos dos alunos expressam a opção pelo curso devido a seus vínculos religiosos, porém, esses dados não foram sistematizados em processo de pesquisas, portanto, não temos base empírica para a análise. Mas nos suscita a importância de refletir sobre a influência religiosa nas políticas sociais e no Serviço Social.

No contexto histórico capitalista, o protagonismo da igreja na relação com o Estado e com determinadas práticas assistenciais é notório. O capitalismo encontrou nas definições de mundo trabalho e homem da Igreja uma base para a sua expansão. Portanto, a aliança com a Igreja Católica, a representante de Deus, significa ter a fé como grande aliada na reprodução do modelo de acumulação capitalista e nela, também, a justificativa para a desigualdade social.

Se essa relação é voraz nos séculos passados, desde o século XX outra instituição religiosa avança na relação com o Estado: as igrejas evangélicas. O pentecostalismo, oriundo da América do Norte, em sua versão clássica, chega ao Brasil nas primeiras décadas do século passado. A partir daí, as igrejas representantes dessa matriz religiosa são identificadas pelas

características de anticatolicismo, pela crença e propagação do dom de línguas, pelo radical sectarismo e ascetismo de rejeição do secular (divisão entre igreja e mundo).

O pentecostalismo neoclássico, ou segunda onda pentecostal, advindo, também, da América do Norte, se instala no Brasil a partir da segunda metade do século XX. O grande marco de sua expansão está nas Cruzadas Nacional de Evangelização, com sua proposta de evangelismo baseada na cura divina, provocando a fragmentação denominacional e acelerando a expansão do pentecostalismo no país. (MARIANO, 1996).

A terceira onda do pentecostalismo ou neopentecostalismo aporta no Brasil na segunda metade da década de 1970 e ganha forças nas décadas seguintes. Essa "nova" versão pentecostal traz consigo novos papéis da igreja; um deles afetará veementemente as ações do Estado e o outro o mercado. Não obstante, cabe relembrar que, no contexto da década de 1970, o capitalismo vivenciava uma de suas crises cíclicas de base estrutural, exigindo uma nova reconfiguração das formas de acumulação, o que desencadeou uma proposta de reforma do Estado e de reestruturação produtiva, que abalaram o mundo capitalista durante décadas. (MÉSZAROS, 2012).

O Brasil, nesse período, vivenciava a transição do regime ditatorial para o democrático, demarcado por grande expressão dos movimentos populares. Com a nova construção política e de direito para o Estado brasileiro, a expansão e flexibilização das igrejas neopentecostais têm nos pastores, que romperam com as outras denominações evangélicas, os protagonistas de suas iniciativas. Em geral, os pastores fundadores proclamavam uma renovação da igreja a partir de uma releitura do tradicional, rompendo com as suas bases arcaicas.

A versão neopentecostal[116] da igreja evangélica reproduz as bases do movimento gospel[117] e propaga a Teologia da Prosperidade[118], expressando a reforma das igrejas

---

[116] Temos a Igreja Universal do Reino de Deus como a principal referência dessa vertente protestante.

[117] O movimento Gospel inaugurou uma "nova linha de desenvolvimento da música evangélica, com novos estilos de apresentação (por meio de espetáculos e não cultos ou programas evangelísticos) e de elaboração de letras mais 'irreverentes' (com o uso de linguagem mais coloquial) e exploração de temas mais relacionados ao cotidiano da juventude." (CUNHA, 2007, p. 80). Tendo como protagonista a Igreja Renascer em Cristo, que ao mesmo tempo alistava e estimulava o surgimento de bandas de diferentes ritmos, em especial o rock, com mensagens evangélicas no Brasil, era produtora dessas bandas, fazia o marketing delas e abriu oportunidades, na liturgia do culto, para suas apresentações.

[118] O americano Kenneth Erwin Hagin (1917-2003), o maior divulgador da Confissão Positiva, sendo considerado o precursor do Movimento Palavra da Fé. (...). Na base de sua doutrina, estão, dentre outros elementos, a cura física: é vontade de Deus que um crente seja curado fisicamente; prosperidade financeira: é sempre vontade de Deus que cada um seja financeiramente abençoado por meio da fé; fé e autoridade: Hagin acreditava que o crente, através da sua posição em Cristo, tinha autoridade sobre os elementos deste mundo e do mundo satânico. Pela fé, o crente pode exercer a autoridade de Deus para mudar situações impossíveis (Mc

protestantes a “modernidade” capitalista; para alguns religiosos é o tempo do sopro do Espírito Santo[119], trazendo uma renovação da igreja de Cristo. Assim as igrejas “renovadas” passam apresentar

> traços de seita, forte tendência de acomodação ao mundo, participam da política partidária e utilizam intensamente a mídia eletrônica. Caracterizam-se por: (1) pregar e difundir a Teologia da Prosperidade, defensora do polêmico e desvirtuado adágio franciscano "é dando que se recebe" e da crença nada franciscana de que o cristão está destinado a ser próspero materialmente, saudável, feliz e vitorioso em todos os seus empreendimentos terrenos; (2) enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo, seu séquito de anjos decaídos e seus representantes na terra, identificados com as outras religiões e sobretudo com os cultos afro-brasileiros; (3) não adotar os tradicionais e estereotipados usos e costumes de santidade, que até há pouco figuravam como símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo. (MARIANO, 1996, p. 26).

O processo de “renovação” da igreja evangélica produziu efeitos singulares na Igreja Católica, principalmente se fizermos uma análise da “competição” por fiéis e espaços públicos, exigindo o desenvolvimento de uma capacidade de adequação aos novos tempos. A Renovação Católica Carismática ganha fôlego. Esse movimento se constitui em orientações pastorais, por parte da hierarquia eclesial da igreja, que propõem algumas “inovações” nos ritos católicos. A exemplo, nas missas há uma abertura para a escolha da liturgia, da música, de ritmos, de coreografias e outros elementos, bem como a adoção de alguns simbolismos das igrejas neopentecostais e o apelo às manifestações do Espírito Santo para amenização de crises e concretização de soluções. No gerenciamento, o viés empreendedor e empresarial redimensiona as igrejas a se colocarem presentes nos lares por meio da televisão, a sua introdução nas mídias sociais e a inserção no mercado gospel.

Em ambas as igrejas, o apelo ao processo de individualização, elemento trazido pelo protestantismo, desde os seus feitos na Reforma Protestante, enfatiza a responsabilidade individual no processo de salvação e se encontra com os traços pós-modernos de construção de sujeitos. A igreja perde a sua caraterística carismática e ganha o caráter de atividade social alinhada ao marketing e ao desenvolvimento capitalista. Ela agora representa uma entidade

---

11, 22-24). Fé é uma questão de crença na palavra de Deus, que implica uma expressão vocal de sua vontade e a confissão dela. (AUGUSTI; PADRE TICÃO, 2003).

[119] A terceira pessoa da Trindade Santa. Os evangélicos acreditam que Deus e Jesus Cristo são um só, porém representam manifestações diferentes de Deus. Jesus, Deus em forma de homem, e o Espírito Santo é a manifestação de Deus no meio de nós. Se refere ao próprio espírito de Deus. O Sopro do Espírito Santo seria então a incorporação pelo homem dos dons divino de profecia, cura, libertação e de falar a língua dos anjos (um tipo de comunicação direta do homem com Deus e de Deus com o homem). Tais dons vêm com o que eles denominam de batismo do Espírito Santo. Uma espécie de selo espiritual alcançado, símbolo de santidade.

social de reunião coletiva com vestimentas de cultos de adoração a Deus, que encobre o seu verdadeiro ideal de comercialização da fé. As “bençãos divinas” são mensuradas pela capacidade financeira dos sujeitos de investir na fé, ou seja, nada se difere às práticas de indulgências criticadas por Martin Lutero e pelo próprio Cristo em uma de suas passagens pelo templo, onde revoltou-se contra os mercadores, que faziam da casa de Seu Pai comércio, conforme relata o texto bíblico narrado no Evangelho de Mateus capítulo 21, versículo 12.

Temos aqui uma reedição do pensamento de Weber (2004), quando destaca que o protestantismo formatou e reproduziu “princípios” centrais capazes de despertar o novo formato social do capitalismo “racional” moderno: a disciplina, o apreço pela poupança, os lucros e a ideia de dignificação do homem pelo trabalho. Referente a esse último, utilizado como discurso da Igreja Católica ao longo dos séculos, é enfaticamente reproduzido pelas igrejas neopentecostais, que se apoiam nas crises econômicas do país para oferecer resoluções para as problemáticas sociais, reduzidas à atuação sobrenatural contra o mal e a prática do pecado.

Diante disso, a igreja propaga que o sucesso do sujeito é inerente à sua capacidade de investir na fé e sua preparação para prosperidade nessa terra e para a eternidade no céu é individual, assim como o capitalismo define que o sucesso do sujeito é inerente à capacidade de adaptação dele aos requisitos do mercado de trabalho e da sociedade contemporânea. Portanto, o sucesso do homem na condição de prosperidade e desenvolvimento socioeconômico depende unicamente dele.

Notadamente, desse discurso se exclui qualquer reflexão no campo crítico da totalidade, uma vez que essa reflexão traz a articulação do processo histórico do movimento dos elementos singulares e universais, permeados pelo destaque das particularidades, que o situa no sistema. A partir dessa perspectiva, é possível identificar que, no âmbito das propostas contraditórias capitalistas, o sujeito está inserido na dinâmica de luta de classes que representa uma tensão entre alienação e emancipação. Logo, qualquer viés de prosperidade ou sucesso, nos termos capitalistas, não depende unicamente do sujeito.

Se as correntes religiosas de base protestante trazem esses elementos em circunscrição aos propósitos capitalistas, as de base católica não se colocam em contraposição. Desta forma, as vertentes religiosas reificam os propósitos do capital em duas dimensões. Uma na subordinação do sujeito à lógica capitalista, reproduzindo o discurso do trabalho como regra de cidadania. Deste modo, o lucro se compreende como a manifestação material das bençãos divinas para o capitalista e, para o trabalhador, o salário é tido como recompensa meritocrática do bom alinhamento do homem a vontade de Deus (WEBER, 2004).

O inverso daquilo que nas economias pré-capitalistas era tido como sofrimento, o trabalho alcança características de santidade, como um fim em si mesmo. O seu oposto, o ócio, antes valorizado, recebe classificação negativa, designando características pejorativas e de estigmas aos seus adeptos. Características que, quando cultivadas, mesmo em tempos de desemprego estrutural, o trabalhador fora do exercício das atividades laborais remuneradas é tido como estorvo para a sociedade e peso para o Estado. Por isso, deve ser tratado pela igreja que o alavancará em retorno aos propósitos "inclusivos" capitalistas, concomitantemente à sua recuperação espiritual.

Como exemplo, destacamos a política higienista voltada à população em situação de rua e para àquela em uso abusivo e prejudicial de álcool e outras drogas, fixadas nas chamadas Cracolândias, protagonizadas pelo Governo de Marcelo Crivela em seu tempo como prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. A obrigatoriedade da abordagem de rua com o deslocamento dessa população para as unidades de acolhimento ignora qualquer princípio de direito social e aguça o trato estigmatizante desse segmento populacional. Além disso, tais unidades acolhedoras estão situadas em regiões distanciadas do Centro da cidade e próximas a territórios conhecidos como "bolsões de pobreza", devido ao índice de desenvolvimento humano e social da região. Sendo por muitos considerados como um "depósito" de indigentes.

Ademais, o referido Prefeito, ao longo de sua gestão, reduziu os investimentos voltados ao social, separou e desmobilizou as atividades e serviços de direitos humanos vinculados a SMAS e cortou verbas para as ações voltadas à diversidade sexual e combate à intolerância religiosa.

Outra dimensão se refere à pactuação da igreja com o Estado na sua conversão aos padrões neo/ultraliberais, assumindo responsabilidades de proteção social e propagando o chamamento da sociedade para manifestar ações de voluntariado e de caridade. Ambas justificadas no amor ao próximo: quem não tem as condições para investir na fé de maneira tal a prosperar ou realizar a reprodução das obras de caridade determinadas por Deus, como parte de preparação da alma para a eternidade, deve ser encaminhado e cuidado pelos voluntários. Para Bonfim (2010, p. 62), isso não passa de uma alternativa estabelecida pelo capital no seu processo de reestruturação, posto como "tentativa de conciliar o retorno à lógica do livre mercado com valores como o amor ao próximo, a generosidade, a solidariedade e outros".

Nessa direção, a Cáritas[120] também vira uma empresa. Isso reverbera de forma nefasta nas políticas sociais.

A título de exemplo, no ano de 2021, o Ministério da Cidadania, sob a direção da Ministra Damares, assegurou que o financiamento das Políticas de Drogas fosse destinado às Comunidades Terapêuticas. A então ministra classificou os problemas do uso abusivo e prejudicial de álcool e outras drogas como uma questão espiritual a ser tratada por entidades de cunho cristão. Para ela, a melhor forma de combater esse problema era por meio da utilização da espiritualidade e da religiosidade como ferramentas de prevenção e recuperação ao uso de drogas. Só no ano de 2019, cerca de R$ 41 milhões foram destinados às Comunidades Terapêuticas, notoriamente evangélicas, e R$ 44 milhões para as católicas. No mesmo ano, se identificou que 60% dos recursos institucionais para essa política são de Comunidades Terapêuticas de vínculo religioso cristão (AGÊNCIA PÚBLICA, 2020).

O retrato posto acima desvela a influência dessa nova direção das igrejas na condução do Estado. De certo, o movimento neopentecostal, desde a sua validação nos fins do século passado, arrebata multidões, edifica uma fé mercadológica e expressa uma potência de voto. Não é por acaso que um expressivo número de representantes do governo aliados a massa pentecostal chega ao poder. Segundo reportagem na página de Uol (2022), em 2022, a bancada evangélica contava com 181 deputados e 8 senadores, o que representa cerca de 80% dos partidos. Ora, se essa bancada, para chegar à direção do Estado, precisou ser eleita e a eleição se dá pelo voto da população, no sentido de representação de seus interesses, concluímos que a ascensão da bancada evangélica tem a função de representar e defender os valores elencados pelos grupos que os nomeiam.

O que temos aqui é a destinação de valores religiosos à incorporação pelas políticas sociais. No caso da política de assistência social, isso nos remete a uma velha prática que nunca foi eliminada, mas que nos contextos neo/ultraliberal aliados ao protagonismo da igreja ganha grande fôlego no trato histórico da pobreza e dos pobres: o assistencialismo e o clientelismo.

O assistencialismo é “uma atividade social, que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir a miséria que geravam para perpetuar o sistema de exploração do trabalhador.” (SPOSATI *et al*., 2007, p. 68). Nessa atividade, o movimento de inclusão-exclusão desloca o sujeito dos seus pares e o particulariza de maneira a compreender que o fenômeno que o atinge é específico da sua relação com a sociedade.

---

[120] Organizações humanitárias da Igreja Católica voltadas a ações sociais de suporte a população em situação de necessidades sociais extremas.

Fiuza; Costa (2015, p. 68) afirmam que, no processo de construção cultural e política do Brasil, o clientelismo é uma prática naturalizada. A população já está "condicionada com o poder tradicional, não separa o político do protetor e provedor. [O representante político] doa dinheiro, cestas de alimentação, remédios, cadeiras de rodas, dentaduras, etc.", em especial em tempos de pleito eleitoral, quando parte da população troca seu voto por respostas às suas necessidades sociais. Tais respostas, como expressa a própria legislação, deveriam ser satisfeitas pela via do Estado e destinadas a favorecer a coletividade da população de forma integral, o oposto da forma supramencionada.

O comportamento prático do assistencialismo e do clientelismo, uma forma de troca de favores, exibe a face de privatização do público, desvinculando o conteúdo político que consagra a política social. O Estado governa para os seus interesses próprios e não, como prevê a democracia, para os interesses coletivos. Essa postura em tempos de neo/ultraliberalismo recondiciona as políticas sociais ao conjunto de ações conservadora da ordem exploratória capitalista, atestando a filiação do Estado aos interesses do capital internacional e a sua condição de reprodutora do processo de dominação. (SPOSATI et al., 2007).

A grande cartada governamental aqui são os Programas de transferência de renda, ordenados por condicionalidade e pelo padrão mínimo de renda, que instituem um perfil de beneficiários que não conseguem sair da condição que os levou ao benefício. Portanto, o beneficiário passa a ser "cliente" fidelizado a esses programas e projetos, garantindo a reeleição e a manutenção de governos e ideologias que utilizam da proposta de continuidade dos programas e/ou benefícios como moeda de troca pelo voto.

Dessa forma, o Estado de um lado garante a conservação dos interesses partidários e capitalista para o governo e, de outro, movimenta a economia garantindo a condição de consumidor dos beneficiários, controla os pobres e gera uma pseudo-harmonização das classes. Na atualidade, os principais programas de transferência de renda são, na esfera federal, o Programa Bolsa Família e, na municipal, no caso da cidade do Rio de Janeiro, o Programa Cartão Família Carioca. Ambos os programas possuem condicionalidade de permanência do beneficiário. O que temos aqui é o fortalecimento do trato conservador da questão social e o total desprezo das conquistas históricas expressas nas lutas sociais.

A partir dessa dinâmica, a política de assistência social é modelada para a produção de serviços paliativos de ação imediata que se perdem da análise da totalidade, impõem atribuições e competências hierarquicamente definidas de uma categoria profissional sob a outra, definem e restringem o número simbólico de "usuários" "elegíveis" e propagam a lógica da focalização e da manutenção da pobreza.

As vias do assistencialismo e do clientelismo não expressam objetivos emancipatórios ou de independência. Ao contrário, em ambas as práticas, a direção dada é a de adequação e de enquadramento dos sujeitos aos padrões comportamentais morais, econômicos e políticos, que naturalizam as desigualdades sociais e desmobilizam o protagonismo político dos menos favorecidos pela ordem capitalista.

Castel (2005) evidencia duas formas de se compreender os necessitados/pobres: uma que é valorizada por sua condição espiritual, a qual refere a negação do homem das coisas da terra para viver as do céu, elevando-o ao padrão de santidade. E, a outra, referente a condição social, que evoca a privação das coisas em todos os seus estados, tida, portanto, como uma condição vil. Essa última é tratada no plano das práticas cristãs de duas maneiras específicas: por meio da assistência, que "se inscreve numa economia da salvação" ou pela "atitude cristã", que "fundamenta uma classificação discriminante das formas de pobreza.".

No âmbito da economia da salvação, as doações e esmolas dos ricos foram fundamentais para o sustento das instituições de caridade, nos séculos passados, sendo o pobre colocado como

> meio privilegiado para que o rico pratique a suprema virtude cristã, a caridade, e para permitir-lhe, dessa maneira, que obtenha a sua salvação. "Deus poderia ter feito rico todos os homens, mas quis que houvesse pobres para que os ricos pudessem, assim, redimir-se dos seus pecados" (...). As "obras de misericórdia" desenvolvem uma economia política da caridade cujo valor é a esmola que "apaga os pecados". (CASTEL, 2005, p. 64).

Essa organização econômica de gestão da pobreza constitui um tipo de comércio que ao mesmo tempo que "salva" o rico "garante recursos" aos pobres. Nota-se que essas doações exigem uma prévia relação do rico com a igreja e de sua fé para com Deus, o que denota uma relação de favor a partir da meritocracia, ou seja, o rico ajudará o pobre no instante em que ele, pelo olhar da igreja, merecer a ajuda do rico, reproduzindo a lógica da subalternidade.

Nessa estrutura fica estabelecida uma relação de favor entre o rico e o pobre, desse modo, o primeiro deve ser recompensado pelos bons comportamentos, moralmente definidos, do segundo. Nada muito distante das práticas assistencialistas e clientelistas, ainda existentes em tempos contemporâneos, o que garante uma relação "harmônica" entre ricos e pobres. Todavia, o próprio desenvolvimento do capitalismo e de suas formas de produção, aliado à organização da classe trabalhadora, gera movimentos reivindicatórios que culminaram nos conflitos de classe, sob os quais a Igreja também interveio.

> A proposta da Igreja Católica, em face da questão social, constitui-se, então, numa terceira via baseada na mudança de valores; na aceitação paciente, por parte dos

> operários, de sua condição subalterna; na compreensão de que a ordem natural da sociedade é harmônica, portanto, as classes sociais não são inimigas inatas uma das outas; na aceitação do sofrimento, determinado pelo pecado original. Assim, a Igreja Católica propõe que patrões e operários façam esforços para conviver harmoniosamente, e chama a atenção para o papel do Estado: proteção da propriedade particular (privada), impedimento das greves; direito ao repouso semanal, mas que não seja exagerado, pois pode ser fonte de vícios. (BRITES; BARROCO, 2022, p. 52/53).

A manifestação da economia da salvação, em termos contemporâneos, ganha título de ações de responsabilidade social[121], as quais garantem bons subsídios às empresas e descontos de impostos às pessoas. Ou seja, um tipo de meritocracia econômica. O capitalista, no alcance de seus grandes lucros, abençoa o pobre necessitado, por isso, ele é recompensado pelo Estado na isenção/desconto nos impostos. Dessa forma, de um lado, o capitalista investe em doação ou financiamento de práticas assistenciais, recebendo em troca subsídios do Estado, uma imagem social de beneficente (marketing social), a fidelidade dos consumidores a sua marca e a garantia de lucratividade. Além da projeção de "consciência limpa" pela compensação social de suas formas violentas de expropriação dos recursos naturais e da força de trabalho.

Por outro, o Estado fomenta práticas de valorização do privado, ampliando os lucros dos capitalistas; reduz os seus gastos com a proteção social, impactando nos recursos destinados às políticas sociais que entram em estado vegetativo de existência; e cumpre os seus compromissos com o capital internacional, garantindo os superlucros e estabelecendo a versão neo/ultraliberal do Estado.

Em meio a essa negociação comercial, que envolve o direito à sobrevivência, os menos favorecidos são postos como veículos da sustentabilidade do sistema, evidenciando em seu cotidiano o aprofundamento da desigualdade social manifesta em fenômenos como o aumento da fome, do desemprego e na ausência do ou no acesso escasso aos recursos sociais que garantam respostas mínimas às suas necessidades.

Todavia, os trabalhadores também são induzidos a participar dessa negociação comercial. Seja por meio da contribuição financeira com desconto em imposto de renda e/ou por meio do voluntariado às práticas emergenciais, fragmentadas, imediatas e desespecializadas de controle e combate à expansão dos necessitados.

Seja em tempos remotos ou no presente, a simbiose da igreja com a política e a parceria com os propósitos do capital se faz presente. Em especial, nas dinâmicas de cuidados,

---

[121] Os programas ou ações de responsabilidade social podem ser via sistema empresarial com a incorporação do modelo de empresa-cidadã "que assume a parcela de responsabilidade social que lhe cabe, ou do indivíduo ético, portador de valores morais inatingíveis e imutáveis." (CAETANO, 2008, p. 104).

enxertando uma gama de responsabilidades individuais atreladas ao desempenho espiritual e material do sujeito, que impactam na reprodução de práticas de subalternidade, de valorização do clientelismo e do assistencialismo. Essas práticas são notórias na política de assistência social brasileira e fundamentam a relação comercial e meritocrática espraiada nos programas e projetos sociais vigentes nessa política. Além disso, essa simbiose reatualiza as práticas conservadoras, nas quais a moral sobressai a quaisquer direcionamentos ético-políticos, refletindo diretamente sobre a prática profissional do assistente social.

> A identificação dos traços tradicionais que atravessam a imagem social da profissão e, principalmente, seu desvelamento são fundamentais, tendo em vista que a grande característica de tudo aquilo que é neoconservador consiste na sua tentativa de se travestir do "novo". São novos termos, novas posturas, novas metodologias, novas abordagens para caracterizar a velha neutralidade falaciosa, a indiferença e o preconceito. (ORTIZ, 2009, p. 124)

Temos, portanto, a percepção de que ainda que não haja uma influência direta da condição religiosa, em especial a cristã, na escolha das pessoas pelo curso de Serviço Social, há no cotidiano do assistente social uma influência direta dos padrões religiosos cristãos de leitura da realidade interferindo sobre a dinâmica social e dos serviços sociais, em especial na assistência social, que configura um desafio ainda maior para a prática profissional comprometida com o projeto ético-político.

As novas organizações dadas aos serviços socioassistenciais e os valores humanistas e capitalistas, notoriamente, expressos nesses serviços colocam, por exemplo, a necessidade de o assistente social recorrer a recursos da rede, que são fornecidos por entidades religiosas ou ligadas ao clientelismo e ao assistencialismo como estratégia de enfrentamento da demanda apresentada pelo trabalhador nos atendimentos pelos assistentes sociais. Esse cenário configura uma contradição no cotidiano da prática profissional, no qual o assistente social constrói uma abordagem pedagógica sobre direitos e cidadania e encaminha o trabalhador para as instituições e serviços que negam essa abordagem realizada pelo assistente social e o submete a relações de troca e de favores com base no fundamentalismo cristão. Isso devido à ausência e ao repasse do Estado de suas responsabilidades à sociedade civil, entre elas as instituições religiosas cristãs.

5.2.2. Família, valores, Assistência Social e Serviço Social

O capital, na sua ação constante de reafirmação em busca da garantia da acumulação, define estratégias para a manutenção do poder e da dominação, usando de várias vias, inclusive da religião, como visto acima. Portanto, preza por valores apoiados na defesa da família patriarcal, nos valores da ordem, da hierarquia e da autoridade constituída a partir das tradições. Valores atemporais que, na perspectiva do neoconservadorismo, são necessários para manter o funcionamento estável da sociedade. Assim, a moral desempenha uma função de destaque na reprodução da sociedade capitalista. Os valores e a tradição devem ser preservados, seja na socialização dos indivíduos, pela família, seja na manutenção da ordem espiritual, pela igreja e pelas religiões. (BRITES; BARROCO, 2022).

No contexto de nossa pesquisa, não houve perguntas relacionadas à importância da temática e/ou referentes ao conceito de família. Família que está presente no cotidiano profissional das assistentes sociais entrevistadas, na medida em que, com base na PNAS, os serviços socioassistenciais são diretamente dirigidos às famílias.

A centralidade da família na política de assistência social também pode ser considerada um viés para adequação dos indivíduos e das famílias à ordem vigente. O processo de descentralização das responsabilidades estatais com a proteção social estimula o chamamento da sociedade civil (mercantil ou não mercantil) para a sua corresponsabilização "pelos enfrentamentos da questão social, formando, junto ao Estado, uma rede de políticas públicas na qual todos os sujeitos podem contribuir na implementação das políticas, com seus recursos internos, sua infraestrutura, seu trabalho voluntário e sua boa vontade, dentre outros." (TEIXEIRA, 2016, p.36). Essa corresponsabilização pode ser motivada pelo vínculo religioso, do mercado ou da própria "consciência social" dos sujeitos.

De fato, não podemos nos iludir com essa "parceria" entre público e privado, pensando que ela tem interesses coletivos na promoção da proteção social. O jogo de interesses aqui estabelecido advoga a favor da dinâmica capitalista e das propostas neo/ultraliberais de minimização da participação do Estado no social em detrimento de seus amplos investimentos no econômico. O capitalismo opera na direção da descoletivização e do fortalecimento da individualização, portanto, a parceria é mais uma falácia para o recrutamento de defensores e seguidores de sua manutenção.

A partir dessa visão, entendemos que a participação das instituições da sociedade civil não mercantil, como as religiosas, tende a ser amplificada no cenário contemporâneo capitalista, assim como as mercantis pelo viés da mercantilização da pobreza. Isso reverbera na multiplicação dos valores capitalistas e na sua consolidação nas relações sociais e na forma de

prover a proteção social, favorecendo a expansão da visão e do trato moralizador das expressões concretas da questão social.

Como consequência, há o alvejamento da política de assistência social, quase que de forma fatal, em seus princípios constitucionais. Ou seja, a reordenação do Estado, pelos moldes impostos no processo de reestruturação capitalista, estimula e legitima a adesão às práticas "assistencialistas" da sociedade civil, que fomentam o novo formato do Estado e desempenham o papel de ação "mediadora" no processo de descentralização das responsabilidades do Estado com a proteção social.

Para Soares e Menezes (2020), esse processo demarca a centralização dos valores morais e neoconservadores na atenção às necessidades sociais, provocando a realocação da rede de proteção social primária para o foco da dinâmica dos cuidados e da proteção social. Movimento favorável à expansão do familismo que, para além da linha de cuidados, passa a ocupar lugar privilegiado na dinâmica das atividades da política de assistência social. O alerta sobre isso é disparado pelos estudos sobre a relação entre familismo e o trabalho social com famílias desempenhado, em especial, pelos CRAS. Estes, como unidade pública estatal, onde se produz e se oferece os serviços da Proteção Social Básica da assistência social, têm como função realizar o trabalho social com as famílias, de maneira a

> Fortalecer a função protetiva da família e prevenir a ruptura dos seus vínculos, sejam estes familiares ou comunitários, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos territórios; apoiar as famílias que possuem, dentre os seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (BRASIL, 2009, p.6)

Tal função não inibe o trato conservador e o cultivo do familismo, ao contrári,o expressa fortes tendências a ele. Teixeira (2016, p.35) afirma que a "ideia subjacente a esses objetivos é de que a prevenção dos riscos se efetiva se a família desenvolver suas funções de proteção social, ou seja, se os pais desempenharem adequadamente seu papel de socialização, no cuidado, na assistência, no provimento e na proteção dos filhos". O destaque aqui é para a natureza das famílias no processo de intervenção de sua realidade social, cujo papel a ela designado é de integradora das dinâmicas sociais e institucionais tanto internas como externas ao grupo componente.

A centralidade na matriz sociofamiliar na política de assistência social destaca a importância da família como unidade potencializadora das funções de cuidados, de assistência, de socialização e de educação. Sendo, portanto, a base para a proteção, prevenção e recuperação social de seus membros. Por outro lado, se constitui como elemento de atenção da política de

assistência social que, por meio de seus dispositivos, conduz essas potencialidades da família para a "superação" daquilo que a referida política define como suas "vulnerabilidades." Essa concepção se equipara à "perspectiva de família que comparece na ética tradicional [do Serviço Social, que] sustenta-se em uma determinada concepção de homem advinda do pensamento neotomista, o qual reconhece que o homem é um ser dotado de razão, o que lhe permite refletir sobre os seus atos e superar suas limitações." (ORTIZ, 2009, p. 127).

Para Passos (2020), a "capacidade de superação" é uma expressão do *care* social que identifica a família como agente potencializador dos cuidados ao mesmo tempo em que são reconhecidas as suas necessidades de ser cuidada. Esse cuidado deve ser realizado pelo poder público como manifestação do direito de cidadania.

O *care* está relacionado a uma assistência especializada ou, no conceito de Castel (2005), a uma proteção social secundária, portanto, sendo aplicado como sinônimo de cuidados profissionais ou cuidados especializados. "O termo pode ser entendido como 'atividade do cuidado', ocupações relacionadas ao cuidado" ou, ainda "trabalho de cuidados". O ato de cuidar aqui é posto como uma resposta às demandas sociais e às "práticas pertinentes e de responsabilidades pública" (ZOLA, 2016, p. 233/234).

Todavia, temos de tomar os devidos cuidados com o *care* social. Esse entendimento de cuidado reporta a uma ação do Estado no interior das rotinas familiares, projetando e produzindo ações e comportamentos "corretos" para se conduzir a dinâmica familiar. Ele se consagra como resposta das políticas sociais em valorização das conquistas das mulheres na sociedade contemporânea e é usado como estratégia de retirada da sobrecarga dos afazeres domésticos, tradicionalmente destinados ao gênero feminino. Se por um lado isso soa positivo, por outro lado desvela uma estratégia de desmonte dos serviços como: as creches, os centros de convivência para crianças, adolescentes, jovens e idosos, as ações de promoção da PSB no domicílio, os serviços de atenção/atendimento domiciliar em saúde,... em troca da contratação, pelo poder público, de cuidadores sociais para as famílias, que expressam a incapacidade de lidar com as dinâmicas de sua rotina de cuidados e proteção.

Os discursos mistificados, que substituem nomenclaturas e espelham beneficência às famílias, em sua essência, traduzem concepções moralizadoras em formas (neo)conservadoras de enxergar a família como unidade de cuidados, com forte tendência a enquadrá-la nos padrões sociais dominantes; ora destacando a família como única unidade responsável pelo enfrentamento de suas mazelas, ora apontando o seu fracasso para o desempenho da função social a ela designada. Cabe ressaltar que a retomada da família em sua função clássica do

cuidado é presente em todas as políticas sociais contemporâneas, assim como o nítido apelo moral sobre as suas funções.

Essa maneira de tratar a família se torna terreno fértil a proliferação da prática do familismo, que consiste na culpabilização da unidade familiar pelas mazelas sociais que a acometem, e pelas formas como ela as enfrenta. Essa conjunção de visão tradicional mistificada na "evolução da política" reproduz uma prática tradicional velada, em alguns casos não consciente, do trabalhador do SUAS, entre eles o assistente social. Essa prática se materializa na compreensão da família como unidade administrativa organizacional, minimizando o espaço familiar ao trato individualizado de seus membros, muitas vezes por meio de ações reprodutoras da teoria sistêmica, reforçando a tendência à psicologização das ações.

Frente a essa tendência, identificamos duas ações do conjunto CFESS/CRESS. Uma relacionada ao veto de condução das práticas terapêuticas no exercício profissional com a publicação da Resolução CFESS n° 569, de 25 de março de 2010. Essa "explicita que a realização de terapias não está no escopo das competências e atribuições profissionais do/a assistente social regulamentadas em Lei e nas infralegislações pelo CFESS". (CFESS, 2010, p. 8). Com base na direção do projeto ético-político da profissão, que se funda na perspectiva de totalidade, a Resolução retrata que o trabalho individual e com grupos "são fundamentais no fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos, na perspectiva de construção de relações sociais comprometidas com a ruptura com todas as formas de exploração humana e superação de todas as formas de integração à ordem capitalista". Portanto, não pode ser deslocado do processo histórico do Serviço Social brasileiro, que nas últimas décadas apresenta uma trajetória de ruptura, "dentre outras, com interpretações de caráter economicista, politicista, culturalista, eticista, que encerram inúmeras simplificações do entendimento da relação entre objetividade e subjetividade." (CFESS, 2010, p. 8).

Outra se refere ao lançamento, em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), dos Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social, em 2007. O referido documento aponta sobre o comportamento profissional frente

> as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento *psico-terapêutico a indivíduos e famílias (próprio da Psicologia)*, mas sim à potencialização da orientação social com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais (CFESS; CFP, 2007, p. 27 – grifo nosso).

O referido documento ainda alerta que, no uso de instrumentais e estratégias nas ações profissionais, devem ser orientados pelos princípios ético-políticos da profissão e ser afinados aos objetivos, diretrizes e competências assinalados nas legislações e na direção social da profissão. Ainda enfatiza o desafio da interdisciplinaridade imposto na atuação de ambas as profissões na política de Assistência Social. Como estratégia frente a esse desafio,

> considera-se importante a criação de espaços, no ambiente de trabalho, que possibilitem a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional e propiciem avanços efetivos, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos(as) usuários(as). (CFESS; CFP, 2007, p. 39).

Além desses documentos, os "Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social" lançados em 2015, pelo CFESS, são postos no contexto da profissão como um instrumento que orienta a organização da rotina profissional na dinâmica institucional dos CRAS. Eles auxiliam os assistentes sociais a materializarem ações profissionais que não contrariem a direção ético-política da profissão, tendo como referência os "valores e princípios do Código de Ética Profissional (1993), as atribuições e competências asseguradas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93), na Resolução CFESS 493/06 e nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social elaboradas pela ABEPSS." (CFESS, 2015, p. 4).

Apesar dos esforços das entidades representativas do Serviço Social, cabe elucidar que a psicologização é uma expressão do neoconservadorismo no cotidiano do trabalho profissional. Ela combate "o racionalismo, o coletivismo, o socialismo e o marxismo" e "nega a viabilidade de projetos societários universais considerando que as promessas de liberdade e igualdade irrestrita conduzem ao totalitarismo." (BRITES; BARROCO, 2022, p. 93).

A reprodução do neoconservadorismo no fazer profissional, em geral, pode ocorrer quando o profissional não tem uma direção que solidifique a base para o desenvolvimento de sua intervenção profissional. Nessa guisa, a nossa pesquisa buscou identificar entre os entrevistados se o Projeto ético-político da profissão servia como referência a prática profissional. Os dados revelam que apenas 02 das entrevistadas (AS 15 e 17) declararam não ter o projeto ético político como referência de sua prática profissional. Nota-se aqui uma questão relacionada a hegemonia do projeto profissional. As demais declararam posição como comungante ao projeto profissional.

A condição de hegemonia do projeto se funda na lógica de sua compreensão como uma ideologia. A ideologia é difundida pelo grupo dominante, que nela embute uma concepção de

mundo, de sociedade e de realidade. No caso do Serviço Social, as entidades representativas da profissão desempenham, ao longo das últimas décadas, o papel de difusão do projeto ético-político entre os membros da categoria profissional. Entretanto, essa difusão não ocorre de forma homogênea, pois existem diferentes formas de elaboração, graus de compreensão e receptividade da ideologia pelos grupos sociais. Cabe ainda enfatizar que o movimento histórico não é linear, inferindo embates e rupturas entre ideias e culturas ao longo da trajetória histórica da profissão no Brasil.

Um dado interessante na pesquisa é que as entrevistadas que responderam *não* ao projeto ético-político, em outra pergunta em relação aos princípios e valores de referência para a sua prática profissional, destacam o *respeito*. O respeito é um sentimento estabelecido pela lei da moralidade, que é o fundamento da subjetividade da vontade, que produz um efeito negativo e um positivo sobre a sensibilidade do ser racional humano. O efeito negativo é a dor e o positivo, o prazer. (CHAGAS, 2013).

O respeito é gerado pela vontade do homem ou, no conceito neotomista, pelo seu livre-arbítrio, que se expressa na liberdade do homem de decidir a sua condição eterna de salvação, a partir da escolha de comportamentos virtuosos ou viciosos a seguir. Para o neotomismo, que é um pensamento filosófico de base teológica, "o princípio da existência de Deus confere uma hierarquia aos valores morais, tendo em vista sua subordinação às 'leis naturais' decorrentes das leis divinas". (BARROCO, 2003, p. 91). As leis naturais definem o papel de cada sujeito e grupo que deve seguir a sua funcionalidade em nome de uma harmonia social, cuja realização leva à felicidade geral.

Nessa direção, o respeito é colocado como um ato moral que supõe a elevação do homem "acima das necessidades, desejos e paixões singulares, por que ele exige pensar no outro e sair da condição do indivíduo egoísta, voltado para si mesmo." (BARROCO, 2008, p. 58). Conceito que se alinha à vontade divina de amor ao próximo ou de abdicação de si mesmo em relação a felicidade geral. O respeito exige de o homem sair de si mesmo para se relacionar com o outro, o que implica na produção de atitudes de solidariedade, de altruísmo e de companheirismo, consideradas como virtuosas, portanto, motivadas por valores inerentes a relação homem e Deus, típicos da ética cristã. Assim como a "honestidade", a "sinceridade" e a "responsabilidade", valores de referência a prática profissional, que também foram declarados pela AS 15.

No Serviço Social, o respeito é colocado como valor moral ético profissional a ser seguido pelo assistente social no CEP 1947, como dever em relação a Deus e ao beneficiário. Esse código se pauta na Doutrina da Igreja Católica e evoca a prática profissional como um

cumprimento dos objetivos divinos e da igreja. Nele é visível a relação devocional da profissão com a Igreja Católica. O mesmo viés conservador encontramos no CEP de 1965, em relação ao compromisso com o humanismo cristão e os valores morais a fim de corrigir os desníveis sociais.

Talvez possa ser coincidência, mas, ao debruçarmos sobre os dados de nossa pesquisa, identificamos que ambas as entrevistadas nasceram na década de 1970 e, nas respostas referentes a motivação para a escolha da profissão, declararam a "vocação"[122] e o "trabalho com pessoas" e no tocante à religião autodenominaram-se como católicas. Isso pode indicar que, embora não haja uma ligação direta, como vimos no tópico anterior, entre a religião e a escolha da profissão em unanimidade, no cerne da prática profissional cotidiana dos assistentes sociais, há aqueles profissionais que se direcionam a partir de valores fundamentados em princípios religiosos.

Cabe ainda o destaque que uma dessas entrevistadas colocou como valores de referência, a "informação" e o "sigilo", que para ela em conjunto ao respeito "São pilares importantes que você tem que ter" (AS 17).

Em relação ao seu projeto de vida profissional, ela responde: "Eu vou continuar como assistente social. Não pretendo fazer um mestrado, doutorado, (...). Mas atualmente eu venho pensando em fazer alguma pós-graduação, mas na área de políticas públicas, de direitos sociais, nessa parte aí." *(AS 17).* O destaque aqui é que essa assistente social não tem o projeto ético-político como referência, aponta valores morais conservadores como pilares a se seguir e expressa motivação de escolha da profissão com base na ideia de vocação e religião. Tais características revelam que, mesmo tendo sido formada na primeira década do ano 2000, a existência de uma herança conservadora ainda está muito presente no Serviço Social, e podemos ousar a dizer que, em relação a formação continuada, o interesse se revela para estudos relacionados ao Direito e às Política Públicas. Característica que se relaciona com a nossa reflexão sobre a tendência de formação ir rumo à descentralização da questão social como objeto de intervenção profissional. Já a AS 15 informou querer fazer "paisagem" porque está prestes a se aposentar.

Outro destaque nas falas das referidas assistentes sociais está quando foram perguntadas: Você tem as indicações do projeto ético-político como referência? A AS 15 respondeu "sim" e justificou: "No que se refere ao Código de Ética e a Lei de Regulamentação

[122] Definida pelos entrevistados: um com base em teste vocacional que designou para a área de humanas e o outro que se autodeclarou gostar de trabalhar com pessoas.

sim. Sem eles não conseguiria trabalhar. É aquilo que permeia o meu trabalho." (AS. 15). Enquanto a AS 17 respondeu; "não". Porém, quando questionada o porquê da resposta, ela não soube responder nem indicar outro referencial a seguir ou que segue.

A primeira fala nos remete à reflexão de que para algumas assistentes sociais existe uma separação entre o CEP, a Lei de Regulamentação e o Projeto ético-político do Serviço Social, o que nos salta aos olhos outra preocupação. Além de fundamentos em valores religiosos para o exercício da prática profissional, entre as entrevistadas há quem não compreende os elementos que constituem o projeto de profissão como uma direção.

Ao contrário, com base na fala da entrevistada, identificamos a colocação do Código de Ética e da Lei de Regulamentação como instrumentos de valores utilitários. Tanto a legislação como as normativas éticas deslocadas de seu processo histórico e dos valores que as promulgam passam a ser letras frias e mortas com utilidade legalista apenas. Ou seja, a Lei de Regulamentação e o CEP/93 ganham características de objetos sem valores dotados de objetivação das finalidades das práticas profissionais. Elas passam a ser um livro consultivo em casos extremos de justificativas ou denúncias de comportamentos não enquadrados em suas determinações, resultando em um mero instrumento de controle e fiscalização de comportamentos.

Entretanto, o CEP/93 possui valores filosóficos/ideológicos, que devem ser incorporados como orientadores da direção e projeção do fazer e do SER assistente social. Implica identificar a dimensão ético-política da profissão, base do significado social do Serviço Social e o porquê de sua existência. Sem a incorporação dos valores éticos, o assistente social se torna vazio e a sua prática profissional automatizada, burocratizada e tecnificada, características típicas do pragmatismo. Os valores éticos resumidos nos 11 princípios inscritos no CEP/93 e a referência teórica articulada a eles se constituem nas

> referencias centrais e necessárias para uma análise social fundada na crítica da econômica política, muito além da procura do significado social no próprio indivíduo e nos seus conflitos pessoais, familiares ou de pequenos grupos, [e] consubstanciam as ideias e os valores que sustentam o compromisso dos assistentes sociais com a classe trabalhadora, nos seus diferentes segmentos. (VASCONCELOS, 2015, p. 479).

Diante disso, o CEP/93 se constitui como instrumento norteador da prática profissional que dá o respaldo ao conhecimento, às decisões e às atitudes profissionais.

> Ou seja, neste instrumento estão os fundamentos teórico- filosóficos, valores e diretrizes que se alinham aos compromissos democráticos em face dos direitos humanos e sociais e são consoantes com os avanços possibilitados pela Constituição

> brasileira de 1988 e com a ideia de que os valores emergem da vida social, mais especificamente da práxis, na sua forma privilegiada – o trabalho. (FORTI, 2010, 146).

Em nossa pesquisa, o princípio ético apontado de forma unanime pelas entrevistadas como referência para a sua prática profissional foi o da liberdade. A liberdade como pressuposto jurídico trata, "sobretudo, dos direitos humanos e estabelece a partir de uma concepção típica de liberalismo que "A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudica outra pessoa" (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789)". (CFESS; BARROCO; TERRA, 2012, p. 122). Esse entendimento de liberdade coaduna com os valores do individualismo neoliberal, que isola o homem de suas relações sociais. Facilmente reproduzido por quem concebe o CEP/93 como o instrumento normativo comportamental.

Na contramão, o CEP/93 consagra uma visão de liberdade como pressuposto ontológico, se referindo a manifestação da capacidade do homem de se autodeterminar, portanto, "compreendida como uma prerrogativa do indivíduo que pressupõe a sociedade e que tem a ver com a discussão de justiça social e de exigência democrática." (FORTI, 2010, p.148). A liberdade no CEP expressa a manifestação concreta de o homem se constituir como ser social capaz de mudar a natureza e gerar escolhas para o alcance de suas finalidades, o que implica na construção da autonomia e expansão plena da cidadania dos sujeitos. Portanto, enquanto a direção capitalista fragmenta o ser social, a ontológica o constitui e o fortalece como ser social. Para MARTINS (2015), a liberdade na sociedade do capital é uma expressão da desigualdade que fundamenta a barbárie.

Netto (2013a) apresenta algumas considerações sobre a liberdade. Na primeira, ele considera a liberdade como uma categoria histórica. "Assim, a concepção de liberdade varia, se transforma, no decorrer da história", mas a sua variabilidade não se registra somente na história. Ela "é constatável no quadro de uma mesma sociedade, quando esta se mostra dividida e marcada por antagonismos de classes" (p. 22/23). Esse caráter histórico dá a categoria liberdade a condição para o enfrentamento do relativismo histórico, que se refere a segunda consideração realizada pelo autor. Segundo ele, se a liberdade possui um caráter histórico, logo, esse gera o enfrentamento da concepção a-histórica que circunda a categoria liberdade.

> não apenas ao longo do tempo, mas também em sociedades que coexistem lado a lado e, às vezes, numa mesma sociedade -, muitos filósofos e cientistas sociais argumentam que as várias concepções de liberdade são igualmente *relativas e funcionais*: expressando as peculiaridades das culturas em que se inserem, elas são válidas somente no interior do seu sistema cultural (ou de seus eventuais subsistemas) e, por isso, são também incomparáveis. (NETTO, 2013a, p. 23 – grifos do autor).

A terceira consideração do autor retrata esse caráter histórico, que confronta com o relativismo histórico, oriundo, em geral, do pensamento que se identifica com a cultura capitalista e que fundamenta a liberdade como princípio configurado no Código de Ética. No CEP o caráter histórico da categoria liberdade não se refere a "um cenário, um contexto: é uma substância mesma que se constitui a liberdade como escolhas/opções que se fazem o confronto entre alternativas reais (ou se se quiser, enquanto respostas que se propõem em face de problemas objetivos)." (NETTO, 2013a, p. 24). Em outras palavras, o caráter histórico da liberdade fundamenta as alternativas, nas quais os assistentes sociais podem pautar a sua intervenção profissional.

O princípio menos citado pelas entrevistadas foi o da democracia. Apenas dois assistentes sociais arrolaram esse princípio ético como o de referência para a sua prática profissional. O princípio "IV – aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida" (CFESS, 1993) trata da afirmação profissional dos valores democráticos e o seu aprofundamento, já que, nas sociedades capitalistas, a democracia ganha status apenas de formalidade. Isto é, não possibilita "a efetiva participação de todos na vida política, nem na liberdade de expressão de manifestação ou do pensamento, uma vez que inexiste igualdade de oportunidades para todos." (CFESS; BARROCO; TERRA, 2012, p. 126).

Teixeira (2013) comunga com a ideia de que esse princípio do CEP demonstra a necessidade do aprofundamento da democracia política no Brasil, "no sentido da articulação dos vários sujeitos políticos coletivos de base, que se encontram dispersos, na perspectiva da formação de um grande bloco democrático popular" (p. 62). Nesse sentido, o assistente social pode usar de instrumentos como as reuniões, a sala de espera e o encontro com grupos para agregar valores à luta dos trabalhadores, com o intuito de "elevar a um nível superior a democracia, em todas as suas dimensões: política, econômica e cultural." (p. 63).

Esse princípio se manifesta no cotidiano profissional por meio das estratégias que o assistente social cria para garantir a participação da população nas decisões institucionais, favorecendo o acesso e a criação de serviços em resposta às necessidades dos usuários. Ele também se manifesta na democratização de informações e de serviços; na redistribuição de recursos institucionais a população; na assessoria aos movimentos sociais; na contraposição a práticas arbitrárias; no incentivo e fortalecimento de lutas em defesa dos direitos; na negociação institucional em prol dos direitos usuários; na participação em conferências e nos conselhos de direitos; entre outras.

Junto aos valores éticos, a resultante das entrevistas nos apresenta uma preocupação das assistentes sociais quanto ao sigilo nos instrumentais. O que nos remeteu a um outro ponto de nosso questionário de entrevista que é aquele que trata dos principais instrumentais de registro da prática profissional utilizados pelas assistentes sociais entrevistadas. Nos dados coletados, cerca de 17 das entrevistadas assinalaram como o principal instrumento de registro profissional a ficha social. Esse foi o único instrumento citado por todas as assistentes sociais entrevistadas como instrumento utilizado para registro profissional. Seguido da entrevista social colocada pelo total de 18 das entrevistadas. O registro de reuniões socioeducativas com as famílias foi colocado por 17 das entrevistadas. O total de 11 entrevistadas relataram compromisso com o registro no Livro de Registro de Ocorrências e de atendimentos, e 10 entrevistadas apontaram o uso do Mapa de Registro de Atendimento[123] exigido pela Vigilância Socioassistencial, para mensurar números e tipos de atendimentos realizados em cada CRAS. O CFESS (2015, p.24) alerta que

> o uso de técnicas e estratégias não deve contrariar os objetivos, diretrizes e competências [profissional], ou seja, estes não devem ser utilizados com a perspectiva de integração social, homogeneização social, psicologização dos atendimentos individuais e/ou das relações sociais, nem se destinar ao fortalecimento de vivências e trocas afetivas em uma perspectiva subjetivista. A definição das estratégias e o uso dos instrumentos técnicos devem ser estabelecidos pelo/a próprio/a profissional, que tem o direito de organizar seu trabalho com autonomia e criatividade, em consonância com as demandas regionais, específicas em cada realidade em que atua.

A unanimidade entre as entrevistadas no uso do instrumento entrevista social não nos surpreende. A entrevista é um instrumento historicamente utilizado pelo assistente social, sendo a sua primeira referência sido feita por Mary Richmond no livro Diagnóstico Social[124]. Para autora, a entrevista social se constituía como instrumento essencial para "o levantamento de informações que pudessem contribuir para o processo de formulação do diagnóstico social." A época, Mary Richmond realizava a entrevista por meio de uma abordagem conservadora voltada a classificar o sujeito. (CRAVEIRO, 2018). Nichold (1969, p. 45) em sua interpretação sobre as noções básicas do Serviço Social de Casos afirma que a "maior parte das informações nas quais a assistente social baseia o seu planejamento para o cliente deve ser obtida

[123] Documento de resposta objetiva usado pelo assistente social para configurar números, tipo de atendimentos e principais requisições da população "usuária" entre outros.

[124] No capítulo 2 desse estudo apresentamos as contribuições de Mary Richmond para o Serviço Social brasileiro.

necessariamente através das entrevistas pessoais com o cliente ou com alguém que esteja em situação de contar-lhe algo a respeito dele."

Apesar da base tradicional, a entrevista social ao longo da trajetória do Serviço Social no Brasil não perdeu a sua importância instrumental na intervenção profissional, mas ganhou direcionamentos teórico e éticos diferenciados, além de constituir finalidades atreladas à direção social dada pelo assistente social no seu fazer profissional. Assim, a entrevista social não perde o seu valor enquanto quantitativo de trabalho realizado para a instituição, pois continua sendo um instrumento base de levantamento de informações sobre a pessoa atendida e, para além, ganha um valor qualitativo, uma vez que a sua formulação caminha em consonância com as finalidades da ação profissional. Nessa guisa, Sousa (2008, p.124) retrata que "entrevista nada mais é do que um diálogo, um processo de comunicação direta entre o Assistente Social e um usuário (entrevista individual), ou mais de um (entrevista grupal)".

Um diálogo que não é uma conversa qualquer. Se considerarmos a linguagem como o principal instrumento do assistente social (IAMAMOTO, 2001), o momento do assistente social com a pessoa em atendimento também se constitui como um espaço de reflexão, desvelamento da realidade e de desenvolvimento da consciência. Devido a essa qualificação da entrevista social, Sousa (2008, p. 124) alerta que "o papel do profissional entrevistador é dado pela instituição que o contrata (...), o Assistente Social fala em nome da instituição. Ambos os sujeitos (Assistente Social e usuário) possuem objetivos com a realização da entrevista". Portanto, a entrevista social tanto pode ser um instrumental de ratificação da direção emancipatória como de legitimação das posturas arbitrárias, burocratizantes e excludentes postas no escopo dos valores e intencionalidades da instituição.

Por isso, aqui cabe um destaque. Por vezes o exercício do instrumento entrevista social pode ser confundido como um espaço isolado "obrigatoriamente" para o preenchimento da ficha social. Não é à toa a resultante em que 18 entrevistadas apontaram o segundo principal instrumento usado por elas ser a ficha social. Contudo, vale assinalar que a entrevista é uma técnica aplicada para obtenção de dados e o seu registro pode se dar em diferentes instrumentais como o Livro de Registro do Plantão e a Ficha Social.

Esse último instrumento configura uma estrutura de questionário que pode ou não ser preenchido pelo assistente social no momento da entrevista social. Talvez aquele primeiro encontro entre assistente social e trabalhador foi estimulado por situações que exigem do profissional, nesse primeiro instante, produzir uma escuta com cautela para identificar a demanda do usuário para depois então buscar informações mais detalhadas sobre a sua realidade.

Cabe ressaltar que, no contexto de precarização do trabalho e de desmonte dos direitos trabalhistas, há casos em que os profissionais de Serviço Social têm o seu salário atrelado ao quantitativo de entrevistas sociais e de atendimentos realizados pelo profissional. Portanto, não confundamos entrevista social com ficha social, pois, ambos são instrumentos que podem ou não ser usados/aplicados juntos. Ainda vale enfatizar que o preenchimento da ficha social incorpora uma necessidade do assistente social frente a realidade da pessoa em atendimento, por isso, não deve ser uma imposição institucional, mas sim uma opção do profissional.

Outra observação valiosa se refere ao fato de que todo o instrumental deve ser escolhido pelo assistente social como meio para alcance de seus objetivos e finalidades, traçados frente a demanda atendida. Se acaso exista instrumentais que sejam impostos pelas instituições, cabe ao assistente social arrolá-los em seus objetivos seguindo a finalidade de seu planejamento interventivo, ainda que esse se conecte ou não com a direção interventiva da instituição.

Vasconcelos (2002), em sua pesquisa na saúde, apresenta diferentes denominações de entrevistas sociais identificadas nas entrevistas com os assistentes sociais; entre elas destacamos a entrevista em resposta a uma demanda específica e imediata. Nessa modalidade, o assistente social busca apenas coletar as informações necessárias para entender a busca pelo serviço e responder pontualmente ao que lhe foi requerido. Aqui, o assistente social não utiliza a entrevista social para identificar e definir as ações sobre a demanda a ele apresentada.

O terceiro instrumento mais utilizado pelas assistentes sociais entrevistadas é o registro da reunião. Sousa (2008) classifica as reuniões como espaço coletivo que "têm como objetivo estabelecer alguma espécie de reflexão sobre determinado tema". Portanto, é um espaço educativo de desenvolvimento da consciência, de disponibilização de recursos, de identificação das potencialidades do grupo, consequentemente de organização e luta. Diante disso, entendemos que as reuniões não podem ser reduzidas a palestras hierárquicas, em que o profissional detém o conhecimento e os participantes são meros ouvintes.

As reuniões exigem a construção e destaque para lideranças, para as quais o assistente social cumpre a função de assessor de movimentos sociais. Nessa guisa, o registro das reuniões deve extrapolar a mera burocracia de elaboração de uma ata. Ele deve ser posto como um instrumento de legitimação da tomada de decisão democraticamente alinhada às decisões do grupo. O assistente social guiará os tons políticos e legais, transformando o instrumento burocrático em um instrumento de defesa e de luta em prol do grupo.

Por esse significado do registro, nos cabe aqui ainda refletir sobre os propósitos da reunião. Na perspectiva do projeto do Serviço Social, a reunião com famílias não pode ser compreendida apenas como uma atividade a ser cumprida em resposta a orientações sobre a

política social ou às regras prescritas em um determinado projeto ou programa social. Para que os registros tenham força democrática e articuladora, as reuniões devem também ter propósitos e direção no mesmo sentido. Em outras palavras, não será possível o destaque de lideranças e de potencialidades, bem como o de assessoramento e organização de movimentos sociais, se em nenhum momento o assistente social, coordenador da reunião, não inferir tais propósitos. Somente assim o ato burocrático determinado será suprido pelo reflexivo, o automático pelo autônomo.

Deste modo, as reuniões e o seu registro se constituem como instrumentos que podem fortalecer a democracia como princípio ético a ser valorado e concretizado. Diferentemente da compreensão da democracia apenas como uma atitude de respeito às "escolhas" individuais dos sujeitos ou à criação do espaço para sua fala. Vale salientar que é o assistente social que, nas reuniões, cria as bases necessárias para a fundamentação das propostas e dá a direção para que as decisões coletivas se concretizem. Por meio desse movimento, o assistente social valida os propósitos do projeto ético-político da profissão e o materializa notoriamente tanto no fazer profissional quanto na dimensão revolucionária contra as forças que a coíbem.

Outro instrumento colocado pelas entrevistadas é a evolução em prontuário. No âmbito dos CRAS, existe o prontuário social que é um instrumento de acesso da equipe técnica. Nele o assistente social deve realizar o registro dos atendimentos e procedimentos, bem como anexar documentos relacionados ao acompanhamento social realizado ao trabalhador e/ou de sua família. Outra forma de registro utilizada nos CRAS é o Livro de Registro de Atendimento, que foi apontado apenas por 11 das entrevistadas como instrumento utilizado no fazer profissional. O Livro de Registro geralmente é adotado no Plantão Social[125], que foi instituído no CRAS para atender demandas emergenciais ou avulsas (sem referência de acompanhamento), que podem ser apenas situações pontuais de resolução imediata ou que exigem consequente acompanhamento social da equipe.

Sousa (2008, p. 131) concebe esse instrumental como "um livro onde são anotadas as atividades realizadas, telefonemas recebidos, questões pendentes, atendimentos realizados,

---

[125] No plantão, "o usuário é **recebido, ouvido** ('procura-se esclarecer os motivos da procura ou do encaminhamento') e **encaminhado** para recursos externos e/ou recursos internos tendo como parâmetro o 'bom' andamento da rotina institucional, os recursos disponíveis e as demandas explícitas dos usuários por orientações e inserção na rotina. As demandas do Plantão são atendidas individualmente através de **'orientações diversas'** (previdenciária, documentação, [acesso a benefícios sociais, recebimento de denúncias, problemas relacionados ao recebimento de benefícios de transferência de renda, inscrição no CadÚnico], aconselhamento, etc.), encaminhamentos externos (INSS, Defensoria Pública, [outras unidades da rede socioassistencial], recursos assistenciais, etc.), **'esclarecimento', 'informações', 'providencias', 'apoio', 'aconselhamento'**, atividades apontadas pela quase totalidade dos assistentes sociais."(VASCONCELOS, 2002, p. 167 – grifos do autor).

dentre outras questões, de modo que toda a equipe tenha acesso ao que está sendo desenvolvido". Deste modo, tanto a evolução no Prontuário Social como o Livro de Registro nos remete ao debate ético feito outrora, mas agora com ênfase na questão do sigilo expressa nas falas das entrevistadas. Principalmente quando se referem ao registro de informações sobre o trabalhador ou a família em atendimento em instrumentais de acesso da equipe multidisciplinar.

Nas entrevistas, as assistentes sociais expressam dificuldades de compreensão dos limites que lhe são impostos pelo Código de Ética. Na verdade, muitos profissionais expressam a dificuldade de compreender o significado e a função do sigilo, restringindo o seu valor apenas ao não repasse de certas informações para a equipe multiprofissional.

> Quanto ao limite do "estreitamente necessário", deve-se buscar tal parâmetro nos próprios princípios do Código de Ética do assistente social, no compromisso com a dignidade do usuário e da emancipação dos indivíduos sociais. Dessa forma, toda revelação que se mostre desnecessária e que puder trazer qualquer prejuízo, lesão de direito, perigo, fundamental, ou melhor, imprescindível para os cuidados com ele, não pode se revelado. (CFESS; BARROCO; TERRA, 2012, p. 208).

O registro das observações, avaliações e ações do assistente social é importantíssimo em qualquer área de atuação profissional. O registro do fazer profissional é um ato realizado no contexto do trabalho coletivo, portanto, tem "a sua forma e conteúdo (registro) também determinados por esse trabalho, ainda que essa não seja única determinação." (MATOS, 2017, p. 121). Desse modo presume-se que uma forma de se concretizar a ética para as assistentes sociais entrevistadas está mais ligada às normativas como execução comportamental do que de valores filosóficos. A preocupação com o sigilo no âmbito da documentação pode elucidar uma fragilidade da relação das assistentes sociais com a ética profissional. Segundo Amaro (2020), os profissionais estão tão acostumados a ler e ouvir sobre instrumentais, mas se esquecem de que

> o agir e os processos de trabalho profissionais são representados e reproduzidos pelos encaminhamentos, relatórios estudo de casos, pareceres e laudos que produzimos. E mais que isso: raramente percebem o quanto esse conjunto de produções, como um retrato, acaba influenciando as representações que são construídas sobre nossa identidade e especificidade profissional, no desafiador campo das relações sócio-ocupacionais, institucionais, interprofissionais que vivenciamos. Ou seja, você passa a ser visto e compreendido a partir do que você mostra, ou seja: do "que você faz" e do como você faz" (p.93).

Em outras palavras, as preocupações não devem ser restritas ao sigilo no registro profissional nos documentos institucionais. Ao contrário, a ética profissional se manifesta na

expressão de determinados valores que se quer perpetuar na relação com o trabalhador, tanto no âmbito dos atendimentos do Serviço Social como no trato pela instituição. A trajetória do Serviço Social no Brasil apresenta os esforços e avanços inerentes aos diferentes estudos realizados sobre a questão social e as formas como ela se manifesta, e tais saberes têm de ficar expressos nos registros profissionais. Portanto, a preocupação do assistente social, além da garantia do sigilo, deve prezar pela análise da realidade social do trabalhador em atendimento, ao mesmo tempo que cria bases argumentativas e instrumentais para outros profissionais que, na sua ação, se atentarão para uma prática também voltada aos propósitos emancipatórios, que orientam o fazer profissional do assistente social, guiados ética e politicamente pelo projeto de profissão do Serviço Social. Nessa linha, a referida autora afirma que

> carecemos, sim, de orientações, bases e fundamentos para revelar nossas especificidades e saber profissional em registros e documentos profissionais igualmente crítico-transformadores, que não recaiam em dogmas, erros, fragilidades, inconsistência, no contraditório ou na superficialidade. (AMARO, 2020, p. 94).

Dada essa análise, podemos concluir que as dificuldades das assistentes sociais entrevistadas expressam um traço da realidade profissional no século XXI. A ênfase na dimensão técnico-operativa simplificada no domínio estrutural de instrumentos, como habilidade principal a ser desenvolvida pelo assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, substitui a real preocupação que deve mover os profissionais, que é o compromisso com a manifestação do saber, ou seja, a sua articulação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política da prática profissional. Pois é o

> profissional que conduz o instrumental de acordo com a sua análise, que [deve] perpassar pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativas da profissão. O que significa que o assistente social se guia pelos parâmetros legais e éticos como a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares e o Código de Ética Profissional, para a efetivação de sua prática profissional. [Mesmo que], o instrumental utilizado para a avaliação seja uma definição racional da instituição, o assistente social deve ir além da burocracia e desmistificar os meandros sociais que envolvem o usuário em atendimento. Dessa forma, esse profissional alcança, em meio as propostas de desmonte de direitos, formas de criar estratégias de lutas e resistências e propor ações voltadas a defesa dos valores embutidos no Projeto ético-político da profissão. (SOARES; FONTES; FERREIRA, p. 512).

Na sintonia dessa relação com os instrumentais é que a resposta profissional, na execução desses aparatos racionais no cotidiano do exercício profissional, vai revelar as finalidades do assistente social referente a realidade do trabalhador. No caso da assistência social, Yazbek (2009a) aponta que

> é pela prestação de serviços socioassistenciais que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano de sua população usuária. Esta interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão socioeducativa que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o "cliente" em sua inserção institucional e na vida social como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas na sociedade. (YAZBEK, 2009a, p.136).

O foco somente no domínio das atividades "cartoriais" (Amaro, 2020) coloca a prática profissional em um movimento contraditório, que pode envolver um discurso revolucionário e uma prática tradicional, em concomitância aos objetivos institucionais atrelados a manutenção da finalidade capitalista. Deste modo, o assistente social no exercício profissional pode se deter somente à execução de instrumentais e conduzir um executar da prática profissional afinado as prerrogativas moralizantes e de ajustamentos expostas nos instrumentais da política social ou usar e aperfeiçoar esses instrumentais, no desempenho dos serviços socioassistenciais oferecidos na instituição, dando a eles características emancipatórias a partir das finalidades ético-políticas, teórico-metodológicas ligadas à percepção crítica da realidade social, que formatam o projeto profissional, a partir das últimas décadas no século passado. Nessa última direção, a intervenção profissional segue o caminho para a superação de duas grandes tendências presentes hoje no âmbito dos CRAS:

> A primeira é de restringir a atuação aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, o que pode caracterizar os CRAS e a atuação profissional como um "grande plantão de emergências", ou serviço cartorial de registro e controle das famílias para acesso a benefícios de transferência de renda. A segunda é de estabelecer uma relação entre o público e o privado, onde o poder público transforma-se em mero repassador de recursos a organizações não governamentais, que assumem a execução direta dos serviços socioassistenciais. Esse tipo de relação incorre no risco de transformar o/a profissional em um/a mero/a fiscalizador/a das ações realizadas por ONGs e esvazia a sua potencialidade de formulador/a e gestor/a público/a da política de Assistência Social. (CFESS, 2015, p. 24).

Para que o assistente social realize a conexão teoria e prática como unidade no exercício profissional, é necessário a ele identificar, classificar e desmistificar as requisições institucionais e as demandas dos trabalhadores. Entendemos aqui como requisições e demandas às solicitações, busca ou procura de algo ou alguma coisa, em geral, e busca de soluções atreladas a determinadas necessidades sociais e/ou institucionais direcionadas ao assistente social em seu espaço sócio-ocupacional. Logo, as requisições e demandas se referem as atividades e ações sobre algo que, historicamente, as profissionais e trabalhadores entendem como atribuição ou papel do assistente social a desempenhar. Aqui, mais uma vez, ressaltamos

a imagem da profissão e a relação de subalternidade e controle mistificadas no fazer do assistente social pela sociedade em geral.

As demandas que chegam ao CRAS têm diferentes origens. Elas podem ser requisitadas pela população usuária do serviço, pela população do território, pelas unidades da rede socioassistencial, pela justiça, pelos conselhos de direitos e pela própria secretaria de assistência social. A sua classificação nem sempre é imediata, por isso, o surgimento de um fenômeno que aqui denominamos de mistificação do fazer profissional.

A falsa compreensão ou as dificuldades por parte de alguns assistentes sociais no entendimento da demanda contribuem para a não classificação ou restrição das demandas a execução de instrumentais e acesso a recursos sociais. Exemplo: a demanda apresentada por um responsável familiar, no atendimento realizado pelo assistente social, de requisição de cesta básica, explicitamente expressa a necessidade de acesso ao recurso social. Porém, essa demanda tem de ser analisada e desvelada pelo assistente social que, como resultante desse processo, irá identificar o que está implícito na requisição da responsável familiar. A demanda, portanto, de recurso social é o que está explícito, e no seu atendimento o assistente social busca entender as determinações e as mediações implícitas na requisição, o que definirá a real necessidade da responsável familiar atendida. Deste modo, a demanda para a instituição é de cesta básica, mas a real demanda a ser atendida pelo assistente social ultrapassa a mera concessão de benefícios sociais.

O domínio da capacidade de decifrar o que foi apresentado no que realmente tem de ser objeto de intervenção profissional é privativo do assistente social, pois somente ele possui capacidade para tal, por causa da sua formação. Todavia, o assistente social só chegará a essa conclusão quando deixar de ser apenas um executor de tarefas e passar a ser o planejador de propostas interventivas alinhadas a valores emancipatórios. Nesse movimento a ser realizado pelo assistente social, frente ao seu cotidiano de trabalho, se expressa um grande desafio ao fazer profissional. Portanto, avaliamos a necessidade de classificar as demandas.

Quanto à modalidade, essas demandas podem ser explícitas ou implícitas. As demandas explícitas – "aparentes" –, para Vasconcelos são

> demandas declaradas, claras, manifestadas e/ou explicitadas pelo(s) trabalhadores/usuário(s); demandas que se revelam naturalmente, identificadas, explicitadas e apreendidas com facilidade, pelos assistentes sociais, demais profissionais e pelos próprios usuários, na medida que são patentes, visíveis, evidentes, percebidas, reveladas a partir das preferências e prioridades dadas por causa dos sujeitos envolvidos nos processos socioassistenciais (VASCONCELOS, 2015, p. 525).

Quanto às demandas implícitas – "demandas ocultas que necessitam de abstração, de desvendamento da realidade para serem percebidas" –, elas são

> contidas, subentendidas nas manifestações dos usuários, mas não admitidas nem percebidas por eles, e frequentemente pelos profissionais, e que se revelam, ao assistente social, através da análise teórico-crítica das manifestações e de situações concretas vivenciadas que expressam as condições de vida e trabalho dos trabalhadores/usuários (VASCONCELOS, 2015, p. 525).

Considerando o exemplo da responsável familiar narrado acima, seguido do debate sobre as modalidades de demandas, podemos concluir que no cotidiano profissional muitos assistentes sociais se prendem ao elenco das demandas explicitas, como as principais direcionadas ao assistente social, deixando encoberto a exploração do trabalhador, a manifestação da desigualdade social, a concretização da alienação e as relações de poderes e de dominação impostas às relações sociais no cerne da sociedade capitalista. Nessa direção, o atendimento realizado pelo assistente social às demandas sem desmistificá-la reproduz a ordem capitalista ao invés de combatê-la.

Em relação a forma como as demandas se apresentam, elas podem ser referenciadas, burocratizadas ou espontâneas. A primeira se refere às requisições apresentadas pela instituição ou pelo sujeito atendido, sendo direcionadas por outras unidades de serviços públicos, privados ou da sociedade civil, tais como justiça, unidades de serviços das políticas sociais, conselhos de direitos, ONGs, entre outros. Em geral, direcionadas ao preenchimento de cadastro, fichas e formulários com o intuito de quantificar e classificar os atendimentos (instituição) ou acessar benefícios e serviços sociais (população e rede).

Mas o maior demandante das práticas burocráticas é a gestão institucional; observe-se as falas das entrevistadas a seguir:

> *A prefeitura faz muitos eventos mega, onde somos inseridos para fazer o que qualquer outra pessoa faria. Tipo participar de evento para pegar o nome e o NIS da pessoa, porque é uma meta que a prefeitura tem, que a secretaria tem que atingir, que tem que ter tantos beneficiários de Bolsa Família, Família Carioca e a gente está lá pegando o NIS e o nome da pessoa sem fazer o diferencial, sem trazer essa família para a discussão do que é o CRAS, do que é a política, aquilo que ela usa, que ela precisa saber. (AS 14- grifos nosso).*
>
> *Eu acho que tem muita a questão de outras atividades burocráticas administrativas que, na verdade, qualquer pessoa poderia fazer, se eu pudesse me ater mais nos acompanhamentos, ao impacto enquanto nosso Serviço Social fica uma burocracia (...) é uma ampliação que não vejo como positiva, porque na sua área acaba ficando artificial que te absorver. (AS 06 – grifos nossos).*
>
> *Muito serviço burocrático e administrativo que a gente faz, até mesmo para o serviço poder andar, mas que não seria atribuição do assistente social, e às vezes no*

> *atendimento também faz falta outros profissionais que a gente acaba tendo que suprir. (AS 08 - grifos nossos).*

A priorização na resposta das demandas burocráticas institucionais gera um relativo incômodo aos assistentes sociais que, no fundo, apresentam uma frustração com o cotidiano profissional. Entendemos como frustração aquele sentimento que emerge no profissional, quando no cotidiano do trabalho institucional se deparam com uma realidade social ocultada pelo distanciamento entre o trabalho intelectual e o exercício da prática profissional. Esse distanciamento produz a ausência da mediação entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional (IAMAMOTO, 2001).

As expectativas geradas pelo profissional sobre o seu fazer profissional têm de estar conectadas à realidade da profissão e da instituição sem ocultar os diferentes determinantes que as compõem. A luta pela justiça social é constante em um modelo de sociedade que a todo tempo direciona aos sujeitos práticas e ideologias em oposição ou em ressignificação da justiça social. Ademais o alcance da emancipação é um processo histórico, portanto, político.

Por um lado, as frustrações estão relacionadas ao não alcance das expectativas inerentes à unidade teoria e prática no fazer profissional, valoradas pelo projeto ético-político. A burocracia envelopa a prática profissional, implementando uma racionalidade formal-legal que omite e/ou naturaliza a finalidade do processo de dominação capitalista, alienando o trabalho do assistente social a mero cumprimento de metas e de funcionalidade institucionais e da política social, projetando na prática profissional a materialização do processo de exploração. Brites & Barroco (2022, p. 229) trazem voz a esse pensamento.

> A burocracia, como forma particular da administração capitalista, e a perspectiva de controle e dominação do capital sobre o trabalho sempre se manifestaram nas demandas institucionais dirigidas ao trabalho da/o assistente social. A novidade é que as demandas institucionais conservadoras se colocam num contexto de regressão da base de legitimidade social do projeto ético-profissional, dificultando estratégias coletivas para seu enfrentamento, uma vez que a barbárie social, a precarização das condições de trabalho, a privatização e o sucateamento das políticas socais obstaculizam as formas coletivas de resistência e de enfrentamento do avanço do conservadorismo.

Por outro lado, a frustração pode ser a expressão da manifestação de algumas armadilhas (IAMAMOTO, 2001), também provocadas pela não unidade teoria e prática, mas dessa vez não provocadas pela burocracia institucional, mas pelas perspectivas profissionais que colocam na burocracia um impedimento para a manifestação de outra expectativa/prática sobre o que se denomina como Serviço Social.

Uma dessas armadilhas está ligada à apropriação teórico metodológica, na qual os caminhos da profissão somente se satisfazem na teoria: o denominado teoricismo, muito comum em profissionais presos a discursos científicos desconectados da realidade profissional. Outra armadilha está ligada à condição do profissional se deter em uma postura militante[126] como se fosse a dimensão política da profissão. A ênfase na militância e na organização política oculta outras nuances das relações de poderes instituídas: o denominado militantismo. O profissional que cai nessa armadilha tende à expectativa de que a revolução é imediata, portanto, deve ocorrer de forma radical para a transformação social. Entretanto, a revolução possui caráter estratégico e histórico, que exige a construção de consciência e de uma identidade (MARX; ENGELS, 1998). Ou seja, há uma processualidade que não acontece no imediato. Assim o sonho da revolução pode ser por vezes desmontado, quando pautado em sujeitos e não na história.

A terceira armadilha apontada por Iamamoto (2001) se refere ao aperfeiçoamento técnico operativo como exigência para uma inserção no mercado de trabalho, com ênfase na competência técnica: o denominado tecnicismo. O assistente social se restringe a operacionalizar os instrumentais e praticar as técnicas necessárias para mudar a realidade do sujeito, eximindo-se da construção coletiva e pactuada das ações.

Tais armadilhas desconectam a realidade profissional de seus determinantes sociais, econômicos e políticos e dos processos históricos nela expressos, que suscitam traços da construção da imagem e do papel do Serviço Social na sociedade capitalista.

A perspectiva emancipatória do projeto profissional não é utópica, mas para alguns ela pode ser assim compreendida. A emancipação está atrelada à superação do ser capitalista pelo ser social, o que significa entender as contradições do contexto e agir de forma criativa e propositiva frente às manifestações perversas da ordem vigente. Ou seja, se o profissional não compreender o significado social da profissão e o que lhe cabe nessa sociedade; se não entender o movimento que constitui a questão social e a sua ação no enfrentamento dela, não desconsiderando que ela também o atinge; se o profissional não conseguir identificar, nas demandas que chegam a ele, aquilo que para ele realmente se constitui como demanda, pois foi forjado para sobre aquilo intervir; e, se o profissional não consegue identificar os valores filosóficos da profissão como valores éticos a serem absorvidos e praticados com expressão notória nos instrumentais e ações que opera, esse assistente social precisa de imediato parar o

[126] Aqui compreendido como aquele que pratica o ativismo desenfreado sem olhar para as outras dimensões da luta.

seu exercício profissional e refletir sobre ele para que então possa entender que ele não é o "salvador da pátria" (visão messiânica), por isso não vai mudar o mundo e nem a totalidade da realidade da sociedade (visão fatalista), mas a sua ação profissional se torna parte essencial para a ruptura com a dominação capitalista. As mudanças exigem posturas coletivas, políticas, portanto, conscientes. Também compreender que ele não é um mero executor de tarefas, embora a instituição o veja assim em muitas ocasiões, porém, o assistente social pode entender que o seu papel social pode reverter imagens institucionais e projetar novas rotinas institucionais, retirando dele a versão meramente burocrática e executória.

Na forma de apresentação espontânea da demanda, em geral, ela chega ao CRAS via população ou unidades da rede, objetivando respostas, orientações ou acesso a serviços que nem sempre são de responsabilidade do CRAS. Contudo, a demanda é acolhida, por vezes desmistificada e devidamente encaminhada, tais como acesso a órteses, próteses, serviços online (INSS, acesso ao Gov.br), orientações sobre guarda, tutela e curatela, internação de pessoas em uso abusivo de álcool e outras drogas, conflitos entre vizinhos, vaga em unidade escolar e em creches, para crianças, recursos financeiros para a compra de remédios e fraldas, cesta básica para famílias sem recursos, transporte e acolhimento de pessoas em situação de migração ou de rua, informações sobre família ou paradeiro de pessoas da família internadas em unidades de saúde sem referência familiar, denúncias de maus-tratos e negligência, suporte para a realização de sepultamento gratuito, acesso à segunda via de documentação gratuita, entre outras. Nas unidades dos CRAS onde existe o plantão, essas demandas, geralmente, chegam como necessidade imediata, as quais exigem respostas emergenciais interpretadas como prioridade pelo assistente social de plantão. No plantão, o trabalho dos assistentes sociais, sujeitado ao caráter emergencial "reduz-se a uma prática burocrática não assistencial" (VASCONCELOS, 2002, p. 170).

Cabe destacar que os processos de sistematização da prática e de registro profissional não podem ser entendidos como atividades burocráticas, assim como a documentação intrínseca ao exercício profissional, como a elaboração de parecer, perícias, relatórios e estudo sociais (MATOS, 2017), porque essas atividades não só envolvem como exigem a reflexão sobre o fazer profissional e se constituem expressão privativa do saber e do fazer profissional do assistente social.

A prática burocrática, diferente da demanda burocrática, refere-se à forma de leitura da realidade e à forma com a qual o assistente social atua. Em meio ao movimento do cotidiano profissional, o assistente social enfrenta inúmeras pressões, que o leva a se prender no imediatismo do cotidiano e pouco consegue refletir sobre o que bate à sua porta ou mesmo

capacitar a equipe para entender o que deve ser a ele direcionado como demanda. Isso favorece a restrição do fazer profissional ao cumprimento de rotinas institucionais, controle de conflitos e atenção imediata às pressões da população usuária, e o reconhecimento e a designação dessas práticas aos assistentes sociais pela visão das equipes multiprofissionais de que faz parte. “Este quadro tem sido fonte de angústias e questionamentos sobre o nosso papel profissional, diante da dificuldade de criar, recriar e implantar propostas de trabalho, podendo estimular a burocratização e o vazio profissional” em vez do contrário (IAMAMOTO, 2001, p. 161).

Uma forma de evitar a prática burocrática e esvaziada do assistente social é a ativação do processo de sistematização da prática profissional. No cotidiano do trabalho profissional, são poucos os profissionais que se dispõem, conseguem ou visualizam a necessidade de refletir sobre o seu fazer profissional e sobre o porquê, para quê e como o usuário chegou naquele serviço, bem como entender o seu papel como profissional, frente às demandas a ele dirigidas pela instituição, população e pela rede de serviços socioassistenciais.

Nesse sentido, as respostas referentes ao que faz o assistente social e o seu significado nas instituições e na sociedade estão atreladas ao exercício de tarefas e implementação de ações que excedem as expressões da intelectualidade forjada na formação acadêmica, pois exigem uma retroalimentação dessa intelectualidade, possibilitada pelo conhecimento das forças operantes em conflito, bem como dos objetivos e funcionalidades da instituição; conhecimento do perfil da população usuária do serviço; conhecimento e articulação com a rede socioassistencial do território; e, a apreensão da relação da questão social com o objeto institucional e as formas como ela se manifesta no cotidiano, tanto no universo institucional como no profissional e no da população usuária.

Em uma consulta ao site de busca virtual ‘google’, usando o indicador “o que faz o assistente social?”, encontramos[127] a afirmativas da restrição da profissão ao papel executório, assim como diferentes definições da profissão correlatas aos princípios neoconservadores. Observe:

> Analisam, elaboram, coordenam e executam planos, programas e projetos para viabilizar os direitos da população e seu acesso às políticas sociais, como a saúde, a educação, a previdência social, a habitação, a assistência social e a cultura. (cfess.org.br)[128].

[127] A referida busca foi realizada no mês de março de 2023 e a seleção das resultantes retrata os 8 primeiros resultados apresentados pelo site de busca.

[128] http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf; Acesso em março de 2023.

> Cabe ao assistente social a responsabilidade por planejar e executar estratégias que viabilizem o enfrentamento das principais questões sociais. Para isso, ele deve fazer uma leitura da realidade na qual está inserido. (unit.br)[129].
>
> o que faz o assistente social é fundamental para o bom e correto funcionamento da sociedade. Na prática, o que os assistentes sociais fazem é elaborar, coordenar, analisar e executar programas em diferentes áreas, como educação, habitação, assistência social, cultura e saúde. Além disso, são eles que ficam em contato direto com as pessoas em situações de vulnerabilidade. (unileao.edu.br)[130].
>
> O assistente social faz análise, a elaboração, a coordenação e a execução de planos para que as políticas e direitos sociais sejam acessíveis para a população em geral." (querobolsa.com.br)[131].
>
> O Serviço Social é um direito do cidadão, assim como a educação e a saúde. Por isso, conheça agora o que faz um assistente social. O assistente social é o profissional responsável por promover o bem-estar físico, psicológico e social. (guiadecarreiras.com.br)[132].
>
> Segundo o Conselho Federal de Serviço Social, "o assistente social analisa, elabora, coordena e executa planos, programas e projetos para viabilizar os direitos da população e seu acesso às políticas sociais, como a saúde, a educação, a previdência social, a habitação, a assistência social e a cultura.". (matrícula.estacio.br)[133].
>
> Prestar assistência a indivíduos, famílias e comunidades com problemas físicos ou mentais; prestar assistência a dependentes químicos e/ou vítimas de abuso e violência; fornecer apoio e indicações para superar situações de discriminação; realizar entrevistas com menores e adultos para verificar seus problemas: coletar informações sobre os antecedentes pessoais dos indivíduos entrevistados; avaliar as necessidades dos indivíduos e manter a documentação das informações obtidas. Colaborar com outros profissionais como psicólogos, psiquiatras, enfermeiros, etc., para estabelecer os tratamentos necessários: compartilhar informações com colegas para avaliar melhor as situações; trabalhar em equipe para avaliar as necessidades dos clientes; conferir as intervenções de socorro: monitorar as intervenções para verificar sua eficácia; colaborar, quando necessário, com a autoridade judiciária para informar e gerir o processo. Desenvolver redes integradas de serviços e atores-chave na área: abrir "canais de comunicação" entre cidadãos, dirigentes de instituições, sujeitos públicos e privados que tenham a possibilidade de governar os processos de mudança da sociedade; promover a organização de grupos de voluntariado, associações, cooperativas, grupos de autoajuda mútua. (blog.unicep.edu.br)[134].

---

[129] https://www.unit.br/blog/o-que-faz-um-assistente-social; consulta em março de 2023.

[130] https://unileao.edu.br/blog/assistente-social/; acesso em março de 2023.

[131] https://querobolsa.com.br/carreiras-e-profissoes/assistente-social; acesso em março de 2023.

[132] https://www.guiadacarreira.com.br/blog/o-que-faz-um-assistente-social; acesso em março de 2023.

[133] https://matriculas.estacio.br/blog/o-que-faz-um-assistente-social/; acesso em março de 2023.

[134] *https://blog.unicep.edu.br/servico-social-o-que-faz/;* acesso em março de 2023

Olhar para esse pequeno quadro da realidade e destacar dele que a maioria das afirmações têm origem em instituições de ensino, nos remete à preocupação com a tendência que engendra o caminho do Serviço Social no século XXI. Iamamoto[135], nos últimos anos do século passado, já apontava essa tendência como desafio para a profissão na atualidade.

> O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e a ação do assistente social. (IAMAMOTO, 2001, p. 52).

Nos trechos relatados acima, identificamos que o discurso sobre a profissão, além da aparente neutralidade, exibe uma confusão entre objetivos e atividades profissionais, além da expressão de subalternidade da profissão, de ajustamento e de ajuda mútua, no que se refere aos trabalhadores/usuários. Elementos notórios do Serviço Social Tradicional que, na atualidade, têm ganhado espaço no Serviço Social. Isso significa que o Serviço Social, na perspectiva do projeto profissional, tem a 'urgência' de ampliar o afastamento de perspectivas que reforçam e/ou reconsideram práticas de ajuda, psicologizantes, ligadas à caridade, à benevolência e a sua vinculação ao fundamentalismo religioso, características notórias nos discursos acima e têm ganhado folego, em especial, na formação profissional.

Retomando o debate sobre demanda, as entrevistadas assinalaram em unanimidade que a principal demanda do CRAS se refere ao programa Bolsa Família e aos serviços a ele ligados, como as condicionalidades e atualização de CadÚnico. Nenhum assistente social conseguiu articular o fenômeno que leva o trabalhador ao CRAS. Ou seja, articular a demanda real, o objeto sobre o que o assistente social tem de trabalhar, com esse público que busca os programas de transferência de renda. Portanto, restringir o CRAS a um equipamento usado para a mobilização de inclusão e monitoramento no Programa Bolsa Família é uma condição que contradiz concepção de assistência social como direito social. Uma vez que tal condição sustenta a retirada de direitos, a fragmentação da política social e a focalização dos serviços retira o caráter de cidadania e engendra o de manutenção da desigualdade. Embora o movimento do governo seja focalizar as ações da assistência nas estratégias de manutenção da pobreza, o assistente social comprometido com o projeto ético-político profissional é capaz de fazer a análise do contexto que o envolve e construir estratégias, assim como viabilizar ações a favor

[135] A primeira edição da obra "Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional" ocorreu no ano de 1998.

de uma leitura crítica dessa realidade. Em outras palavras, tentar entender as demandas em sua essência real de necessidade expressa como resultante da questão social.

Outro elemento identificado nas entrevistas foi a confusão no entendimento de rotina, sendo pelas assistentes sociais apontado o fluxo como rotina. O primeiro se refere ao movimento de como as atividades fluem ou acontecem na instituição. Já rotina se refere ao planejamento das atividades e das ações, ou seja, quando e como elas se darão. Vejamos como se manifestam algumas assistentes sociais sobre a rotina:

> *Bem, a gente tem primeiro atendimento, pensando assim o usuário que chega aqui no primeiro momento, né? A gente tem primeiro atendimento com ele, identifica, faz o atendimento social, aí tem uma ficha específica que identifica a demanda do usuário, faz os encaminhamentos devidos, depois a gente convida para participar do grupo, geralmente o grupo conta com a psicóloga, né? Porque ela traz temas específicos, variados na verdade, e depois a família retorna para o atendimento social pra fazer pra gente também o retorno de como foi esse encaminhamento. Se conseguiu sanar a demanda que ela estava apresentando. E aí a gente avalia se continua ou não o acompanhamento daquela família, né? E aí a gente pensa atividades como visita familiar, se for o caso, nem toda família recebe visita do CRAS, mas a gente tenta identificar aquela família que realmente está precisando daquela visita domiciliar. Eu geralmente faço muita visita porque, na maioria das vezes, como eu atendo idoso, eu acabo tendo que ir a casa porque o CRAS não tem acessibilidade, então muitas vezes eu tenho que ir para poder atender em domicílio. (AS 03).*
>
> *Eles chegam à recepção e dependendo da demanda eles são direcionados. (AS 23).*
>
> *Vamos lá, como funciona isso aqui. Ele vem ou para cadastro, cadastro único ou atualização do bolsa família, passa pelo atendimento social, ele vem com demandas com requisições de serviços que não são do CRAS, mas ele vem para cá, ele passa pelo atendimento social. Ele vem para participar de reuniões com as famílias, que é executada pela equipe técnica do CRAS, ele vem para cá para outras intervenções que não são do serviço do CRAS fazer, mas que a gente faz a demanda, então, na verdade, o foco daqui é tanto o atendimento social, como inserção em programas de transferência de renda. E o atendimento social ele vai se transformando em várias ações que são executadas pelo profissional. (AS 10).*

O equívoco na compreensão do que é rotina reflete na dimensão do planejamento do fazer profissional. O planejamento implica em pensar sobre as atividades e ações possíveis/necessárias ao trabalho. Implica também em organizar o trabalho e saber o que tem a ser feito e como será feito, o que significa "ir para além das respostas à ocorrência de problemas quando a necessidade aparece; ou seja, vai muito além de respostas à ocorrência de problemas." (VASCONCELOS, 2015, p. 490). Nesse sentido, a rotina não seria algo estabelecido pela instituição nem mesmo o seu fluxo de trato do objeto institucional, mas algo construído pelo assistente social para a sua inserção no processo de trabalho da instituição. O que se refere ao reconhecimento do significado social da profissão. Em outras palavras, até mesmo no plantão social, onde atende-se múltiplas demandas espontâneas, é possível pensar condutas e atividades

profissionais para além das determinadas pela instituição. O assistente social não é um "balconista" a espera de um cliente para atender. Ele tem de captar a dinâmica institucional e saber onde se insere nela pelo seu significado social e não por determinação de outrem.

Cabe destacar que o entendimento de rotina também perpassa pela ideia de ação mecânica não refletida e expressão do pragmatismo. Não desconsideramos tal entendimento nem mesmo o valorizamos em nossa afirmativa. O que queremos destacar é que o assistente social, bem como assinalado pelas entrevistadas, busca se adequar ao fluxo de funcionamento institucional, muitas vezes sem planejar a sua projeção no processo de trabalho, ou seja, sem construir um projeto de intervenção profissional para o setor ou instituição onde atua. Pensar nas atividades a serem executadas e na sua execução são ações indissociáveis do fazer profissional. Quando elas são ou estão obscurecidas, o profissional não consegue discernir diferenças tais como entre rotina e fluxo, atividades profissionais e atividades institucionais, entre fluxo e processo de trabalho institucionais, entre outras.

Esse debate nos remete ao questionamento sobre as atividades realizadas pelas assistentes sociais entrevistadas. Cerca de 58% das entrevistadas compreendem que todas as atividades que realizam estão em consonância a Lei 8.662/93; já 16% delas afirmam que apenas algumas das atividades estão previstas no referido aparato legal; e as demais, que correspondem a 26% das entrevistadas, julgam tais atividades como destoantes da Lei. No rol das atividades executadas apenas pelos assistentes sociais, as entrevistadas destacam: plantão social (atendimento individualizado), visita domiciliar, gestão de benefícios, respostas à Justiça e à Defesa Civil, reunião com grupos, orientações sobre o funcionamento dos programas, encaminhamentos, relatório social, articulação de rede e sala de espera.

Cabe destacar que, nas respostas, as entrevistadas foram unânimes na definição em relação à visita domiciliar, aos processos da justiça e ao atendimento individualizado no Plantão Social. Também trouxeram observações sobre a delimitação das atividades realizadas pelos Psicólogos. Para os assistentes sociais que atuam na Assistência Social do Rio de Janeiro, os psicólogos chegaram e determinaram o que vão fazer no CRAS, sendo que as demais atividades ficaram sob responsabilidades dos assistentes sociais, independentemente do que seja ou não atribuição privativa deles.

Esses dados nos remetem à análise institucional. No CRAS, o assistente social se destaca como agente privilegiado (BISNETO, 2007), mas parece não se reconhecer nesse lugar quando nem mesmo se impõe sobre a dinâmica institucional como profissional necessário e principal no desenvolvimento das atividades socioassistenciais dos CRAS, reproduzindo um comportamento de inferioridade, típico do compromisso com a humildade e a castidade. Isso é

tão violento e ao mesmo tempo natural que é possível perceber a angústia e as críticas sobre essa subalternidade, no mesmo instante que a sua reprodução parece ser naturalizada por parte do assistente social. Por isso, optamos por comparar as atividades que os assistentes sociais indicam privativas e as que indicam como possíveis de serem assumidas por outros profissionais como Psicólogos e Pedagogos, que constituem algumas equipes do CRAS.

Observemos a tabela comparativa.

Tabela 1: Assistentes Sociais da Política de Assistência Social: CRAS/RJ. Atividades privativas e não privativas do assistente social.

Atividades	Qualquer profissional	Profissional de nível superior	Somente o assistente social realiza
Acompanhamento de famílias		X	
Articulação de rede		X	
Atividades administrativas	X		
Entrevista de CadÚnico	X		
Encaminhamentos		X	
Gestão de benefícios			X
Orientação sobre o prog. sociais		X	
Plantão social (atendimento individualizado)		X	
Relatório e parecer social			X
Respostas a Justiça e a Defesa Civil,			X
Reunião com grupos		X	
Sala de espera		X	
Visita domiciliar		X	

Fonte: NEEPSS/UERJ. 2006-2022

Na tabela acima, podemos indicar que as atividades como gestão de benefícios, relatórios sociais, pareceres sociais e respostas à Justiça são atividades que somente os assistentes sociais podem realizar, porque, na visão das entrevistadas, elas envolvem elementos ligados a atribuições privativas do assistente social. Os relatórios e os pareceres sociais exibem a resultante da construção de um conhecimento a respeito da população usuária dos serviços, a partir do qual pode se fundamentar uma opinião técnica sobre a situação, contribuindo para a decisão final de um processo judicial ou para o arremate de parcerias intersetoriais ou interinstitucionais, em resposta à situação da pessoa atendida.

No rol das atividades reconhecidas pelas assistentes sociais como comuns aos profissionais de nível superior, destacamos a visita domiciliar, a reunião e a sala de espera. Todavia, tais instrumentos utilizados por outros profissionais detêm uma outra finalidade que não se assemelha a dada pelo assistente social em seu fazer profissional. Em muitos casos, a visita domiciliar, por exemplo, é usada como instrumento de controle e de comprovação do discurso anunciado pela pessoa atendida no CRAS, tendo abordagem policialescas. Diferente

da abordagem dada pelo assistente social, em acordo com o projeto ético-político, que elege a visita domiciliar como instrumento que ilustrará a constatação da realidade social, sem máscaras, do trabalhador e com isso ser meio para a identificação de realidades não apresentadas ao longo do seu atendimento. Nas reuniões, as abordagens da Psicologia também traçam propósitos diferenciados aos do assistente social. Portanto, é necessário um alinhamento interdisciplinar de objetivos para a execução desses instrumentais. Desta forma, é possível garantir o caráter qualitativo das atividades afinadas aos direitos de cidadania e aos valores de autonomia e democracia.

Diante disso, aprofundamos os questionamentos no intuito de captar o entendimento das entrevistadas sobre atividades privativas do assistente social. Cerca de 8 entrevistadas apresentaram concepções de atribuições privativas. Somente 01 entrevistado (AS 14), além de arrolar as atividades, se manifestou sobre o que é privativo do assistente social e o porquê disso.

> *São privativas porque você estudou aquilo, são especificas da profissão. (AS06).*
>
> *Seriam aquelas que somente o profissional que está capacitado poderia estar desenvolvendo, que tem a sua formação concluída. (AS 07).*
>
> *Tudo aquilo que tiver de demanda social, mesmo o atendimento social, principalmente a supervisão dos estagiários, fiscalização de abrigos e outras unidades. (AS 08).*
>
> *São aquelas atribuições que somente o assistente social pode fazer. (AS 9).*
>
> *Situações que forem capacitados, teoria e técnica para cumprir as atividades. (AS 12).*
>
> *Aquilo que só o assistente social pode executar, que é exclusivo do Serviço Social. (AS 13).*
>
> *A privativa é aquilo que o profissional entende que ele sendo formado e capacitado, e habilitado mediante a registro profissional, ele pode atuar enquanto assistente social, então aquilo que eu entendo mesmo avaliando uma família que é para a psicóloga atuar, eu não posso atuar." (AS 14).*
>
> *Acho que essa parte de direitos sociais, acho que é uma coisa que é bem nossa, bem da nossa profissão, essa questão da garantia de direitos. (AS 17).*

As demais assistentes sociais apenas relataram as atividades que compreendem como privativas do assistente social. Essas foram: supervisão de estágio, elaboração de relatório e parecer social, estudo social, atendimento individual, reuniões, visitas domiciliares, visitas institucionais, procedimentos especializados, prestar assessoria a supervisão de estágio e realizar encaminhamentos específicos.

Daqui, emerge a observação da necessidade de aproximação dos assistentes sociais ao debate de instrumentos e de atividades a partir da construção de seus conceitos e da relação desses com as finalidades a eles designadas. Ao citar as atividades, as entrevistadas o fazem de forma automática; não foi possível captar em suas respostas uma reflexão sobre a classificação dada às atividades. Ora, se correlacionarmos os dados da Tabela 1 com os resultados apresentados acima, algumas dúvidas nos afetam. Exemplo: se as entrevistadas colocaram que a gestão de benefícios é uma atividade apenas realizada pelos assistentes sociais nos CRAS, por que elas não classificaram tal atividade como uma atribuição privativa do assistente social? Nessa mesma linha, porque as atividades de visita domiciliar, reunião com grupos, atendimento individualizado e encaminhamentos foram apontados como atividades que podem ser realizadas por qualquer profissional de nível superior, conforme Tabela 1, e no constante às atividades privativas, elas foram arroladas? Embora já tenhamos apontado acima a diferença entre as finalidades do Serviço Social e da Psicologia na abordagem de determinados instrumentos, o que nos conduz a reflexão aqui se refere à possível confusão das assistentes sociais entrevistadas no tocante ao entendimento da diferença entre atividade privativa do assistente social e atividade geral ou ainda sobre atribuições e competências profissionais.

Outra inquietação gerada por esses dados centra nas novas demandas presentes na política de Assistência social, como, por exemplo, as relacionadas ao sistema previdenciário; às atividades socioeducativas; ao acesso à documentação civil, via plataformas online; à busca de resolutividade de acesso aos benefícios de determinados programas sociais, que exigem cadastro nas plataformas online dos bancos federais, que sobrecarregam os atendimentos dos CRAS. Essas demandas, que não apareceram no rol das atividades classificadas pelas entrevistadas, são atividades que não chegam às assistentes sociais ou são ocultadas por elas?

Uma hipótese relaciona-se à confusão no entendimento de atividades e instrumentos no universo dos assistentes sociais. Trindade (2013) afirma que, no cotidiano de seu trabalho, os assistentes sociais utilizam de instrumentos e procedimentos interventivos que materializam a dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Porém, são poucos os profissionais que os diferem, portanto colocam tudo dentro de um só balaio. Frente a isso, coube a autora apresentar essa distinção. Como procedimento interventivo, ela considera o conjunto de atitudes e "exercício de habilidades profissionais" espraiados nas escolhas de instrumentos e técnicas, que se constituem nos "elementos intermediários entre as ações e os instrumentos." (p. 76). "Já os instrumentos técnicos-operativos medeiam a concretização das ações profissionais e estão presentes na execução das habilidades chamadas aqui de procedimentos". (p. 77). Para melhor entender esses conceitos, a autora traz o atendimento individual como um exemplo

> que não sendo um instrumento, também não constitui uma ação, conforme aquelas compostas pelos verbos indicados anteriormente [executar, orientar, coordenar, socializar, agrupar, providenciar, acompanhar, planejar, pesquisar, monitorar, supervisionar, organizar e administrar, estudar e analisar, emitir parecer, assessorar, consultoria], tal como orientar os usuários sobre serviços, benefícios sociais. Cumprem, portanto, um papel de ferramenta, de elementos mediadores, perpassados pela linguagem, escrita e falada. No nosso exemplo, na ação de orientar sobre serviços, benefícios sociais, ao realizar um atendimento individual utilizamos a entrevista e a ficha social como instrumentos. A esses instrumentos poderão estar associados diferentes técnicas, maneiras diferenciadas de utilizar os instrumentos. Ainda no nosso exemplo, podemos utilizar: a entrevista aberta, a entrevista fechada, a ficha social com ou sem evolução social etc. (TRINDADE, 2013, p. 77).

Outra hipótese perpassa pela dificuldade já tratada aqui, dos assistentes sociais distinguirem as demandas direcionadas pela instituição e pela população, aquelas que lhe pertencem por serem expressões notórias da questão social e aquelas que são atividades burocráticas ou atividades comuns a outros profissionais. De certa forma, esses elementos ficam notórios nas falas das entrevistadas, quando elas são questionadas sobre as competências necessárias ao assistente social para o exercício de suas atribuições privativas.

A AS 01 relata: “Competências? Estou sempre fazendo uma análise da atualidade, tentar pensar a realidade para poder atuar.” (AS 01). A noção de competência aqui se refere ao arcabouço teórico metodológico do profissional. Relembremos o debate sobre competência, já realizado nesse estudo, que “competências diz respeito a capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa” (IAMAMOTO, 2012, p.37). De certo, temos de concordar que, para decidir algo, é necessário uma base cientifica e política que direcione as finalidades almejadas. Contudo, a competência profissional não pode ser restrita aos artigos da lei (previstas no artigo 4º da Lei 8.662/93) nem confundida como uma capacidade teórico-metodológica. No exercício das competências, o assistente social manifesta a sua capacidade teórica-metodológica. Essa última se refere a uma dimensão da prática profissional, na qual o assistente social não “tenta pensar a realidade”. É uma dimensão na qual ele aciona o seu aporte teórico-metodológico para direcionar a forma de analisar e conceber a realidade, bem como articular essa análise aos valores éticos e manifestar a sua competência. Nesse sentido, a competência exige capacidade de articular conhecimento, direcionamento e ação profissional.

Outras duas assistentes sociais, que nos chamam a atenção entre as entrevistadas, são aquelas que colocam as competências para o exercício das atribuições dependentes unicamente da formação profissional.

> *Acho que tendo a formação e sendo diplomado como assistente social, você já tem condições de executar com qualidade as atribuições. Depende também do ambiente,*

> *da instituição que a gente está, para podermos ter suporte, porque não dá para fazer tudo sem o aval da instituição. (AS 03).*
>
> *Tem que ter uma boa formação acadêmica. (AS 07).*

Essas manifestações expressam claramente o não entendimento sobre o significado da formação profissional e a tendência da opção por uma versão da profissão, na qual o discente sai totalmente preparado para atuar no mercado de trabalho. Nessa percepção, as competências profissionais se reduzem a ações técnicas e mecânicas, das quais os centros de formação deveriam capacitar e preparar os futuros assistentes sociais. Frente a isso, Iamamoto (2001, p. 171) alerta que não se pode restringir a articulação da formação profissional a meras "exigências do mercado, numa perspectiva instrumental, subordinando a formação universitária à dinâmica reguladora do mercado, erigido como fetiche pelo pensamento liberal, reeditado hoje nas versões neoliberais das políticas oficiais de Estado". A formação profissional dá as bases necessárias para o exercício das atribuições privativas da profissão, mas é na relação do cotidiano que as competências se manifestam a partir das bases formacionais. O campo sócio-ocupacional fundará o terreno sobre o qual a capacidade teórico-metodológica se desenvolverá, se manifestando de forma concreta no planejamento, na criação e na execução de instrumentos e estratégias interventivas guiadas por princípios e valores éticos, materializando o projeto ético-político da profissão. Portanto, a diplomação profissional dá ao graduado o direito legal de registro profissional para a sua atuação e no cerne dessa atuação a base de formação fundamentará as suas ações articuladas aos valores éticos que, se acaso o profissional estiver em conexão com o projeto ético-político da profissão, direcionarão uma capacidade para o exercício das atribuições privativas, para além de uma mera condição executiva. Deste modo, independentemente do "ambiente" que o profissional atue, o assistente social será capaz de exercer a sua autonomia profissional com excelência.

Ainda no debate sobre as competências, identificamos nas falas das entrevistadas a relação do exercício das competências como

> *Domínio da legislação vigente; isso é primordial, tanto a legislação da assistência, o estatuto da criança e do adolescente, estatuto do idoso porque, se a gente trabalha, umas das coisas é a universalização e a garantia de direitos dos usuários, então a gente tem que dominar minimamente até para divulgar o que muitos não sabem. (AS 02).*

O saber profissional sobre a legislação nas suas diferentes instâncias e sobre as políticas sociais é um instrumento usado como meio técnico para a fundamentação de ações, opiniões e

planejamento, que pautam o fazer profissional. Portanto, o exercício profissional não exige e nem se restringe ao domínio da legislação, mas à interpretação da legislação e como ela pode se manifestar concretamente na relação assistente social – instituição-trabalhador, constituindo elementos para o desenvolvimento da prática e da competência profissional.

Outra fala que destacamos entre as entrevistadas relaciona o desenvolvimento das competências profissionais com a precariedade do trabalho.

> *Acho que principalmente a escuta, porque a gente, agora não, mas têm épocas, teve dias de eu atender 60 pessoas, aí você atende a primeira, a segunda, na terceira já está um tumulto e você começa assim, atender mecanicamente, se a pessoa não trouxer uma demanda explícita, você não consegue assim, você só ouve mesmo o basicão." (AS 19).*

As novas configurações do mundo do trabalho estabelecem um gerenciamento do trabalho e do trabalhador que demarca a flexibilização das ações; a conformidade do trabalhador no exercício de múltiplas tarefas; a submissão a contratos, que inibem e desqualificam os direitos dos trabalhadores; a desmobilização da luta de classe; a precarização do trabalho; o controle no ambiente de trabalho; e a emersão de novas requisições aos profissionais que condicionam e limitam o exercício profissional. Essas características colocam os trabalhadores no "modo automático" gerando uma substituição da prática reflexiva pela prática mecânica que valoriza a dimensão racional em detrimento da ontológica, colocando como centralidade da competência profissional a capacidade técnica-operativa, sendo dela retirada da articulação com as demais dimensões da prática profissional.

Essa armadilha do mundo do trabalho contemporâneo captura os trabalhadores e os cerca em uma arena, da qual muitos, entre eles os assistentes sociais, não encontram saída e se fadam ao fatalismo, consequentemente expressam frustrações profissionais e distanciamento da perspectiva revolucionária, que funda o projeto ético-político da profissão. Consequentemente, o assistente social passa a entender o projeto do Serviço Social como algo utópico, portanto, impossível de se materializar.

Diante do exposto, entendemos que os pontos que colocamos em debate, as considerações, as análises e os direcionamentos dados até aqui não possuem intensão de suprir as discussões, das quais eles apresentam ou se desdobram, pois centramos nas propostas de articular as transformações societárias fundadas no fim do século XX e relacioná-las com o terreno, por elas fertilizado no século XXI. As resultantes dessa articulação com bases em reflexões teóricas e sobre determinados dados da realidade e manifestações colhidas em entrevistas com assistentes socais dos CRAS da PCRJ possibilitaram a identificação do

movimento de reestruturação do mundo do capital e do trabalho e os seus reflexos na dinâmica da formação e da prática profissional dos assistentes sociais. Assim como os seus efeitos, que expressam profundas interferências no entendimento e na materialização consciente do projeto ético-político do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido nesse estudo nos apresentou o Brasil como sociedade capitalista em desenvolvimento dependente das bases econômicas internacionais, o que fundamenta uma arena intensa de disputa de poder, visível na luta de classes e no aguçamento das expressões da questão social. No terreno dos anos 2000, nota-se o reavivamento/reatualização de novas-velhas questões que reestruturam as formas produtivas e o gerenciamento do trabalho; reconfiguram a funcionalidade do Estado frente à questão social; redefinem a direção das políticas sociais; e consolidam um tipo de sociedade automatizada pela tecnologia que refreia o desenvolvimento "ideocultural" contra as forças antidemocráticas e arbitrárias, o que impacta na formação e na prática de diversos profissionais brasileiros, com destaque para o assistente social.

Nesse contexto, o Serviço Social apresenta algumas características internas, que definem o rumo da profissão no século XXI. Fundamentado em uma proposta de formação crítica, que intenciona romper com o seu passado conservador, o projeto do Serviço Social tem em sua finalidade a "opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero" (CFESS, 1993).

Nessa base de análise, o nosso estudo nos levou aos seguintes pressupostos: o movimento de reestruturação capitalista interfere na formação e na prática profissional; essa interferência expressa uma direção oposta a uma formação crítica, que fomenta uma prática profissional mais reflexiva e autônoma; o assistente social como trabalhador assalariado sofre as mazelas do mundo do trabalho no capitalismo, portanto, tem seus valores profissionais colocados em xeque, e o desenho de um denário de novas necessidades, desafios, projeções e tendências em pensar e fazer o Serviço Social pode culminar em um tipo de prática profissional concatenada ou não ao projeto ético-político.

Tais pressupostos exigiram uma reconstrução do objeto desse estudo, que permitiu conhecer o processo histórico social e político, que fundamenta as referências ético-políticas e teórico-metodológicas dos/as assistentes sociais no Brasil. Os dados extraídos das entrevistas realizadas com as assistentes sociais da PSB da SMAS/PCRJ possibilitaram a construção da percepção de um fragmento da categoria profissional sobre tais referências e como elas se manifestam no cotidiano de trabalho. O que está expresso nas resultantes do mapeamento do perfil profissional e na identificação da concepção de legislação, competência e atribuições profissionais, bem como de rotina, documentações de registro e relações com a ética profissional apresentadas pelas entrevistadas.

O arcabouço construído possibilitou a constatação da hipótese de que as transformações societárias fundadas no fim do século XX fertilizam o terreno do século XXI, no qual encontramos uma reestruturação do mundo, do capital e do trabalho reverberando na dinâmica da formação e do exercício profissional, em especial do Serviço Social, interferindo nas formas conscientes do projeto ético-político do Serviço Social. Isso reflete na contradição entre as projeções da profissão e como elas se apresentam na realidade.

O perfil trouxe a constatação da hegemonia do gênero feminino na composição no corpo de profissionais, afirmando o dado histórico que perpetua desde a gênese da profissão no Brasil. Nele também foi possível constatar o vínculo religioso das profissionais que, em sua esmagadora proporção, está ligado a crenças com base no Cristianismo. Fato que influencia na projeção ética que por vezes se confunde com valores pessoais e/ou religiosos, como destacado na fala de uma entrevistada ao colocar o respeito como valor ético contemporâneo, sendo esse um valor atrelado ao perfil religioso imbuído no histórico da gênese da profissão.

O referido perfil também identificou que mais da metade das entrevistadas se formaram no século XXI e a sua maioria esmagadora em universidades públicas, destacando a aparição de profissionais formadas pelo ensino a distância. No tocante à educação continuada, essa se destaca como uma forma de atualização e qualificação das assistentes sociais, porém, um pouco mais da metade das assistentes sociais entende que os eventos científicos da profissão são meios de qualificação e aperfeiçoamento, por isso o pouco investimento e participação nesses eventos.

Em relação ao Projeto ético-político, o nosso estudo proporcionou constatar que a referência a ele não é hegemônica, identificando que há assistentes sociais que ao se formarem juraram sobre os princípios do Código de Ética vigente, mas não o desempenham como valor no cotidiano profissional.

Aqui vale o destaque para o debate do sincretismo que se manifesta em práticas profissionais não correspondente aos valores proclamados. Há, portanto, uma contradição entre discurso e prática e entre valores e normativa. Até porque o Código de Ética é reconhecido mais como um manual de normativas do que um conjunto de valores filosóficos. Fato que nos leva a questionar a hegemonia consciente desse projeto entre os/as profissionais de Serviço Social. Apesar da alegação de consonância com o projeto ético-político da profissão, muitas das assistentes sociais entrevistadas não conseguem reconhecer no cotidiano do trabalho as manifestações das propostas desse projeto.

Ainda sobre o Projeto ético-político, vale mencionar sobre o estágio supervisionado. Entendendo que a supervisão de estágio é uma ação voluntária que envolve o compromisso ético com o desenvolvimento da profissão, os estudos revelaram que a maioria das assistentes

sociais nunca se dispuseram a tal ação, destacando o não compromisso com a propagação dos princípios da profissão ou designando tal atribuição apenas à universidade, ampliando o distanciamento entre o labor teórico-intelectual e o exercício profissional cotidiano.

Entre as assistentes sociais que se dispõem a supervisão de estagiários, a principal questão ética no campo do estágio se refere ao sigilo, principalmente em relação ao processo de supervisão acadêmica. Isso porque questionam a forma com que os alunos/estagiários revelam as ações das assistentes sociais na academia e se sentem julgadas e avaliadas. Para elas, tal comportamento viola o sigilo profissional, no entanto, a compreensão sobre o sigilo não ultrapassa a percepção da normativa.

Novamente a relação universidade e campo de estágio é posto em tela. Os caminhos pelos quais a formação universitária se engendra no século XXI, devido aos redirecionamentos dados à política social no rito neoliberal, desencadeiam um tipo de formação aligeirado focado nas ações instrumentais de execução da política social, que mistificam ainda mais o significado dos valores éticos da profissão. Se as universidades públicas, que no âmbito do Serviço Social são as que mais preservam a direção do projeto ético-político, não se aproximarem mais dos campos de estágio, o futuro tendencial de dominação desse modelo fixado no imediato e no burocrático pode se tornar real, e o projeto ético-político pode ser consolidado como uma direção utópica. Nessa relação, um dado nos chama a atenção, as IES que mais apresentam aproximação e troca com o campo de estágio são as universidades privadas.

Outro dado promissor identificado em nossos estudos desvela uma centralização da formação nas políticas sociais. Como exemplo, podemos colocar a definição e o entendimento de público atendido pelos assistentes sociais. Em geral, as assistentes sociais nomeiam o público-alvo da política como o seu público, fazendo relações com os perfis da política de vulnerabilidade e beneficiários. O problema evidenciado aqui se refere a não relação desse público, por parte das assistentes sociais, com a classe trabalhadora, ou seja, as assistentes sociais não fazem a relação dos sujeitos, por elas atendidas, com a condição desses sujeitos como elenco da classe trabalhadora. Em consequência, mistifica a relação da demanda apresentada com a questão social. A concepção de vulnerabilidade e risco social, em especial na política de assistência social, supera o reconhecimento do sujeito como trabalhador pertencente a uma classe social, designando-o a classificações de enquadramentos desenhados pela política social.

O mesmo embaraço é identificado no entendimento de demandas. Não por acaso, isso ocorre. Se, por um lado, não há um reconhecimento da população usuária com a classe trabalhadora, por outro, a relação da demanda com a questão social se torna algo secundário e

a ênfase é dada às requisições da instituição e da política social. Consequentemente, as dificuldades de classificação e definição de demandas para o Serviço Social se torna inerente a esse processo. Uma vez que a questão social em todas as suas dimensões é estudada pelo Serviço Social e destacada como objeto de estudo e intervenção da profissão (IAMAMOTO, 2001), se não há o reconhecimento da classe trabalhadora por parte do assistente social, não haverá a identificação das expressões da questão social.

Com a ausência de um processo dialético que favoreça a identificação dos elementos de contradição que compõem e constituem a questão social, somada a formas tendenciosas de centralização da racionalidade instrumental, a condução mercadológica dos processos de formação profissional, a imposição do pragmatismo no gerenciamento do trabalho e das políticas sociais, temos a amplificação das formas tradicionais do fazer profissional do Serviço Social, trazendo à tona um Serviço Social que se intencionou a romper, mas que ainda manifesta múltiplas dificuldades em relação ao seu reconhecimento no cotidiano profissional.

Nesse contexto, a prática profissional tende a centralizar-se em práticas cartoriais com domínio estrutural dos instrumentos como habilidade especifica a ser desenvolvida pelo assistente social. Instrumentos esses que ganham destaque a entrevista e a ficha social como principais práticas instrumentais no fazer cotidiano do assistente social, suscitam as inseguranças com determinados registros profissionais, em especial em prontuários multiprofissionais, por causa do sigilo profissional. Mais uma representação da não compreensão das assistentes sociais sobre o significado ético e não apenas normativo do sigilo profissional e dos demais valores especificados no Código de Ética Profissional. Nota-se, portanto, que a relação teoria-prática ainda encontra múltiplos determinantes que atravancam a sua unidade, alimentados pela fragmentação da formação e da centralidade das ações de luta nos fenômenos sociais e não na questão social.

Todavia, isso não significa o fim do projeto ético-político, mas sim a certeza dos desafios que são postos a todos/as assistentes sociais que em tempos neo/ultraneoliberais precisam articular ações tanto na formação como na prática profissional. Portanto, apesar dos determinantes aviltantes sobre a formação e a prática profissional gerados pela dinâmica do capital em seus processos de reestruturações pós-crises, é possível identificar, nas entrelinhas da prática profissional do Serviço Social no século XXI, o germinar, por hora acanhado, de manifestações que contestam a sociedade da desigualdade, rumo a proposição de uma ordem societária emancipatória, que exige muito dos assistentes sociais e da parte da sociedade que tem como referência a superação do capitalismo, ou seja, que estão baseados no reconhecimento de que a superação da ordem vigente só será possível com a revolução e que a revolução só é

possível a partir da consciência, a qual é manifestação da condição humano-genérica do ser social.

REFERÊNCIAS

ABESS. Relatório do momento preliminar da pesquisa: avaliação da formação profissional do assistente social brasileiro – pós novo curriculum/avanços e desafios. **Cadernos ABESS**, nº 4, p. 97 – 147. São Paulo: Cortez, 1991.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. **Serviço Social & Sociedade,** n. 50, p. 143 – 171. São Paulo: Cortez, 1996.

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Curriculares**. Abepss, Rio de Janeiro, 1996.

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro:** ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade,** n. 79 (especial), p. 43 – 71. São Paulo: Cortez, 2004.

ADRIANO, A L. A condição hegemônica do projeto ético político: despretensiosas considerações sobre serviço social, classes e intelectuais. **Anais do 16º CBAS.** Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Subeixo: Ênfase em Fundamentos, Brasília, 2019.

AGUIAR, A G. de. **Serviço Social e Filosofia:** das origens a Araxá. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 1995.

ALMEIDA, A A. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1986.

ALMEIDA, N. L. T. Retomando a temática da "sistematização da prática" em Serviço Social. *In*: MOTA, A. E. *et al.* (Orgs). **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. (versão eletrônica).

ALMEIDA, N. L. T de; ALENCAR, M. T. de. **Serviço Social:** trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2011.

AMARAL *et. al.* A centralidade do trabalho e da questão social: subsídios para as diretrizes curriculares do Serviço Social. **Temporalis.** Ano 21, n. 42, p. 213-229. Brasília: ABEPSS, jul./dez. 2021.

AMARO, S. O assistente social como cartógrafo. *In*: AMARO, S.; CRAVEIRO, A. V.; MIKOSKI, V. D. **A materialização do pensamento crítico na produção de documentos técnicos do Serviço Social**. 1 ed. Porto Alegre (RS): Nova Práxis Editora, 2020, p. 89 – 126.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de Comunidade no Brasil.** 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

_____. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**. Edição 91, v. 30, n. 3, p. 22 – 52. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Cebrap, novembro de 2011.

ANTUNES, R. A sociedade da terceirização total. Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), v. 14, n. 1, p. 1 – 14. Jan./ Jun. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25698/13874. Acesso janeiro, 2023.

_____. dimensões da crise de as metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**. N. 50, p. 78 – 86. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAUJO, M do S S; ARAUJO, C. C; CARNEIRO, A. M. F. Política de Assistência Social no período 1988-2018: construção e desmonte. **Revista Ser Social**. V. 21, n 44, p. 29-47. Brasília: UNB, 2019.

AUGUSTI, W. A.; PADRE TICÃO. Teologia da Prosperidade: o mercado da fé e a fé mercadológica. Seção Diálogos da Fé. **Carta Capital**. 2023. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/teologia-da-prosperidade-o-mercado-da-fe-e-a-fe-mercadologica/

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social:** intencionalidades e instrumentação. 2ª edição. São Paulo: Veras Editoras, 2010.

BARROCO, M. L. S. **A ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Ética:** fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica do Serviço Social, V. 4).

_____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade.** N. 124, p. 623 – 636. São Paulo: Cortez, 2015.

BARTLETT, H. M. **A base do Serviço Social.** 2ª edição. São Paulo: Livraria Pioneira Editor, 1979. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Ajuste fiscal permanente e contrarreforma no Brasil de redemocratização. *In:* SALVADOR, E.; BEHRING, E. R.; LIMA, R. de L. de. (Org..) **Crise do capital e fundo público:** implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019, p. 43 – 66.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social***:* fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. *In*: OLIVEIRA E SILVA, M. L. de. (Org). **Serviço Social no Brasil:** história de resistência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016, p. 119 – 140.

BEHRING, E. R. *et al.* Um balanço preliminar do orçamento público no governo Bolsonaro (2019 – 2021). *In:* GAMA, A de S; BEHRING, E. R; SIERRA, V. M. (Org.). **Políticas sociais, trabalho e conjuntura:** crise e resistências. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p. 127 – 150.

BIANCARELLI, A. M. A era Lula e a sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** N. 58, p. 263-288, São Paulo: USP, 2014.

BISNETO, J. A. **Serviço Social e Saúde Mental:** uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007.

BOBBIO, N., MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**.12ª edição. Brasília: UNB, 2004.

BONFIM, P. **A "cultura do voluntariado" no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. Coleção Questão da nossa época, v. 5.

BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C de. As duas faces da mesma moeda: ultraneoconservadorismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. *In:* BRAVO, M. I. de S.; MATOS, M. C de. FREIRE, S. de M. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 71 – 88 (edição eletrônica).

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional**. Serviço Social & Sociedade.** N. 124, p. 637 – 651. São Paulo: Cortez, out/dez, 2015.

BOTTOMORE, T**. Dicionário do pensamento marxista.** São Paulo: Zahar, 2013, versão digital.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa social.** São Paulo: Veras Editora: Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.

BRAVO, M. I de S. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**. N. 100, p. 679 – 708, São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto nº 994 de 15 de maio de 1962.** Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-994-15-maio-1962-351749-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em dezembro 2021.

_____. Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. **Gabinete do Presidente da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF), 1993.

_____. Lei n°11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre estágio de estudantes altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Gabinete do Presidente da República Federativa do Brasil.** Brasília (DF), 2008.

_____. **Resolução n. 109 de 11 de novembro de 2009.** Brasília: CNAS, 2009.

BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade.** Ano XXV, n.78, p. 48-68. São Paulo: Cortez, mar, 2004.

_____. A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**. N.10, Brasília (DF): CFESS, 2007.

BRITES, C.; BARROCO, M. L. S. **Serviço Social e ética profissional:** fundamentos e intervenções críticas. São Paulo: Cortez, 2022. Biblioteca Básica de Serviço Social, v.9.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado.** São Paulo: Cortez, 2001.

CAETANO, G. Terceiro Setor – as tendências em ambiente globalizado: responsabilidade social e parcerias sociais. *In:* CAVALCANTE, Mary (Org). **Gestão Social, estratégias e parcerias:** redescobrindo a essência da administração brasileira de comunidade para o Terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 101 – 140.

CALDEIRAS, J. **História da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CAMPOS, M. S. Família, trabalho e trabalhadores da Assistência Social. *In:* TEIXEIRA, S. M. (Org). **Política de Assistência Social e temas correlatos**. São Paulo: Papel Social, 2016, p.201 – 215.

CAPALBO, C. Fenomenologia: tendências históricas e atuais. **Cadernos ABESS**, nº 4, p. 26 – 36. São Paulo: Cortez, 1991.

CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social & Sociedade**. N. 127, p. 430 – 455. São Paulo: Cortez, 2016.

CARNELOSSI, B. O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional. **Serviço Social & Sociedade**. N. 125, p. 124 – 47. São Paulo: Cortez, jan – abr/ 2016.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. Campinas: Papirus, 1988.

CARVALHO, P. de O; TEIXEIRA, S. M. Questão Social e as Tendências Familistas da Política de Assistência Social no Brasil. *In:* FÁTIMA E SILVA, M. R.; FERREIRA, M. D M.; GUIMARÃES, S. J. (Orgs). **Questão Social e políticas públicas na atualidade**. Teresina: EDUFPI, 2017, p. 17 – 30. (Recurso Eletrônico).

CASSIN, M. P. da S. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016. **Temporalis.** Ano 22, n. 43, p.17 -33. Brasília: Abepss, jan/jun 2022.

CASTEL, R. **A insegurança Social***:* o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005a.

_____. **As metamorfoses da Questão Social***:* uma crônica do salário. 5ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELO BRANCO, V. P. C. **Criminologia**. São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1975.

CASTELO, R. Cortar ou não cortar, eis a questão. Crise orgânica, tensões no bloco social dominante e ajustes na austeridade fiscal. *In:* STAMPA, I; GOMES, R. L. R; LOLE, A. (Orgs.). **Para além da quarentena:** reflexões sobre a crise e a pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 94 – 101.

CASTIGADO pelo desastroso governo Bolsonaro, Brasil vai às urnas**.** Eleição de Domingo. **Sindicato dos Metalúrgicos** (São José dos Campos e Região) 30/06/22. Disponível em: https://www.sindmetalsjc.org.br/n/6162/castigado-pelo-desastroso-governo-bolsonaro-brasil-vai-as-urnas. Acesso março de 2023.

CASTRO, A T. B de. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise na universidade e as cotas. *In:* BOSCHETTI, I. *et al.* (Org..). **Política Social no capitalismo:** tendencias contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 242 – 259.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 5ª edição revisada. São Paulo: Cortez, 2000.

CBCISS. Documento de Araxá. **Debates sociais**, n. 4, Rio de Janeiro, 1969.

CERQUEIRA FILHO, G. **A questão social no Brasil:** crítica do discurso político. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

CFESS, **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. CFESS, 1975.

_____. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. "Atualizado com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social.** Brasília (DF): Cfess, 2015. Série Trabalho e Projeto Profissional nas políticas sociais.

_____. **Perfil de assistentes sociais no Brasil:** formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília (DF): Cfess, 2022.

CFESS; BARROCO, M. L; TERRA, S. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS; CFP. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social.** Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília: CFP/CFESS, 2007.

CHAGAS, F. C. **Respeito, sentimento moral e facto da razão**. Pelotas: NEPFil online, 2013.

CMAS RIO. **Resolução n. 14/2022,** aprova o Plano Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro 2022/2025. Publicado em DORio. Ano XXV, n. 224, p. 240-259. Rio de Janeiro: Imprensa Rio, publicado em 02 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/5234/#/p:46/e:5234. Acesso em fevereiro, 2023.

COELHO, M. **Imediaticidade:** na prática do assistente social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2013.

COGGIOLA, O. **O poder e a glória:** renascimento e crise do capitalismo do pós-guerra (1945 – 2000). Rio Grande do Sul: Pradense, 2010.

_____. **De Lula a Bolsonaro**: trajetórias políticas do Brasil contemporâneo. In mimeo.2020. Disponível em: https://www.academia.edu/37847799/DE_LULA_A_BOLSONARO_Trajet%C3%B3rias_Pol%C3%ADticas_do_Brasil_Contempor%C3%A2neo Acesso em novembro, 2022.

COSTA, G. M. da. Revisitando o Serviço Social Clássico. **Em Pauta**. N. 40, v. 15, p. 166 – 180. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

COSTA, M. C. C. **Mudança de ethos do pentecostalismo clássico para o neopentecostalismo. estudo de caso:** a Assembleia de Deus em Imperatriz. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

COSTA, R. M. P. da; SILVA, M. B. G. da; SILVA, P. M. G da. O uso da reunião no cotidiano do trabalho do assistente social: indicações contextualizadas de forma e conteúdo. *In*: ALVES, D. C.; VALE, E. S. do; CAMELO, R. A. (Orgs.) **Instrumentos e técnicas do Serviço Social:** desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. [livro eletrônico]. Fortaleza: EdUECE, 2021, p. 338 – 358.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTO, B. R; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. *In*: COUTO, B. *et al*. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2017, p. 61 – 92.

CRAVEIRO, A. V. **A entrevista no Serviço Social.** 1ª ed. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018.

CUNHA, M. N. **A explosão gospel:** um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Mysterium, 2007.

DANTAS, J. L. Perspectivas do Funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. **Cadernos Abess**. N.º 4, p.37 – 63. São Paulo: Cortez, 1991.

DEMO, P**. A nova LBD***:* ranços e avanços. São Paulo: Papirus, 1997.

DICIONARIO ONLINE. Verbete cliente. Disponível em https://www.dicio.com.br/cliente/ Acesso em maio de 2023.

DICIONARIO FINANCEIRO, verbete capital humano. Disponível em: https://www.dicionariofinanceiro.com/capital-humano/

DUAYER, M.; ESCURRA, M. F.; SIQUEIRA, A V. S. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. **Katálysis.** V. 16, n. 1, p. 17-25. Florianópolis: UFSC, jan./jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414- 49802013000100002/2488

DRUCK, G. *et al*. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. *In:* CAMPOS, A. G. (Org.) **Terceirização do trabalho no Brasil***:* novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: IPEA, 2018, p. 113 - 142.

DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educação e Sociedade.** Ano XIX, nº64, p. 87-103. Campinas: Unicamp, setembro/98.

ENTIDADES cristãs receberam quase 70% da verba federal para comunidades terapêuticas no primeiro ano de governo Bolsonaro. **Agência Pública,** 27 de julho de 2020. Disponível em: Pública. https://apublica.org/2020/07/entidades-cristas-receberam-quase-70-da-verba-federal-para-comunidades-terapeuticas-no-primeiro-ano-de-governo-bolsonaro/ Acesso em fevereiro de 2023.

FALEIROS, V. de P. **A globalização, correlação de foças e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes socais na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

_____. **Mudanças sociais no Brasil:** aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Editora Global, 2008.

FILLIPE, J. M. S. O processo legislativo e a regulamentação do Serviço Social no Brasil: uma análise documental. **Serviço Social & Sociedade**. Nº 131, p. 29 – 50. São Paulo: Cortez, 2018.

FIÚZA, S. C. R; COSTA, L. C. da. O direito à assistência social: o desafio de superar as suas práticas clientelistas**. Serviço Social em Revista**. V. 17, n. 2, p. 64-90. Londrina: UEL, jan – jun, 2015.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 3ª edição. Rio de Janeiro, EPSJV/UFRJ, 2010.

FORTI, V. **Ética, crime & loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

FREITAS, R. de C. M. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Katálysis**, V. 10, n. 1, p. 65 -74. Florianópolis: UFSC jan/jun. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/XXMFZGsQ6G3ZB7G5xSbHZgD/?lang=pt

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In:* SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas**. V. 35, n.3, p, 20-29. São Paulo: FGV, maio - junho, 1995.

GOMES. R. L. R. Aspectos da Educação brasileira em meio aos dilemas de um momento dramático. *In*: LOLE, A.; STAMPA, I. & GOMES, R. L.R. (Org..). **Para além da quarentena***:* reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: MV Serviços e Editora, 2020. (Material Eletrônico).

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JR, R. **Economia brasileira contemporânea:** para cursos de economia e administração. São Paulo: Atlas, 1996.

GUERRA, Y. A. D. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: fundamentos de uma formação profissional crítica. *In*: GUERRA, Y. *et al*. **Serviço Social e seus fundamentos*:*** conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018, p. 25 – 46.

_____. Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas ou para as políticas sociais? *In:* GUERRA, Y.; LEITE, J. L; ORTIZ, F. G. **Temas contemporâneos em Serviço Social:** uma análise de seus fundamentos. Campinas: Papel Social, 2019, p. 129 – 168.

_____. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Katálysis.** V. 16, edição especial, p. 39 – 49. Florianópolis: UFSC, 2013.

_____. Nas pegadas dos 8 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade como marco. *In:* OLIVEIRA E SILVA, M. L. de. e (org). **Serviço Social no Brasil:** história de resistência e de ruptura com o conservadorismo**.** São Paulo: Cortez, 2016, p. 287 - 310.

_____. O projeto Profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade.** N. 91, ano XXVIII, especial, p. 5 – 33. Cortez: São Paulo, 2007.

_____. Racionalidades e Serviço Social: o acervo técnico-instrumental em questão. *In:* SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (organizadoras). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 2ª ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013a, p. 183 – 204.

_____. Transformações societárias e serviço Social: repercussões na cultura profissional. *In:* MOTA, A E; AMARAL, Â. **Serviço Social brasileiro nos anos 2000:** cenários, pelejas e desafios. Editora UFPE: Pernambuco, 2014, p. 45 – 52.

GUERRA, Y. A. D.; FORTI, V. "Na prática a teoria é outra?". *In*: _____ (Org.). **Serviço Social:** temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010, p. 3 – 22.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

HELLER, Á. **Sociología de la vida cotidiana**. Península: Barcelona, 1994.

HOBSBAWM, E. **Globalização. Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In:* CFESS (Org). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009, p. 341 – 376.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade.** N. 120, p. 609-639, São Paulo: Cortez, out./dez. 2014.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *In:* CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1ª edição ampliada. Brasília: CFESS, 2013, p. 33 – 74.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO R. de. **Relações Sociais e Serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

IANNI, O. A construção da categoria**. Revista HISTEDBR on-line**. Número especial, p. 397-416. Campinas, 2011.

JAMERSON, F. **Pós-Modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ed Ática; 1997.

KAMEYAMA, N. Notas introdutórias para a discussão sobre reestruturação produtiva e Serviço Social. *In:* MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000, p.7-22.

KFOURI, N. G. A técnica do Serviço social dos casos individuais. **Serviço Social & Sociedade**, nº 38. Cortez, São Paulo, 1985.

KIRSNEMAN, N**. Serviço Social de Grupo***:* uma resposta ao nosso tempo. Petrópolis: Vozes, 1978.

KONOPKA, G. **Serviço Social de Grupo**: um processo de ajuda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

La enseñanza superior. Las lecciones drivadas de la experiência. **Banco Mundial.** BIRD, Washington (DC), 1995. Disponível em: http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/pdf/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum:** sobre a condição do operariado. Vaticano, 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html.

LEHER, R. Universidade pública federal brasileira: future-se e "guerra cultural" como expressões da autocracia burguesa. **Revista Educação e Sociedade**. V. 42, p. 1 – 19. Campinas: CEDES UNICAMP, 2021.

LEITE, J. L. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? **Ser Social.** V. 14, n. 31, p. 453 – 472. Brasília: UNB, jun-dez, 2012.

LESSA, S. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Revista Outubro**. Edição 5, Volume 2, p. 83 - 100. Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo: Alameda Editorial, 2001.

LIMA. B. A. **Contribuição a metodologia do Serviço Social**. 3ª edição. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

LÖWY, M. **Ideologias e ciências sociais**. Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1991.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para a ontologia do Ser Social.** Obras de Georg Lukács, Volume 14 (traduzido por Sérgio Lessa e revisado por Mariana Andrade). Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MACIEL, M.; CARDOSO, F. G. Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual. **Caderno Abess.** N.3, p. 162-188. São Paulo: Cortez, 1989.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

MARIANO, R. Os neopentecostais e a Teoria da prosperidade. **Revista Novos Estudos Cebrap**. N. 44, v.1, p. 24 – 44. São Paulo: CEBRAP, março de 1996.

MARINHO, C. R.; MARA, E. Crise capitalista e os seus desdobramentos no Brasil contemporâneo. *In:* CRESS/Pernambuco (Org.). **Crise capitalista, Serviço Social e realidade brasileira:** reflexões e perspectivas no contexto da pandemia. Recife: Ed. UFPE, 2021, p. 13 -30 (edição eletrônica).

MARTINS, C. E. **O governo Bolsonaro e a dupla face de uma política externa servil.** 2018. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2019/03/20/o-governo-bolsonaro-e-adupla-face-de-uma-politica-externa-servil/. Acesso em 25/09/2020.

MARTINS, G. Cidadania, barbárie e movimentos sociais. *In:* FORTI, V., GUERRA, Y. (Orgs.) **Projeto Ético-político do Serviço Social:** contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2015, p. 153 – 180.

MARX, K. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. 35ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Contribuição a crítica da economia política**. São Paulo: M. Fontes, 1977.

_____. Prefácio. *In*: _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 45-50.

MARX, K.; ENGELS, F. [1845-1846] **A Ideologia Alemã:** Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MASSA, A. A. G.; MENDES, A. M. C. P. Instrumentos de trabalho com a coletividade. *In:* LAVORATTI, C.; COSTA, D. (Orgs.) **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social:** um debate necessário. Ponta Grossa: Estudio Textos, 2016, p. 149 – 180.

MATOS, M. C de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**. N. 124, p. 678 – 698, São Paulo: Cortez, 2015.

MATOS, M. C de. **Serviço Social, ética e saúde:** reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2017.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome. **Norma Operacional Básica/SUAS***:* construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf Acesso em 25/09/2020.

_____. SAGI (Secretaria de Avaliação e da Gestão da Informação). **Cadastro Único.** Brasília, 2007. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/noticias/arquivos/files/leia-me_microdados_cadastro_unico. Acesso em março de 2023.

_____. **Orientações Técnicas Centro de Referência da Assistência Social** – Cras. 1ª Edição. DF – Brasília, 2009.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**: trabalho com família do Serviço de Proteção Integral à Família – PAIF. 1ª edição. Volume 2. Brasília. 2012.

_____. **Portaria n. 177**, que define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, revoga a Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências. Publica no D.O.U. 20/06/2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/portarias/2011/Portaria%20no%20177%20-%20MDS%20%20de%20%2016%20de%20junho%20de%202011.pdf.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome. **Programa Bolsa Família.** 2015. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e. Acesso em 25/09/2020.

_____. **Programa Criança Feliz.** 2020. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/conheca-o-programa. Acesso em 25/09/2020.

_____. Rede Suas. **CadSuas.** 2023. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html. Acesso 10/02/2023.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão. DF – Brasília, 2014.

MENEZES, D. L de; SOARES, M C M. Família e serviço social: no desafio do fortalecimento das redes primárias de proteção social. **Atena Editora**. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/familia-e-servico-social-no-desafio-do-fortalecimento-das-redes-primarias-de-protecao-social.

MENEZES, M.; FERRAZ, R. “Não digo sim para tudo”, afirma Paes sobre governo Lula. **Revista Veja,** Páginas Amarelas. Publicado em 24 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/nao-digo-sim-para-tudo-afirma-eduardo-paes-sobre-governo-lula/ Acesso em fevereiro de 2023.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital.** 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O século XXI***:* socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2012.

MINAYO, M. C de S (Org). **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 4ª ed. São Paulo – Rio de Janeiro, HUCITEC- ABRASCO, 1996.

_____. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 23ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, J. E. B. Ultraliberalismo como categoria conceitual**. Lavrapalavra,** dezembro de 2020. Disponível em: https://lavrapalavra.com/2020/12/02/o-ultraliberalismo-enquanto-categoria-conceitual/. Acesso em março de 2023.

MONNERAT, G. L; SENNA, M. de c. Seguridade social no Brasil: dilemas e desafios. *In:* MOROSINI, M. V; REIS, J. R. F. **Sociedade, Estado e direito a saúde**. Rio de Janeiro, EPSJV/Fiocruz, 2007.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2009.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia.** Lisboa: Dom Quixote, 1978.

MORAES, C. A. de S. *et. al*. Alterações no perfil dos estudantes de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, (RJ). **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional. Brasília: CFESS, 2019.

MORCH, C., LEWGOY, A. M.B. Tendências teórico-políticas dos assistentes sociais no Facebook. **Revista Argumentm**. V. 13, n. 1, p. 167-186. Vitória: UFES, jan./abr. 2021.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 200º. *In:* MOTA, A. E. (ORG) **O mito da Assistência Social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2010, p. 133 - 146.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. *In:* MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 23 -44.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Revista Katalysis**. V. 23 (2). Santa Catarina: UFSC, 2020. Disponível em https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/?lang=pt. Acesso: outubro/2021.

MOTTA, I. C. R. O assistente social como gestor público: desafios e possibilidades? *In:* SILVA, V. P. da; FERREIRA, A. S. M. (Org.). **Provimento de Serviços e benefícios socioassistenciais:** experiências do município do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Rio de Janeiro, 2016, p. 190 - 203.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social & Sociedade.** N. 100, p. 650 – 678. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. Cinco notas a propósito da "questão social". **Temporalis**. Ano 2, n. 3, p. 41-50, Brasília: Abepss, jan-jul.2001.

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. *In:* CFESS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999a, p. 92 - 110.

_____. Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. *In:* MOTTA, A. E. *et. al*. **Serviço Social e Saúde***:* formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006, p. 141 - 160.

_____. A crítica conservadora a Reconceptualização. **Serviço & Sociedade**. N. 5, ano II. São Paulo: Cortez, 1981, p. 59 – 76.

_____. Das ameaças à crise. **Revista Inscrita.** N. 10. Brasília: CFESS, 2007.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, J. P. A face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**. V. 50, n. 1. São Paulo: Unesp, 2013.

_____. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. *In*: LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação:** balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). *In:* Conselho Regional de Serviço Social (Org). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social:** princípios do Código de Ética articulado a atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013a, p. 20 - 28.

_____. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. **Caderno Abess**. N.3, p. 141-16. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **O que é Marxismo.** São Paulo: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1985.

_____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. *In*: OLIVEIRA E SILVA, M. L. de (Org). **Serviço Social no Brasil:** história de resistência e de ruptura com o conservadorismo**.** São Paulo: Cortez, 2016, p. 49 - 76.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964- 1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. N. 50, ano XVII, p. 87 – 132. São Paulo: Cortez, abril de 1996.

_____. Os três encontros decisivos de Marx em Paris (1844). **Conferência on-line**, 2014a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-DU5ENKjMqY. Acesso em 15 dez.2022.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007. Biblioteca Básica do Serviço Social.

NETTO, L. E**. O conservadorismo clássico:** elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NICHOLDS, E. **Noções básicas de Serviço Social de Casos.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

NOTA do CFESS e da ABEPSS sobre a decisão da Justiça Federal referente à campanha Educação não é Fast-food. Nota sobre o EaD, 2013. **CFESS**. Disponível em: http://cress-sc.org.br/2013/05/24/nota-do-cfess-e-da-abepss-sobre-a-decisao-da-justica-federal-referente-a-campanha-educacao-nao-e-fast-food/ Acesso em Janeiro/2023.

OLIVEIRA, F. L. Educação transformada em EaD durante a pandemia: quem está por trás dessa ação? *In:* AUGUSTO, C. B e SANTOS, R. D. dos (Org..) **Pandemias e Pandemônio no Brasil.** São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 247-260.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Folha informativa sobre Covid-19.** Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19. Acesso em maio de 2021.

ORTIZ, F. G. Serviço Social e ética: a constituição de uma imagem social renovada. In: FORTI, V; GUERRA, Y. (Orgs). **Ética e direitos:** ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. 123 – 1338.

_____. **O Serviço Social no Brasil:** os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. E-papers/FAPERJ: Rio de Janeiro, 2010.

_____. Supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social. *In*: SANTOS, C. M. dos; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (Org..) **A supervisão de estágio em Serviço Social:** aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016, p. 193 – 214.

OUTHWAITE, W; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

PAIVA, B. A. de *et al.*; Reformulação do Código de Ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. *In*: BONETTI, D. A. *et al* (Orgs). **Serviço Social e ética:** convite a uma nova práxis. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2003, p. 159 – 173.

PAIVA, B. A. de; SALES, M. A. A nova ética profissional: práxis e princípios. *In*: BONETTI, D. A. *et al.* (orgs). **Serviço Social e ética:** convite a uma nova práxis. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2003, p. 174 – 208.

PASSOS, R. G. Nossos passos, percursos e teorizações sobre trabalho, cuidado e care: uma breve apresentação. *In:* **_____**(org.) **Assistência Social, trabalho e care social:** implicações e desafios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020, p. 9 – 18.

PCRJ. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Sistema Integrado de Codificação Institucional (SICI). Disponível em http://sici.rio.rj.gov.br/PAG/principal.aspx. Acesso em fevereiro/2023.

PELATIERI, P. *et al*. As desigualdades entre trabalhadores terceirizados e diretamente contratados: análise a partir dos resultados de negociações coletivas de categorias

selecionadas. *In:* CAMPOS, A G. (Org.) **Terceirização do trabalho no Brasil:** novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: IPEA, 2018, p. 33- 48.

PELOSO, R. (Org.) **Trabalho de base** (seleção de roteiros organizados pelo Cepis). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, J. M. M. A agenda educacional do Banco Mundial em tempos de ajuste e pandemia. **Educação e Pesquisa**. V. 47, n. 7, p. 1-15. São Paulo: USP, 2021.

PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. **Katalisys.** V. 21, n. 1, p. 189 - 199, Florianópolis: UFSC, jan./abr. 2018.

PEREIRA, L. D.; SOUZA, A. C. V. de; FERREIRA, A. T dos S., Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EaD e presenciais. **Temporalis**. Ano 14, nº 27, p. 181 - 202. Brasília: ABEPSS, jan/jun, 2014.

PEREIRA, Potyara A. P. A. política social no contexto da seguridade social do *Welfare State*: a particularidade da assistência social. **Serviço Social & Sociedade.** Ano XIX, n. 56, p. 60-76. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Política Social**: Temas & Questões. São Paulo: Cortez, 2011.

PETRAS, J**. Brasil e Lula:** ano zero. Blumenau: Edifurb, 2005.

PINHEIRO, Milton. **A ditadura que tentou matar o futuro.** 2020. Disponível em https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/30/a-ditadura-que-tentou-matar-o-futuro/Acesso em 25/09/2020.

PINTO, R. M. F. **Política educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

PIVA, Carla Cristina M. **Trabalho na assistência social carioca na era Cesar Maia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

PLANO Nacional de Assistência Estudantil – 2007-2008. **ANDIFE** (Associação Nacional de Diretores das Instituições Federais de Ensino Superior). Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-ontent/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em fevereiro 2023.

PNAS (Política Nacional de Assistência Social). **Resolução 145/2004**. Brasília: CNAS, 2004.

PONTES, R. N**. Mediação e Serviço Social.** 7ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.

PORTAL RIO. **SMAS.** Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/web/smas/exibeconteudo?id=2813469 Acesso: fevereiro/2023.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. A materialização do projeto ético-político do Serviço Social em tempos de capitalismo financeiro. **Revista Textos & Contextos**. V. 1, n. 1, 1 – 7. Editorial. Porto Alegre (RS): PUCRS, 2012.

PREFEITURA DO RJ**. Lei nº 3.343 de 28 de dezembro de 2001**. Institui o Sistema Municipal de Assistência Social e dá outras providências. RJ, 2001.

RABECHINI JUNIOR *et. al.* A organização da atividade de gerenciamento de projetos: os nexos com competências e estrutura. **Revista Gestão & Produção**, v. 18, n. 2, p. 409 - 424, São Carlos (SP): UFSCar, 2011.

RACHIELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In*: RACHIELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Org..) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018, p. 25 -65.

REZENDE, I. Serviço Social: sua especificidade como profissão prático-interventiva. *In*: REZENDE, I.; CAVALCANTE, L. F. **Serviço Social e políticas sociais**. Rio de Janeiro UFRJ, 2008, p. 25 – 45.

RIBEIRO, E. C. A. **A Questão da Identidade Profissional no Serviço Social**. 2009. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009.

RIZZOTI, M. A.; LOPES, M. H. C. Política de assistência social: aspectos históricos e conjuntural atual. *In*: SOUZA, F. V. F de. (Org). **Assistência Social em debate:** interfaces de uma política em construção. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021, p. 34 – 54.

RODRIGUES, M. P. Assistencialização da seguridade e do Serviço Social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso. **Serviço Social & Sociedade**. N. 91, p. 108-122. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, C. M.; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. *In:* SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 2ª ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013a, p. 21 – 44.

SANTOS, J. F. dos. **O que é pós-moderno?** 22ª edição. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, nº 167, 2004.

SANTOS, J. S. O enfrentamento conservador da "questão social" e desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. N. 136, p. 484-496. São Paulo: Cortez, set./dez. 2019.

SANTOS, L. L. **Textos de Serviço Social**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVIÇO Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas**.** Brasília (DF). **CFESS.** Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf Acesso em fevereiro de 2023.

SEVERINO, A. J. **Serviço Social e interdisciplinaridade:** dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, I. M. F. da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil:** fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Papel Social, 2014.

SILVA, J. F. S. da. Pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social. **Revista Texto & Contextos.** V.6, n.2, p. 282 – 287. Porto Alegre, 2007.

SILVA, J. F. S. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? **Katálysis.** V. 16, n. 1, p. 72- 81. Florianópolis: UFSC, jan./jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000100007/24886.

_____. **Serviço Social:** resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013a.

_____. Serviço Social e tendencias teóricas: o sentido da crítica. *In:* SILVA, J. F. S da (Org.) **Serviço Social, fundamentos e tendencias teóricas:** contribuições ao debate latino-americano. São Paulo: Cortez, 2022, p. 57 – 101.

SILVA, M. M. J da. **A materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social.** São Paulo: Papel Social, 2013b.

SILVA, M. B. **Assistência Social e seus usuários**: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2014b.

SILVA, R. R. "Reforma" da política de assistência social no município do Rio de Janeiro: em questão a análise da atuação dos CRASs e CREASs. **O Serviço Social em questão.** Ano XVII, n. 30, p. 299 – 326, PUC/RJ. Rio de Janeiro, jul-dez, 2013c.

SILVA E SILVA, M. O. da (Coord.). **O Serviço Social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4ª edição. São Paulo, Cortez, 2007.

SILVEIRA JR, A. A. A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise. **Temporalis.** Ano 31, nº 16, p. 167 – 187. Brasília: ABEPSS, 2016.

SIMIONATTO, I. **Gramsci:** sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010. Biblioteca do Serviço Social (Volume 3).

SOARES, M. C. M. O estágio Supervisionado: o primeiro encontro com a prática profissional. *In:* SOARES, M. C. M.; COSTA, N. F. (Org.). **O Serviço Social na teoria e na prática:** desafios contemporâneos. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Suam, 2013 p. 13 – 28.

_____. Família e Serviço Social: no desafio do fortalecimento das redes primárias de proteção social. *In:* OLIVEIRA, T. N. de. (Org.) **Processos de subjetivação no Serviço Social.** N.4, Ponta Grossa: Atena, 2020, p. 76 – 86 [recurso eletrônico].

SOARES, M. C. M.; MENEZES, D. H. L. Proteção ou punição? Uma síntese sobre a política de assistência social. FREIRE, S. de M.; MARCOJE, L. M. (Org.). **Anais do VII Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza:** a situação de crianças e adolescentes na américa Latina hoje. Rio de Janeiro, Editora Rede Sírius/UERJ, 2019.

_____. SUAS e justiça: a intersetorialidade em foco. *In*: MENEZES, D. H. L; RASE, L. **Psicologia e Serviço Social:** referências para o trabalho no judiciário. Porto Alegre: Nova Práxis, 2020, p. 241 – 264.

SOARES, M. C. M.; FONTES, M. R.; FERREIRA, R. C. O instrumental da avaliação para o acesso ao BPC e a luta em defesa aos direitos da pessoa com deficiência. *In:* AMARO, S.; CRAVEIRO, A. V.; MIKOSKI, V. D. **A materialização do pensamento crítico na**

produção de documentos técnicos do Serviço Social. 1ª ed. Porto Alegre (RS): Nova Práxis Editora, 2020, p. 497 – 520.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação.** V. 8, nº 1, p. 119-132. Ponta Grossa: UEPG, 2008.

_____. Visita amigável entre os pobres: um manual para trabalhadores da caridade, de Mary Ellen Richmond. **Serviço Social & Sociedade**. N. 136, p. 583 – 588, São Paulo: Cortez, set/dez, 2019.

SOUZA, J. **A herança do golpe**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. (Recurso eletrônico).

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Assistência x Assistencialismo x Assistência Social. **I Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, 1995, p. 25-28.

SPOSATI, A. de O. *et al.* **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 2007.

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. A. A pandemia e a 'inteligência' do presidente. *In:* STAMPA, I.; GOMES, R. L. R; LOLE, A. (Orgs.). **Para além da quarentena:** reflexões sobre a crise e a pandemia. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 82 – 93.

TEIXEIRA, J. B. A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. *In:* Conselho Regional de Serviço Social (Org). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social:** princípios do Código de Ética articulado a atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: Cress, 2013, p. 55 – 63.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: CFESS (Org). **Serviço Social***:* direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009, p. 185 – 200.

TEIXEIRA, S. M. Sistema de proteção social contemporâneos e as política de assistência social: reatualização do familismo. *In:*_____. (Org.) **Política de Assistência Social e temas correlatos.** Campinas: Papel Social, 2016, p. 27 – 44.

TELES L. UOL. Bancada evangélica no Congresso tem 189 parlamentares e já alcança 80% dos partidos. **Estadão Notícias**. Seção Política. 22/05/2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/05/22/bancada-evangelica-ja-alcanca-80-dos-partidos.htm Acesso em fevereiro de 2023.

TIEZZI, S. A organização da política social do governo Fernando Henrique. **São Paulo Perspectiva [on-line]**. V. 18, n. 2., São Paulo, abr/jun. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000200006&script=sci_arttext. Acesso outubro/2021.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. *In:* SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social***:* desafios contemporâneos. 2ª ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 75 – 108.

TUÃO, R. S. Estratégias do Banco Interamericano de Desenvolvimento para Educação em tempos de pandemia. *In*: LAMOSA, R. (org.). **Classe Dominante e Educação em tempos de pandemia:** uma tragédia anunciada. Parnaíba: Terra Sem Amos, 2020, p. 23-34.

UGÁ, V. D. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política.** N. 23, p.55-62, Curitiba, nov. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf. Acesso outubro/2021.

VALLE, J. L. Considerações sobre estratégias de materialização do projeto ético-político na intervenção profissional. *In:* FORTI, V. L; GUERRA, Y. A. D. (Orgs.) **Projeto ético-político do Serviço Social:** contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2015, p. 199 – 220.

VALLE, K.; LEITE, J. L. Admirável mundo novo: precarização/intensificação do trabalho sobre os servidores públicos. **Temporalis.** V. 15, n. 30. Brasília: ABEPSS, jul-dez. 2015. p. 161-182.

VARELA, R.; DELLA SANTA, R. Pandæmonium educacional? – Para um manifesto docente contra a "distância social". **Revista Em Pauta.** V. 19, n. 48, p. 183 – 202, Rio de Janeiro: UERJ, 2o Semestre de 2021.

VASCONCELOS, A. M. de. **A/o Assistente social na luta de classes:** projeto profissional e mediações teórico-práticas. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **A prática do assistente social: cotidiano e práticas democráticas.** Projeto de Pesquisa/Extensão CNPq/FAPERJ/FSS-UERJ, NEEPSS, 2017.

_____. Prática Reflexiva e Serviço Social. **Em Pauta**. N. 1, p. 131 – 181. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, 1997.

_____. **A prática do Serviço Social***:* cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. Cortez: São Paulo, 2002.

VASCONCELOS *et al*. Formação graduada e pós-graduada em serviço social projeto profissional e referências ético-políticas. **Anais do XVIII ENPES**. Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional Sub-eixo: Formação profissional. Brasília: ABEPSS, 2022. (Recurso eletrônico).

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIEIRA, B. O. **História do Serviço Social:** contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir,1985.

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez, 2004.

VINAGRE, M. A "virada" na ética e nos conselhos de fiscalização profissional. **Serviço Social & Sociedade**. N. 100, p. 720 – 727. São Paulo: Cortez, 2009.

WEBER, M. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. São Paulo: Editora UNB/Imprensa Oficial, 2004.

WERNECK VIANNA, M. L. T. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil:** estratégias de bem-estar e políticas públicas. 3ª edição. Rio de Janeiro: Revan (IPUERJ/UCAM), 2011.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 5ª ed., 2006.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In:* CFESS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília (DF): CFESS/ABEPSS, 2009, p.143 – 164.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. *In:* CFESS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília (DF): CFESS/ABEPSS, 2009a, p.125 – 142.

YAZBEK, M. C.*et al*. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. *In:* COUTO, B. R *et al.* **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2017, p. 167 – 231.

ZOLA, Marlene B. O trabalho de cuidados e o care social. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.) **Política de Assistência Social e temas correlatos.** Campinas: Papel Social, 2016, p. 233 - 250.

ANEXO A – Formulário de entrevista

Pesquisa/Extensão – 3ª fase
A prática do ASSISTENTE SOCIAL.
Cotidiano e Práticas Democráticas

Formulário de entrevista – Registrar/gravar a entrevista inteira.

Área: Assistência/RJ Unidade Assistencial: _____
Entrevista Nº _____ Entrevistador _____

1. PERFIL PROFISSIONAL:

1.1 Identificação:
1.1.A Nascim.:___/___/___ **1.1.B** Sexo: __ **1.1.C** Est. Civil: _____ **1.1.D** Religião: _____ **1.1.E** Nº filhos ___
1.1.2 Formação profissional: ano_____
1.1.2.A- Instituição Pública ( ) Privada ( ) Ensino à Distância ( )
1.1.2.B- Tempo de exercício da profissão: _____
1.1.3 Formação Permanente: Nível de qualificação: Completa - Incompleta
1.1.3.**A** Especialização (**360**hs) (C) (I) ( )**Em Serviço Social?** **1.1.3**.**B** Mestrado (C) (I) ( )**Em Serviço Social?**
1.1.3.**C**-Doutorado (C) (I) ( )**Em Serviço Social?** **1.1.3**.**D**- Pós-Doutorado (C) (I) ( )**Em Serviço Social?**
1.1.4 Participou de **Eventos Científicos** nos últimos 5 anos? (S) (N)
1.1.5 Quantas vezes lê jornal na semana ( )
1.1.5.**A** - Assuntos de interesse na leitura de jornal?
_____

1.1.5.**B** - Lê jornal do Conselho? (S) (N)
1.1.6 Área de interesse de leituras nos últimos 12 meses:
_____

1. 1.7 Últimos **livros/revistas** lidos (geral):
_____
_____

1. 1.7.A- Específicos da profissão_____
1.1.8 Quais os **autores** são referência para sua prática?
_____
_____
1.1.8.A Por quê?
_____
_____
1.1.9 Você tem o projeto do Serviço Social como referência para sua prática? (S) (N)
1.1.9.**A** – Por quê?
_____
1.1.10 - Você **orienta (orientou)** alunos? (S) (N)
1.1.10.A - Se não, por quê?_____
1.1.11 - Como é/era sua **relação com as escolas**?

_____

1.1.12 Quais as questões **éticas** você observa no cotidiano da sua prática como **supervisor**?

_____

1.1.13 Quais as indicações mais importantes do **Código de Ética** sobre **supervisão**?

_____

1.1.13.A - Por quê?

_____

1.1.14 Por que escolheu Serviço Social? _____

1.1.14.A Mudou sua opinião? (S) (N)

1.1.14.B Por quê?_____

1.2 Situação Funcional:

1.2.1 Ano admissão:_____ **1.2.2** Tempo na Unidade:_____

1.2.3 Vínculo empregatício: CLT ( ) Estatutário ( ) Terceirizado ( ) Contrato ( )Outros_

1.2.4 Carga horária: a) de contrato:_____ hrs/semana **b**) Carga horária diária:___hrs/dia.

1.2.5 Trabalha quantos **dias na semana** (5) (4) (3) (2) (Regime de Plantão)

1.2.6 Salário líquido: _____

1.2.7 Função que exerce: AS ( ) CHEFE SS ( ) COORDENADOR ( ) Outra:_____

1.2.8 Número de assistentes sociais na equipe: _____

1.2.9 Você participa de **entidades profissionais**? (S) (N) Sindicato ( ) CRESS ( )

1.2.10 Você participa/participou de algum **partido político**? (S) (N)

2 LEGISLAÇÃO, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS

2.1 Você conhece a Lei de Regulamentação do Serviço Social (Lei 8662/93)? **a**) ( )Sim **b**) ( )Não

2.2 Você mudaria algo nesta Lei? **a**) [ ] Sim **b**) [ ] Não

2.2.A Se sim, o quê?

_____

2.3 Você acredita que **<u>todas</u>** as atividades profissionais que você desenvolve estão previstas na lei 8662/93?

a) [ ] Sim **b**) [ ] Não **c**) Apenas Algumas

2.3.A Quais estão? _____

2.3.B Quais não estão?

_____

2.4 Quais atividades são executadas somente pelo assistente social nesta instituição?

_____

2.5 Quais atividades podem ser desenvolvidas tanto pelo assistente social quanto por outros profissionais nesta instituição?_____

_____

2.6 O que você entende por atribuições privativas do assistente social?

_____

_____

2.7 Você acredita que a delimitação de atribuições privativas é importante para o Serviço Social? a) [ ] Sim b) [ ] Não

2.7.A Por quê?

_____

2.8 Que competências o assistente social deve ter para realizar com qualidade suas atribuições privativas?

2.9 Quais as indicações sobre direitos e deveres mais importantes do **Código de Ética** sobre as **relações do AS com os usuários**?

_____

2.9.A Por quê? _____

2.10 Quais as indicações mais importantes do **Código de Ética** sobre as relações do AS com as **instituições empregadoras**?_____

2.10.A Por quê?

2.11 Quais, no seu entender, são as indicações mais importantes do **Código de Ética** sobre as relações do AS com os **outros profissionais? _**_____

2.11.A - Por quê?

_____

2.12 Quais os princípios e valores que toma como referência para sua profissão?

_____

2.12.A Por que escolhe esses?

_____

_____

2.13 Diante dos 11 **princípios fundamentais** do Código de Ética do assistente social, quais deles você toma como referência para sua prática? (**LER OS PRINCÍPIOS)**

A- liberdade ( );
B - defesa dos **direitos humanos** ( );
C - ampliação/consolidação da **cidadania** ( );
D aprofundamento da **democracia** enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida ( );
E -a favor da **equidade** e da **justiça social** ( );
F – garantia do **pluralismo** ( );
G – eliminação de todas as formas de preconceito e respeito à **diversidade** ( );
H- projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária **sem dominação** de classe, etnia e gênero ( );
I – **articulação** com outros movimentos sociais que observem a mesma direção e com a **luta geral dos trabalhadores** ( );
J - compromisso com **qualidade** dos serviços prestados à população ( );
K - exercício do Serviço Social **sem** ser **discriminado/**sem **discriminar** ( ).

2.14 . Quais críticas ou sugestões a fazer em relação ao Código de Ética?

_____

_____

2.15 Você tem as indicações do projeto ético-político do Serviço Social como referência? ( )Sim ( )Não

2.15.A Se sim, por quê?

_____

2.15.B Se não, por que e aponte seu projeto de referência?

_____

2.16 Quem são os usuários do Serviço Social?

_____

2.16.A Quais suas características?

_____
_____
_____

2.17 Você está **satisfeito** como **assistente social**? (S) (N)
2.17.A Por quê? _____

2.18 Que outra profissão você exerce ou exerceu?

_____

2.18.**A** - Que outra profissão você escolheria?

_____

2.18.**B** - Por quê?_

_____
_____

2.19 Qual o seu **projeto de vida profissional**?

_____
_____

2.20 Com quais profissionais você trabalha?

_____

2.21 Para você, dentre os profissionais na assistência, existe um mais importante? (S) (N) (NS)
2.21.A Qual?

_____

2.21.B Por quê?

_____
_____

2.22 Como você avalia a **relação** entre os diferentes profissionais na unidade?

_____ _____

2.23 A que você atribui a qualidade dessa relação?

_____

3. PRÁTICA PROFISSIONAL:
Referência de Conhecimento:
3.1 O que você teria a comentar sobre a **atual Política de Assistência Social**?

_____

3.2 Qual o papel da **Política de Assistência Social no enfrentamento da questão social**?

_____

3.3 Você considera o **SUAS** viável (S) (N) (NS)
3.3.A - Por quê? (quanto a financiamento, estrutura, qualidade de prática, etc.)

_____
_____

3.4 Qual a importância dos **Conselhos de política e de direitos** na atenção à assistência para a população?

_____
_____

3.4.A – Você participa? (S) (N)
3.4.B - Você percebe a presença dos **Conselhos da Assistência** na unidade? (S) (N) (NS)
3.4.C - Como?

_____
_____

3.4.D - Você considera a questão dos **Conselhos** no trabalho com os usuários**?** (S) (N)
3.4.E - Como?

_____
_____

3.5 Quais as **necessidades sociais** que você identifica no cotidiano da população usuária da unidade?_____
_____
_____

3.6 Qual a **rotina** dos usuários na unidade?

_____
_____

3.6.A A **rotina** está organizada tendo em vista os interesses e necessidades dos usuários? (S) (N) (NS)?
3.6.B A **rotina** interfere no seu trabalho? (S) (N) (NS**)**
3.6.C Como?

_____
_____ _____

3.6.D Se a **rotina não atende aos usuários**, que mudanças propõe?_____
_____

3.6.E O que tem sido feito para implementar essas **mudanças**?

_____ _____

3.7 O que os usuários **demandam** da unidade?

_____
_____

3.7.A - Que respostas obtêm?

_____
_____

3.8 Existe conflito entre os interesses dos usuários e os interesses da Instituição? (S) (N)
3.8.A Quais? _____
3.8.B Como você se coloca diante do **conflito entre interesses e demandas institucionais e dos interesses e demandas dos usuários**?

_____

3.9 Quais as **características** das pessoas que procuram **a unidade?** (perfil sócio-demográfico – idade, sexo, escolaridade, renda, estado civil, moradia, profissão)

_____

4. REFLEXÃO/PLANEJAMENTO (Organiza com antecedência: o que quer fazer, por que, como, onde e com que; quanto se planeja e como planeja o trabalho profissional)

4.9.**B** Vocês realizam **reuniões de equipe**? (S) (N)
4.9.**C** Com que frequência?

_____

4.9.**D** O que discutem?

_____
_____

4.10 Que outros tipos de **contato** a equipe realiza?

_____
_____

4.11 Quais as ações que você **mais** realiza?

_____
_____

4.12.A O que realiza é no seu entender a **prioridade**? (S) (N)
4.12. B Se não, qual a prioridade?

_____
_____

4.13 É exigido **atendimento mínimo** de usuários por dia? (S) (N)
4.13.A Se sim, qual o **atendimento mínimo**? Individual 1ª vez _____ subsequente _____De reuniões _____
4.13.B Essa exigência é **compatível** com uma resposta de qualidade às demandas colocadas pelos usuários aos profissionais? (S) (N) (NS)
4.13.C Por quê?_

_____
4.14 Como você avalia as condições das **instalações** que você ocupa na unidade?

_____ _____
4.15 Você tem condições de garantir o **sigilo** nos atendimentos**?** (S) (N)
4.15.A - Se negativo, quais as necessidades de **mudança**?

_____ _____
4.15.B - O que tem sido feito para **viabilizar** essas mudanças?

_____ _____
4.16 Você fica estressada no trabalho? (S) (N)
4.16.A Por quais motivos?

_____
4.17 Você se sente realizada no seu trabalho? (S) (N)
4.17.A Por quê? _____

5. AÇÃO/EXECUÇÃO (O que faz e como faz)

5.1 Como **está estruturado** o Serviço Social na unidade (situação no Organograma, relações de poder e de trabalho, autonomia, espaço físico, horário, divisão de tarefas, reuniões)?

_____
5.1.A Quem determina esta organização?

_____
5.1.B Há quanto tempo está organizado assim?

_____
5.1.C Vê necessidade de **mudança**? (S) (N)
5.1.D Quais?

_____
_____

5.2 Você atende a todas as **demandas** dirigidas ao Serviço Social? (S) (N)
5.2.**A** Quais as demandas que **não** atende?

_____
5.2.**B** Por quê?

_____
_____

5.2.C Quais as **demandas que atende**?

_____
5.3 Que **respostas** são oferecidas por você:

5.3.A Para o **usuário?**

_____
_____

5.3.B Para a **direção da unidade**?

_____
_____

5.3.C Para os outros **profissionais**?

_____
_____

5.4 Existe plantão na unidade? (S) (N)

5.4.A Como está **organizado o plantão** do Serviço Social na sua unidade?

_____

5.4.B Que **respostas/atendimento são(é) dadas(o) aos usuários no plantão**?

_____
_____

5.5 Você realiza mais **entrevistas** ( ) **reuniões** ( ) ou visitas domiciliares ( )?

5.5.A Por quê?

_____

5.5.B Você tem condições para realizar essas atividades?

_____

5.6 Qual a sua **rotina** atual de trabalho?

_____
_____

5.6.A Você concorda? (S) (N)

5.6.B- Quem **organizou** essa rotina?

_____

5.6.C Há quanto **tempo**?

_____

5.6.D Vê necessidade de **mudanças**? (S)(N)

5.6.E Quais?

_____

5.7 Que **projetos** você desenvolve ou em quais projetos você está inserida?

_____

5.8 Quais os recursos (equipamentos/tecnologia) utilizados por você?

_____

5.9 Quais os direitos dos usuários não são respeitados na sua unidade?

_____

5.9.A Por quê? _____

5.10 Que **outras atividades** você desenvolve, enquanto assistente social no seu dia a dia profissional?

_____

5.11 Que **denominação** expressaria melhor o que você realiza: palestra ( ) grupo informativo ( ) grupo de apoio ( ) grupo de aconselhamento ( ) grupo de ajuda ( ) grupo de reflexão ( )

Outras:_____

5.12 Que de**nominação** expressa melhor o que você realiza: entrevista de informação ( ) entrevista de apoio ( ) entrevista de aconselhamento ( ) entrevista de ajuda ( ) entrevista reflexiva ( )Outras _____

5.13 Que outros **instrumentos** você utiliza no atendimento à população?

_____

5.14 O usuário retorna para atendimento com vc? (S) (N)
5.14.A Em quais situações?

_____

5.14.B Quais os **critérios** que você utiliza para marcar o **retorno** do usuário para atendimento? _____ _____
5.14.C - Por que esses?

_____

5.15 Quais as questões que **ferem a ética**, que você observa no cotidiano de sua prática?

_____

5.16 Quais as questões **éticas** que você considera determinantes observar no cotidiano da prática profissional?

_____

6. SISTEMATIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO (Como registra e/ou sistematiza a prática: o que faz, como faz e por que faz;)

6.1 Qual a **documentação** utilizada no registro de sua prática: 1 - ficha de cadastro ( ) 2 - evolução de entrevistas ( ) 3 - livro de registro de atendimento de plantão ou livro de ocorrências ( ) 4 - evolução de atendimento no Prontuário do usuário ( ) 5 - instrumento de registro de dados referentes a condições de vida de trabalho e estilo de vida dos usuários ( ) 6 - registro de reuniões ( ) 7 - Mapa de atendim. diário ( ) 8- Outros tipos de documentação:_____
6.1.A - Quem **definiu** a documentação?

_____

6.1.B - Há quanto **tempo**?

_____

6.2 Com que objetivos você documenta sua prática?

_____

6.3 Qual a utilidade da documentação para:
6.3.A Instituição?

_____

6.3.B Serviço Social?

_____

6.3.C Usuários?

_____ ___

6.3.D Você?

_____

6.4 Quais as questões **éticas** necessárias a serem observadas no **registro dos dados** sobre o usuário?

_____

6.5 Como você utiliza os dados registrados no **planejamento da sua prática**?

_____

7 AVALIAÇÃO (Avaliação dos serviços prestados por parte da instituição, unidade e Serviço Social)
7.1 O que mostra que a sua prática **responde** ou **não** ao que os **usuários demandam da sua atuação**?

_____

7.1.A Que **respostas deveriam** ser oferecidas?

_____

7.2 O que é **necessário** para que elas aconteçam:
7.2.A da sua parte?

_____

7.2.B da parte da Instituição?

_____

7.3 Você acha que sua prática **difere** do **conjunto das ações realizadas pela sua categoria na unidade**? (S) (N)
7.3.A Em que?

_____

_____

7.3.B Sua prática oferece condições/espaço para os usuários expressarem suas expectativas, críticas, necessidades? (S) (N)
7.3.C - Se sim, como?

_____

7.4 Você vê importância em periodicamente os assistentes sociais **analisarem** o desenvolvimento de sua prática? (S) (N) (NS)
7.4 .**A** - Por quê?

_____

7.4 .**B**
Como?_____

7.5 Existem **cobranças quantitativas** dos serviços prestados à população? (S) (N) (NS)
7.6 Quais:
7.6.A Pela chefia Serviço Social?

_____

_____

7.6.B Pela Direção da Unidade?

_____

7.7 Existem **cobranças qualitativas** dos serviços prestados à população? (S) (N) (NS)
7.8 Quais:
7.8.A Pela chefia do Serviço Social?

_____

7.8.B Pela Direção da Unidade?

_____

7.9 Existem **resultados** alcançados na sua prática, mas não esperados? (S) (N) (NS)
7.9.A - Quais? _____

7.10 Quais dos seus **objetivos** estão sendo **atingidos**?

_____

7.10.A - Quais dos seus objetivos não estão sendo alcançados?

_____

7.10.B – Por quê?_____

7.11 Quais as **consequências** da atuação dos assistentes sociais dessa unidade:
7.11.A - para o governo/RJ?

_____

7.11.B para os usuários?

_____

7.11.C para o próprio Serviço Social?

_____

7.11.D para a política de Assistência social? _____

7.12 Quais são os principais **entraves** para a qualidade dos serviços prestados à população por parte:

7.12.A da direção da unidade? _____
7.12.B dos demais profissionais de nível superior?
_____
7.12.C dos trabalhadores de nível elementar/ médio?
_____
7.12.D do Serviço Social?
_____
7.12.E dos próprios usuários?
_____
7.13 Como você avalia a **rotina do S. Social** tendo em vista os interesses e necessidades dos usuários?
_____
7.13.A - Que **mudanças** propõe?
_____
_____
7.14 Qual a importância do atendimento através de reuniões com os usuários?
_____ _____
7.15 Quais as maiores **dificuldades** encontradas no cotidiano de sua prática?
_____
7.16 O que mais contribui para **facilitar** o cotidiano de sua prática?
_____
_____
8 APERFEIÇOAMENTO (Treinamento, reciclagem, aperfeiçoamento profissional e assessoria à realização e/ou desenvolvimento do projeto profissional).
8.1 O que m**obiliza você para o aperfeiçoamento**?
_____
8.2 Que **recursos/espaços** você utiliza para aperfeiçoamento?
_____
8.3 Você já teve ( ) está tendo ( ) **assessoria/orientação** para o desenvolvimento da sua prática (S) (N)?
8.3.A Com quem**?**
_____
8.3.**B** - Como acontecia ou acontece?
_____
_____
8.3.C Você acha que a Assessoria contribui para a qualidade do exercício profissional? (S) (N) (NS)
8.3.D Em que ela pode contribuir?
_____
_____
8.3.E - Diante das dificuldades que você enfrenta no cotidiano profissional, você já pensou em uma **assessoria** que contribuísse para aperfeiçoamento do seu projeto ou do seu fazer profissional? (S) (N).
8.3.F – Com quem? _____
8.3.G - Assessoria Institucional ( ) ou particular ( )?
8.3.H - Por quê?
_____
8.4 Você tem projeto **de realizar algum tipo de aperfeiçoamento em breve**? (S) (N)
8.4 A -Se sim, qual e onde?
_____

8.5 Você gostaria de acrescentar algum outro **comentário** nesse **final de entrevista**?

_____

ANEXO B – Variáveis utilizadas na análise das entrevistas

Pesquisa/Extensão – 3ª fase
A prática do ASSISTENTE SOCIAL.
Cotidiano e Práticas Democráticas

Formulário de entrevista – Registrar/gravar a entrevista inteira.

Área: Assistência/RJ Unidade Assistencial: _____
Entrevista Nº _____ Entrevistador _____

1. PERFIL PROFISSIONAL:

1.1 Identificação:
1.1.A Nascim.:___/___/___ **1.1.B** Sexo: __ **1.1.C** Est. Civil: _____ **1.1.D** Religião: _____ **1.1.E** Nº filhos ___
1.1.2 Formação profissional: ano_____
1.1.2.A Instituição Pública ( ) Privada ( ) Ensino à Distância ( )
1.1.2.B Tempo de exercício da profissão: _____
1.1.3 Formação Permanente: Nível de qualificação: Completa - Incompleta
1.1.3.A Especialização (**360**hs) (C) (I) ( )**Em Serviço Social?** **1.1.3.B** Mestrado (C) (I) ( )**Em Serviço Social?**
1.1.3.C-Doutorado (C) (I) ( )**Em Serviço Social?** **1.1.3.D**- Pós-Doutorado (C) (I) ( )**Em Serviço Social?**
1.1.4 Participou de **Eventos Científicos** nos últimos 5 anos? (S) (N)
1.1.9 Você tem o projeto do Serviço Social como referência para sua prática? (S) (N)
1.1.9.A Por quê? _
1.1.10 - Você **orienta (orientou)** alunos? (S) (N)
1.1.10.A Se não, por quê?_____
1.1.11 - Como é/era sua **relação com as escolas**?
1.1.12 Quais as questões **éticas** você observa no cotidiano da sua prática como **supervisor**?
1.1.13 Quais as indicações mais importantes do **Código de Ética** sobre **supervisão**? _
1.1.13.A - Por quê?
_____
1.1.14 Por que escolheu Serviço Social? _____

1.2.3 Vínculo empregatício: CLT ( ) Estatutário ( ) Terceirizado ( ) Contrato ( )Outros_

2 LEGISLAÇÃO, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS

2.3 Você acredita que **<u>todas</u>** as atividades profissionais que você desenvolve estão previstas na lei 8662/93?
a) [ ] Sim **b**) [ ] Não **c**) Apenas Algumas

2.3.A Quais estão? _____
2.3.B Quais não estão?
_____
2.4 Quais atividades são executadas somente pelo assistente social nesta instituição?
_____

2.5 Quais atividades podem ser desenvolvidas tanto pelo assistente social quanto por outros profissionais nesta instituição?

_____

2.6 O que você entende por atribuições privativas do assistente social?

_____

_____

2.8 Que competências o assistente social deve ter para realizar com qualidade suas atribuições privativas?

_____

2.12 Quais os princípios e valores que toma como referência para sua profissão?

_____

2.12.A Por que escolhe esses?

_____

_____

2.13 Diante dos 11 **princípios fundamentais** do Código de Ética do assistente social, quais deles você toma como referência para sua prática? (**LER OS PRINCÍPIOS)**

A- liberdade ( );
B - defesa dos **direitos humanos** ( );
C - ampliação/consolidação da **cidadania** ( );
D aprofundamento da **democracia** enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida ( );
E -a favor da **equidade** e da **justiça social** ( );
F - garantia do **pluralismo** ( );
G - eliminação de todas as formas de preconceito e respeito à **diversidade** ( );
H- projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária **sem dominação** de classe, etnia e gênero ( );
I - **articulação** com outros movimento sociais que observem a mesma direção e coma **luta geral dos trabalhadores** ( );
J - compromisso com **qualidade** dos serviços prestados à população ( );
K - exercício do Serviço Social **sem** ser **discriminado/**sem **discriminar** ( ).

2.15 Você tem as indicações do projeto ético político do Serviço Social como referência? ( )Sim ( )Não

2.15.A Se sim, por quê?

_____

2.15.B Se não, por que e aponte seu projeto de referência?_____

2.16 Quem são os usuários do Serviço Social?

_____

2.16.A Quais suas características?

_____

_____

_____

_____

2.19 Qual o seu **projeto de vida profissional**?

_____

_____

3. PRÁTICA PROFISSIONAL:
Referência de Conhecimento:
3.6 Qual a **rotina** dos usuários na unidade?

_____
_____ _____
3.7 O que os usuários **demandam** da unidade?

_____
_____
_____
3.8.A Quais? _____

4. REFLEXÃO/PLANEJAMENTO (Organiza com antecedência: o que quer fazer, por que, como, onde e com que; quanto se planeja e como planeja o trabalho profissional)
_____
4.13 É exigido **atendimento mínimo** de usuários por dia? (S) (N)
4.13.B Essa exigência é **compatível** com uma resposta de qualidade às demandas colocadas pelos usuários aos profissionais? (S) (N) (NS)

5. AÇÃO/EXECUÇÃO (O que faz e como faz)

__
5.2.C Quais as **demandas que atende**?

_____

5.6 Qual a sua **rotina** atual de trabalho?

6. SISTEMATIZAÇÃO/DOCUMENTAÇÃO (Como registra e/ou sistematiza a prática: o que faz, como faz e por que faz;)

6.1 Qual a **documentação** utilizada no registro de sua prática: 1 - ficha de cadastro ( ) 2 - evolução de entrevistas ( )
3 - livro de registro de atendimento de plantão ou livro de ocorrências ( ) 4 - evolução de atendimento no Prontuário do usuário ( ) 5 - instrumento de registro de dados referentes a condições de vida de trabalho e estilo de vida dos usuários ( ) 6 - registro de reuniões ( ) 7 - Mapa de atendim. diário ( ) 8- Outros tipos de documentação:_____
6.4 Quais as questões **éticas** necessárias a serem observadas no **registro dos dados** sobre o usuário?
7.3 Você acha que sua prática **difere** do **conjunto das ações realizadas pela sua categoria na unidade**? (S) (N)
7.3.A Em que?

_____
7.5 Existe **cobrança quantitativa** dos serviços prestados à população? (S) (N) (NS)
_____
7.7 Existe **cobrança qualitativa** dos serviços prestados à população? (S) (N) (NS)